

**Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente**

**COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
DO CENTRO**

**Relatório de Actividades**

**2003**



## **NOTA INTRODUTÓRIA**



## Nota Introdutória

O relatório, que ora é dado à estampa, descreve as múltiplas actividades desenvolvidas na CCDR Centro, durante o ano de 2003. Contudo, verdadeiramente, ele refere-se à actividade levada a cabo por cada um dos dois serviços que vieram a resultar, com a sua extinção, na CCDR Centro: a CCRC e a DRAOT-Centro.

Criadas, como novo organismo, em Maio de 2003, pelo Decreto-Lei n.º 104/2003, – se bem que nelas fossem fundidas as, até então, CCR e DRAOT – as CCDR viram arrastar-se no tempo a sua efectiva entrada em funcionamento. As actuais equipas directivas, só em Outubro de 2003 iniciaram funções. Por isso, apenas a partir de então foi possível imprimir um impulso vivificador ao novo serviço. Pode pois dizer-se que a CCDR Centro entrou, na prática, em “funcionamento”, a partir daquele momento.

Desde então, e até agora, desenvolveu-se um grande esforço no sentido de relançar a CCDR Centro como pólo motivador do desenvolvimento regional. Das medidas tomadas, porém, apenas se poderá sentir efeito no futuro.

Assim, não obstante a sua “extinção”, os serviços da CCRC e DRAOT-Centro, continuaram a desenvolver, em 2003, a actividade prevista nas suas anteriores orgânicas, dividindo o seu labor por áreas que vão desde o desenvolvimento regional, o ordenamento do território, o ambiente, o apoio aos municípios, até ao apoio técnico a programas e fundos comunitários. Quanto a este convirá referir o especial relevo de que se reveste a intervenção da CCDR no que toca ao PO Centro, Interreg e PRAI Centro.

É de toda esta actividade que o presente relatório se dá conta, condensando as principais intervenções dos diversos serviços – ao mesmo tempo que constitui, para futuro, um instrumento da maior utilidade, seja na correcção de trajectórias e objectivos, seja na dinamização dos serviços.

Certo é, porém, que toda a actividade desenvolvida no período em apreço não deixou de ter em conta os interesses e anseios da região, dos seus municípios e das suas gentes, procurando contribuir, de forma consistente, para o desenvolvimento sustentado da região centro.

CCDR Centro, Março de 2004

O Presidente da Comissão de Coordenação  
e Desenvolvimento Regional do Centro

*Dr. Paulo Pereira Coelho*



**DEPARTAMENTO REGIONAL DE PROSPECTIVA E  
PLANEAMENTO**

**Divisão de Acompanhamento das Dinâmicas Territoriais**  
**Chefe de Divisão: Eng<sup>a</sup> Ana Veneza**

**Dr. Bernardo Campos**

## I. Divisão de Acompanhamento das Dinâmicas Territoriais

- No âmbito de um trabalho de diagnóstico sobre os equipamentos na região foram elaboradas fichas por concelho, em colaboração com o GTIE, para futuro levantamento dos equipamentos culturais.
- Acompanhamento e gestão da vertente municipal do URBCOM, Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial que no Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME) financia investimentos urbanísticos em áreas comerciais:
  - foram analisados e homologados durante 2003 quatro projectos, apresentados pelas Câmaras Municipais de Almeida, Guarda, Marinha Grande e Ovar, implicando o investimento elegível de 1 509 797,04€, beneficiando de um incentivo de 754 898,52€. Deste modo, foram, nesta 1ª fase de candidaturas do IIIQCA, homologados 18 projectos na área de intervenção da CCDR Centro, envolvendo um investimento elegível de 9 808 968,52€ e o incentivo de 4 905 778,52€. Sete projectos estão, entretanto, encerrados ou em fase de encerramento. Foram ainda analisados e pagos pedidos de pagamento no valor de 966 802,40€, tendo sido igualmente efectuadas 5 reprogramações;
  - participação nas unidades de gestão do PRIME/URBCOM.
  - elaboração de parecer sobre o projecto de alteração da Portaria relativa ao Regulamento de Execução do URBCOM.
- Coordenação da subcomissão regional do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação ( PANCD) que implicou a:
  - participação nas reuniões do Conselho Nacional;
  - implementação do programa de acção para a zona piloto de Mação;
  - elaboração de informação para vice-presidência sobre o andamento do projecto.
- Elaboração de relatório da Reunião do Grupo de Trabalho de Transportes do Arco Atlântico.
- Elaboração conjunta do parecer solicitado pelo MOPTH sobre o projecto de Decreto-Lei que visava actualizar o Plano Rodoviário Nacional, PRN 2000.
- Participação na Comissão de Análise de vários concursos lançados pela CM da Covilhã no âmbito do Programa POLIS.
- Participação no Conselho de Administração da Sociedade POLIS Guarda.



– No âmbito do acompanhamento interno ao Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) procedeu-se à:

- elaboração de parecer sobre o Regimento do Sistema de Pontos Focais ;
- elaboração do parecer sobre o primeiro Relatório produzido pelo Gabinete do PNPOT (GPNOT);
- elaboração do parecer sobre o segundo o Relatório produzido pelo Gabinete do PNPOT (GPNOT);
- preparação da reuniões de âmbito regional com o GNPOT tendo em vista entre outras questões debater perspectivas de desenvolvimento e ordenamento do território a médio e a longo prazo. Foram realizadas duas reuniões, em 27/11/03: uma reunião interna que envolveu cerca de três dezenas de quadros da CCDRC e uma outra reunião que além de técnicos da CCDR envolveu representantes de vários sectores da Administração Central, representantes da Administração Local e ainda personalidades ligada ao Ensino Superior da Região;
- elaboração de acta da reunião interna.

– Preparação e participações em reuniões preliminares do estudo “ Dinâmicas de Investimento na Região Centro”

– Grupos de Trabalho ou representações:

- Comissão de Acompanhamento do Plano Director Regional da Saúde;
- Subcomissão Regional do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação;
- Gabinete para o Desenvolvimento do Sistema Logístico Nacional;
- Conselho Consultivo do Centro de Formação Profissional de Aveiro;
- Projecto “SDEA- Estudo para a elaboração do Esquema de Desenvolvimento Policêntrico do Arco Atlântico”;
- Grupo de Trabalho de Transportes do Arco Atlântico.

– Participações em seminários, colóquios, etc.:

Reunião do Grupo de Trabalho de Transportes do Arco Atlântico – Bordéus , 5 de Fevereiro de 2003.

## **II. Dr. Bernardo Campos**

### **Programa Operacional**

1. Durante o ano 2003 as actividades desenvolvidas no âmbito do Programa Operacional da região Centro podem ser agrupadas em dois domínios:

- apreciação de candidaturas: este ano foi de clara diminuição na apreciação de candidaturas, como resultado de se terem, entretanto, comprometido as verbas inscritas nas diferentes medidas do eixo I (mesmo, no caso de alguns municípios, da medida I.1) e de se estar à espera da Avaliação intercalar para verificar o que se poderia passar em termos de eventuais reforços financeiros ao Programa (não quer dizer que não haja candidaturas “em carteira”, muito em especial na medida I.2 e I.3).

Assim, foram consideradas seis novas candidaturas (para além de algumas reprogramações), cujo investimento elegível atingiu cerca de 2,6 milhões de € (a que correspondeu um apoio FEDER de cerca de 1,6 milhões de €;

- análise de pedidos de pagamento: neste caso foram apreciados mais de cento e vinte pedidos de pagamento, a que correspondeu um reembolso aos executores de cerca de 9,3 milhões de €.

Durante o ano de 2003 houve ainda lugar a um apoio pontual no âmbito da medida 1.5.

### **PRAI**

No âmbito do PRAI as actividades desenvolvidas ao longo do ano de 2003 tiveram a ver com:

- acompanhamento da execução de seis projectos (1 do CBE, 2 do RAIZ e 3 da Universidade de Aveiro), de um duplo ponto de vista:
  - acompanhamento no local, com realização de reuniões, quer no RAIZ quer na UA, para esclarecimento de dúvidas surgidas na fase de execução, moldes de preparação de relatórios de execução, modalidades de apresentação de pedidos de pagamento;

- análise de pedidos de pagamento (no caso destes seis projectos houve lugar à apresentação de 16 pedidos de pagamento, a que corresponde uma despesa realizada de mais de 360 mil € e um reembolso FEDER superior a 288 mil €);
- participação e acompanhamento de uma componente do projecto do “Forum para a inovação” – a componente “Floresta, madeira, pasta e papel”. No contexto deste componente realizou-se, em 30 de Julho, nas instalações da SOPORCEL da Figueira da Foz a 1ª reunião desta componente do Forum e onde estiveram individualidades ligadas a agentes privados (empresariais e associativos) e a agentes públicos (das Administrações central e local, das Universidades, etc.), bem como eleitos locais.

Do debate havido permitimo-nos chamar a atenção par as conclusões seguintes:

*1. “Foi estabelecido que estes debates dariam lugar às respectivas actas, as quais deverão ser objecto de divulgação junto dos participantes.*

*2. Foi referido que teria o maior interesse constituir um grupo técnico de trabalho sobre gestão e sustentabilidade florestal, o qual desejavelmente até ao próximo debate do Cluster deveria reunir e apresentar sugestões, relativamente à experiência do funcionamento das associações de produtores florestais de base local ou intermunicipal, (já existe uma boa experiência no Norte e existem estudos disponíveis com elementos quantitativos para a Região Centro). Sobre este assunto foi realçado ainda que a sustentabilidade da floresta não pode ser só responsabilidade dos produtores e que existem condições da indústria, nomeadamente a da pasta e papel para apoiar os produtores florestais.*

*3. Foi destacado o trabalho que está a ser desenvolvido em prol da constituição de um Cluster da Fileira Florestal na Galiza, o qual conta com o apoio do Centro Tecnológico da Madeira de Ourense, cuja participação em futuros debates na Região Centro interessará promover.*

4. Foi destacada a importância, entre outros assuntos já inseridos nos diversos temas, da imagem e da promoção dos produtos florestais, do associativismo e do fomento das parcerias público/privado, da qualidade da madeira (essencial para valorizar a sua origem de produção e garantir maior quota de abastecimento às empresas nacionais) e ainda, da necessidade em se apostar na inovação em termos institucionais.

5. Foi reforçada a ideia de que as empresas de P&P da Região são empresas de excelência e que qualquer acção de promoção de imagem deve levar em conta que a má imagem não corresponde à realidade.

6. Foi salientada a necessidade de articular a melhoria das ligações ferroviárias com a melhoria da rede rodoviária e até do porto da Figueira da Foz. E que além disso se deveria ponderar as vantagens de se instalar na Região Centro uma plataforma logística de âmbito mais vasto.

Por fim foram destacadas as vantagens que a associação do ambiente e do ordenamento poderá trazer, devendo, a esse propósito sublinhar-se que a situação na Galiza se caracteriza, entre outros elementos, pelo debate eucalipto/ ambiente estar ultrapassado, por se terem desenvolvido produtos muito interessantes para mobiliário / casa de madeira de eucalipto e por não considerarem preocupante o déficite de oferta de madeira existente”.

### **Interreg III/B**

A CCDRC participa, em conjunto com um parceiro espanhol (o Instituto de Desenvolvimento Comunitário - IDC) e um parceiro francês (a Union des Chambres de Commerce et Industrie du Macif Central - UCCIMAC) num projecto aprovado no contexto da Iniciativa Comunitária Interreg III/B. O projecto tem a designação “Novas procuras, novas ofertas turísticas no Sudoeste Europeu” (com o acrónimo PORTA NATURA).

O projecto foi aprovado em final de 2002, tendo o seu lançamento ocorrido em Janeiro de 2003, numa reunião entre os parceiros, realizada nas instalações da CCDRC (constituiu a 1.ª reunião do Comité de Pilotagem).

Durante o ano de 2003 realizaram-se seis reuniões do Comité de Pilotagem e, em algumas delas, houve lugar a visitas a locais, áreas rurais, cuja estratégia de desenvolvimento contempla a vertente turística.

Durante este ano foi elaborado um estudo sobre a procura turística, por parte de potenciais turistas europeus provenientes de países como a Inglaterra e a Alemanha, para além daqueles pertencentes aos países que participam no projecto (classe média e média/alta).

Deste estudo realcem-se as conclusões seguintes:

- potenciais clientes a privilegiar (por ordem de importância):
  - Europa do Norte (Ingleses e Alemães)
  - endógenos (do próprio país)
  - inter-regionais;
- divulgação: privilegiar artigos em jornais e revistas (em especial femininas), mais do que campanhas publicitárias; criar/melhorar “sites” na internet, pois esta é muito usada por ingleses, alemães e espanhóis para procurarem e programarem as respectivas férias e períodos de lazer e tempos livres;
- a procura é relativamente homogénea (note-se que foram questionados potenciais turistas nas cidades de Lisboa, Madrid, Paris, Londres e Frankfurt, da classe “média alta”). As diferenças não acontecem, como porventura seria de esperar, entre países, mas entre tipos de consumidores (casais com filhos *versus* casais sem filhos/indivíduos);
- a existência de um “triângulo mágico”: “cliente” – “espaço geográfico” – “recursos (humanos)”;
- papel dos actores locais: “animação”, “acolhimento”, “ordenamento”.



**DEPARTAMENTO REGIONAL DE GESTÃO DE PROGRAMAS E  
PROJECTOS**

**Divisão de Apoio à Gestão de Programas e Projectos**

**Chefe de Divisão: Dr. Rui Martins**

**Divisão de Acompanhamento e Avaliação**

**Chefe de Divisão: Dr. João Medeiros**

## **I. Divisão de Apoio à Gestão de Programas e Projectos**

### **Funções:**

- a) Apoiar o processo de tomada de decisão sobre projectos em infra-estruturas e equipamentos co-financiados por fundos estruturais;
  - b) Apoiar o processo de tomada de decisão sobre projectos co-financiados por fundos estruturais no âmbito de acções integradas de desenvolvimento;
  - c) Reunir e sistematizar a informação relativa às intervenções co-financiadas por fundos estruturais na região;
  - d) Acompanhar o processo de realização dos registos necessários ao correcto controlo da execução de programas e projectos;
  - e) Articular, com os serviços desconcentrados regionalmente, as intervenções respectivas com impacto no desenvolvimento da região;
  - f) Incentivar e participar na divulgação dos mecanismos, regras e normas de acesso aos apoios a iniciativas e projectos co-financiados por fundos estruturais comunitários;
- Colaborar na proposta de medidas de correcção de eventuais desvios observados entre a programação e a realização de projectos e programas.

### **Recursos Humanos:**

**Afectos:** 1 (o próprio)

**Envolvidos em Tarefas:** 1 (o próprio)

### **Actividades desenvolvidas no domínio das funções, etc.:**

- Instrução e apreciação de **15** candidaturas dos agrupamentos de Aveiro e Leiria, no âmbito do Programa Operacional Centro, Eixo I, Medida I.1 a I.4 e I.7 (FEDER), no montante total de **14,9 milhões de euros** de investimento elegível e de **9,7 milhões de euros** de comparticipação FEDER;
- Apresentação dos projectos e presença nas reuniões da Unidades de Gestão do Eixo I – Secção Equipamento, Infra-estruturas e Valorização Territorial, ocorridas em: 10/07/2003 e 14/11/2003;



- Verificação e processamento de **259** pedidos de pagamento, no montante total de **29,8 milhões de euros** de investimento elegível e de **20,9 milhões de euros** de participação FEDER;
- Execução de **17** reprogramações físicas e financeiras de projectos do Eixo I;
- Organização dos processos de cada projecto, registo dos dados no sistema de informação e a conclusão, até esta data, de **19** projectos;
- Elaboração de **2** informações com vista à actualização e melhoria dos sistemas de informação (SIFEC - módulo FEDER, SIIFSE) de apoio à gestão do PO;
- Colaboração na elaboração do Relatório de Execução de 2002 do PO Centro, em Maio;
- Como interlocutor do PO para os sistemas de informação de apoio à gestão foram desenvolvidas as seguintes actividades:
  - SIFEC – Módulo FEDER (Sistema de Informação para os Fundos Estruturais e de Coesão):
    - Propostos novos utilizadores à DGDR pertencentes às EAT instaladas na CCRC e nas medidas desconcentradas;
    - Colaboração na preparação da resposta ao inquérito da DGDR sobre sistemas de informação do PO ao nível dos fundos estruturais e do controle em 27/03/2003 e 11/04/2003;
    - Elaboração de diversos relatórios de situação do PO;
    - Colaboração no apoio ao registo de projectos, pedidos de pagamento e pagamento, bem como a resolução de diversos problemas surgidos;
    - Elaboração de diversas propostas e sugestões à DGDR para a introdução de alterações no sistema de informação e correcções de erros;
    - Distribuição da tabela de indicadores físicos dos projectos pelos utilizadores, recolha e inserção da informação no sistema de informação relativamente à data de 30/06/2003, no eixo I e parte do eixo II;

- Alterações de NIPC e designação dos executores propostas à DGDR em 06/06/2003, 10/07/2003, 08/09/2003 e 28/11/2003;
- Elaboração de documento com vista à finalização dos projectos, em Agosto de 2003.
- SIIFSE (Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu):
  - Colaboração no processo de contratação da *Accenture* para as adaptações do sistema de informação às especificidades e integração das restantes medidas FSE do PO;
  - Colaboração na preparação da auditoria, por parte do Tribunal de Contas, ao sistema de informação do FSE, em Setembro de 2003;
  - Colaboração na definição de perfis e utilizadores no SIIFSE – medida 3.2 – Educação: ensino profissional.
- Relativamente aos restantes sistemas de informação de apoio à gestão do PO para os fundos FEOGA-O e IFOP – SIADRU (Sistema de Informação Agricultura e Desenvolvimento Rural) e SI2P (Sistema Integrado de Informação das Pescas) – o seu funcionamento está previsto para breve, de acordo com as informações prestadas pelas autoridades de pagamento respectivas.

#### **Grupos de Trabalho:**

- Grupo de Trabalho Temático Sociedade da Informação (criado ao abrigo do n.º 1, do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril);

## II. Divisão de Acompanhamento e Avaliação

1. O relatório sucinto que se apresenta reporta-se à actividade desenvolvida entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2003.
2. As funções desempenhadas tiveram a ver apenas e exclusivamente com a avaliação intercalar, nomeadamente com a nossa presença no Grupo Técnico de Avaliação e mediante o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Equipa de Avaliação, que concluiria os trabalhos com a apresentação do Relatório Final durante o mês de Novembro.
3. O único elemento desta divisão continuou a exercer todas as tarefas que lhe estavam incumbidas enquanto técnico da EAT do Eixo I do PO Centro, para o Centro Litoral (área correspondente ao GAT da Figueira da Foz e parte do de Coimbra). Continuou a acompanhar os Contratos-Programa pendentes do PROESTRELA, tendo-se conseguido finalizar dois deles.



**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E DA COOPERAÇÃO**

**Responsável: Dr. Jorge Brandão**  
**(Chefe de Divisão de Estudos e Planeamento)**

## **0. Nota introdutória**

Ao Departamento de Promoção do Desenvolvimento Regional e da Cooperação (DPDRC) compete “contribuir para a promoção do desenvolvimento regional, designadamente através da dinamização de iniciativas e projectos integrados de desenvolvimento sócio-económico regional e da promoção de parcerias interregionais orientadas para o desenvolvimento de projectos de cooperação com outras regiões”, segundo a lei orgânica em vigor.

O funcionamento do DPDRC é assegurado pelo Chefe da Divisão de Estudos e Planeamento (do Departamento Regional de Prospectiva e Planeamento), Dr. Jorge Brandão, que contou com a colaboração do Dr. José Miguel Nunes.

Neste contexto, a actividade do DPDRC teve como prioridade a gestão da IC INTERREG IIIA (e particularmente dos subprogramas que envolvem a Região Centro). Procurou-se ainda assegurar uma resposta adequada às restantes áreas de intervenção do DPDRC, nomeadamente no que se refere à participação em redes e projectos de cooperação internacional.

Em diversos projectos de cooperação, cujas temáticas se cruzam com outros sectores ou áreas de trabalho de técnicos da CCDRC, foi dinamizada uma colaboração interna associando as competências desses técnicos e dos técnicos do DPDRC.

Finalmente, refira-se que as actividades da Divisão de Estudos e Planeamento na sua área específica se limitou a algumas colaborações muito pontuais, dado o envolvimento do Chefe daquela Divisão neste Departamento.

## **I. A CCDRC EM COOPERAÇÃO: ENQUADRAMENTO**

No âmbito das suas competências relacionadas com a promoção da cooperação com outras regiões europeias e mundiais, através do aprofundamento do conhecimento mútuo, da identificação de áreas relevantes para a troca de experiências, da concretização de projectos de desenvolvimento regional conjuntos e da participação em redes e organismos internacionais, a CCDRC está envolvida nas seguintes iniciativas de cooperação interregional e internacional:

### **1.1.GESTÃO DE PROGRAMAS COMUNITÁRIOS**

A CCDRC participa nas estruturas de gestão de diversos Programas da Iniciativa Comunitária INTERREG III:

- INTERREG IIIA Portugal/Espanha;
- INTERREG IIIA Portugal/Espanha: Subprograma 3. Centro – Castilla y León;
- INTERREG IIIA Portugal/Espanha: Subprograma 4. Centro – Alentejo - Extremadura;
- INTERREG IIIB Sudoeste Europeu.

#### **1.1.1. INTERREG IIIA Portugal/Espanha**

A CCDRC é membro do **Comité de Acompanhamento** e do **Comité de Gestão Conjunto** do INTERREG IIIA Portugal/Espanha.

#### **1.1.2. INTERREG IIIA Portugal/Espanha: Subprograma 3. Centro – Castilla y León**

A CCDRC é membro do **Sub-Comité de Gestão** do Subprograma 3. Centro – Castilla y León, detendo a Co-Presidência deste órgão, em parceria com a Junta de Castilla y León.

A CCDRC assegura ainda a antena portuguesa do **Secretariado Técnico** deste Subprograma.

#### **1.1.3. INTERREG IIIA Portugal/Espanha: Subprograma 4. Centro - Alentejo - Extremadura**

A CCDRC é membro do **Sub-Comité de Gestão** do Subprograma 4. Centro – Alentejo - Extremadura, detendo a Co-Presidência deste órgão, em parceria com a CCDRALentejo e a Junta da Extremadura.

A CCDRC assegura ainda a antena na Região Centro do **Secretariado Técnico** deste Subprograma.

#### **1.1.4. INTERREG IIIB Sudoeste Europeu**

A CCDRC é membro do **Comité de Acompanhamento** e do **Comité de Programação** do INTERREG IIIB Sudoeste Europeu.



## **1.2. REDES DE COOPERAÇÃO**

A CCDRC participa em diversas redes de cooperação internacional de carácter transfronteiriço e interregional.

### **1.2.1. COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA**

Ao nível da cooperação transfronteiriça, entre Portugal e Espanha, a CCDRC participa nas seguintes redes de cooperação :

- Comunidade de Trabalho Região Centro - Castilla y León;
- Comunidade de Trabalho Região Centro – Extremadura;
- Pólo Universitário Transfronteiriço.

#### **1.2.1.1. Comunidade de Trabalho Região Centro - Castilla y León**

No seguimento de contactos que se foram estabelecendo de forma relativamente regular entre a Comissão de Coordenação da Região Centro e a Junta de Castilla y León, foi assinada em Coimbra, no dia 29 de Maio de 1990, uma Declaração Conjunta através da qual se formaliza o início das relações institucionais.

Cinco anos mais tarde, em 3 de Março de 1995, é assinado em Valladolid o Protocolo de Cooperação entre a CCRC e a Junta de Castilla y León o qual, aprofundando as intenções da Declaração Conjunta, estabelece bases mais firmes para a cooperação institucional, criando a designada Comunidade de Trabalho. É no âmbito desta Comunidade de Trabalho que tem vindo a decorrer um grande número de iniciativas e a promover-se projectos de cooperação transfronteiriça envolvendo agentes locais e regionais da Região Centro e de Castilla y León.

Tal como consagrado no protocolo que instituiu a Comunidade de Trabalho Região Centro - Castilla y León, foram criados diversos grupos de trabalho, designados de Comissões Sectoriais, que se constituem como espaços de debate, troca de experiências e concretização de acções conjuntas ou de interesse comum para ambas as regiões. As

Comissões Sectoriais são, neste contexto, o fórum privilegiado para a identificação e preparação de projectos de cooperação transfronteiriça.

O apoio e a coordenação destas Comissões Sectoriais é assegurado pelo Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças - estrutura técnica com pólos na Comissão de Coordenação da Região Centro e na Junta de Castilla y León - o qual garante o funcionamento da Comunidade de Trabalho.

#### **1.2.1.2. Comunidade de Trabalho Região Centro - Extremadura**

A Comunidade de Trabalho entre a Região Centro de Portugal e a região da Extremadura (Espanha) foi constituída formalmente em 27 de Maio de 1994 através da assinatura, na Ponte de Alcântara (Extremadura), do Protocolo de Cooperação entre a CCRC e a Junta da Extremadura. Este protocolo surge como corolário dos contactos estabelecidos entre estas regiões, em estreita articulação com organismos de cooperação internacional, designadamente a ARE - Assembleia das Regiões da Europa e a ARFE.

O protocolo que instituiu a Comunidade de Trabalho propõe a constituição de grupos de trabalho sectoriais -Comissões Técnicas - no seio dos quais se promovem parcerias e identificam iniciativas de cooperação transfronteiriça. Estes grupos são o espaço privilegiado para a definição de projectos de cooperação, designadamente no âmbito da IC INTERREG.

Ainda de acordo com o protocolo, a Região Centro e a Extremadura constituíram os Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças como instrumentos de apoio técnico e de suporte às acções que se realizam no âmbito daquele protocolo. Assim, estas estruturas desempenham um papel importante quer na assistência aos trabalhos das Comissões Técnicas quer no apoio logístico às actividades promovidas pelos actores locais e regionais, agilizando a circulação de informação nomeadamente sobre actividades a decorrer em cada uma das regiões.

### 1.2.1.3. Pólo Universitário Transfronteiriço

O Pólo Universitário Transfronteiriço Centro - Castilla y León é uma associação das 3 universidades públicas e 5 politécnicos da Região Centro, as 5 universidades públicas de Castilla y León e ainda a Comissão de Coordenação da Região Centro e a Junta de Castilla y León.

O seu objectivo genérico é o estabelecimento de mecanismos de cooperação com base na comunidade de interesses das entidades associadas, numa perspectiva de potencialização dos recursos próprios e dos meios disponibilizados pela União Europeia, enquanto instrumentos de financiamento de acções e projectos conjuntos entre estas instituições.

Integram o Pólo os seguintes estabelecimentos de ensino superior da Região Centro:

- Instituto Politécnico de Castelo Branco;
- Instituto Politécnico de Coimbra;
- Instituto Politécnico da Guarda;
- Instituto Politécnico de Leiria;
- Instituto Politécnico de Viseu;
- Universidade de Aveiro;
- Universidade da Beira Interior;
- Universidade de Coimbra.

Integram o Pólo as seguintes universidades de Castilla y León:

- Universidade de Burgos;
- Universidade de León;
- Universidade Pontifícia de Salamanca;
- Universidade de Salamanca;
- Universidade de Valladolid.

### 1.2.2. COOPERAÇÃO INTERREGIONAL

A CCDRC participa das seguintes associações europeias:

- Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM);
- Assembleia das Regiões Europeias Vitícolas (AREV).

### **1.2.2.1. Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM)**

A CRPM - Conferência das Regiões Periféricas Marítimas é uma associação de 145 regiões europeias que compartilham características comuns, nomeadamente as que resultam do seu carácter periférico relativamente aos centros de decisão política e económica no espaço europeu.

A CRPM assume-se, neste quadro, como um instrumento de acção conjunta, por parte das regiões-membro, com vista ao exercício de uma influência nos processos de governação europeia e a uma maior participação destes territórios periféricos na condução das políticas de desenvolvimento regional, centralizando as questões da litoralidade.

A CRPM estrutura-se em comissões geográficas (Comissão do Arco Atlântico; Comissão do Mar Báltico; Comissão das Ilhas; Comissão Intermediterrânea; Comissão do Mar do Norte; Comissão dos Balcãs; Comissão do Mar Negro), sendo a Região Centro membro da Comissão do Arco Atlântico (CAA). Esta associação de regiões (CAA) reúne actualmente 30 regiões da fachada atlântica e estrutura-se segundo um modelo de grupos de trabalho temáticos : Ambiente/Ordenamento das Zonas Costeiras, Transportes, Pesca, Investigação e Cultura/Identidade Atlântica. A CCDRC participa de uma forma mais activa nos grupos do Ambiente e Ordenamento das Zonas Costeiras e Transportes.

A participação da CCDRC nestas associações implica o pagamento de uma quota anual de 18.231 Euros (valor de 2003), sendo 14.518 Euros relativos à participação na CRPM e 3.713 Euros referentes à participação na CAA.

### **1.2.2.2. Assembleia das Regiões Europeias Vitícolas (AREV)**

A AREV - Associação das Regiões Europeias Vitícolas reúne cerca de cinco dezenas de regiões europeias com o objectivo de promover os interesses comuns das regiões vitícolas na economia europeia e mundial no espírito da promoção e potencialização da cultura do vinho e da vinha.

Na prossecução dos seus objectivos, a AREV promove o diálogo dos seus associados e dos profissionais ligados à vitivinicultura com as instituições nacionais, europeias ou mundiais com responsabilidades no sector, através da realização de acções de concertação e

cooperação. A Região Centro detém uma das vice-presidências desta associação, participando, técnica e financeiramente, em parceria com o Conselho Vitivinícola Regional das Beiras. A quota anual é de 5.000 Euros, dos quais a CCRC assegura 1/3 e o CVRB os restantes 2/3.

### **1.3. PROJECTOS DE COOPERAÇÃO APOIADOS PELA IC INTERREG III**

Os projectos de cooperação em que a CCDRC está envolvida são essencialmente projectos aprovados no âmbito de diversos programas INTERREG III, já referidos no relatório apresentado anteriormente:

- Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Centro – Castilla y León;
- Comunidade Territorial Beira Interior Norte – Salamanca;
- Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Centro – Alentejo – Extremadura;
- Novas Procuras, Novos espaços e Novos Produtos Turísticos para as Zonas Rurais do Sudoeste Europeu;
- Estudo para a elaboração de um esquema de desenvolvimento policêntrico do Espaço Atlântico;
- Os efeitos territoriais e a gestão de riscos naturais e tecnológicos em geral e relacionados com as alterações climáticas.

## II. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DPDRC

O Departamento de Promoção do Desenvolvimento Regional e da Cooperação (DPDRC) assegura a participação da CCDRC nas iniciativas de cooperação atrás descritas.

Assim, durante o ano de 2003 o DPDRC concretizou as actividades que a seguir se descrevem.

### 2.1.GESTÃO DE PROGRAMAS COMUNITÁRIOS

#### 2.1.1. INTERREG IIIA Portugal/Espanha

Realizou-se no dia 26 de Setembro a segunda reunião do **Comité de Acompanhamento**, em Alter do Chão. Nesta reunião ficou decidido que seria realizada uma segunda convocatória para apresentação de candidaturas ao programa (até Março de 2004 deveriam estar identificadas as candidaturas admitidas).

Realizou-se a segunda reunião do **Comité de Gestão Conjunto** em 28 de Abril de 2003, em Lisboa. Esta reunião teve como principal finalidade a confirmação das decisões tomadas pelos diversos Sub-comités de Gestão relativamente às candidaturas apresentadas à primeira convocatória do programa.

O DPDRC assegurou a participação nestas reuniões.

O DPDRC assegurou ainda a participação da CCDRC em diversas reuniões de trabalho que envolvem a Coordenação Nacional do Programa e as CCDR que participam no INTERREG IIIA. Estas reuniões têm por objectivo estabelecer consensos sobre regras e procedimentos a aplicar nos diversos subprogramas e apoiar a Coordenação Nacional na definição de estratégias para as negociações com a Coordenação de Espanha.

### 2.1.2. INTERREG IIIA Portugal/Espanha: Subprograma 3. Centro – Castilla y León

Realizou-se a segunda reunião do **Sub-comité de Gestão** em 14 de Abril de 2003, em Salamanca. Nesta reunião foi tomada a decisão sobre as candidaturas apresentadas a este subprograma na convocatória que decorreu em 2002.

As 45 candidaturas representavam um investimento total de 172,6 MEuros e uma comparticipação FEDER de 123,9 MEuros (62,9 Meuros de parceiros da Região Centro e 61,0 Meuros de parceiros de Castilla y León).

Em função das disponibilidades do Sub-programa, foram aprovadas 24 candidaturas com um custo elegível de 43 MEuros e uma ajuda FEDER de 32 MEuros (10 MEuros referentes a parceiros portugueses e 22 MEuros referentes a parceiros espanhóis).

O DPDRC, enquanto antena do **Secretariado Técnico** do Subprograma na Região Centro, assegurou as seguintes tarefas:

- introdução dos dados das candidaturas na base de dados criada para aplicação do processo de instrução e selecção de candidaturas;
- avaliação das candidaturas segundo os critérios definidos no processo de instrução e selecção de candidaturas;
- consensualização com as antenas de Castilla y León e de Madrid sobre as pontuações a atribuir a cada candidatura;
- preparação da documentação para decisão do Sub-comité de Gestão: Ficha de Instrução e Ficha de Decisão;
- notificação da decisão do Sub-comité de Gestão relativamente às candidaturas em que o Chefe de Fila é da Região Centro;
- preparação do acordo entre Autoridade de Gestão e Chefe de Fila e respectivos anexos para assinatura pelas duas partes;
- divulgação de “Guia de apoio à gestão de projectos” e dos formulários de pedidos de pagamento;
- certificação de despesas dos parceiros portugueses e acompanhamento dos pedidos de pagamento dos projectos com Chefes de Fila da região.

No dia 1 de Julho realizou-se em Almeida um seminário dirigido aos Chefes de Fila, sobre a gestão de projectos e em particular a formalização de pedidos de pagamento, dada a complexidade de procedimentos. Este seminário foi organizado conjuntamente pelo DPDRC e pela Coordenação Nacional do Programa.

### **2.1.3. INTERREG IIIA Portugal/Espanha: Subprograma 4. Centro - Alentejo - Extremadura**

Realizou-se a segunda reunião do **Sub-comité de Gestão** em 23 de Abril de 2003, em Mérida. Nesta reunião foi tomada a decisão sobre as candidaturas apresentadas a este sub-programa na convocatória que decorreu em 2002.

Das 111 candidaturas a este Sub-programa, 28 envolviam parceiros da Região Centro. Estas representavam um investimento total de 125,1 MEuros e uma participação FEDER de 93,8 MEuros (24,0 MEuros de parceiros da Região Centro, 8,4 MEuros de parceiros do Alentejo e 61,5 MEuros de parceiros da Extremadura).

Em função das disponibilidades do Sub-programa, foram aprovadas 13 candidaturas com parceiros da Região Centro que representam um custo elegível de 40,2 MEuros e uma ajuda FEDER de 30,1 MEuros (8,5 MEuros de parceiros da Região Centro, 2,8 MEuros de parceiros do Alentejo e 18,8 MEuros de parceiros da Extremadura).

À semelhança do anterior subprograma, enquanto antena do Secretariado Técnico na Região Centro, o DPDRC assegurou as mesmas tarefas relacionadas com a instrução e selecção de candidaturas e acompanhamento da sua execução (certificação de despesas e pedidos de pagamento).

Realizou-se também um seminário para Chefes de Fila no dia 24, em Cáceres, onde o DPDRC participou.

### **2.1.4. INTERREG IIIB Sudoeste Europeu**

Realizaram-se as reuniões do **Comité de Acompanhamento** e do **Comité de Programação** no dia 20 de Maio de 2003, em Toulouse.



Na reunião do Comité de Acompanhamento foi aprovado o relatório anual de execução referente a 2002, o orçamento da assistência técnica e foram apreciados os projectos aprovados no Comité de Programação (2002 e 2003), para além de outros assuntos relacionados com a gestão do programa.

Na reunião do Comité de Programação foram apreciadas as candidaturas apresentadas à primeira convocatória na 2ª fase e as candidaturas transitadas da 1ª fase.

Foram aprovados 30 projectos com um FEDER de 27,3 MEuros, dos quais 5,8 MEuros correspondem a parceiros portugueses. Dos 30 projectos aprovados, 23 têm parceiros portugueses, dos quais 6 com parceiros da Região Centro.

O DPDRC assegurou a participação nestas reuniões.

## **2.2.REDES DE COOPERAÇÃO**

### **2.2.1. COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA**

#### **2.2.1.1. Comunidade de Trabalho Região Centro - Castilla y León**

O ano de 2003 é um período de transição durante o qual não se registaram actividades relevantes no âmbito da Comunidade de Trabalho. Efectivamente, no ano anterior realizou-se o respectivo plenário, onde se procurou lançar um conjunto de iniciativas de cooperação entre as duas regiões, algumas das quais vieram a obter financiamento pelo INTERREG IIIA. Efectivamente, muitas das entidades que participam na Comunidade de Trabalho mais activamente – administração pública, autarquias, associações empresariais e instituições de ensino superior - encontram-se envolvidas na execução de projectos aprovados na 1.ª convocatória do Sub-Programa 3 do Interreg IIIA, com execução em 2003 e 2004, pelo que as actividades, durante este ano, se resumiram a contactos frequentes, através dos GIT, com vista ao intercâmbio de informação entre os parceiros ou ao esclarecimento de questões relacionadas com a cooperação.

### **2.2.1.2. Comunidade de Trabalho Região Centro - Extremadura**

Tal como na situação anterior, durante este ano não foi concretizada nenhuma acção no âmbito da Comunidade de Trabalho com a Extremadura, uma vez que estamos num ano de execução dos projectos aprovados no Sub-Programa 4 do Interreg IIIA. Neste contexto, os trabalhos limitaram-se ao desenvolvimento de contactos regulares e intercâmbio de informação entre entidades que integram a Comunidade de Trabalho.

### **2.2.1.3. Pólo Universitário Transfronteiriço**

Não houve participação em reuniões ou actividades do Polo Universitário Transfronteiriço.

## **2.2.2. COOPERAÇÃO INTERREGIONAL**

### **2.2.2.1. Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM)**

Conforme foi referido na apresentação da CRPM, a CCDRC participa de uma forma mais activa nos grupos do Ambiente e Ordenamento das Zonas Costeiras e Transportes, estando nomeados para acompanhar as respectivas actividades o Eng. António Relvão (Ambiente e Ordenamento das Zonas Costeiras) e a Eng. Ana Veneza (Transportes).

O grupo de trabalho dos Transportes desenvolveu uma importante actividade relacionada com o processo de revisão das Redes Transeuropeias de Transportes, tendo produzido um documento que pretende ser um contributo para o desenvolvimento policêntrico do território europeu e possibilitar uma boa interconexão dos territórios atlânticos com o conjunto da Europa.

O papel do DPDRC relacionou-se apenas com o acompanhamento das actividades da CRPM neste contexto.

Foi ainda dada resposta a um inquérito enviado pela CRPM relacionado com a revisão da Carta Organizativa da instituição, num momento em que se questiona o seu futuro face ao alargamento da União Europeia.

#### **2.2.2.2. Assembleia das Regiões Europeias Vitícolas (AREV)**

O acompanhamento deste dossier é efectuado pela Dr. João Casaleiro, sendo responsabilidade do DPDRC assegurar as questões administrativas e financeiras da participação nesta associação.

### **2.3. PROJECTOS DE COOPERAÇÃO**

#### **2.3.1. Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Centro – Castilla y León**

O DPDRC assegura a execução deste projecto e a respectiva gestão administrativa e financeira.

A actividade do GIT resumiu-se à divulgação de informação relevante sobre as duas regiões – Centro e Castilla y León.

#### **2.3.2. Comunidade Territorial Beira Interior Norte - Salamanca**

Dado o atraso na aprovação das candidaturas, durante o ano foram feitos alguns contactos entra a CCDRC, através do DPDRC, e a Diputación de Salamanca para preparar o lançamento do projecto.

A principal actividade de 2003 relacionou-se com a dinamização do processo de cooperação entre as 9 Câmaras Municipais da Beira Interior Norte e a Diputación de Salamanca, com vista à preparação de candidaturas conjuntas à segunda convocatória do INTERREG IIIA.

#### **2.3.3. Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Centro – Alentejo – Extremadura**

O DPDRC assegura a execução deste projecto e a respectiva gestão administrativa e financeira.

À semelhança do anterior projecto GIT, a actividade resumiu-se à divulgação de informação relevante sobre as regiões Centro e Extremadura.

#### **2.3.4. Novas Procuras, Novos espaços e Novos Produtos Turísticos para as Zonas Rurais do Sudoeste Europeu**

Os Drs. Bernardo Campos e Jorge Brandão acompanham o respectivo dossier.

O DPDRC assegura a gestão administrativa e financeira do projecto.

O projecto foi aprovado em final de 2002, tendo o seu lançamento ocorrido em Janeiro de 2003, numa reunião entre os parceiros, realizada nas instalações da CCDRC (constituiu a 1.ª reunião do Comité de Pilotagem).

Durante o ano de 2003 realizaram-se seis reuniões do Comité de Pilotagem e, em algumas delas, houve lugar a visitas a locais, áreas rurais, cuja estratégia de desenvolvimento contempla a vertente turística.

Durante este ano foi elaborado um estudo sobre a procura turística, por parte de potenciais turistas europeus provenientes de países como a Inglaterra e a Alemanha, para além daqueles pertencentes aos países que participam no projecto (classe média e média/alta).

Deste estudo realcem-se as conclusões seguintes:

- potenciais clientes a privilegiar (por ordem de importância):
  - Europa do Norte (Ingleses e Alemães)
  - endógenos (do próprio país)
  - inter-regionais;
- divulgação: privilegiar artigos em jornais e revistas (em especial femininas), mais do que campanhas publicitárias; criar/melhorar “sites” na internet, pois esta é muito usada por ingleses, alemães e espanhóis para procurarem e programarem as respectivas férias e períodos de lazer e tempos livres;
- a procura é relativamente homogénea (note-se que foram questionados potenciais turistas nas cidades de Lisboa, Madrid, Paris, Londres e Frankfurt, da classe “média alta”). As diferenças não acontecem, como porventura seria de esperar, entre países,

mas entre tipos de consumidores (casais com filhos *versus* casais sem filhos/indivíduos);

- a existência de um “triângulo mágico”: “cliente” – “espaço geográfico” – “recursos (humanos)”;
- papel dos actores locais: “animação”, “acolhimento”, “ordenamento”.

### **2.3.5. Estudo para a elaboração de um esquema de desenvolvimento policêntrico do Espaço Atlântico**

A Eng. Ana Veneza acompanha o dossier do projecto.

O DPDRC colaborou na preparação da candidatura e assegura a gestão administrativa e financeira do projecto.

### **2.3.6. The spatial effects and management of natural and technological hazards in general and in relation with climate change**

O Eng. António Relvão, a Dra. Teresa Gil e o Dr. Jorge Brandão acompanham o dossier do projecto.

O DPDRC assegura a gestão administrativa e financeira do projecto.

Durante 2002 foram dados contributos para a elaboração do primeiro e segundo relatórios do projecto.

## **2.4. OUTRAS ACTIVIDADES**

### **2.4.1. Divulgação do programa INTERREG IIIB – Espaço Atlântico**

Apesar da CCDRC não estar envolvida na gestão do programa, foi feita divulgação dos respectivos documentos e orientações junto de um vasto leque de entidades da Região Centro (Câmaras Municipais e Associações de Municípios, Administração Central, Associações Empresariais, Associações de Desenvolvimento, entre outros) com vista à

participação do maior número de entidades da região em candidaturas, no âmbito da convocatória que decorreu entre 9 de Dezembro de 2002 e 14 de Março de 2003.

Foi ainda realizada a divulgação, junto das entidades da região, de intenções de projectos em fase de preparação e de procura de parceiros por parte de entidades estrangeiras. Da mesma forma foi prestado apoio a entidades da Região Centro que pretendiam identificar potenciais parceiros noutros países para as suas propostas de projectos.

#### **2.4.2. Divulgação do programa INTERREG IIIC –Zona Sul**

Foi também feita a divulgação do programa e das convocatórias que decorreram em 2003 (entre 10 de Outubro de 2002 e 10 de Janeiro de 2003 e entre 16 de Junho e 26 de Setembro do mesmo ano) junto de entidades da Região Centro.

Foi ainda prestado apoio na identificação de parceiros e projectos para entidades da região e de outros países que nos contactaram.

#### **2.4.3. Site CCRC-COOPERAÇÃO**

Integrando o site da CCDRC encontra-se o site “Cooperação” onde o DPDRC disponibiliza informação sobre as actividades de cooperação, nomeadamente relacionada com a IC INTERREG III. Este site foi sendo actualizado com a documentação mais relevante associada aos programas em que a Região Centro participa: Documentos da Comissão Europeia, Documentos Únicos de Programação, Complementos de Programação, Formulários de Candidatura, Guias de Apoio aos Promotores, etc.).

**DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E  
FINANCEIRA**

**Directora de Serviços: Dr.<sup>a</sup> Isabel Azevedo**

**Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial**

**Chefe de Divisão: Dr.<sup>a</sup> Inácia Moura**

**Divisão de Recursos Humanos**

**Chefe de Divisão: Dr.<sup>a</sup> Maria João Monteiro**

I. Ao nível do **Departamento de Gestão Administrativa e Financeira**, pode considerar-se que o ano de 2003 revelou algumas particularidades relativamente a períodos anteriores:

- ✓ Em primeiro lugar, o ano de 2003 foi, em termos orçamentais, um período de forte contracção. As restrições orçamentais ditadas pelo Ministério da Finanças para o Orçamento do Estado, tiveram um efeito ampliado no que toca ao orçamento da CCR, já que sofreu sérios cortes, que exigiram austeridade na gestão orçamental. E porque o dinheiro rege a actividade, foi necessário um apurado exercício de expurgo financeiro, de modo a lograr-se atingir o final do período orçamental sem quebra de pagamentos;
- ✓ Por outro lado, em resultado de circunstâncias alheias, mas que de todo o modo se reflectem, de forma muito impressiva, na actividade de administração, a CCRC viveu um largo período do ano em referência desfalcada da maior parte dos seus órgãos máximos, grande parte dele em regime de gestão corrente, o que representou um redobrado esforço para a área da administração;
- ✓ Por seu lado, o Decreto-Lei nº 104/2003 veio trazer aos serviços uma profunda alteração orgânica: extinguindo as Comissões de Coordenação Regional (CCR) e as Direcções Regionais do Ambiente e Recursos Naturais (DRAOT), criou as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), transferindo para elas as atribuições e competências bem como as estruturas de funcionamento daqueles extintos serviços. Como facilmente se compreende, este processo fusionário gerou, no trimestre final do ano, uma sensível perturbação ao nível da gestão, não só pelo processo em si mesmo, como também em resultado do reordenamento dos espaços e instalações e da necessidade, de tudo isso resultante, de desestruturar e reestruturar práticas e funcionamentos administrativos e de gestão;
- ✓ Uma muito específica circunstância contribuiu também para algumas dificuldades funcionais sentidas após a efectiva fusão dos serviços extintos, operada, em termos práticos, somente após a posse da nova estrutura dirigente – o facto de, em cada um



daqueles serviços, existir uma estrutura com atribuições e competências na área da administração, com práticas, procedimentos e meios humanos próprios.

Tal situação, potenciadora de uma bicefalia incompatível com o funcionamento unitário dos serviços, designadamente no que toca à área financeira, foi, contudo ultrapassada por um esforço de convergência e estreitamento de colaboração que muito melhorou a quando da concentração (da quase totalidade) dos serviços administrativos no mesmo espaço físico.

- ✓ A entrada de uma nova estrutura dirigente, veio trazer uma nova linha de rumo à linha de gestão da recém criada CCDR, tendo implicado, por isso, no trimestre final do período ora em apreço, um esforço redobrado e uma dedicação total desta área.

Ainda que por algumas destas razões não se tenha logrado atingir a profundidade pretendida para as intervenções e iniciativas tendentes a melhorar o desempenho ao nível da gestão, procuraram-se atingir os seguintes objectivos e resultados:

- ☒ Melhoria prioritária da qualidade do sistema informático de informação financeira para apoio à tomada de decisão e gestão orçamental, no que respeita à fiabilidade de dados e à pertinência.

Nesta âmbito, procedeu-se à implementação de um novo sistema integrado das diferentes áreas administrativas e financeiras, no qual estiveram sempre presentes mecanismos de controlo de gestão e de avaliação da actividade desenvolvida.

Esta acção desenvolveu-se numa primeira fase, tendo apenas em conta ao universo da ex-CCR; no período final de 2003 abrangeu já a ex-DRAOT, o que foi, desde logo efectuado tendo em vista uma prática unificada para 2004.

- ☒ Ainda que o orçamento privativo da CCR Centro para o ano de 2003 tenha sido, à partida, um orçamento escasso – mesmo deficitário – conseguiu-se, ao longo da execução anual, fruto de medidas internas de controlo de despesa pública mais do que propriamente em resultado de um aumento de receita própria, o equilíbrio da situação financeira da ex-CCRC.

Este equilíbrio veio possibilitar algumas promoções, em resultado de concursos que se encontravam suspensos por falta de cabimento orçamental.

Considerando, contudo, que as disponibilidades financeiras obtidas não permitiam uma promoção geral em todas as categorias, optou-se, tendo em conta critérios de justiça e equidade, efectivar aquelas promoções apenas em relação a categorias profissionais de índices salariais baixos (e, por isso, com vencimentos módicos).

Por outro lado, esta gestão orçamental veio ainda permitir satisfazer um conjunto de encargos da estrutura da ex-DRAOT, para as quais esta não reunia já as necessárias disponibilidades financeiras no seu orçamento.

- ☒ O funcionamento unitário dos serviços das ex CCR e DRAOT, em resultado da já referida fusão, trouxe a necessidade de, tendo em vista estabelecer uma raiz comum de funcionamento, proceder a um trabalho de unificação e uniformização de fórmulas, práticas e procedimentos.

Este trabalho foi simultânea e complementarmente acompanhado de uma reafecção de funcionários, tendo em vista a melhor adequação de capacidades e funções às novas necessidades.

- ☒ Por outro lado, visando melhorar as sinergias dos serviços e, simultaneamente, racionalizar a ocupação de instalações bem como os encargos daí resultantes, tendo em conta a dispersão por vários locais dos serviços da ex-DRAOT, efectuou-se ainda a reestruturação da ocupação de instalações, realojando parte daqueles serviços no edifício-sede da CCDR, libertando assim um conjunto de espaços utilizados por arrendamento.

A área da gestão administrativa e financeira, não é, contudo um serviço final: coordenando e procurando delinear instrumentos de optimização, visa levar a bom porto a gestão de dois recursos que lhe estão confiados, através da actividade dos serviços nela integrados – os recursos humanos e os recursos financeiros – pressupondo, necessariamente, uma interacção e colaboração positiva, permanente e solidária de toda a estrutura da CCDRC.

**II. A Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial**, no decurso do ano de 2003, pautou-se pelas seguintes acções:

1. Coordenação e elaboração da execução dos instrumentos de gestão financeira da CCDR Centro, bem como assegurar todo o expediente relativo á gestão financeira dos GAT's.
2. Preparação e execução dos documentos provisionais, elaboração do orçamento privativo da comissão, e dos, projectos ou serviços dela dependentes.
3. Execução do controle orçamental global e sectorial com vista ao conhecimento atempado da evolução orçamental e á adopção de medidas adequadas á gestão integrada dos recursos financeiros da CCDR Centro.
4. Organização da conta de gerência anual e preparação dos documentos necessários para ratificação dos mesmos no conselho administrativo.
5. Executar os procedimentos necessários á aquisição de bens e serviços e assegurar o controle dos bens consumíveis.

### **Projectos e Acções Prioritários**

1 - Os objectivos relevantes para 2003 pautaram-se por manter em tempo útil respostas ás diversas solicitações que são exigidas á divisão, havendo necessidades de existir um controle contabilístico rápido e eficaz que responda de imediato ás varias solicitações

Deste modo tentou-se:

- Implementar mecanismos conducentes a um maior rigor orçamental.
- Implementar uma nova aplicação informática que irá permitir a ligação a outros módulos destinados a outras áreas administrativas que deverão estar interligadas, nomeadamente recursos humanos, vencimentos e aprovisionamento. A aplicação informática GIAF da CPC na área da gestão financeira tem capacidade para gerir a contabilidade orçamental desagregada por

centros de custos relativamente ao orçamento de funcionamento da CCDR Centro, PIDDAC e extra orçamentais (financiamento comunitário).

2. Recursos afectos:

Humanos:

Secção de Contabilidade e Orçamento = 6+2 (técnicos contratados afectos á estrutura do PORC)

Secção de Logística e Património = 3

Tesouraria = 1+1 (técnico contratado afecto á estrutura do PORC)

**Actividades Desenvolvidas - 2003**

1 - Secção de contabilidade, orçamento e conta:

- Elaboração do orçamento ordinário, alterações orçamentais e respectivos balancetes mensais.
- Elaboração dos relatórios e mapas de controle da execução orçamental da CCDRC e dos programas do PIDDAC.
- Implementação do arranque de um novo sistema de informação integrado (“GIAF”) para os módulos de Gestão Financeira em interligação com o módulo de Gestão Patrimonial e Tesouraria e Recursos Humanos.
- Elaboração das requisições mensais de fundos do orçamento de funcionamento e de cada um dos Programas do PIDDAC, geridos pela CCDRC e a remeter à 7ª e 14ª Delegação da Contabilidade Pública.
- Escrituração dos livros de contabilidade em paralelo com o controle informático de toda a receita e despesa a fim, de assegurar um sistema que permita em qualquer momento conhecer a posição contabilística e respectivo controle orçamental.
- Escrituração do registo de todos os movimentos de receita e de despesa dos diversos financiamentos – FEDER, FSE e OSS.
- Acompanhamento mensal da situação contabilística e financeira dos GAT’S através dos documentos de despesa, balancete e folha de cofre, com vista à reposição do Fundo de Maneio.

- Elaboração dos dossiers tendo por base a recolha dos documentos de despesa para imputação aos diversos projectos com contrapartida comunitária tais como:
  - Interreg
  - PRAI
  - Assistência Técnica ao PORC – III QCA
  
- Elaboração e controle das listagens de entrega dos descontos, nomeadamente à Caixa Geral de Aposentações, ADSE, Sindicatos e Seguros.
  
- Apoio directo ao pessoal administrativo dos Gabinetes de Apoio Técnico, referente a procedimentos contabilísticos e outros assuntos de índole financeiro. Este apoio traduziu-se em deslocações de um funcionário afecto à área da Contabilidade aos serviços, para esclarecimento de dúvidas in loco.
  
- Controle contabilístico e financeiro das verbas do PIDDAC respeitantes aos seguintes Programas:
  - Instalações e Equipamento da CCDRC e GAT'S;
  - Modernização, Sistema de Informatização, Decisão e Controle;
  - Cooperação Internacional e Interregional;
  - Divulgação da Informação Comunitária da Região Centro;
  - Estratégias de Inovação Regional;
  - PORC- Programa Operacional Regional Centro – III QCA;
  
- Projectos
  - AIBT e Valorização Territorial
  - Formação
  - Assistência Técnica PORC
  - SIG
  - AIA
  
- Promoção e Divulgação
  
- Elaboração e organização de toda a documentação respeitante à receita e despesa para apresentação e apreciação das reuniões do Conselho Administrativo da CCDRC.
  
- Elaboração e organização da Conta Anual de Gerência do ano em curso com preparação dos elementos necessários à elaboração do respectivo relatório, a apresentar ao Tribunal de Contas.

## 2 - Secção de Logística e Património

- Organização dos procedimentos contratuais tendo por base a aquisição de bens e serviços e assegurar o planeamento e controle das existências dos bens consumíveis.
- Assegurar a gestão de todo o património afecto à CCDRCentro zelando pela sua conservação e manutenção.
- Assegurar a gestão do parque automóvel afecto à CCDRCentro.
- Organizar e manter actualizado o cadastro e inventário dos bens móveis e imóveis que constituem o património providenciando pela sua manutenção e segurança.

## 3 – Tesouraria

- Liquidação das despesas devidamente autorizadas através do sistema de homebanking-Direcção Geral do Tesouro.
- Arrecadação da receita.
- Elaboração do mapa de tesouraria integrante à conta de gerência

## INDICADORES DE REALIZAÇÃO FINANCEIRA

Apresentam-se seguidamente alguns indicadores que reflectem a capacidade de realização dos Serviços, relativamente à dotações que lhe foram atribuídas e a taxa de realização dos vários tipos de despesa.

### **1. RECEITA**

#### *1.1. Estrutura Orçamental da Receita*

Para efeito da elaboração do presente relatório, foram escolhidos alguns indicadores de gestão que reflectem a capacidade de realização dos serviços relativamente às dotações atribuídas.

Em 2003 a composição da estrutura da Receita Global do Orçamento da CCDRC é a constante do Quadro I.

Constata-se da leitura do Quadro I e respectivo gráfico I que o Financiamento Comunitário apresenta 95,68% do total das receitas. Dentro das verbas transferidas e referentes ao Financiamento Comunitário teve um peso muito significativo as verbas destinadas ao Programa Operacional da Região Centro (Eixo I, II e III).

As receitas da Comissão para o seu orçamento de funcionamento transferidas do OE representam apenas 38,06% do total da receita.

#### *1.2. Fontes de Financiamento – Orçamento de Funcionamento*

Constata-se da leitura do Quadro II que constituem fontes de financiamento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro as receitas próprias e ainda a dotação atribuída pelo PIDDAC.

A receita total arrecadada foi de 6 964 687,35€ dos quais 2 150 498,35€ constituíram receita própria e 5 683 775,95€ a dotação atribuída pelo PIDDAC. Da leitura do Quadro II e respectivo gráfico as dotações provenientes dos OE representam 38,06% do total das disponibilidades financeiras, a receita inscrita através das receitas próprias 17,00% e o PIDDAC 44,94%.

### *1.3. Receita Própria*

Tendo em vista a análise da receita própria cobrada pela CCDR Centro foi elaborado o Quadro III, que reflecte os vários tipos de receita efectiva cobrada em 2003 e respectivos montantes.

## **2. DESPESA**

### *2.1. Orçamento*

Ao longo da execução orçamental houve necessidade de se efectuarem reforços e/ou alterações aos montantes atribuídos às diversas rubricas orçamentais.

Essas alterações resultaram de ajustamentos de rubricas relativas a pessoal que se encontravam insuficientemente dotadas resultante dos encargos com o inicio dos novo órgãos dirigentes nos termos do Dec.-Lei nº 104/2003 que criou as CCDR's.

### *2.2. Execução Orçamental*

Tendo em vista uma visão global da gestão orçamental foi elaborado o Quadro V que contem a execução orçamental do orçamento da CCDR Centro pelos diversos grupos de despesa, nomeadamente despesas correntes e despesas de capital, bem como o grau de realização de cada uma das despesas.

Da análise do Quadro há a referir o seguinte:

A despesa total foi de 6 612 373,00€, numa análise mais detalhada verifica-se que as despesas com pessoal representam 88,86% da despesa total, seguindo-se a aquisição de bens e serviços com 9,15% e as despesas de investimento apenas com 1,28%.

## **3. PIDDAC**

O PIDDAC continua a ser um importante instrumento de política económica e social, constituindo um relevante factor dinamizador de actividade económica e do mercado de trabalho por forma a assegurar a execução de importantes projectos de investimento de interesse nacional e ao mesmo tempo a absorção de fundos comunitários



foram geridos nesta CCDRC no âmbito do PIDDAC – 6 programas conforme consta do quadro VI, incluindo um programa 6 projectos.

A actividade da CCDRC, durante o ano de 2003, teve como objectivo o acompanhamento sistemático da execução dos vários programas.

O acompanhamento da execução dos diversos programas do PIDDAC respeita determinadas linhas de orientação nomeadamente:

- Elaboração dos relatórios trimestrais tendo em vista a apreciação global
- O controlo da execução orçamental de cada um dos programas incluídos em PIDDAC
- Apresentação de execução financeira relativa a todas as fontes de financiamento do PIDDAC.

A dotação atribuída à CCDRC, no âmbito do programa de investimento e despesa de desenvolvimento de Administração Central relativo a 2003 incluindo OE e fonte comunitária envolveu um montante de 6 571 826€ distribuídos pelos 6 programas, tendo sido incluído um saldo resultante da transição dos vários programas de 2002.

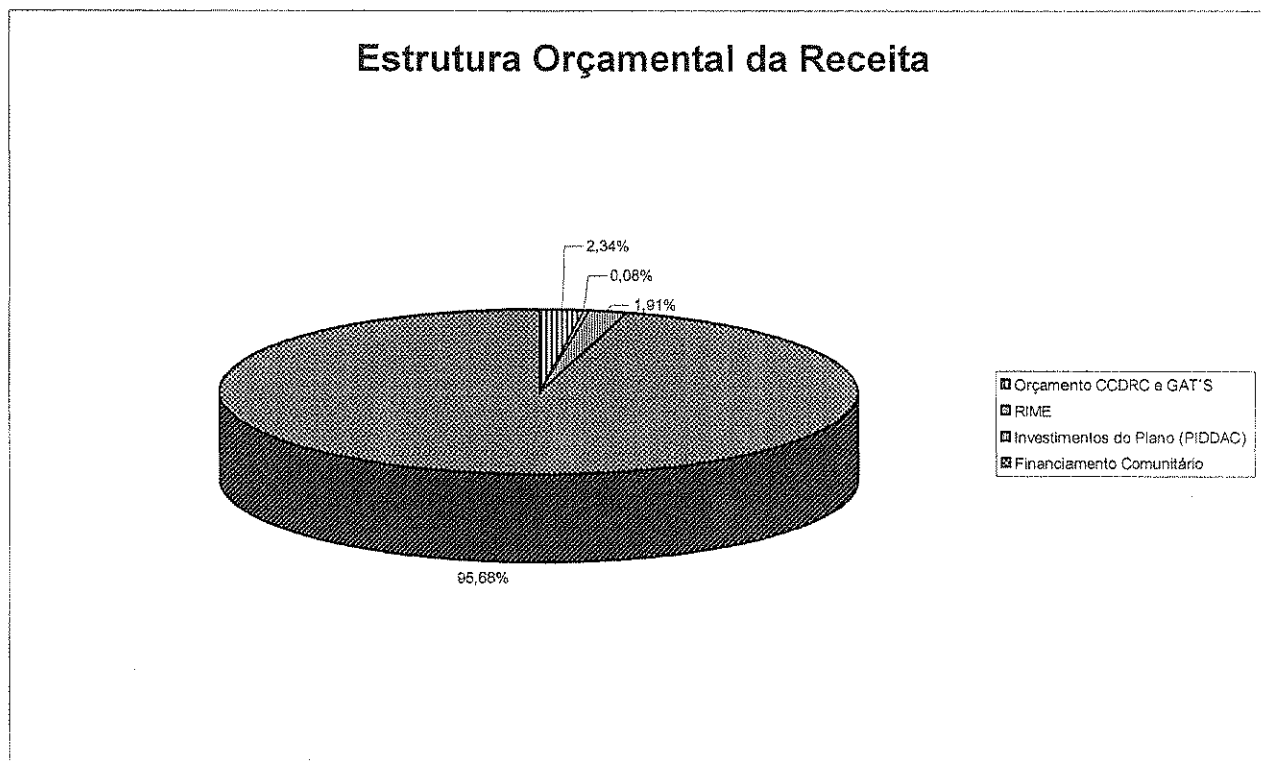
Assim a dotação ajustada conforme consta do mapa foi no montante de 8 268 843€, tendo sido realizada na totalidade dos programas uma despesa de 3 150 553,75€, transitando um saldo para 2004 no montante de 2 533 222,20€.

## Receita - 2003

Quadro I

Designação	Valor	%
Orçamento CCDRC e GAT'S	6.964.687,35	2,34
RIME	225.823,80	0,08
Investimentos do Plano (PIDDAC)	5.683.775,95	1,91
Financiamento Comunitário	285.069.012,73	95,68
<b>TOTAL</b>	<b>297.943.299,83</b>	<b>100,00</b>

Gráfico 1

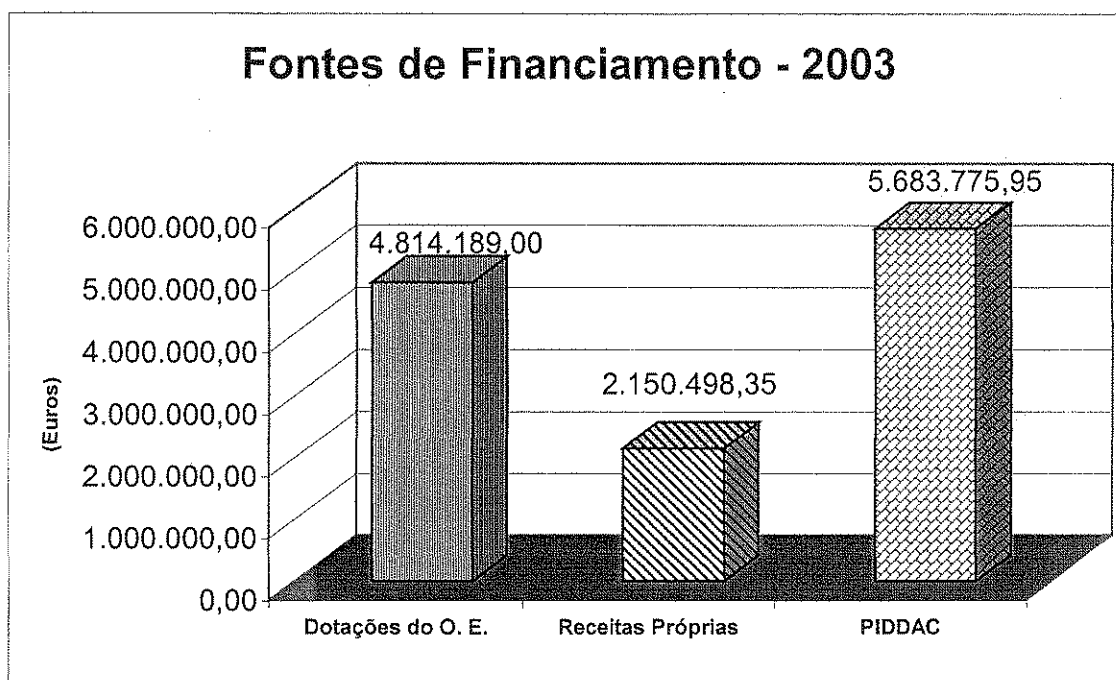


## Fontes de Financiamento - 2003

Quadro II

Fontes de Financiamento	Financiamento	%
<b>Dotações do O. E.</b>	<b>4.814.189,00</b>	<b>38,06</b>
<b>Receitas Próprias</b>	<b>2.150.498,35</b>	<b>17,00</b>
F.E.F.	869.956,00	40,45
Cam. Munic.	457.793,41	21,29
Exterior U.E. FEDER	444.479,53	20,67
Exterior U.E. FSE	9.512,78	0,44
Transferências IEFP	14.951,65	0,70
Saldo de Gerência Anterior	314.669,45	14,63
Outras Receitas	39.135,53	1,82
<b>Sub-Total</b>	<b>6.964.687,35</b>	<b>55,06</b>
<b>PIDDAC</b>	<b>5.683.775,95</b>	<b>44,94</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12.648.463,30</b>	<b>100,00</b>

Gráfico 2

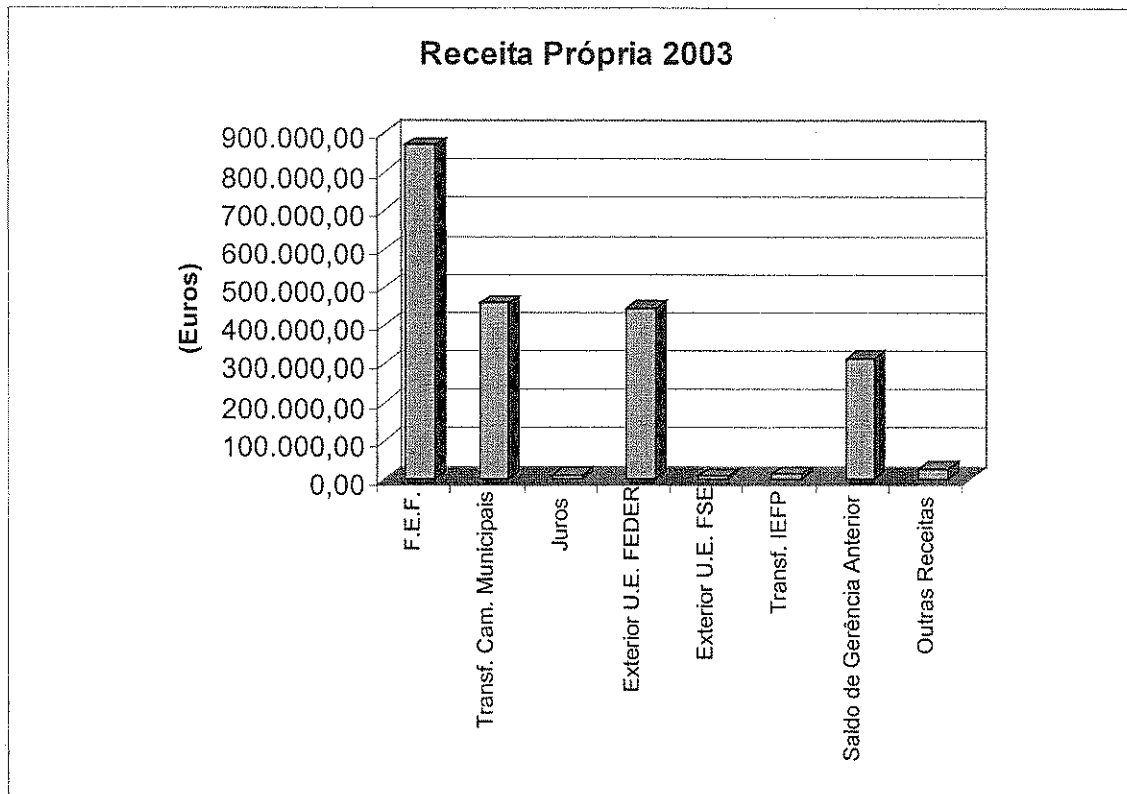


### Receita Própria - 2003

#### Quadro III

Designação	Valores 2003
F.E.F.	869.956,00
Transf. Cam. Municipais	457.793,41
Juros	10.387,67
Exterior U.E. FEDER	444.479,53
Exterior U.E. FSE	9.512,78
Transf. IEFP	14.951,65
Saldo de Gerência Anterior	314.669,45
Outras Receitas	28.747,86
<b>Total</b>	<b>2.150.498,35</b>

Gráfico 3



## 2 - DESPESA 2003

*Quadro IV*

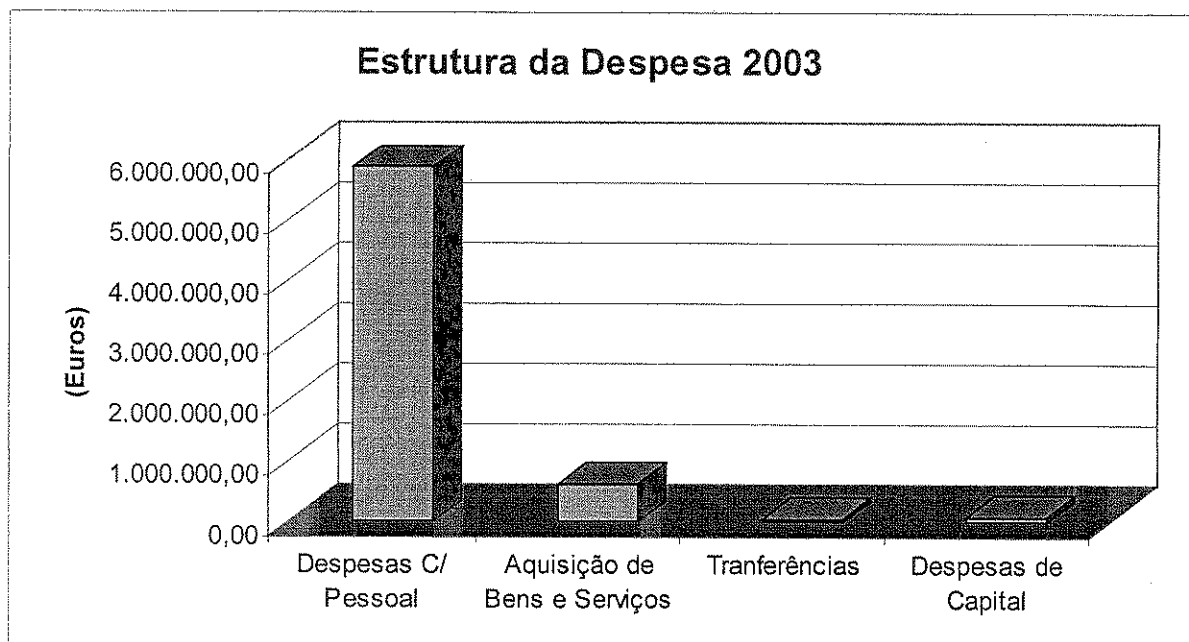
Designação	CCDRC	GAT'S	Total
Despesas com Pessoal (CCDRC e GAT'S)			5.876.318,71
Despesas Correntes	369.701,77	281.942,06	651.643,83
Despesas de Capital	3.125,50	81.284,96	84.410,46
Subtotal (Correntes + Capital)	372.827,27	363.227,02	736.054,29
Total			6.612.373,00

## Estrutura da Despesa

Quadro V

Designação	Despesa	D/Dx100
Despesas C/ Pessoal	5.876.318,71	88,87%
Aquisição de Bens e Serviços	604.774,35	9,15%
Tranferências	46.869,48	0,71%
Total das Despesas Correntes	6.527.962,54	98,72%
Despesas de Capital	84.410,46	1,28%
<b>Total Geral</b>	<b>6.612.373,00</b>	<b>100,00%</b>

Gráfico 4



## Programas - PIDDAC/2003

## RECEITA

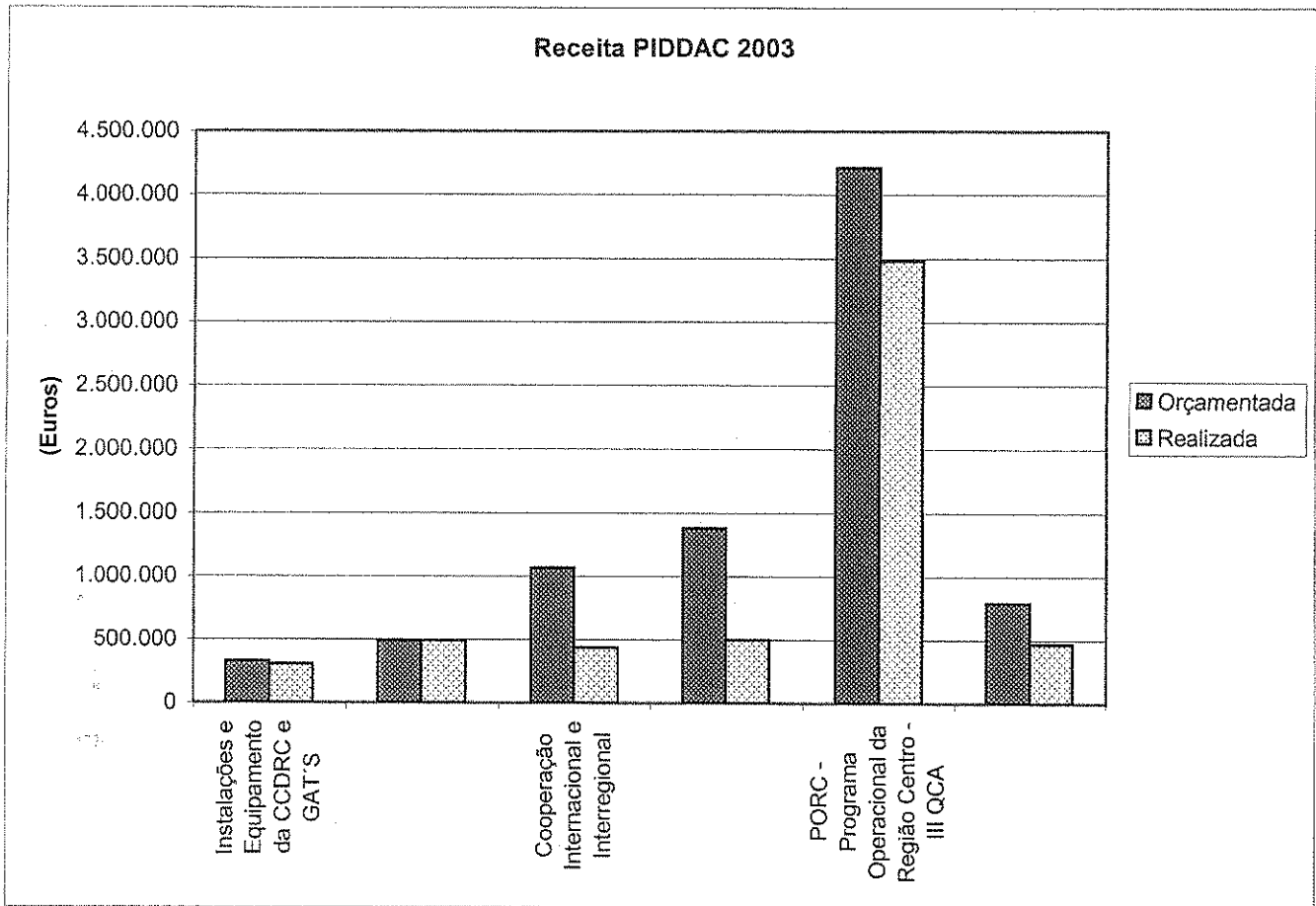
## Quadro VI

## ORÇAMENTO

PROGRAMAS	Fonte		Câmaras Municipais	Cativação Inicial - FN	Saldo Transitado OF 2002	TOTAL Orçamentada	TOTAL Realizada
	Nacional	Comunitária					
Instalações e Equipamento da CCDRC e GAT'S	300.107			- 70.912	95.818	325.013	303.352
Modernização Sistema de Informatização, Decisão e Controle	305.860			- 67.320	251.853	490.393	490.393
Cooperação Internacional e Interregional	243.634	619.773		- 44.039	247.070	1.066.438	438.060
Estratégias de Inovação Regional	249.399	834.946		- 37.410	334.350	1.381.285	499.487
PORC - Programa Operacional da Região Centro - III QCA	1.847.114	1.411.963		- 308.785	1.263.032	4.213.324	3.484.195
AIBT e Valorização Territorial	498.798			- 99.465	892.279	1.291.612	1.201.879
Apoio ao Investimento Autárquico	498.798			- 74.820	65.110	489.088	402.111
Assist. Técnica PORC	702.218	1.133.392			34.769	1.870.379	609.392
Cidades	104.800	278.571		- 100.000		283.371	
Formação Centro	12.500			- 10.500	44.165	46.165	44.165
Sistema de Inf. De Apoio ao Desenv. Reg. E Local	30.000			- 24.000	226.709	232.709	226.709
Promoção e Divulgação	299.280	334.750	125.000	- 44.892	78.252	792.390	468.288
<b>TOTAL</b>	<b>3.245.394</b>	<b>3.201.432</b>	<b>125.000</b>	<b>- 573.358</b>	<b>2.270.375</b>	<b>8.268.843</b>	<b>5.683.776</b>



Gráfico 5



III. Embora considerando que a Gestão de **Recursos Humanos** esteja numa fase que poderemos designar como “primária”, dentro do possível e tendo em conta as características dos meios técnicos e humanos disponíveis, podemos salientar:

#### EFFECTIVOS

Do total de 314 efectivos, 163 pertencem aos GAT e 130 à CCDRC.

Destes efectivos fazem parte 21 contratados que se inserem no âmbito do III QCA.

#### IDADE MÉDIA

A idade média dos efectivos ultrapassa os 47 anos.

Na CCDRC ronda os 45 anos e nos GAT os 49 anos.

#### ANTIGUIDADE DO EFECTIVO

O nível médio de antiguidade na CCDRC e CCDRC/GAT cifra-se em cerca de 21 anos.

#### ESTRUTURA HABILITACIONAL

Na CCDRC 76 efectivos possuem curso superior. Há 1 doutorado e 6 mestres.

Dos 4 anos de escolaridade ao 12º ano existem 54 efectivos.

Nos GAT 63 efectivos possuem curso superior e dos 4 anos de escolaridade ao 12º ano existem 100.

#### HORÁRIOS DE TRABALHO

Na CCDRC mais de 90% dos efectivos pratica horário flexível.

Nos GAT com excepção dos Dirigentes é praticado horário rígido.

#### De realçar algumas tarefas relevantes:

- Implementação em início do ano de uma nova aplicação informática de Vencimentos e Gestão de Recursos Humanos, por parte da Secção de Pessoal, com inerente organização e novas metodologias de trabalho;
- Início da organização do cadastro de pessoal, com inserção de dados na nova aplicação

- Foi dada continuidade e concretização do arrojado projecto para a organização do Arquivo e Gestão Documental;
- Elaboração do Balanço Social; levantamento mensal de efectivos, ajudas de custo e indicadores possíveis para uma gestão dos recursos humanos existentes; elaboração das listas de antiguidade; organização de 15 processos de aposentação;
- Elaboração de Relatório sobre o absentismo;
- Elaboração de Relatório sobre Classificações de Serviço;
- Afectação dos efectivos pela estrutura;
- No âmbito da Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho foram feitos rastreios “o mês do coração” e tabagismo.
- Conclusão de todos os concursos de promoção abertos em 2002.
- Foram promovidos na categoria e progrediram nos escalões : CCDRC-46; CCDRC/GAT – 143.
- Reclassificados 4 funcionários da CCDRC e 1 dos CCDRC/GAT.
- A partir de Outubro procedeu-se ao processo de fusão entre a ex CCRC e a ex DRAOT Centro.
- Elaboração de diversos estudos sobre encargos e quadros de pessoal de ambos os Organismos.
- Elaboração da Base de Dados da Administração Pública ( BDAP).

**Acções de Formação:** Todos os funcionários da Secção de Pessoal receberam formação relativamente à nova aplicação.

Uma vez que se constata haver falta de recursos adequados, só foi possível receber formação no âmbito das Férias, Faltas e Licenças e Abonos e Regalias Sociais.



**DIRECÇÃO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

**Directora de Serviços: Dr.ª Maria José Castanheira Neves**

**Divisão de Modernização Administrativa e Formação**

**Chefe de Divisão: Dr.ª Maria de Lourdes Castro e Sousa**

**Divisão de Apoio Jurídico**

**Chefe de Divisão: Dr.ª Maria Margarida Bento**

**Divisão de Finanças Locais e Cooperação Técnica**

**Chefe de Divisão: Eng.º Luís Monteiro**

## **I. Direcção Regional de Administração Local**

### **Funções:**

Compete apoiar as autarquias locais, designadamente, nos domínios jurídico, económico, financeiro, técnico, dos recursos humanos e da formação e modernização administrativa autárquica e dos equipamentos associativo e religioso.

### **⇒ Recursos Humanos:**

A DRAL, de acordo com a lei orgânica em vigor, integra as seguintes divisões:

- **Divisão de Modernização Administrativa e Formação;**
- **Divisão de Apoio Jurídico;**
- **Divisão de Finanças Locais e Cooperação Técnica;**

### **⇒ Actividades desenvolvidas no domínio das funções da DRAL em 2003:**

- **Elaboração de 326 pareceres jurídicos e 110 informações jurídicas no âmbito do direito administrativo autárquico;**
- **Elaboração das seguintes peças processuais no domínio do contencioso administrativo:**

O Gestor Do Programa Operacional do Centro foi recorrido contenciosamente em 15 processos que decorreram e decorrem no Tribunal de Círculo de Coimbra, tendo as respectivas respostas e alegações finais sido elaboradas no âmbito da DRAL;

- **Elaboração de pareceres jurídicos a solicitação do Gestor do PO Centro;**
- **Elaboração de pareceres sobre propostas legislativas ;**
- **Participação em grupos de trabalho para elaboração de propostas de diplomas legais;**
- **Prestação de apoio jurídico aos serviços da ex-CCR e aos serviços e da ex-DRAOT ( Direcção de Serviços de Gestão Territorial );**
- **Reclassificação e reconversão de pessoal autárquico;**
- **Apreciação de candidaturas aos protocolos de modernização administrativa e respectivo acompanhamento físico e financeiro;**

- **Análise técnico-pedagógica às candidaturas ao programa Foral apresentadas (medida 1.6 do eixo I do PO Centro );**
- **Elaboração de pareceres às candidaturas a contratos-programa e posterior acompanhamento financeiro;**
- **Análise de propostas de candidatura e acompanhamento financeiro do programa de construção e reparação das sedes de juntas de freguesia;**
- **Análise dos orçamentos e documentos de prestação de contas dos 78 municípios da área de intervenção da CCR;**
- **Elaboração de pareceres sobre as candidaturas apresentadas em 2003, no âmbito dos equipamentos de utilização colectiva, respectivo acompanhamento físico e financeiro;**
- **Elaboração de pareceres no âmbito do programa de apoio às bibliotecas municipais;**
- **Análise e parecer sobre o interesse regional das propostas de intervenção na nossa área de intervenção da Engenharia militar;**

#### **Grupos de Trabalho:**

**Participação no júri da « campanha do Foral ».**

**Participação nas unidades de gestão da medida 1.6 do Eixo I do PO Centro.**

#### **Actividades da DRAL**

As actividades primordiais da Direcção Regional da Administração Local relacionam-se com o apoio às autarquias locais (municípios e freguesias), aos Serviços da própria Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional e apoio jurídico ao Programa Operacional do Centro.

As actividades da D.R.A.L. consubstanciam-se, basicamente, nos seguintes temas, tendo cada um deles objectivos específicos a atingir, que iremos de seguida enunciar:

## I. Apoio Jurídico às autarquias locais

A) O **apoio jurídico** que esta Direcção de Serviços presta às **autarquias locais** tem, essencialmente, dois objectivos e que são o colmatar de carências técnicas existentes (ainda hoje) em muitos quadros de pessoal de autarquias, *maxime* a nível das freguesias, e o possibilitar “recursos de mérito” relativamente a soluções técnicas encontradas a nível local e sobre as quais os órgãos autárquicos, por uma questão de segurança, procuram “confirmar” ou “certificar” junto de nós.

Em 2003 foram elaborados **326 pareceres jurídicos e 110 informações jurídicas** sobre, basicamente, os seguintes temas:

- Estatuto dos Eleitos Locais;
- Atribuições e competências dos órgãos autárquicos;
- Funcionamento dos órgãos autárquicos;
- Impedimentos, incompatibilidades e inelegibilidades;
- Regime jurídico do pessoal autárquico: carreiras e categorias, concursos, faltas, férias e licenças, horário de trabalho, estatuto do pessoal dirigente, estatuto disciplinar, etc;
- Reclassificação e reconversão;
- Empreitadas de obras públicas;
- Fornecimento de bens e serviços;
- Regulamentos municipais;
- Taxas;
- Urbanização e edificação;
- Instrumentos de gestão territorial;
- Servidões e restrições de utilidade pública;
- Expropriações por utilidade pública;
- Licenciamento de actividades;



- Transferência de competências do Estado para as autarquias locais;

## **II- Contencioso Administrativo no âmbito do Programa Operacional**

O Gestor Do Programa Operacional do Centro foi recorrido contenciosamente em **15 processos que decorreram e decorrem no Tribunal de Círculo de Coimbra**, tendo as respectivas respostas e alegações finais sido elaboradas no âmbito da DRAL ( basicamente pela jurista contratada no âmbito do PO ).

## **III - Apoio jurídico ao PO Centro**

Apoio jurídico no âmbito do acompanhamento e controlo de candidaturas ao Programa Operacional do Centro;

## **IV - Apoio jurídico à Direcção de Serviços de Gestão Territorial (ex- DRAOT Centro)**

- \* Assessoria jurídica à elaboração de pareceres relativos a operações urbanísticas que, nos termos da lei, careçam de parecer da CCDR;
- \* Apoio jurídico na verificação da conformidade das operações urbanísticas com os instrumentos de gestão territorial;
- \* Análise e informação jurídica sobre os regulamentos de todos os planos municipais, intermunicipais e especiais de ordenamento do território;
- \* Análise e informação das propostas de alteração/revisão/suspensão dos PMOT;
- \* Análise e informação das propostas de estabelecimento de medidas preventivas;
- \* Apoio jurídico na elaboração de pareceres emitidos pela DOT, relacionados com a interpretação de disposições regulamentares dos planos em vigor;
- \* Apoio jurídico aos Gabinetes de Apoio Técnico Local (GTL);

## **V- Cooperação Técnica e Financeira**

### **(Contratos –Programa e PMA)**

No âmbito da **cooperação técnica e financeira** os serviços da DRAL colaboram na gestão de programas de cooperação técnica e financeira, designadamente nos **contratos-programa e protocolos de modernização administrativa ( PMA )**.

No que respeita aos primeiros, instruem, elaboram pareceres às candidaturas a contratos-programa e efectuem o acompanhamento financeiro da sua execução.

Em 2003 elaboraram-se **32 pareceres a novas candidaturas de contratos-programa e acompanharam-se 64 que estão em execução.**

Quanto aos PMA, que se destinam a fomentar a qualidade e o aperfeiçoamento dos serviços públicos locais, analisam-se as candidaturas à celebração dos protocolos para a Modernização Administrativa (Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2000, publicada no Diário da República, n.º185 de 2001/08/10)e o respectivo acompanhamento, físico e financeiro.

Em 2003 foram apreciadas **79 novas candidaturas e seleccionadas 74 candidaturas de Juntas de Freguesia, cuja execução decorrerá durante 2003 e 2004.**

Durante 2003 **acompanhou-se a execução de 440 PMA.**

## **VI- Programas de financiamento de equipamentos locais**

Este programa é acompanhado pela DFLCT, e consiste na elaboração de pareceres sobre as candidaturas apresentadas, análise e elaboração de pareceres sobre o interesse regional dos projectos de investimento, elaboração de pareceres sobre os projectos e programas de concurso apresentados (Subprograma 1), acompanhamento físico e financeiro das obras (Subprogramas 1 e 2), de acordo com o despacho n.º 7187/2003, do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

Podem-se candidatar a este programa as instituições privadas de interesse público sem fins lucrativos, oficialmente constituídas há mais de dois anos, as instituições particulares de solidariedade social e, ao subprograma 2, as freguesias e as associações de freguesias.

Este programa tem como objectivo a construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de equipamentos urbanos de utilização colectiva, incluindo os equipamentos religiosos.

Durante 2003 foram apresentadas **12 candidaturas** ao Subprograma I ( DGAL ) e **173 candidaturas** ao Subprograma II ( DGAL ).

Durante 2003 **acompanharam-se 9 obras do Subprograma I ( DGAL ) e 70 obras do Subprograma II.**

#### **VII - Bibliotecas Municipais**

No Programa de Apoio à Construção de Bibliotecas Municipais, **compete-nos efectuar a análise e elaborar pareceres sobre o interesse regional dos projectos de investimento bem como sobre pareceres sobre os projectos e programas de concurso apresentados, tendo ainda sido feito o acompanhamento físico e financeiro das obras.**

#### **VIII - Apoio Técnico da Engenharia Militar**

Neste âmbito compete-nos analisar e elaborar pareceres sobre o interesse regional das propostas de intervenção, prestar colaboração na elaboração das propostas dos Planos Anuais de Actividade bem como nas propostas dos Planos Plurianuais de Actividade, e efectuar o acompanhamento físico das obras, tarefas que foram concretizadas em 2003.

#### **IX - Colaboração com a DGAL**

A DRAL ( DFLCT e DMAF ) durante 2003 , exerceu algumas actividades em estreita colaboração com a D.G.A.L.

Para esse efeito analisaram-se os 78 orçamentos e documentos de prestação de contas dos Municípios da área de intervenção da CCDR , os 78 documentos sobre transportes escolares dos mesmos Municípios , e Balanco Social).

## X – Formação

No âmbito da formação as competências que nos estão cometidas são as seguintes:

- Promover a inventariação das carências de formação do pessoal da administração local autárquica, o intercâmbio de ofertas existentes no mercado e a constituição de bolsas de formadores nas áreas tidas como prioritárias;
- Apoiar e avaliar acções de formação;
- Conceber, realizar e apoiar programas de informação, de sensibilização e de formação de pessoal da administração local autárquica e dos eleitos locais, designadamente em termos de concepção, organização, candidaturas a financiamentos específicos e acompanhamento;

No entanto, dada a existência do **Programa Foral**, incluído na medida 1.6, eixo I, do Programa Operacional do Centro, considerou-se que as iniciativas a nível da formação autárquica deveriam ser aí enquadradas, não fazendo sentido dispersar esforços quando existe um programa apenas para formação autárquica com importantes contributos financeiros.

O contributo da DRAL, através do Foral consubstancia-se essencialmente na análise técnico-pedagógica de todas as candidaturas a este Programa.

## II. Divisão de Modernização Administrativa e Formação

### Funções:

#### a) Em matéria relativa à modernização administrativa:

- i) Colaborar com as entidades da administração local autárquica em tudo o que respeite ao processo de modernização administrativa, procedendo à divulgação e ao intercâmbio de experiências de modernização e de aplicação das novas tecnologias da sociedade de informação, ajustando-as à realidade concreta do universo autárquico;
- ii) Prestar apoio na definição, criação e desenvolvimento das estruturas orgânicas das autarquias locais, tendo em vista a sua permanente adequação aos objectivos prosseguidos;
- iii) Aplicar metodologias de análise das estruturas orgânicas e dos procedimentos administrativos típicos da administração local, identificando perspectivas de evolução de desburocratização, bem como apoiar a sua concretização;
- iv) Efectuar levantamentos e pesquisas em colaboração com as autarquias locais envolvidas e promover a edição de manuais e guias práticos em áreas temáticas, adequados às necessidades das autarquias locais;
- v) Proceder à análise e sistematização das políticas sectoriais levadas a cabo pelas autarquias no cumprimento das suas atribuições, bem como a estudos que contribuam para uma clarificação organizativa de processos inerentes à transferência de novas competências, ao reforço de descentralização e à adopção de modelos institucionais alternativos ao dispor das autarquias;
- vi) Caracterização dos recursos humanos das Freguesias da Região Centro, autárquico;
- vii) Participar em programas institucionais de cooperação internacional relacionados com a administração local, designadamente no âmbito dos países africanos de língua oficial portuguesa e da União Europeia;

#### b) Em matéria de formação:

- i) Promover a inventariação das carências de formação do pessoal da administração local autárquica, o intercâmbio de ofertas existentes no mercado e a constituição de bolsas de formadores nas áreas tidas como prioritárias;

- ii) Apoiar e avaliar acções de formação, bem como implementar novas técnicas pedagógicas, que contribuam para conferir maior eficácia aos processos formativos;
  - iii) Conceber, realizar e apoiar programas de informação, de sensibilização e de formação de pessoal da administração local autárquica e dos eleitos locais, designadamente em termos de concepção, organização, candidaturas a financiamentos específicos e acompanhamento;
  - iv) Acolher estagiários, ao abrigo de protocolos de colaboração, tendo como objectivo criar condições para uma melhor preparação do pessoal que possa vir a desempenhar funções administrativas locais.
- c) Em matéria de recursos humanos:
- i) Elaborar estudos de caracterização dos recursos humanos da administração local que permitam o estabelecimento de observatórios regionais e facilitem ensaios e outros tipos de análise;
  - ii) Desenvolver estudos de investigação e promover a edição de manuais e guias práticos em matérias inerentes à gestão de recursos humanos;
  - iii) Promover a análise e a descrição dos conteúdos funcionais das carreiras e categorias da administração local;

Apoiar a organização dos quadros de pessoal e prestar esclarecimentos relativos aos processos de recrutamento e selecção de pessoal, a solicitação das entidades autárquicas.

#### **I - Principais actividades desenvolvidas :**

**\*Formação e Apoio à Modernização Administrativa**

**\*Apoio Organizacional**

**\*Apoio Jurídico**

**\*Programa Foral**

## II – Indicadores de realização

### **1- Formação e Apoio à Modernização Administrativa**

- Análise das candidaturas à celebração dos Protocolos de Modernização Administrativa (Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2000, publicada no Diário da República, n.º185 de 2001/08/10) e acompanhamento físico e financeiro de **440 Protocolos** ( 84 de Municípios - 1999,2000,2001 e 2002, e 356 de Juntas de Freguesias – 2002 e 2003). No corrente ano, foram apresentadas 79 candidaturas e seleccionadas 74 candidaturas, tendo sido celebrados os respectivos Protocolos de Juntas de Freguesia.
- Representa a CCRC no júri para apreciação das candidaturas ao Concurso de Boas Práticas de Modernização Administrativa Autárquica 2003 (publicado no Diário da República n.º 207, II série ,de 7 de Setembro de 2002), cujo processo de selecção se encontra em curso.

### **2 - Apoio Organizacional**

- a)- Projectos de reorganização de serviços;
- b)- Recrutamento e selecção de pessoal – participação em júris de concursos de pessoal nas Câmaras Municipais e elaboração e correcção de provas de conhecimentos escritas;
- c)- Descrição de conteúdos funcionais, e enviar ao Exmº Sr. SEAL, para efeitos de publicação;
- d)- Balanços Sociais – Tratamento dos balanços sociais das 78 CM da Região Centro e respectivo envio à DGAL
- e)- Reclassificações e reconversões profissionais- elaboração de Projectos de Despacho Conjunto tendo em vista a futura reconversão profissional, de funcionários das Câmaras Municipais de Albergaria-a-Velha(6), Fornos de Algodres (2), Ovar (9), Pombal (3), Trancoso (4), Viseu (17), Serviços Municipalizados de Anadia (4), Serviços Municipalizados de Aveiro (1) e Junta de Freguesia de Semide (1).

### **3- Apoio Jurídico**

- Emissão de 3 informações e 20 pareceres jurídicos a solicitação das Autarquias Locais, nos seguintes domínios:
- Eleitos Locais; Atribuições e competências das Autarquias Locais; Recursos humanos; etc.
- Atendimento directo e telefónico de consultaria jurídica a eleitos locais e funcionários autárquicos;

### **4- Programa Foral**

O Programa de Formação para as Autarquias Locais (Programa Foral) e o respectivo Grupo Coordenador foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministro n.º 171/2000, de 9 de Dezembro. Ora, foi precisamente às DRAL das CCR, na qual se inclui a presente Divisão, que foi incumbido o papel de divulgação, promoção e prestação de toda a informação deste Programa, efectuando a ligação entre as entidades candidatas e o gestor do Eixo n.º 1, Medida 1.6 do P.O. Centro.

Também a esta Divisão, foi incumbida a análise técnico-pedagógica de todas as candidaturas a este Programa, tendo sido analisadas neste último ano 55 candidaturas, nomeadamente de Câmaras Municipais, CEFA, Fundações, Empresas Privadas com fins lucrativos, Associações de Desenvolvimento, Associações de Municípios, Câmaras Municipais, Sindicatos, em que estiveram envolvidos 20 656 formandos, aprovadas 1 742 acções ( ver quadros ).



2003					
Tipo de Entidade Promotora (Formulário A)	Nº de Candidaturas				
	Entradas	Aprovadas /Homologad	Executadas	Em execução	Desistências
a) Câmaras Municipais	27	6	1	5	0
b) Associações de Municípios	5	2	0	2	0
c) Centro de Estudos e Formação Autárquica	2	1	0	1	0
d) Centro de formação protocolar	1	1	0	1	0
e) Comissão Coordenação Região Centro	0	0	0	0	0
f) Fundações	2	1	0	1	0
g) Sindicatos	1	1	0	1	0
h) Associações Profissionais	0	0	0	0	0
i) Associações de Desenvolvimento	3	1	0	1	0
j) Empresas Privadas com Fins Lucrativos	14	4	0	3	0
TOTAL	55	17	1	15	0

POR ÁREA FORAL	FORMANDOS						%
	APROVADOS			REALIZADOS			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	
1			401	18	0	18	0.04
2			8,243	265	451	716	0.09
3	(dados insuficientes)		3,847	225	116	341	0.09
4			1,198	16	29	45	0.04
5			6,902	128	82	210	0.03
6			65	14	14	25	0.38
SUB -TOTAL			20,656	666	692	1,355	0.07

POR ÁREA FORAL	Nº HORAS DE FORMAÇÃO (PREVISTO)	Nº HORAS DE FORMAÇÃO (REALIZADO)
1	2,246	48
2	24,748	2,085
3	12,918	798
4	5,891	109
5	10,849	433
6	439	259
SUB -TOTAL	57,091	3,732

POR ÁREA FORAL	VOLUME DE FORMAÇÃO		
	APROVADO	REALIZADO	%
1	28.887	432	1,50%
2	255.644	22.493	8,80%
3	98.606	7.256	7,36%
4	82.662	1.218	1,47%
5	144.557	5.808	4,02%
6	5.665	2.982	52,64%
SUB -TOTAL	616.021	40.189	6,52%

POR ÁREA FORAL	Nº ACÇÕES (APROVADO)	Nº ACÇÕES (REALIZADO)
1	39	2
2	752	66
3	336	32
4	105	4
5	505	15
6	5	3
SUB -TOTAL	1742	122

POR ÁREA FORAL	TIC (PREVISTO)		FORMAÇÃO AMBIENTAL		TIC (REALIZADO)		FORMAÇÃO AMBIENTAL	
	N.º FORMANDOS	VOLUME DE FORMAÇÃO	N.º FORMANDO	VOLUME DE FORMAÇÃO	N.º FORMANDO	VOLUME DE FORMAÇÃO	N.º FORMANDO	VOLUME DE FORMAÇÃO
1								
2								
3								
4								
5								
6								
SUB -TOTAL	7,029	146,439	99	15,599	211	6,107	0	0

No seio do então Grupo Coordenador do Foral, agora mais restrito e designado Núcleo de Coordenação e Acompanhamento Estratégico ( ver Resolução do Conselho de Ministros n.º146/2002, de 24 de Dezembro) foram criados dois subgrupos – o Grupo de Projecto e o Grupo de Missão – nos quais representámos a CCDR Centro, cujo objecto descreveremos mais adiante.

Foi também iniciado e concluído um levantamento das necessidades de formação das Câmaras Municipais da Região Centro - FORAL CULTURA - tendo por base um projecto de formatação elaborado pela equipa técnica do Foral.

### III- Outras Actividades

- Membro do Fórum da Modernização Administrativa Autárquica, criado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2000, de 30 de Maio.
- Membro do Subgrupo de Formação POCAL, criado por Despacho n.º 22-I/SEALOT/97.
- Representante da CCRC no Júri do Concurso de Boas Práticas de Modernização Administrativa Autárquica (Despacho n.º 19 911/2001, SEALOT, publicado no D.R. II Série de 07/09/2002).
- Participação no seminário “Estrutura de Avaliação (CAF): melhorar as organizações públicas através da auto-avaliação” numa organização conjunta da Direcção-Geral da Administração Pública e do Instituto Europeu da Administração Pública.

### IV - Grupos de Trabalho:

\***Grupo de Missão** - Constituído por elementos de todas as CCR, pela equipe técnica do Foral e por uma equipe da Faculdade de Ciências e Psicologia de Lisboa . Destinou-se ao planeamento da formação para a Administração Local, tendo culminado, após o contributo de todos os membros do grupo na realização de documento” Formação Profissional na Administração Local- PARA UMA ORIENTAÇÃO ESTRATEGICA” da

responsabilidade da equipe da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, documento este que se pretenda que venha a enformar a concepção de cinco documentos regionais orientadores da formação para a Administração Local, aos níveis regionais e local, um por cada região.

**\*Grupo de Projecto** - Constituído por elementos de todas as CCR, pela equipa técnica do Foral e por uma equipa da Faculdade de Ciências e Psicologia de Lisboa) - Destinou-se a formar e inserir profissionalmente, em Janeiro de 2003, 60 jovens situação de primeiro emprego, enquanto Agentes de Desenvolvimento da Formação, capazes de exercer junto dos Municípios e Associações de Municípios do país e das regiões, funções de apoio à animação e acompanhamento da formação para a Administração Local .A CCR Centro efectuou um acordo de colaboração com a CCR Norte, tendo em Fevereiro último terminado a formação de 15 Agentes de Desenvolvimento, 7 oriundos da Região Centro. Dos 7 formandos desta Região, tentamos colocá-los todos , encontrando-se um a realizar estágio profissional na EAT do FSE desta CCDR, outro na Associação de Municípios da Ria, outro na CM de Viseu, outro na CM de Vila de Rei, outro na CM do Fundão.

**\*Grupo de Harmonização de Procedimentos-** Constituído por todas as CCR, e equipa técnica do Foral-Destinou-se a normalizar formulários e procedimentos , tendo em vista uma mais fácil candidatura ao Foral, por parte dos promotores. Participámos só no final, em substituição do Dr. Carlos Ferreira.

**\*Júri do Concurso de Boas Práticas de Modernização Administrativa Autárquica,** aprovado pelo Despacho do Ex.mo Sr, SEAL , publicado no DR, 2ª série de 6 de Fevereiro de 2002(ver Despacho n.º 19 91172002 2ª SÉRIE DE 2002-09-07),destinado a premiar a melhor prática de Modernização Administrativa Autárquica.

### **III. Divisão de Apoio Jurídico**

#### **Funções:**

O conteúdo funcional desta divisão consubstancia-se em:

- a) Prestar apoio técnico-jurídico à administração local autárquica, através da elaboração de informações e pareceres, bem como pela participação em reuniões e acções que visem o esclarecimento de matérias relacionadas com a interpretação e aplicação do quadro legal;
- b) Promover a elaboração de estudos e guias práticos que auxiliem as autarquias locais na aplicação dos respectivos normativos jurídicos;
- c) Desenvolver estudos específicos de análise jurídica, tendo em vista contribuir para uma clarificação de processos inerentes à transferência de novas competências para as autarquias e reforço da descentralização;
- d) Elaborar estudos e análises relativos às temáticas da administração local autárquica, bem como realizar estudos comparados de administração local, tendo em conta particularmente o espaço europeu e os contornos regionais do país, designadamente no que respeita a mecanismos de reforço da descentralização ou da cooperação intermunicipal;
- e) Avaliar a evolução do quadro legal e colaborar na elaboração de propostas de medidas e projectos legislativos relativos às temáticas da administração local autárquica;
- f) Promover o esclarecimento de particulares relativamente a assuntos em que sejam parte interessada, independentemente de os processos se encontrarem na DRAL para parecer;
- g) Promover o intercâmbio de informação jurídica com os serviços centrais, os GAT e as entidades autárquicas, através da criação de bases de dados e outros suportes adequados;
- h) Apoiar os GAT em matérias jurídicas.

#### **Enquadramento:**

##### **1- destinatários:**

1.1.-A Divisão de Apoio Jurídico (DAJ) tem como atribuição específica prestar apoio técnico- jurídico à administração local, tendo assim como principais destinatários, os 78 municípios e as múltiplas freguesias da área de intervenção da CCDR , as várias

associações de municípios e as empresas públicas em que as autarquias têm participação.

Inclui-se igualmente no conteúdo funcional da Divisão o esclarecimento de particulares sobre o enquadramento legal relativamente a assuntos em que sejam parte interessada.

1.2.- Apesar das funções que nos estão adstritas se dirigirem essencialmente à administração local autárquica, esta divisão presta o necessário apoio jurídico aos serviços e órgãos da CCDR, destacando-se, por exigirem um acompanhamento permanente, a Divisão de Ordenamento Territorial e a Divisão de Uso do Solo e Qualificação Urbana, incluídas na Direcção de Serviços de Gestão Territorial da ex DRAOT.

1.3.- A DAJ presta também assessoria jurídica no âmbito do Plano Operacional Regional do Centro quer ao nível geral do apoio ao acompanhamento e controlo das candidaturas quer assegurando o contencioso emergente do P.O.

1.4.- No âmbito da colaboração com organismos da Administração Central a DAJ colabora, quando solicitada, na elaboração ou análise de propostas de medidas legislativas. Na vertente da coordenação, esta divisão participa, com as restantes CCDR, a Direcção Geral da Administração Local e outras entidades da administração central, em reuniões de coordenação tendo em vista a uniformização interpretativa do quadro legal. O Ministério Público tem igualmente solicitado a colaboração de técnicos da DAJ para a realização de perícias a procedimentos administrativos desenvolvidos por autarquias locais.

## **2- Tarefas e metodologia de actuação:**

Para além da emissão de pareceres e informações escritas, grande parte da actividade da DAJ desenvolve-se de forma desburocratizada, através de reuniões informais e de um atendimento telefónico constante. Tal metodologia confere maior eficiência aos serviços, já que permite satisfazer, em tempo útil, um maior número de solicitações.

Em linhas gerais, as tarefas da DAJ são as seguintes:

A) No apoio técnico à administração local:

- Elaboração de pareceres e informações escritas em todas as áreas relevantes para a actividade autárquica, designadamente as seguintes:
- Pessoal (carreiras, concursos, vencimentos, estatuto do pessoal dirigente, faltas, férias, estatuto disciplinar, etc );
- Empreitadas de obras públicas;
- Contratação pública com a aquisição de bens e serviços;
- Urbanização e edificação;
- Instrumentos de gestão territorial;
- Licenciamento de actividades;
- Estatuto dos eleitos locais;
- Atribuições e competências dos órgãos autárquicos;
- Regulamentos e taxas;
- Servidões e restrições de utilidade pública;
- Expropriações de utilidade pública
- Atendimento diário, quer directo, quer telefónico, aos eleitos locais e funcionários autárquicos abrangendo as matérias acima identificadas ;

B) No apoio diário aos serviços da CCDRC:

1- À Divisão de Uso do Solo e Qualificação Urbana:

- Assessoria jurídica à elaboração de pareceres ou aprovações relativas a acções ou operações urbanísticas que, nos termos da lei, carecem de consulta à CCDR, como,

por exemplo: as abrangidas por servidões e restrições de utilidades pública, por medidas preventivas, loteamentos, empreendimentos turísticos, recintos de diversões, unidades de armazenagem, valorização ou eliminação de resíduos, parques de sucata, suiniculturas, bem como as relativas a estabelecimentos industriais, exploração de massas minerais e unidades comerciais de dimensão relevante;

- Apoio à elaboração de pareceres e informações dos serviços relativas a pedidos ou reclamações formuladas por particulares;
- Apoio na verificação da conformidade das operações urbanísticas de construção e urbanização com os instrumentos de gestão territorial.

## 2- À Divisão de Ordenamento do Território:

- Análise e informação jurídica sobre os regulamentos de todos os planos municipais, intermunicipais e especiais de ordenamento do território;
- Análise e informação das propostas de alteração/revisão/suspensão dos PMOT;
- Análise e informação das propostas de estabelecimento de medidas preventivas;
- Apoio jurídico na elaboração de pareceres emitidos pela DOT, relacionados com a interpretação de disposições regulamentares dos planos em vigor;
- Apoio jurídico aos Gabinetes de Apoio Técnico Local (GTL);

## C)- Assessoria jurídica no âmbito Plano Operacional Regional do Centro:

- Apoio jurídico no âmbito do acompanhamento e controlo de candidaturas ao Programa Operacional da Região Centro;
- Contencioso administrativo no âmbito do PO ;

## D) - Colaboração com Organismos da Administração Central:

- Intercâmbio e coordenação de informação jurídica com as restantes CCDR e os serviços centrais;
- Participação e análise de propostas de medidas legislativas



- Colaboração com outras entidades públicas, nomeadamente através da realização de peritagens a procedimentos administrativos.

### **3-Indicadores das actividades mais relevantes:**

1- No âmbito do apoio jurídico às autarquias locais e particulares elaboraram-se **326 pareceres e 110 informações** escritas;

-Atendimento telefónico **permanente**;

-Reuniões **assíduas** com autarcas e funcionários municipais visando a análise jurídica de processos e a apreciação de procedimentos, num número **superior a 80**.

2- No âmbito do apoio à Direcção de Serviços de Gestão Territorial efectuou-se um acompanhamento aos técnicos da DUSQU que envolveu, quase sempre, **mais do que uma reunião diária**.

Quanto à Divisão de Ordenamento Territorial, a DAJ efectuou a análise jurídica dos regulamentos de **todos** os planos municipais, especiais e intermunicipais em tramitação em 2003.

Foi, para além disso, prestado um acompanhamento **quase diário** à DOT no âmbito do esclarecimento jurídico de questões relacionadas com a elaboração/revisão/suspensão de planos, medidas preventivas e interpretação de normas dos planos.

Quer nesse âmbito quer no da elaboração dos planos a DAJ participou em cerca de **75 reuniões** da DOT com autarcas, técnico municipais e equipas técnicas que elaboraram os planos.

3- No apoio ao PO, para além das informações prestadas no âmbito do acompanhamento às candidaturas, da elaboração de programas de concurso e cadernos de encargos bem como da participação em juris de concursos de aquisição de serviços, assegurou-se a resposta em **15 processos de recurso** contencioso e **3 alegações finais**.

4- Grupos de Trabalho:

Grupo de trabalho para a verificação do cumprimento dos instrumentos de planeamento urbanístico e eventual participação ao SEOT para efeitos de recurso contencioso;

5- Acções de informação e coordenação jurídica:

- Participação bimensal nas reuniões de coordenação jurídica no âmbito da SEAL;
- Participação nas reuniões de coordenação jurídica no âmbito da SEOT;
- Participação nas reuniões de aperfeiçoamento profissional dos Técnicos Municipais

(RAP).

#### **IV. Divisão de Finanças Locais e Cooperação Técnica**

Funções:

- a) Elaborar estudos de análise e caracterização financeira das autarquias locais que permitam o estabelecimento de observatórios regionais e facilitem ensaios de avaliação previsional;
- b) Estudar a evolução dos sistemas de financiamento e de revelação contabilística, colaborando na proposição de medidas e projectos legislativos;
- c) Desenvolver estudos específicos de análise financeira, tendo em vista contribuir para uma clarificação de processos inerentes à transferência de novas competências para as autarquias e ao reforço da descentralização;
- d) Elaborar estudos necessários para o aperfeiçoamento da gestão municipal, designadamente em termos de avaliação de investimentos, de políticas fiscais, de recurso ao crédito e de participações financeiras noutras entidades;
- e) Colaborar na gestão de programas de cooperação técnica e financeira com as autarquias locais, bem como de programas que visem o financiamento de equipamentos locais promovidos por entidades associativas e religiosas, nomeadamente nas fases de candidatura e de acompanhamento da execução física e financeira, estabelecendo a necessária articulação com os GAT e outros serviços das CCR;
- f) Garantir a prestação de consultadoria adequada em matéria de contabilidade autárquica junto das câmaras municipais, serviços municipalizados, empresas municipais e intermunicipais, juntas de freguesia e associações de municípios e freguesias;
- g) Acompanhar o processo de normalização contabilística, colaborando com as entidades competentes.

#### **GESTÃO DO PROGRAMA DE EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA**

Este programa é acompanhado pela DFLCT, tendo sido efectuado o atendimento das Entidades Peticionárias, a elaboração de pareceres sobre as candidaturas apresentadas, a análise e elaboração de pareceres sobre o interesse regional dos projectos de investimento, a elaboração de pareceres sobre os projectos e programas de concurso apresentados (Subprograma 1), o acompanhamento físico e financeiro das obras (Subprogramas 1 e 2).

## Obras em curso

Dos quadros seguintes constam as obras inscritas no PIDDAC da DGAL e da DGOTDU para o ano de 2003.

Ano de 2003			Taxa de comparticipação
DGAL			
Subprograma 1			
Nº de obras	Orçamento	Comparticipação	
9	€ 3 320 784.00	€ 1 892 847.00	57%

Ano de 2003			Taxa de comparticipação
DGAL			
Subprograma 2			
Nº de obras	Orçamento	Comparticipação	
70	€ 4 385 092.00	€ 2 997 768.00	68%

Ano de 2003			Taxa de comparticipação
DGOTDU			
Subprograma 1			
Nº de obras	Orçamento	Comparticipação	
7	€ 2 206 739.00	€ 1 507 968.00	68%
Ano de 2003			Taxa de comparticipação
DGAL e DGOTDU			
Subprogramas 1 e 2			
Nº de obras	Orçamento	Comparticipação	
86	€ 9 912 615.00	€ 6 398 583.00	65%

## Candidaturas

Em consequência da publicação do Despacho nº 7187/2003 de 11 de Abril, foram devolvidas às entidades peticionárias todas as candidaturas então em vigor, por forma a poderem ser reformuladas em conformidade com o disposto no referido despacho.

Dos quadros seguintes constam as candidaturas que foram apresentadas durante o ano de 2003.

Ano 2003	DGAL			Taxa de participação
	Subprograma 1			
	Nº de candidaturas	Orçamento	Comparticipação	
2º trimestre	2	€ 1 389 723.00	€ 882 806.00	64%
3º trimestre	5	€ 2 079 810.00	€ 1 418 427.00	68%
4º trimestre	5	€ 3 135 238.00	€ 2 149 668.00	69%
Total	12	€ 6 604 771.00	€ 4 450 901.00	67%

Ano 2003	DGAL			Taxa de participação
	Subprograma 2			
	Nº de candidaturas	Orçamento	Comparticipação	
2º trimestre	20	€ 1 408 066.00	€ 965 721.00	69%
3º trimestre	70	€ 4 385 092.00	€ 2 997 768.00	68%
4º trimestre	83	€ 5 349 328.00	€ 3 681 669.00	69%
Total	173	€ 11 142 486.00	€ 7 645 158.00	69%

Ano 2003	DGOTDU			Taxa de participação
	Subprograma 1			
	Nº de candidaturas	Orçamento	Comparticipação	
3º trimestre	12	€ 5 071 050.00	€ 3 241 845.00	64%
4º trimestre	7	€ 2 206 739.00	€ 1 507 968.00	68%
Total	19	€ 7 277 789.00	€ 4 749 813.00	65%

Ano 2003	DGAL e DGOTDU			Taxa de comparticipação
	Subprogramas 1 e 2			
	Nº de candidaturas	Orçamento	Comparticipação	
Subprog. 1	31	€ 13 882 560.00	€ 9 200 714.00	66%
Subprog. 2	173	€ 11 142 486.00	€ 7 645 158.00	69%
Total	204	€ 25 025 046.00	€ 16 845 872.00	67%

### REALIZAÇÃO FINANCEIRA

Face ao enorme esforço desenvolvido na tarefa de reforçar o acompanhamento físico e financeiro das obras, para o ano de 2003 prevê-se que seja alcançado um nível de realização financeira do PIDDAC atribuído à CCRCentro para o Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva de cerca de 100 %.

### BIBLIOTECAS MUNICIPAIS

No Programa de Apoio à Construção de Bibliotecas Municipais, durante o ano de 2003 a CCRCentro efectuou o atendimento das Câmaras Municipais em todas as fases dos processos, foi feita a análise e prestados pareceres sobre o interesse regional dos projectos de investimento, foram elaborados pareceres sobre os projectos e programas de concurso apresentados, tendo ainda sido feito o acompanhamento físico e financeiro das obras.

### APOIO TÉCNICO DA ENGENHARIA MILITAR

Durante o ano de 2003 foram analisadas e prestados pareceres sobre o interesse regional das propostas de intervenção, foi prestada colaboração na elaboração das propostas dos Planos Anuais de Actividade bem como na elaboração das propostas dos Planos Plurianuais de Actividade, foram feitos os reconhecimentos necessários à preparação das intervenções, tendo sido ainda feito o acompanhamento físico das obras.

## CONTRATOS-PROGRAMA

Durante o ano de 2003 foi efectuada a instrução, a elaboração de pareceres às candidaturas apresentadas pelos municípios e associações de municípios e ainda o posterior acompanhamento financeiro dos contratos-programa celebrados. Foi ainda efectuada o tratamento e análise de dados estatísticos em colaboração com a DGAL, e prestado apoio técnico às Autarquias.

Do quadro seguinte constam as obras que se encontravam em execução durante o ano de 2003.

Ano 2003	DGAL			Taxa de de comparticipação
	Contratos Programa em execução			
	Nº de candidaturas	Orçamento	Comparticipação	
Vias de comunicação	20	€ 13 172 061,00	€ 5 319 284,00	40%
Paços de Concelho	9	€ 9 701 877,00	€ 3 242 239,00	33%
Outros Edifícios	10	€ 6 100 187,00	€ 2 888 514,00	47%
Requalificação Urbana	13	€ 9 028 853,00	€ 3 569 696,00	40%
Infraestruturas Desportivas	12	€ 12 491 419,00	€ 4 054 561,00	32%
Total	64	€ 50 494 397,00	€ 19 074 294,00	38%

Do quadro seguinte constam as candidaturas que foram apresentadas durante o ano de 2003.

Ano 2003	DGAL	
	Candidaturas apresentadas	
	Nº de candidaturas	Orçamento
Vias de comunicação	9	€ 8 243 003,00
Paços de Concelho	1	€ 859 893,00
Outros Edifícios	7	€ 3 571 707,00
Requalificação Urbana	6	€ 6 624 904,00
Infraestruturas Desportivas	9	€ 12 776 523,00
Total	32	€ 32 076 030,00

## DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Durante o ano de 2003 foi efectuada a análise e tratamento dos Orçamentos e documentos de prestação de contas dos 78 municípios da Região centro, nos termos estabelecidos no artigo 44º do D.L. nº341/83, de 21 de Julho.

## APOIO TÉCNICO ÀS AUTARQUIAS

Foi prestado apoio técnico às autarquias com a elaboração de informações e pareceres, escritos e orais. Foi prestado apoio no local de trabalho.



### **Transportes Escolares**

Análise dos processos de despesa apresentados pelas Câmaras, referentes ao ano lectivo 2003/2004, para efeitos de cálculo das comparticipações.

### **SATAPOCAL**

Participação nos trabalhos desenvolvidos no seio do SATAPOCAL

Acompanhamento das entidades que aplicaram o POCAL.

### **Freguesias**

Análise de propostas de candidaturas.

Acompanhamento financeiro do programa das Sedes de Freguesia.



**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO**  
**Chefe de Divisão: Dr.ª Ana Saturnino**

## **Principais Actividades Desenvolvidas:**

### Tratamento, difusão e armazenamento da informação recebida:

- Tratamento de Analíticos (artigos de periódicos) e monografias, disponibilizando-as na base de dados bibliográficos (PORBASE5)
- Atendimento personalizado, segundo o perfil do utilizador, na sala de leitura.
- Difusão da Informação através de publicações com informação actualizada do espólio do CDI como “*Informação Bibliográfica Trimestral*”, “*Boletim de Sumários Quinzenal*” e “*Publicações Editadas pela CCRC*”
- Base de Dados Arrumação directa e acessível, por grandes temas, da documentação: Ambiente, Turismo, Urbanismo, Direito e Monografias Locais (publicações sobre a região) Bibliográfica na Internet – Sistema SIRIUS.
- Envio de Publicações
- Envio de Documentação

### Organização de seminários:

- “*Impacto Regional dos Fundos Estruturais : Experiências e Perspectivas*” (Organizado em conjunto com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra).

➤

### Divulgação de Edições da CCRC:

- Brochura “*Mais Centro*” – Publicação do Programa Operacional da Região Centro.
- Divulgação dos livros publicados no âmbito do projecto “Rota dos Escritores do Século XX”.

➤

### Participação em feiras e exposições:

- Exposições no âmbito do projecto “Rota dos Escritores do Século XX”.

## **Indicadores de realização**

### Novos títulos entrados:

- Monografias – 373
- Periódicos – 17

### Utilizadores da Sala de Leitura:

- Estudantes - 110
- Docentes - 46
- Funcionários Públicos/Técnicos - 45
- Outros – 35
- Investigadores – 32
- *Total* – 268

### Outros:

- Edições realizadas em Offset – 4
- Envio de Brochuras – cerca de 1218
- Envio de Publicações – cerca de 39
- Outra Informação – 11

## **Actividades relevantes para continuação em 2004**

- A maioria das actividades desenvolvidas no Centro de Documentação e Informação são de acção contínua, destacando, contudo, a criação de novas classificações por assunto da documentação existente, a continuação da participação com os restantes serviços da CCR e de outras entidades, no estudo e estabelecimento de uma rede de informação para o planeamento e apoio à criação de uma estrutura regional de informação para o desenvolvimento.
- Apoio à divulgação do projecto “Rota dos Escritores do Século XX”.

## OFFSET

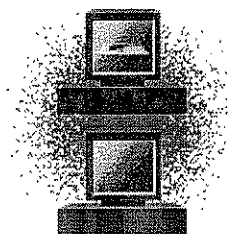
### Actividades :

- **Rota dos Escritores**
  - Folhas de Ofício
  - Pastas
  - Postais
  - Convites
  
- **Ex-DRAOT**
  - Folhetos “Poluição da Água” =10 000
  
- **Aldeias Históricas**
  - Passaportes =5 000
  - Convites
  - Seminário “Impacto Regional dos Fundos Estruturais”
  - Cartazes
  
- **CCDR**
  - Folhas de Ofício =110 000
  - Papel Timbrado = 110 000
  - Cartões de Visita Cartões de Boas Festas = 500onvites
  - Calendários para Secretária = 500
  - Trabalhos de Fotocópias e Enc Apoio ao Auditório adernação
  - Montagem e Apoio a Feiras e Exposições
  - Edição da Publicação “Gestão de Resíduos Industriais em Portugal : uma abordagem económica” – no prelo

**GABINETE DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E ESTATÍSTICA**

**Chefe de Divisão: Eng.º Pedro Miguel Geirinhas**

## 1. Introdução



O Gabinete de Tecnologias de Informação e Estatística (seguidamente referido como GTIE) é responsável pela correcta implementação e manutenção das Tecnologias de Informação e Comunicação existentes na Comissão. São ainda domínios de intervenção deste Gabinete a área da Estatística e dos Sistemas de Informação Geográfica. Os conteúdos funcionais do GTIE são os seguintes:

- a) Elaborar e propor planos de desenvolvimento informático da Comissão e conduzir as acções necessárias à sua concretização;
- b) Assegurar um permanente conhecimento dos sistemas de informação sectoriais e locais e o apoio técnico, quando solicitado, para o seu desenvolvimento a nível local, nomeadamente ao nível dos agrupamentos de municípios.
- c) Conceber e desenvolver, com o apoio e a participação dos restantes serviços da Comissão, o sistema de informação geo-referenciada necessária ao planeamento regional;
- d) Apoiar os demais serviços nas tarefas de organização e formação exigidas para uma correcta implantação das metodologias informáticas;
- e) Instalar e gerir as redes interna e externa de transmissão de dados e informação, de acordo com as opções estratégicas adoptadas;
- f) Assegurar um permanente conhecimento das disponibilidades do sistema estatístico nacional e de outras fontes de informação adicionais, em matéria de informação regional e local com interesse para o planeamento;
- g) Desenvolver metodologias com vista à produção de indicadores que permitam avaliar a eficácia e eficiência das actividades desenvolvidas pela Comissão;
- h) Colaborar na organização e sistematização da informação socio-económica de interesse regional;
- i) Desenvolver, em articulação com os restantes serviços da Comissão, instrumentos metodológicos adequados nos domínios da estatística, da econometria e da investigação operacional e promover a sua correcta utilização;
- j) Colaborar com os organismos responsáveis pela estatística e cartografia nacionais na elaboração e tratamento da respectiva informação.



Dando cumprimento a estes conteúdos, prestou o GTIE diversas actividades até 30 de Setembro de 2003 que seguidamente são descritas em detalhe.

## 2. Recursos Humanos



A Comissão possui um quadro próprio da carreira de informática, estando contudo praticamente livre. Apenas estão ocupadas duas vagas de especialistas de informática: uma pelo Chefe de Divisão e outra pelo técnico Paulo Melo, que se encontra actualmente ausente do serviço usufruindo uma licença sem vencimento de longa duração. Os restantes técnicos superiores que desempenham funções neste Gabinete são da carreira geral, apesar de estarem a desempenhar funções na área da informática.

Neste contexto o enquadramento dos técnicos e a necessidade de novas contratações devem ser encaradas como fundamentais para um aumento do desempenho deste Gabinete e em consequência da própria Comissão. A criação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional acarreta um conjunto de novas necessidades e desafios para os Sistemas e as Tecnologias de Informação que urge vencer e tal só será possível através do reforço e melhor enquadramento da equipa de trabalho.

O GTIE é composto actualmente pelos seguintes recursos humanos:

Nome	Categoria
Pedro Miguel Geirinhas	Chefe de Divisão
António Oliveira	Assessor Principal
Paulo Melo <sup>(1)</sup>	Especialista de Informática
Vítor Ribeiro	Técnico pertencente à assistência técnica do PO
António Cerveira <sup>(2)</sup>	Técnico Superior Principal
António Paiva <sup>(3)</sup>	Desenhador
Sandra Nunes <sup>(4)</sup>	Estagiária

(1) Encontra-se em regime de licença sem vencimento de longa duração desde 1-08-2003.

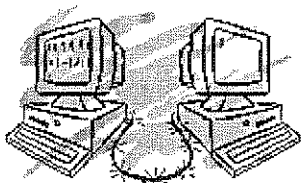
(2) Encontra-se a trabalhar neste Gabinete desde 15-08-2003.

(3) Encontra-se a trabalhar neste Gabinete desde 20-09-2003.

(4) Encontra-se a trabalhar neste Gabinete desde 15-09-2003 estando previsto o fim do estágio para 15-10-2003.

Como é possível verificar a falta de recursos humanos especializados é claramente uma das grandes limitações à implementação de projectos mais ambiciosos e que sejam estrategicamente fundamentais para a Comissão.

### 3. Hardware e Sistemas



Foi criado um ambiente integrado, de fácil utilização e manutenção, tentando proporcionar uma maior eficiência na utilização das ferramentas informáticas, garantindo ainda, um mais fácil acesso à informação independentemente do posto de trabalho onde a ela se acede. De forma a normalizar e a licenciar as aplicações utilizadas, todos os postos de trabalho correm as mesmas aplicações e versões já que estas são executadas directamente do servidor. Foi assim definido um ambiente único de trabalho que possui as seguintes características fundamentais:

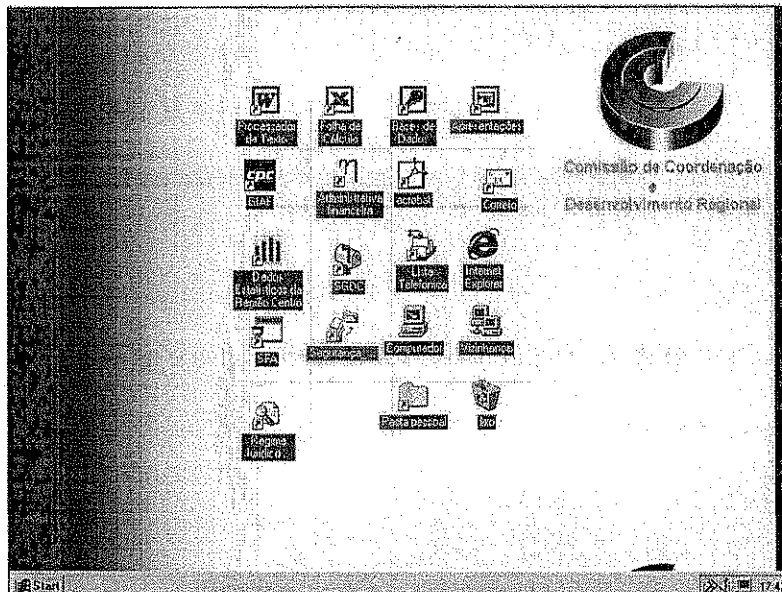
1. Distribuição centralizada de aplicações;
2. Solução centralizada de cópias de segurança;
3. Solução centralizada de anti – vírus;
4. Implementação de mecanismos de segurança de acesso à informação;
5. Acesso à informação independentemente do local onde se encontra o utilizador.

Durante o ano de 2003 foi este ambiente concluído e instalado nos postos de trabalho que não tinham sido sujeitos a esta evolução tecnológica durante o ano de 2002. Em termos do servidor central foram criados novos perfis e foram disponibilizadas novas aplicações de onde se destacam:

1. Nova aplicação para a área administrativa financeira (GIAF).

2. Regulamento da Função Pública.
3. Envio electrónico das declarações para a Segurança Social.
4. Aplicação para o controlo orçamental.
5. Lista telefónica electrónica.
6. Dados estatísticos da Região Centro.
7. Aplicação de gestão documental e do correio.

O ecrã que surge em todas as máquinas é o seguinte:



Em termos dos postos de trabalho foi implementada uma política da existência de imagens que permitem a recuperação de um máquina em 10 minutos. Foram durante o ano de 2003 recuperadas 25 máquinas.

Ainda na área de sistemas foram instalados os seguintes servidores:

1. Novo servidor Web com Linux

2. Novo servidor de correio electrónico com Linux
3. Servidor proxy e DNS interno em Linux.
4. Servidor para a nova aplicação para a área administrativa/financeira em Microsoft NT 4.0 SP6.
5. Servidor para a área SIG Microsoft NT 4.0 SP6.

Ainda durante este ano foi aumentado a memória RAM de 50 máquinas para 128 MB e foi reformulado o sistema de impressão através da aquisição de novas impressoras e da sua racionalização através do uso preferencial de sistemas de impressão em rede.

Existem na rede local da Comissão 150 máquinas o que apesar das medidas tomadas necessitam de manutenção o que ocupou nestas tarefas os técnicos deste gabinete.

Em anexo a este relatório são descritos os servidores e as estações de trabalho existentes e geridas por este Gabinete.

#### 4. Área da Internet

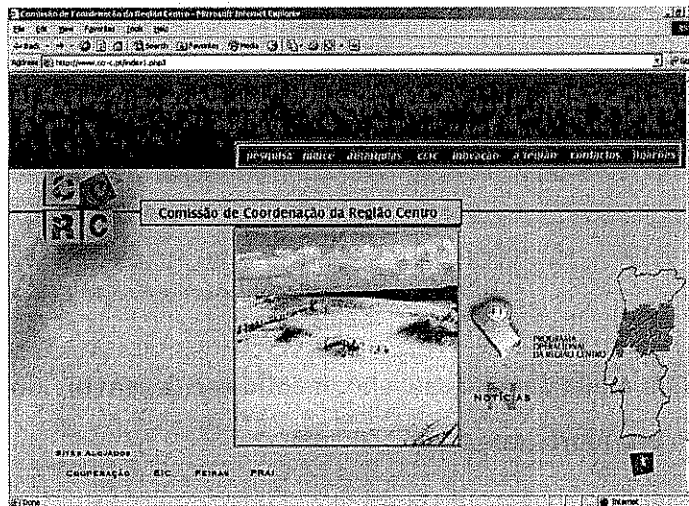


A Internet é uma ferramenta e um meio fundamental para organizações do tipo da Comissão. O acesso à informação por parte dos funcionários e a disponibilização de informações para o público em geral ou especializado não podem ser encarados como algo de secundário mas sim como um vector fundamental à afirmação e sucesso desta Comissão. Foi à luz desta visão estratégica que entendeu este gabinete estabelecer algumas tarefas das quais se enumeram as mais importantes:

1. Acabar com o *outsourcing* com a empresa que fazia a actualização do site por entender que este trabalho deveria ser feito pelos elementos internos. Esta decisão foi baseada nos seguintes aspectos:

- Existe *know how* para desempenhar a função com recursos internos.
- Era financeiramente mais vantajoso.
- Garantia uma maior rapidez de resposta a alterações sendo que um dos factores de sucesso de um site é a actualização de conteúdos.
- Melhor conhecimento da realidade da casa o que permitia uma maior adequação do site.

2. Proceder a várias actualizações do site para que ele reflectisse as variações organizacionais e de conteúdo da Comissão. O site durante o ano de 2003 teve **151.537** visitas o que prova de alguma forma a sua adequação ao público-alvo. Como resultado da nova estrutura da CCDRC, está em análise um processo de redefinição dos sites da ex-CCRC e ex-DRAOTC por forma a ser criado um site único com novas potencialidades. O site tem actualmente a seguinte página de entrada (endereço [www.ccr-c.pt](http://www.ccr-c.pt)):



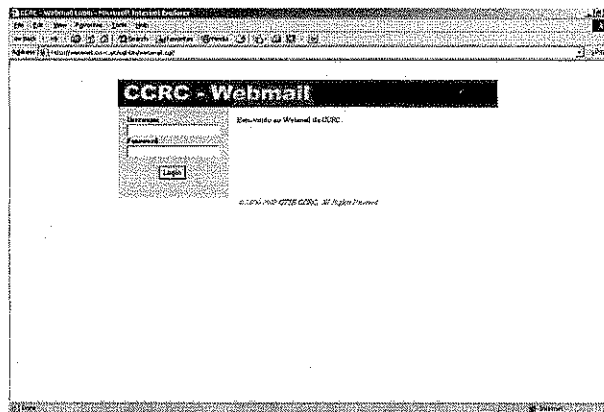
3. Instalação de um novo servidor para o site permitindo melhor performance e um aumento da segurança.

4. Instalação de um novo servidor para o sistema de correio electrónico permitindo melhor performance e um aumento da segurança. São enviadas e recebidas em média **800 mensagens por dia**.

5. Redefinição do sistema de acesso à Internet quer ao nível interno quer externo tendo como objectivo garantir maior segurança e aumento da velocidade de acesso. Esta tarefa obrigou a implementar as seguintes alterações:

- Criação de uma DMZ (Zona desmilitarizada);
- Reconfiguração do firewall;
- Instalação de um servidor de suporte aos serviços de DNS interno e proxy server.

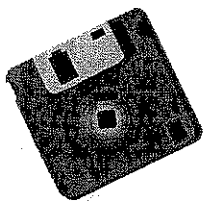
6. Instalação do serviço de *Webmail* que permite que os funcionários da Comissão tenham acesso ao e-mail fora das instalações desta Comissão desde que tenham uma ligação à Internet. O endereço é [webmail.ccr-c.pt](http://webmail.ccr-c.pt) e quando entramos encontramos esta janela:



7. Foram ainda durante este ano, mantidos e desenvolvidos sites que estão alojados nos nossos servidores tais como:

- **PRAI** (<http://www.ccr-c.pt/prai/>)
- **Cooperação** (<http://www.ccr-c.pt/cooperacao/>)
- **Euro Gabinete** (<http://www.ccr-c.pt/EIC/>)
- **Feiras das Actividades Económicas da Região Centro** (<http://www.ccr-c.pt/feiras/index.htm>).

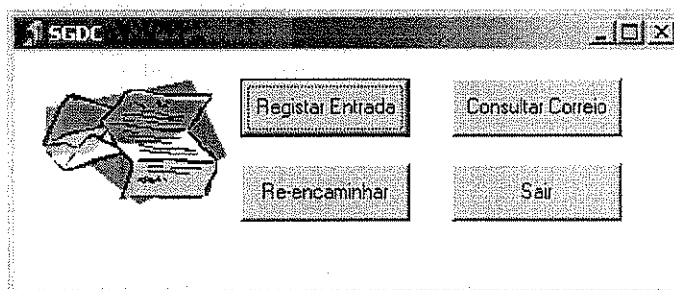
## 5. Desenvolvimento de Aplicações



Aproveitando o conhecimento e experiência de programação de alguns técnicos deste Gabinete foram desenvolvidas várias aplicações utilizando como ferramenta de desenvolvimento o Visual Basic e motores de base de dados Access, MySQL e SQL Server. Estas aplicações tentaram responder a necessidades dos utilizadores e foram na sua integra desenvolvidas no seio deste Gabinete sem o recurso a meios ou recursos externos. Parece ser este o melhor caminho a seguir já que não fica esta Comissão dependente de empresas para proceder à manutenção e novos desenvolvimentos das aplicações.

Durante este ano foram implementadas as seguintes aplicações:

### *Sistema de Gestão Documental e Correio (SGDC)*



Esta aplicação tem como objectivos fundamentais:

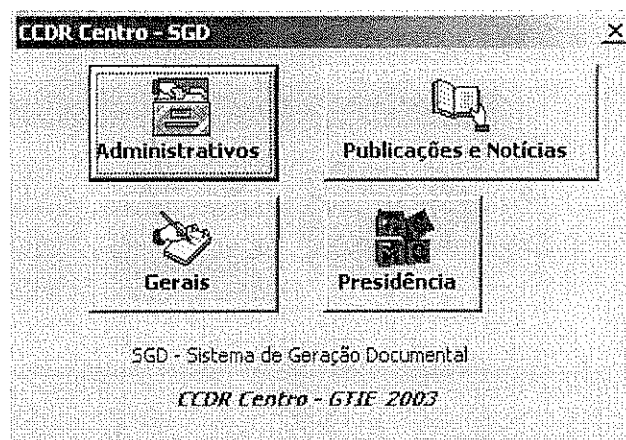
- O registo electrónico de entradas de correspondência no serviço de expediente. Este registo tanto se efectua para correspondência externa como para os documentos criados internamente.
- Consulta electrónica do serviço da CCDRC onde se encontra um dado documento.
- Registo do re-encaminhamento de um dado documento.

Temos vindo a verificar que os funcionários da Comissão estão a utilizar a aplicação para a consulta das entradas. Contudo, não tem feito o registo dos re-encaminhamentos o que implica que o trajecto do documento não fique completo. Este aspecto, apesar

das solicitações efectuadas por este gabinete, exige um empenhamento da Presidência já que este registo implica uma alteração organizacional muito importante. Parecem-me óbvios os benefícios subjacentes à utilização desta aplicação. Existem ainda dois módulos da aplicação que aguardam autorização superior, a saber:

- Articulação com o sistema de modelos do Word (apresentado seguidamente) o que permitirá o fluxo electrónico de informação gerada internamente em vez do tradicional papel.
- Colocação de prazos e alarmes quando este expirem num conjunto de processos onde isso se justifique.

### *Sistema de Geração Documental*



Foi desenvolvido um sistema de modelos (matrizes) que permite que todos os documentos criados electronicamente na Comissão sejam coerentes e com idêntica imagem. Estes modelos para além de normalizar os documentos permitem uma maior rapidez e facilidade de preenchimento. Os modelos são bastante utilizados existindo contudo ainda algumas “ilhas de resistência” que penso devem merecer uma determinação da Presidência visando a obrigatoriedade de utilização dos modelos oficiais.

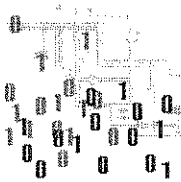
Em anexo a este relatório apresento a lista de modelos existentes.



## Lista de Contactos

Esta é uma aplicação que permite saber o número da extensão e o endereço de correio electrónico de todos os elementos da CCDRC. Esta aplicação permite ainda que cada um possa alterar a sua extensão telefónica e enviar mensagens curtas entre computadores.

## 6. Estatística



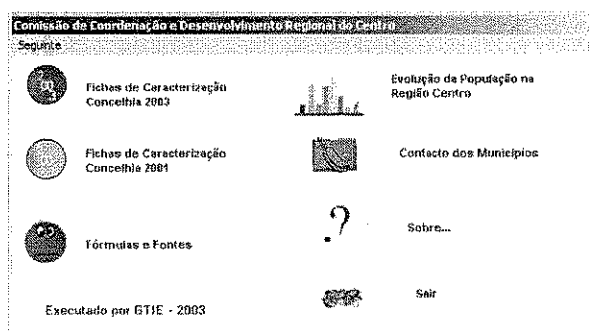
A estatística é uma área deste Gabinete que desde sempre mereceu uma atenção muito grande. Em termos de recursos humanos tem exclusivamente dedicado um técnico superior. A obtenção de dados estatísticos da região é claramente uma das grandes necessidades do público-alvo desta Comissão e uma ferramenta muito importante para os técnicos, não só para a área de planeamento como para a área do Programa Operacional do Centro.

Nesta área de trabalho a tarefa mais importante foi o desenvolvimento de uma aplicação onde é possível consultar, imprimir e exportar para o Excel a seguinte informação relativa à região Centro agregada por Região, NUT II e concelhos:

- Fichas Concelhias de 2003

- Fichas Concelhias de 2001
- Evolução da População desde 1864 até 2001. Este estudo é bastante inovador já que não existe conhecimento de algo idêntico.

A aplicação tem o seguinte aspecto inicial:



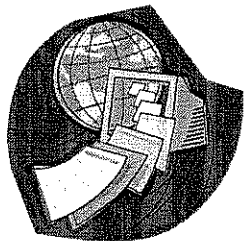
Esta aplicação resultou da sinergia entre o técnico deste gabinete responsável pela área da estatística e a área de desenvolvimento de aplicações. Nesta conjunção de trabalho resultou uma aplicação que foi disponibilizada a todos os funcionários da CCDRC e que tem merecido pela parte deles uma grande utilização.

Penso contudo que esta informação deveria ser disponibilizada no CDI em formato de livro para as pessoas que vem a esta Comissão em busca desta informação. Foi contactado o antigo presidente que concordou mas que entendeu que deveria ser o novo presidente a tomar esta decisão. Ficamos assim, à espera da decisão superior para arrancar com a publicação do dito livro. Esta publicação deverá em nossa opinião ser feita pelo serviço de Offset desta Comissão potenciando assim este serviço e poupando dinheiro.

Ainda nesta área podemos destacar as seguintes tarefas:

- Presença em representação da CCDRC nas reuniões do Conselho Regional de Estatística.
- Elaboração de vários trabalhos em resposta a solicitações exteriores e internas.

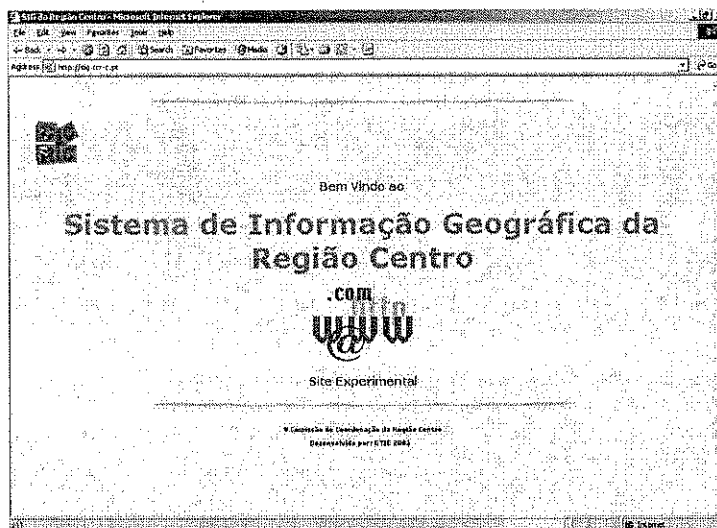
## 7. Sistema de Informação Geográfica



Os sistemas de Informação Geográfica, vulgo SIG, são um nicho de conhecimento em franca expansão. Não é possível continuar a trabalhar e a obter informações geográficas não utilizando ferramentas informáticas.

Este é claramente um projecto de grande interesse para a Comissão já que permitirá uma melhor política de planeamento e de ajuda à decisão na área do PO. Não existe nenhuma informação organizada de quais foram os investimentos patrocinados pelo PO e aquando de uma decisão ou parecer sobre um novo projecto não existe qualquer ferramenta de apoio à decisão.

Tem por objectivo este site demonstrar a importância da existência de um SIG na CCDRC e aproveitando o trabalho desenvolvido nesta área pela Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (AIBT do PI) foi colocado on-line (<http://sig.ccr-c.pt>) um site onde pretendemos demonstrar as virtudes da existência destes tipo de projecto.



O SIG desenvolvido pela AIBT do PI incidiu principalmente na área geográfica da sua intervenção. O objectivo da implementação deste sistema foi, não só, possuir uma ferramenta para gestão, mas também, possuir um sistema que ajudasse a conhecer a realidade do território.

Este site disponibiliza o SIG em ambiente Intranet permitindo ao utilizador realizar operações de visualização, consulta e análise dos dados. Os dados são fornecidos não só através da sua localização geográfica mas também através dos seus atributos numa base de dados.

Deve este site ser entendido como uma primeira abordagem às possíveis utilizações, funcionalidades e âmbito de intervenção de um SIG para planeamento regional.

## **8. Conclusões**

Julgamos que a acção deste Gabinete, e apesar os constrangimentos descritos anteriormente, pode ser considerada de positiva e que tem dado uma resposta eficiente às necessidades e desafios colocados pela CCDRC. Contudo existe ainda um longo percurso a percorrer para dotar esta Comissão de um Sistema de informação e Tecnologias de Comunicação que permitam um aumento da qualidade e quantidade de trabalho aqui executado.

Devem, em nossa opinião, as TICs ser consideradas um eixo estratégico na edificação da nova CCDRC, já que irão permitir tornar os processos menos burocráticos, diminuir o tempo de resposta a solicitações externas e ao mesmo tempo que aumentar a qualidade da mesma e dotar a Comissão de ferramentas de apoio à decisão.

Para que este objectivo seja cumprido continua a ser necessário dotar este Gabinete dos recursos financeiros e humanos necessários ao cumprimento das metas estabelecidas, sendo ainda necessária uma clarificação estratégica do papel da informática, estatística e SIG na nova Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

## **OUTRAS ACTIVIDADES**

**Dr.ª Ana Cristina Pires**

Após uma ausência de pouco mais de cinco anos, regressei ao serviço em Maio de 2002, tendo então apresentado uma proposta de Programa de Actividades que foi aceite. Essa proposta incidia sobre domínios de intervenção em que desde sempre tenho trabalhado e que de há quatorze anos têm vindo a estruturar e organizar de forma decisiva o meu percurso profissional. Disso mesmo faz prova o meu curriculum vitae, nomeadamente ao nível do que tenho publicado. Este Relatório de Actividades refere o trabalho desenvolvido no ano de 2003, na continuação do desenvolvimento da proposta de 2002.

### **1 – Tecelagem de Almalaguês**

A pedido da Junta de Freguesia de Almalaguês organizou-se a primeira edição do Concurso de Tecelagem Antiga de Almalaguês.

Os trabalhos significaram apoio na elaboração de dois artigos para o Boletim da Junta de Freguesia de Almalaguês, a definição do Regulamento do Concurso, a organização da própria exposição, a integração no Júri do concurso.

Também se testou a Ficha de Inquérito do trabalho a desenvolver sobre a Tecelagem de Almalaguês e suas produtoras. Só o conhecimento rigoroso daquela realidade permitirá a elaboração de um Caderno de Especificações passível de ser utilizado num futuro processo de Certificação.

Em anexo seguem os referidos textos bem como a apresentação dos pressupostos desta parceria da CCDRC com a Junta de Freguesia de Almalaguês.

### **2 – Cestaria de Gonçalo**

A pedido da Câmara Municipal da Guarda, sob proposta da Junta de Freguesia de Gonçalo, elaborou-se o artigo “A Cestaria de Gonçalo, ComTexto”. O texto foi publicado no Catálogo “Cestos com Asas” dedicado a um dos módulos da Exposição “A Memória das Coisas – objectos e afectos, que o Núcleo de Animação Cultural concretizou no Paço da Cultura da Guarda, relativa à freguesia de Gonçalo, e acompanha, em anexo, este relatório.

### **3 – Texto “Bajouca e Carapinhal”**

Todos os anos a FIL (Feira Internacional de Lisboa), com um grande e decisivo apoio do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), realiza a Feira Internacional de Artesanato (FIA - Lisboa).

Na ocasião o IEFP faz coincidir essa iniciativa com a realização de uma exposição subordinada a um tema, o mesmo que, cada dois anos, organiza a selecção de peças para atribuição do Prémio Nacional de Artesanato. Naturalmente que o esforço necessário à concretização deste tipo de exposições, a um tempo exemplificativas e celebratórias, é ainda acompanhado pela edição de catálogos.

“As Idades da Terra. Formas e Memórias da Olaria Portuguesa” é o nome do Catálogo saído em 2003, onde publiquei um texto sobre dois dos mais importantes centros oleiros da Região, Bajouca e Carapinhal, o qual segue em anexo neste Relatório.

#### 4 - “mãos - revista de artes e ofícios”

Durante o ano de 2003 escrevi, na revista de que sou directora, os seguintes artigos

mãos n.º 20

Tema Artes Têxteis

Rubricas:

Editorial: “Como se o tecedor a si próprio se tecesse”

Mãos de Mestre: Alcaravela - história de uma persistente coragem

Ponto de partida: Bordar em Português - primeira parte

mãos n.º 21

Tema Artesanato no Feminino

Rubricas:

Editorial: Artesanato no Feminino

O Nome e o Rosto: No malhar é que está o ganho? Sim. Mas não chega.

Especial: Bordar em Português - segunda parte

Tinta Permanente: Uma história engraçada

mãos n.º 22

Tema Vamos à Feira!

Rubricas:

Editorial: Vamos à Feira!

Em Boas Mãos: Que fazer?

Especial: As feiras do nosso contentamento (em colaboração)

Tinta Permanente: E qual é o problema?

mãos n.º 23

Tema Certificação

Rubricas:

Editorial: Gato por lebre, ou a importância da certificação.

Em Boas Mãos: Quem faz um cesto faz um cento.

E depois? O que é que se faz a tanto cesto?

**Mãos de Mestre: Bordar em Português nas Regiões Autónomas**

Tinta Permanente: Que futuro futurível para o Portugal Chão?

**5 - Rota dos Escritores do século XX**

No cumprimento dos trabalhos que consubstanciam a participação da CCDRC no projecto “Rota dos Escritores do século XX”, escrevi, em 2003, quatro dos cinco itinerários que compõem o Roteiro da Região. O texto, entretanto concluído, segue em anexo.



**DIRECÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS**

**Director de Serviços: Dr. José Manuel Abreu e Silva**

**Divisão de Administrativa e de Recursos Humanos**

**Chefe de Divisão: Dr.<sup>a</sup> Isabel Forjaz**

**Divisão de Gestão Financeira e Património**

**Chefe de Divisão: Dr. Jorge Tavares**

## INTRODUÇÃO

O Relatório de Actividades tornou-se um imperativo legal através do Decreto Lei nº183/96, de 27 de Setembro.

Qualquer que seja o tipo de organização em análise, terá que se ter sempre em consideração as seguintes funções fundamentais de gestão: Planeamento, Organização, Direcção e Controlo.

Através do Planeamento estabelecem-se os objectivos da organização, define-se a estratégia para a sua consecução e determinam-se os programas, projectos, procedimentos e métodos a adoptar no futuro imediato. A tomada de decisão estará pois, em última instância, profundamente ligada a esta função, quer através da hierarquização de opções, quer através da afectação e mobilização dos recursos disponíveis.

Organizar é determinar quais os recursos e que actividades são necessárias para serem atingidos os objectivos da organização, bem como atribuir autoridade e responsabilidade para a sua consecução.

Dirigir é conseguir os resultados propostos, através de estilos e poder de liderança, bem como capacidade de comunicação e motivação.

Controlar é medir o desempenho real e compará-lo com os poderes estabelecidos, procedendo-se a acções correctivas sempre que tal seja necessário.

Tendo em consideração, por um lado, o contexto limitativo em que se insere quer o Orçamento de Receitas Gerais quer o PIDDAC, e, por outro, o carácter meramente previsional e/ou contingente do Orçamento de Receitas Próprias, torna-se imprescindível que a utilização por parte da Ex. DRAOT-Centro, dos recursos orçamentais disponíveis através das referidas fontes de financiamento, seja feita com o maior rigor e eficácia possíveis. Tal só é conseguido através de um planeamento e de um controlo adequados.

O Relatório de Actividades não é mais do que uma forma de controlo, que vem permitir avaliar a conformidade do desempenho com os planos definidos, por forma a serem detectados os desvios, avaliados os resultados e recolhida informação que permita planejar o futuro. Jamais seria possível imaginar qualquer forma de planeamento sem controlo, já que ambos são instrumentos de gestão que deverão estar intimamente relacionados.

Assim, o Relatório de Actividades constitui um importante documento de análise crítica relativamente à eficácia e ao grau de cumprimento das actividades planeadas, apresentando-se igualmente como um excelente meio para se rectificarem procedimentos, redefinir os objectivos e as estratégias para o ano seguinte, bem como para a adopção de novas medidas e meios de coordenação e controlo da execução e optimização das actividades planeadas.

## **BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL**

A actividade da Ex. Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro, durante o ano de 2003, caracterizou-se fundamentalmente, na sequência aliás do que já vinha sendo prática dos anos anteriores, por uma procura constante de melhores condições estruturais, quer ao nível da logística, quer no âmbito dos recursos humanos, bem como pela adopção de novos métodos e procedimentos conducentes ao aumento de operacionalidade e pela implementação de um modelo de gestão, cuja eficácia, permitisse a optimização dos recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis.

A dispersão dos Serviços Centrais da Ex. DRAOT-Centro por vários edifícios (5) e a sua falta de funcionalidade, a escassez e degradação da frota de viaturas, bem como o elevado nível etário dos funcionários, aliado com uma desadequada preparação de algumas categorias profissionais, designadamente Vigilantes da Natureza, foram factores que de algum modo condicionaram fortemente a actividade desenvolvida pelo Organismo, que, não obstante, se deverá considerar meritória, e, nalguns casos, até superando as nossas expectativas.

## **ORIENTAÇÕES GERAIS**

No seu Plano de Actividades / 2003, a Ex. DRAOT-Centro, através das acções naquele documento consignadas, procurou estruturar e consolidar quatro grandes objectivos estratégicos previamente definidos:

- 1º - Racionalizar os custos e otimizar a aplicação dos recursos disponíveis;
- 2º - Sistematização e organização dos processos e procedimentos administrativos;
- 3º - Aproveitamento integral dos fundos comunitários disponibilizados no âmbito do III QCA;
- 4º - Proporcionar os meios e as condições necessárias para que a Região Centro, em sintonia com as políticas orientadoras a nível central, atinja elevados níveis de satisfação das populações nas áreas do ambiente e do ordenamento do território em consonância com as exigências estabelecidas pela União Europeia.

## DIRECÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

### **Enquadramento**

Nos termos do Artº 6º do Decreto-Lei nº127/2001, de 17 de Abril, competiu à Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros a gestão dos recursos humanos, administrativos, financeiros e patrimoniais da Ex. DRAOT - Centro.

Ao abrigo do nº 2 do Artº 5º do referido diploma legal, o Director de Serviços Administrativos e Financeiros teve, por inerência do cargo, assento no Conselho Administrativo, órgão deliberativo em matéria de gestão financeira e patrimonial.

A assumpção de todas estas competências, no actual quadro de disciplina e rigor orçamentais, exigiu por parte da DSAF, um acompanhamento e controlo cada vez mais eficazes a todos os níveis, designadamente em matéria de recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Nesse âmbito, a Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros foi chefiada por um Director de Serviços secretariado por uma Assistente Administrativa Especialista, para além da prestimosa colaboração das 2 Divisões integrantes da Estrutura Organizativa: a Divisão Administrativa e de Recursos Humanos e a Divisão de Gestão Financeira e Património.

### ***Actividade desenvolvida***

Cumulativamente ao desempenho das suas obrigações e atribuições, inerentes ao cargo desempenhado, designadamente no que concerne ao acompanhamento, coordenação e supervisão da actividade desenvolvida pelas suas Divisões, a Direcção de Serviços em apreço, através do seu responsável directo, teve uma particular e específica intervenção nas seguintes áreas e tarefas:

- Preparação e elaboração do Plano de Actividades do Organismo para o ano de 2003;

- Preparação e elaboração do PIDDAC/2004 da Ex. DRAOT - Centro;
- Acompanhamento e controlo do PIDDAC/2003 da Ex. DRAOT - Centro;
- Representação da Ex. DRAOT - Centro, como vogal, na Secção Regional do Centro do Conselho Superior de Estatística;
- Participação como elemento de júri de concursos de estágio do pessoal;
- Elaboração dos Contributos da Ex. DRAOT – Centro para a preparação do projecto de relatório do Orçamento de estado para 2004;
- Substituição do Sub-Director Regional nas suas férias, ausências e impedimentos.

Na qualidade de Chefe de Projecto da Estrutura de Apoio Técnico, com a natureza de Estrutura de Projecto, da Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades, Medida 2.1 e 2.2 e Medida 3.13 Ambiente – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentrada, do Programa Operacional Regional do Centro, funções que desempenha em acumulação desde 31.01.2001, deu o necessário apoio técnico-administrativo ao Coordenador das referidas medidas da Intervenção Operacional, tendo igualmente, e nesse âmbito, participado e representado o Coordenador em diversas Unidades de Gestão, Comissões de Avaliação e Acompanhamento do Programa Operacional Regional, bem como em diversas reuniões com representantes de municípios, associações de municípios e outras entidades terceiras, na divulgação, preparação, apoio e acompanhamento de candidaturas ao III QCA.

## **Divisão Administrativa e de Recursos Humanos**

### ***Introdução***

A Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, criada pelo Dec-Lei n.º 127/2001, de 17 de Abril, fez parte integrante da Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro (Serviço criado pelo Dec-Lei n.º 120/2000, de 4 de Julho), e exerceu as suas competências nas áreas de gestão administrativa e de recursos humanos

Quando o Decreto- Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio de 2003, criou as Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional, extinguiu as Comissões de Coordenação Regional (CCR) e as Direcções Regionais do Ambiente e Ordenamento do Território (DRAOT).

As CCDRCs sucederam, assim, nas posições jurídicas activas tituladas pelas Comissões de Coordenação Regional (CCR), criada pelo Decreto-Lei n.º 494/79, de 21 de Dezembro, na versão do Decreto-Lei n.º 224/2001, de 17 de Abril, e pelas Direcções Regionais do Ambiente e do Ordenamento do Território (DRAOT), criadas pelo Decreto-Lei n.º 127/2001, de 17 de Abril, bem como nos deveres a que estes organismos se obrigaram nos domínios das respectivas actividades.

Embora a configuração do Departamento de Gestão Administrativa e Financeira não tivesse sido previamente definida por falta de publicação da Lei Orgânica do Serviço, este continuou a seguir a configuração já delineada na publicação do Decreto-Lei n.º 127/2001, de 17 de Abril.

Em 1 de Outubro de 2003, com a tomada de posse do novo Presidente, várias medidas foram executadas, nomeadamente, a movimentação de todo o pessoal desta Divisão, que se encontrava a trabalhar na sede da Ex-DRAOT, na Rua Padre Estevão Cabral, n.º 79, 6.º para a Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80, juntando, assim as Divisões Administrativas da Ex-CCR com a Divisão Administrativa e de Recursos Humanos da Ex-DRAOT.

Actividade desenvolvida

Foi no âmbito da atribuição das suas competências, ao abrigo do art. 6º, nº 3, do Dec.–Lei nº 127/2001, de 17 de Abril, que a área Administrativa e de Recursos Humanos, desenvolveu a sua actividade, até 30 de Setembro de 2003:

- 1 – Inventariou as necessidades de formação de serviços e propôs a realização de acções de formação;
- 2 – Elaborou o balanço social de 2002
- 4 – Elaborou a lista de antiguidade de 2003
- 3 – Organizou e manteve actualizados os processos individuais dos funcionários afectos à DRAOT;
- 4 – Procedeu ao controlo de assiduidade e pontualidade dos funcionários;
- 5 – Assegurou as acções relativas à administração e mobilidade de pessoal afecto à DRAOT;
- 6 – Praticou todos os actos preparatórios relativos a recrutamento, selecção de pessoal e provimento, promoção e cessação de funções;
- 7 – Executou as tarefas inerentes à recepção, classificação, expedição e arquivo de todo o expediente da DRAOT;
- 8 – Estudou, promoveu e coordenou as acções referentes à racionalização, normalização e simplificação dos procedimentos e circuitos administrativos.
- 9 – Procedeu a todos os actos preparatórios para Base de Dados da Administração Pública (BDAP)
- 10 – Elaborou as propostas de candidaturas a estágios profissionais

A partir de **1 de Outubro de 2003**, com a tomada de posse do novo Presidente:

- 1 - Continuou a actividade administrativa e de recursos humanos que vinha exercendo.
- 2 - Mudou de instalações – da Sede da Ex-DRAOT na Rua Padre Estevão Cabral para a Rua Bernardim Ribeiro.
- 3 - Integrou todos os funcionários na base de dados do CIAF, que foi a adoptada para Vencimentos e Recursos Humanos
- 4 – Desenvolveu novos procedimentos, para uniformização do sistema administrativo.



## Recursos Utilizados

## Recursos Humanos

Nome	Categoria	Desde	Tarefas
M <sup>a</sup> Isabel Forjaz	Chefe Divisão	01.07.2001	Chefia de Divisão
<b>Sector de Recursos Humanos</b>			
M <sup>a</sup> Natércia Correia Branco	Téc.Sup.1 <sup>a</sup> Cl	12.06.2002	Emissão de pareceres e informações; abertura de concursos; processos de nomeação; execução de plano de formação; rel .act. formação; recl. e reconv. pessoal
M <sup>a</sup> Celeste Silva Tereso	Téc.Sup.2 <sup>a</sup> Cl	01.10.2001	Emissão de pareceres e informações; supervisão da base de dados de pessoal; actualização do quadro de pessoal; balanço social; anuário de 2002
<b>Sector de Pessoal</b>			
Helena Anjos P. Salomé Guinapo	Téc. Informática G1-N2	01.10.2002	Proc. vencimentos; actualização base de dados de pessoal; controlo de efectivos; elaboração de guias de vencimentos; listagens
Silvia M <sup>a</sup> Conceição Santos	Ass. Adm. Espe.	03.02.2000	Contagens de tempo de serviço; elaboração de proc. aposentações; Serv. elab. candidaturas de estágios prof.; certidões; envio mensal dos doc. ADSE
Leotilde Duarte Simões	Ass. Adm. Princ.	10.04.2001	Arquivo documentos de assiduidade; pesquisa de hab. lit. nos Proc. Ind.; officios; outros
Sandra M <sup>a</sup> Saraiva Santos	Ass. Adm. Princ.	10.04.2001	Vencimentos; ajudas de custo; elaboração da lista de antiguidade
Eracema M <sup>a</sup> Rocha Sousa	Ass. Adm.	01.10.1998	Controle de assiduidade; elab. mapas de férias; OSMOP; guias de transporte; termos de posse; ADSE; Outros
<b>Sector de Expediente</b>			
Filomena Augusta T. Elias Cardoso	Ass. Adm. Princ.	10.04.2001	Análise e Registo de correspondência recebida; fotocópias
Paula M <sup>a</sup> F. L. Murta Ferreira	Ass. Adm. Princ.	10.04.2001	Análise e Registo de correspondência recebida; fotocópias
<b>Pessoal Auxiliar</b>			
Albino Ferreira Capitão	Mot. Ligeiros	27.08.2001	Condução de veículos
António Américo Paixão Rebello	Mot. Ligeiros	23.07.1997	Condução de veículos
M <sup>a</sup> Gabriela F.C. Fernandes	Telefonista	01.08.1998	Atendimento telefónico
M <sup>a</sup> Teresa Santos Arzileiro	Telefonista	01.08.2000	Atendimento telefónico
M <sup>a</sup> Alice Cristóvão	Aux. Adm.	01.10.1996	Distribuição de documentos; atend. telefónico; atend. público; fotocópias; entrega de correio nos CTT
Aida Correia Viegas Custódio	Aux. Adm.	31.12.1997	Distribuição de documentos; atend. telefónico; fotocópias
Celeste M <sup>a</sup> Domigues Pina	Aux. Adm.	01.01.1998	Distribuição de documentos; fotocópias
Helder Manuel Estêvão Fonseca	Fiel de Armazém	01.08.2000	Fotocópias; expediente geral; outros

## Recursos Materiais

Para além de todo o material de escritório (Secretárias, cadeiras, telefones, etc), existiam nesta Divisão:

10 PCs

1 Impressora HP DeskJet 670C

1 Impressora LaserJet 4050TN

1 máquina de escrever eléctrica “Internacional 560”

Base de dados da Quidgest – Modulo de Gestão de Recursos Humanos e modulo de Vencimentos

Programa de expediente - Filemaker

2 telemóvel (um para a Chefe de Divisão e outro para um Motorista)

## Avaliação Final

O trabalho da área Administrativa, pautou-se, essencialmente, pela gestão normal do serviço, pela normalização dos circuitos e formas de actuação, implementadas em 2002.

Foram promovidas acções referentes à racionalização e simplificação dos procedimentos e circuitos administrativos, nomeadamente, com a distribuição de correio interno e externo, leitura dos Diários da República pela Internet, etc.

É de salientar que a maioria dos auxiliares administrativos que trabalham nesta Divisão, praticamente não sabe ler nem escrever, pelo que, se limitaram a distribuir correio interno e tirar fotocópias, acabando por faltar auxiliares para as deslocações aos correios, bancos ou para efectuar outro tipo de tarefas.

Foi adstrito aos motoristas a tarefa de proceder à entrega do correio para a CCDR-C, uma vez que a distância entre a Ex-DRAOT- Centro e a CCDR-C não permite que a mesma seja efectuada a pé.

No entanto, aconteceu que, por vezes, todos os motoristas se encontravam em deslocações de serviço mais urgentes, dificultando assim a entrega diária do correio, que passou a ser realizada por uma auxiliar administrativa em deslocação de autocarro, tornando-se assim mais morosa a entrega e muitas vezes inoportável tendo em conta o peso da mercadoria.

A base de dados de Gestão de Recursos Humanos foi permanentemente actualizada no que respeita aos processos individuais dos funcionários do quadro de pessoal por forma a estarem de acordo com o sistema de vencimentos que se implementou, tornando assim possível visualizar o historial dum funcionário, bem como, planear o seu futuro, de acordo com as necessidades do serviço e o interesse público.

Em 2003 introduziu-se o cadastro dos funcionários não pertencentes ao quadro de pessoal, como é o caso das prestações de serviço ( 40), avenças (2) e contratos a termo certo do programa Pólis (4).

Procedeu-se à preparação dos dados da nossa base para a Base de Dados da Administração Pública (BDAP), sendo agora necessário comprar o sistema que permite a conversão desses dados, em ficheiro XML, para a BDAP. A Quidgest cobra o preço de 500 euros por essa conversão. Ainda não foi obtida autorização superior para compra.

Todos os funcionários do Sector de Pessoal e de Recursos Humanos passaram a ter acesso à leitura dos Diários da República pela Internet, o que veio a colmatar uma lacuna existente. Trata-se de um tipo de informação essencial para quem lida diariamente com regime jurídico do funcionário ou agente.

As informações relativas ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, chegam a este serviço, normalmente, através de e-mail do GIDC.

Durante o ano de 2003, tendo em conta as restrições orçamentais, pouca mobilidade existiu, no que respeita a novas relações jurídicas de pessoal, apenas as que a seguir se indicam:

Nome do funcionário	Categoria	Data de exercício em funções	Regime
Nuno Luís Rodrigues Bravo	Chefe de Divisão	20.01.2003	Substituição
José António Ferreira dos Santos	Chefe de Divisão	01.01.2003	Substituição
Paulo Sérgio Guilherme Cruz	Técnico Superior Estagiário	08.03.2003	Reclassificação
José dos Santos Marques	Técnico Superior Estagiário	08.03.2003	Reclassificação
Cristina Isabel d'Alcantara Carvalho Seabra	Técnica Superior de 1ª cl.	01.01.2003	Transferência
Luís Filipe Jorge Ferreira	Hidrometrista de 2ª cl.	01.03.2003	Fim de Licença sem vencimento
António José Lopes dos Santos	Técnico Prof. Esp. Princ.	01.02.2003	Transferência

De acordo com orientações superiores, não foi igualmente possível proceder a qualquer “démarche” tendo em vista a abertura de concursos, o que naturalmente foi factor de descontentamento nos funcionários.

A área de Recursos Humanos, baseou a sua acção na inventariação das necessidades de formação dos serviços e propostas para a realização de acções de formação, bem como, praticou todos os actos preparatórios relativos a recrutamento, selecção de pessoal e provimento.

Estudou, promoveu e coordenou as acções referentes a transições de carreiras, por forma, a resultar um equilíbrio entre necessidade dos serviços e um maior bem-estar dos funcionários.

Durante o ano de 2003, foram elaborados os seguintes documentos:

**-no Sector de Recursos Humanos:**

170 officios  
44 informações  
55 notas de serviço  
18 faxes;

**-no Sector de Pessoal:**

383 officios  
16 informações  
147 notas de serviço  
177 mensagens

O **Sector de expediente** teve à sua responsabilidade toda a triagem da correspondência, separação, classificação e registo da mesma em suporte informático ( Programa Filemaker) e circulação de protocolos do Expediente para os diversos sectores.

Para além destas tarefas, executou as seguintes: saída de correspondência, numeração, datação, e registo da mesma em suporte informático, assim como todo o trabalho de fotocópias e respectivo arquivo.

Apenas como indicador da actividade desenvolvida pelo Sector de Expediente, é de referir, que no ano 2003 e até 30 de Setembro deram entrada 36108 registos e saíram 13780 officios.

Este serviço controlou e assegurou, entre outras, a remessa de informação interna aos serviços, arquivos de despachos, circulares e ordens de serviço,.

Ficava situado no hall de entrada desta Direcção, num Gabinete sem janelas, o que provocava um natural descontentamento dos funcionários que aí trabalhavam.

## **Divisão de Gestão Financeira e Património**

### **Introdução**

A Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território – Centro, serviço desconcentrado do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, dotado de autonomia administrativa, foi criado através do Decreto-Lei nº127/2001 de 17 de Abril, com a missão de assegurar a execução da política e objectivos do Ministério na área da Região Centro em coordenação com os respectivos serviços centrais.

Apesar deste organismo resultar da integração do Ordenamento do Território na Ex-Direcção Regional do Ambiente, a sua curta vida de existência não permitiu a estabilidade suficiente para uma verdadeira consolidação orçamental e do mesmo modo para a reorganização da sua gestão patrimonial. De facto, passado pouco mais de um ano de vida, já existiam projectos para a sua extinção, o que claramente influenciou a sua gestão passando, em determinado momento, a mera gestão corrente.

Por esta razão, neste relatório de actividades é para nós difícil efectuar uma avaliação crítica às políticas de gestão seguidas, designadamente ao nível orçamental e patrimonial, pelo que nos reservamos.

*Podemos no entanto referir, que foi um curto espaço de tempo revestido de grandes dificuldades orçamentais, que resultaram do desajustamento dos orçamentos ao acréscimo das competências recebidas do Ordenamento do Território e que influenciaram a sua actividade no exercício de 2003 a vários níveis:*

### **1. Recursos Humanos**

O quadro apresentado no anexo 1 corresponde à discriminação dos funcionários pertencentes à Divisão de Gestão Administrativa e Financeira à data de 31 de Dezembro de 2003, bem como às tarefas desenvolvidas por cada um deles.

Refira-se que uma das funcionárias administrativas esteve de Licença de Parto até ao mês de Maio e que o Chefe de Secção esteve de baixa até ao mês de Setembro.

Devido ao número reduzido de pessoal para o conjunto alargado de competências da DGAF, a distribuição de tarefas nem sempre permitiu o cumprimento desejado das elementares normas de controlo interno. No entanto, esta foi sempre uma preocupação dos dirigentes, agravada com a necessidade de um acrescido controlo da despesa não cabimentada, pelas dificuldades orçamentais que se atravessaram, para a diminuição dos custos e afastamento de possíveis erros ou falhas.

## 2. Recursos Físicos

a) DGFP funcionou em três instalações:

- uma sala ampla, situada no edifício sede, onde estavam instalados os oito funcionários da contabilidade, património e aprovisionamento e tesouraria, incluindo o chefe de divisão e o chefe de secção;
- uma sala de pequena dimensão, junto ao parque automóvel, para os dois funcionários do contingente automóvel;
- uma oficina, em Montemor-o-Velho, onde são efectuados pelo mecânico, pequenos trabalhos de manutenção das viaturas.

b) Dos equipamentos utilizados, para além do mobiliário existente, considero importante uma avaliação crítica aos sistemas informáticos de software e hardware.

### Hardware

- um computador pessoal por funcionário com as capacidades suficientes para a execução das tarefas de cada um, todos ligados em rede;
- uma impressora a laser e uma impressora a jacto de tinta para impressão dos trabalhos a cores, ambas disponibilizadas em rede a todos os funcionários.

### Software

- um programa de contabilidade “República” com os módulos de contabilidade, CIBE e gestão de PIDDAC, que não faz a ligação integrada a qualquer outra aplicação, designadamente de Vencimentos e Gestão de Frotas.

## 3. Situação Patrimonial

a) No ano económico de 2003 aderiu-se ao módulo integrado do CIBE, tendo por objectivo o registo dos elementos do inventário, até aqui efectuado em folha de cálculo. Foi assim solicitado à firma a transposição dos elementos em Excel, estando estes em fase de actualização.

b) Relativamente aos bens imóveis, iniciaram-se os trabalhos de inventariação, conjuntamente com outros serviços internos. São bens que resultam também das várias reestruturações que a Ex - DRAOT-Centro suportou, sem que tenham sido efectuados autos de transferência. Por esta razão, internamente não existem elementos fiáveis que nos permitam validar os terrenos. A sua tipologia e localização geográfica, levam a que

seja um trabalho moroso e de um rigor acrescido. Porém, ficou-se numa fase relativamente avançada, ultrapassadas que estão parte das dificuldades iniciais.

- c) No que diz respeito aos veículos, anexa-se a este relatório uma listagem discriminativa dos existentes à data de 31 de Dezembro, sua afectação, operacionalidade e número de quilómetros. (anexo 2)

É visível o elevado estado de envelhecimento e degradação, tendo por resultado um aumento significativo nos custos com a manutenção e os consumos.

#### 4. Situação Orçamental

##### 4.1 Despesa

Desde Julho de 2002, no cumprimento do Despacho nº15 787/2002 (2ª Série) de 11 de Julho, todos os actos com implicações na gestão orçamental e patrimonial passaram a ser analisados e avaliados com o objectivo da rentabilização máxima dos recursos existentes, físicos e humanos para contenção da despesa. A partir de 23 de Maio, com a criação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Centro (CCDR-C) - Decreto-Lei nº104/2003, os serviços entraram “oficialmente” em gestão corrente, pelo que, de acordo com a Lei 8/90, foram executados apenas os actos que integram a actividade que a DRAOT -Centro normalmente desenvolvia até aqui para a prossecução das suas atribuições, excluindo-se, por este facto, a autorização de despesas com montantes de valor elevado.

Não obstante, a gestão desta Gerência caracterizou-se pelas muito graves dificuldades orçamentais, que resultaram exclusivamente do decréscimo muito significativo dos financiamentos do Orçamento de Estado e das Receitas Próprias, comparativamente com o ano de 2002.

Orçamento de 2002	Orçamento de 2003	Diferença
6.078.362,84 €	5.342.094,00 €	- 736.268,84 €

De facto, foi um decréscimo muito substancial, que veio afectar fundamentalmente as despesas correntes de funcionamento, dado que em sede de elaboração do orçamento foram salvaguardadas as Remunerações Certas e Permanentes.



Esta realidade, sem dúvida que condicionou a gestão orçamental deste organismo, tendo como consequência, a partir de determinado momento, a realização de despesa sem o respectivo cabimento prévio. Mantendo-se as competências e estruturas de 2002, era de todo impossível um decréscimo na despesa corrente de aproximadamente 60%. Refira-se que logo em sede de elaboração da proposta de orçamento e posteriormente no decorrer do ano económico, alertámos as diversas instâncias que nos tutelam para esta tão insólita situação.

Com o processo de fusão, tomaram-se medidas conjuntas com a Ex. CCR-C que permitiram colmatar estas tão graves dificuldades, encerrando-se o exercício económico sem qualquer passivo a transitar para a CCDR-C.

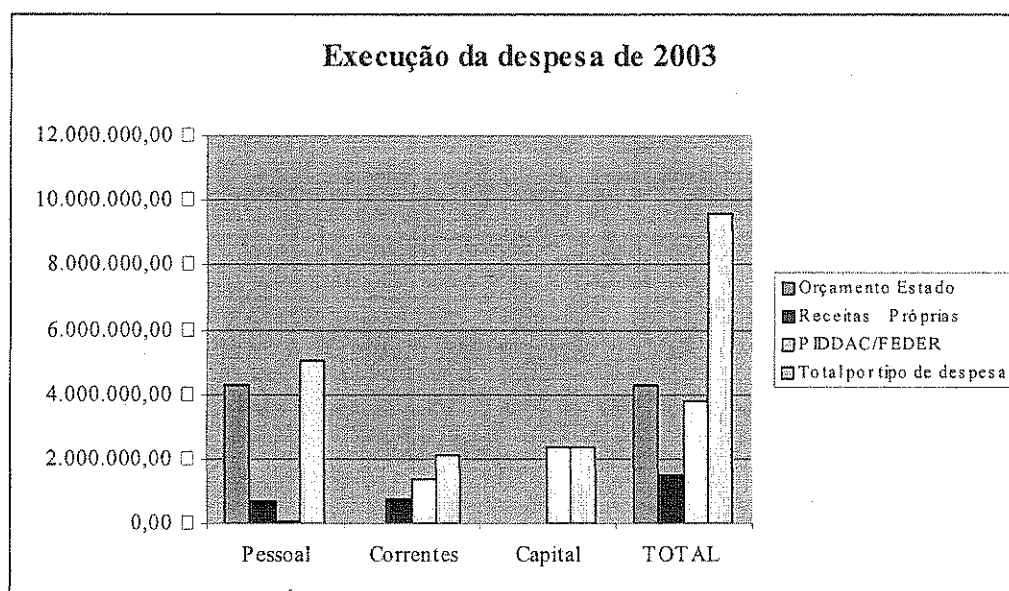
Apesar do panorama descrito, procurou-se diariamente o cumprimento dos objectivos estabelecidos para os vários serviços, orientados por princípios e critérios de transparência, eficiência e eficácia aos seus diversos níveis, necessariamente sujeitos a ajustamentos constantes e nem sempre concretizados, resultado de adversidades várias quase todas consequência das graves dificuldades orçamentais.

Refira-se ainda que a DSAF foi alvo de duas auditorias, uma primeira executada pela Direcção Geral do Orçamento, para a avaliação da gestão orçamental de 2003 e uma segunda, pela Inspecção Geral do Ambiente, com um âmbito alargado a todo o organismo, para a avaliação da gestão de 2002.

O quadro e gráfico que se apresentam têm por objectivo a demonstração da execução da despesa em 2003 nas suas diversas vertentes:

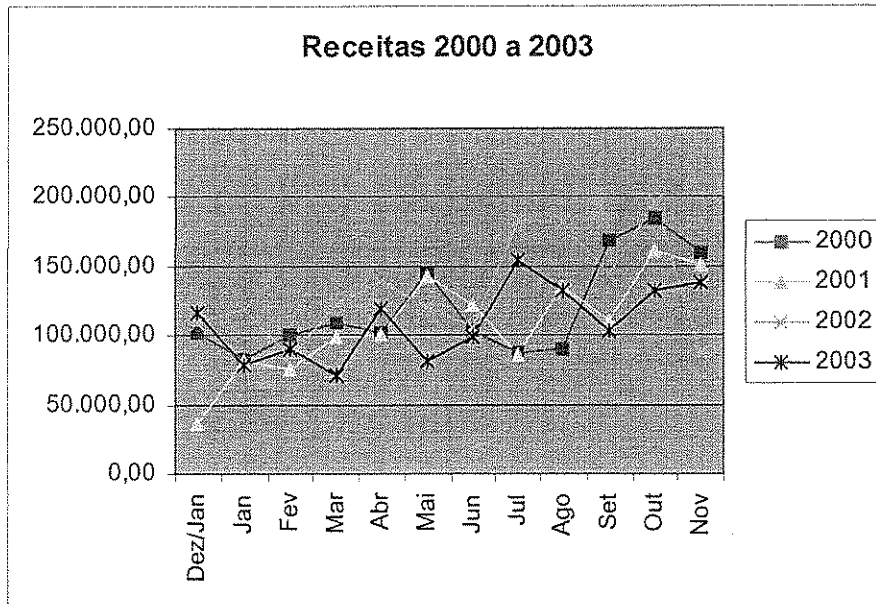
### Execução da despesa de 2003

	Orçamento Estado	Receitas Próprias	PIDDAC/FEDER	Total por tipo de despesa
Pessoal	4.272.556,97 €	708.475,83 €	82.467,13 €	5.063.499,93 €
Correntes		753.745,55 €	1.353.608,80 €	2.107.354,35 €
Capital		974,12 €	2.387.459,42 €	2.388.433,54 €
<b>TOTAL</b>	4.272.556,97 €	1.463.195,50 €	3.823.535,35 €	9.559.287,82 €



#### 4.2 - Receita

	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Dez/Jan</b>	68.754,30	101.265,95	36.247,64	108.443,65	116.779,20
<b>Jan</b>	85.902,97	82.526,11	81.508,56	118.908,43	77.963,66
<b>Fev</b>	59.601,36	99.754,59	75.807,30	83.967,64	89.468,29
<b>Mar</b>	71.941,62	108.478,57	99.490,23	121.487,22	71.337,59
<b>Abr</b>	92.551,95	101.231,03	100.612,52	139.319,24	119.715,01
<b>Mai</b>	97.130,91	144.741,17	141.783,30	121.212,88	80.940,85
<b>Jun</b>	125.103,50	103.819,79	122.779,10	106.169,13	98.656,37
<b>Jul</b>	185.468,02	87.454,24	85.394,20	183.063,82	154.074,69
<b>Ago</b>	134.575,67	90.077,91	134.825,07	181.672,17	131.920,27
<b>Set</b>	166.728,19	168.434,07	110.653,33	144.611,49	103.919,67
<b>Out</b>	137.932,58	184.216,04	162.039,48	196.730,88	132.627,39
<b>Nov</b>	126.375,44	160.238,82	150.656,92	87.204,84	327.158,62
<b>Total</b>	<b>1.352.066,52</b>	<b>1.432.238,31</b>	<b>1.301.797,67</b>	<b>1.592.791,37</b>	<b>1.504.561,61</b>



Pretende-se com este quadro e respectivo gráfico a demonstração da evolução da receita arrecadada e documentada nos últimos 5 anos. O montante totalizado em 2003, unicamente foi possível através da documentação de receita através dos extractos bancários efectuada em Novembro / Dezembro.

TAREFAS	NOMES										
	Jorge Tavares	Joaquim Oliveira	Paulo Cruz (a)	José Gonçalves	Luisa Camaz (b)	Guiomar Alves	Filomena Jorge	Ana Martins	Ana Carreiró	Manuel Peixoto	António Julião
Assegurar a gestão e o funcionamento da divisão de acordo com o disposto no DL n.º 127/2001.	Ch. Divisão X	Ch. Secção	T. Sup. Est.	A. Admin.	A. Admin.	A. Admin.	A. Admin.	A. Admin.	A. Admin.	Tesoureiro	Mecânico
Assegurar a gestão do parque automóvel e utilização dos combustíveis			X	X				X (**)	X		
Contabilização e processamento da despesa - Orçamentos de Funcionamento e Receitas.			X								
Contabilização e processamento da receita. Conferência de guias emitidas e elaboração de mapas/gráficos comparativos mensais. Participação em actividades da gerência.			X								
Contabilização e processamento da despesa - Orçamento PIDDAC. Processamento das requisições mensais de fundos. Participação em actividades da gerência.					X				X (**)		
Conservação e distribuição de artigos armazenados e gestão do armazém.									X (*)		
Garantir quando possível e dentro do contexto existente, o funcionamento das viaturas.											X
Informar os processos de pessoal e aquisições de bens e serviços no que respeita à legalidade e cabimento da verba.	X										
Manutenção e conservação das instalações e do equipamento, mobiliário e demais material.									X		
Organizar e manter actualizado o inventário e cadastro dos bens sob a responsabilidade da ex-DRAOT									X		
Pagamentos e recebimentos, emissão de cheques, arquivo de recibos e outras inerentes à função.										X	
Preparação dos concursos públicos e celebração de contratos para aquisições de bens e serviços, nos termos da legislação em vigor.	X	X (**)									
Racionalização de circuitos e normalização de procedimentos.		X									
Verificação e conferência de todos os documentos de despesa remetidos pelos diversos serviços e organização dos respectivos processos						X					

(a) Licenciatura em gestão de empresas pelo ISCAC

b) Finalista da licenciatura em Economia da FEUC

(\*) Em substituição

(\*\*) Em coadjuvação

## LISTAGEM ACTUALIZADA DAS VIATURAS DA D.R.A.O.T.-CENTRO EM 2003-09-30

MATRÍCULA	MARCA	MODELO	CILINDRADA	ANO DE FABRICO	KMS	TIPO DE USO (representação, uso pessoal, serviços gerais)	SERVIÇO A QUE ESTÁ ADSTRITA	OBSERVAÇÕES
QJ-27-05	AUDI	80 1.8 E	1781	1988	53459	Serviços Gerais	Direcção	
28-76-ER	CITROËN	AX ENTREPAISE	1360	1994	185777	Serviços Gerais	Sede	
88-76-EQ	CITROËN	AX ENTREPAISE	1360	1994	140000	Serviços Gerais	Sede - Laborat.º	
74-35-MM	CITROËN	BERLINGO	1868	1998	173530	Serviços Gerais	Sede - DSGT.	
39-28-OR	CITROËN	BERLINGO	1868	1999	80908	Serviços Gerais	Sede - DSGA	
32-01-QX	CITROËN	BERLINGO	1868	2000	46550	Serviços Gerais	Sede - DSAF	
49-26-MH	CITROËN	SAXO	954	1998	48122	Serviços Gerais	Div. Aveiro	
52-38-HV	CITROËN	SAXO	1527	1997	95444	Serviços Gerais	Div. Guarda	
52-39-HV	CITROËN	SAXO	1527	1997	82871	Serviços Gerais	Div. C. Branco	
52-40-HV	CITROËN	SAXO	1527	1997	52026	Serviços Gerais	Div. Aveiro	
52-41-HV	CITROËN	SAXO	1527	1997	90834	Serviços Gerais	Div. Viseu	
52-42-HV	CITROËN	SAXO	1527	1997	59009	Serviços Gerais	Div. Leiria	
85-13-JD	LAND ROVER	LDVA 68	2494	1997	149550	Serviços Gerais	Sede - DSMA	
45-17-MI	LAND ROVER	LD (DEFENDER)	2495	1998	82092	Serviços Gerais	Sede - DSLCNIE	
17-30-GF	MINIBUS	L 200	2477	1996	155482	Serviços Gerais	Sede - DSMA	
17-90-EP	NISSAN	TERRANO II	2663	1994	190248	Serviços Gerais	Sede - DSLCNIE	
05-59-HV	NISSAN	PATROL KY 260	2826	1997	175265	Serviços Gerais	Div. Guarda	
09-20-HU	NISSAN	PATROL KY 261	2826	1997	113878	Serviços Gerais	Div. Leiria	
09-21-HU	NISSAN	PATROL AYG 260	2826	1997	232638	Serviços Gerais	Div. Leiria	
09-22-HU	NISSAN	PATROL AYG 260	2826	1997	135550	Serviços Gerais	Div. Viseu	
09-25-HU	NISSAN	PATROL KY 260	2826	1997	163671	Serviços Gerais	Sede	
68-28-GC	NISSAN	PATROL AYG 260	2826	1996	302829	Serviços Gerais	Div. C. Branco	
68-29-GC	NISSAN	PATROL AYG 260	2826	1996	191257	Serviços Gerais	Div. Aveiro	
68-30-GC	NISSAN	PATROL AYG 260	2826	1996	224920	Serviços Gerais	Div. Viseu	
73-45-OR	NISSAN	PATROL 260	2664	1999	124110	Serviços Gerais	Sede - DSGA	
54-14-OR	NISSAN	PICK UP	2494	1999	99245	Serviços Gerais	Sede - DSMA	
35-88-EU	RENAULT	EXPRESS	1239	1995	257607	Serviços Gerais	Sede	
49-70-ES	RENAULT	TRAFIC	2499	1994	37980	Serviços Gerais	Sede	
BQ-92-86	RENAULT	R 4 GTL	1108	1986	242248	Imobilizada para abate	Quinhendros	

## LISTAGEM ACTUALIZADA DAS VIATURAS DA D.R.A.O.T.-CENTRO EM 2003-09-30

MATRÍCULA	MARCA	MODELO	CILINDRADA	ANO DE FABRICO	KMS	TIPO DE USO (representação, uso pessoal, serviços gerais)	SERVIÇO A QUE ESTÁ ADSTRITA	OBSERVAÇÕES
BQ-93-09	RENAULT	R 4 GTL	1108	1986	249720	Serviços Gerais	Sede Div. C. Branco	
BQ-93-47	RENAULT	R 4 GTL	1108	1986	85601	Serviços Gerais	Sede	
OG-73-47	RENAULT	R 4 GTL	1108	1986	278398	Serviços Gerais		
OH-83-29	RENAULT	R 4 GTL	1108	1987	358884	Imobilizada para abate	Quinhendros	
OL-70-24	RENAULT	R 4 GTL	1108	1988	267000	Serviços Gerais	Div. Aveiro	
RB-16-97	RENAULT	R 4 GTL	1108	1988	31675	Imobilizada para abate	Quinhendros	
UF-66-18	RENAULT	R 4 GTL	1108	1990	183953	Imobilizada para abate	Quinhendros	
UF-66-19	RENAULT	R 4 GTL	1108	1990	265370	Serviços Gerais	Sede - DSMA	
OH-95-80	RENAULT	R 4 GTL	1108	1987	127405	Serviços Gerais	Div. Aveiro	
OH-22-84	RENAULT	R 4 GTL	1108	1987	213384	Serviços Gerais	Div. Guarda	
OI-32-86	RENAULT	R 4 GTL	1108	1987	136858	Serviços Gerais	Div. Leiria	
OJ-35-69	UMM 4X4	ALTER 4X4 D	2498	1987	321756	Serviços Gerais	Sede - DSMA	
OJ-35-72	UMM 4X4	ALTER 4X4 D	2498	1987	28550	Serviços Gerais	Div. Guarda	
UE-15-70	UMM 4X4	ALTER 4X4 D	2498	1987	204166	Serviços Gerais	Div. Aveiro	
27-23-ER	VOLKSWAGEN	POLO COUPE G	1272	1988	68394	Serviços Gerais	Sede - DSGA	
27-87-JG	VOLKSWAGEN	PASSAT 1.9 TDI	1896	1997	247744	Serviços Gerais	Direcção	

## LISTAGEM ACTUALIZADA DAS VIATURAS DA D.R.A.O.T.-CENTRO EM 2003-09-30

MATRÍCULA	MARCA	MODELO	CILINDRADA	ANO DE FABRICO	KMS	TIPO DE USO (representação, uso pessoal, serviços gerais)	SERVICO A QUE ESTÁ ADSTRITA	OBSERVAÇÕES
SC-69-37	IVECO	30.8 REGULAR 88 SÉRIE	2445	1988	28550	Imobilizada para abate	Quinhendros	
CZ-18-79	LAND ROVER	III	2285	1980	?	Imobilizada para abate	Quinhendros	
GB-48-30	LAND ROVER	III	2285	1966	?	Imobilizada para abate	Quinhendros	
IS-18-95	LAND ROVER	III	2285	1979	32700	Imobilizada para abate	Quinhendros	
DD-68-21	LAND ROVER	? REGULAR 88 SÉRIE	?	?	?	Imobilizada para abate	Quinhendros	
EO-91-56	LAND ROVER	III	2285	1979	?	Imobilizada para abate	Quinhendros	
67-58-DR	MERCEDES	200 D	1988	1980	52026	Imobilizada para abate	Quinhendros	
BV-25-62	RENAULT	4TLC	845	1980	237131	Imobilizada para abate	Quinhendros	
BV-27-75	RENAULT	4TLC	845	1980	235973	Imobilizada para abate	Quinhendros	
JR-47-09	RENAULT	R 4 GTL	1108	1986	288860	Imobilizada para abate	Quinhendros	
JZ-60-14	RENAULT	R 9 GTC SUPER	1237	1986	217982	Imobilizada para abate	Quinhendros	
BQ-50-64	SIMCA	TALBOT 1307 GLS	1294	1978	?	Imobilizada para abate	Quinhendros	
CQ-95-28	UMM 4X4	ALTER 4X4 D	2498	1986	37144	Imobilizada para abate	Quinhendros	
UE-15-63	UMM 4X4	ALTER 4X4 D	2498	1987	392639	Imobilizada para abate	Quinhendros	
IH-73-51	VOLKSWAGEN	?	1384	1972	?	Imobilizada para abate	Quinhendros	





**DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO AMBIENTAL**

**Director de Serviços: Eng<sup>a</sup> Maria Luisa Lobo**

**Divisão de Avaliação Ambiental**

**Chefe de Divisão: Eng<sup>a</sup> Cristina Tadeu**

**Divisão de Licenciamento**

**Chefe de Divisão: Eng<sup>o</sup> Miguel Leão**

**Divisão do Domínio Hídrico**

**Chefe de Divisão: Eng<sup>o</sup> António Carvalheira**

## 1. Introdução

A Direcção de Serviços de Gestão Ambiental (DSGA) assegura, nos termos da lei, *“o licenciamento e a participação no licenciamento de projectos e actividades em matéria de ambiente, bem como a intervenção nos processos de avaliação de impacte ambiental e a promoção de planos, projectos e estudos no domínio da Gestão Ambiental”*.

Compreende, de acordo com o DL n.º 127/2001, de 17 de Abril, as Divisões de:

- Avaliação Ambiental (DAA),
- Licenciamento (DL), e
- Domínio Hídrico (DDH);

estando atribuídas a cada uma delas as competências referidas no citado Decreto-Lei, com excepção, no caso da DDH, da emissão de “Licenças de Pesquisa e Captação de Águas” e de “Licenças de Extracção de Inertes” que, por despacho do então Director Regional, ficaram na dependência da Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental, sem prejuízo das delegações que nas restantes matérias foram, entretanto, atribuídas às Divisões Sub-Regionais.

No sentido de analisar o trabalho realizado durante o ano de 2 003, apresentam-se de forma sistemática os principais indicadores tradutores das diferentes actividades. De notar que, sempre que houve necessidade de elaborar trabalho desta natureza, se verificou a insuficiência das bases de dados existentes que não nos permitem obter, por via informática, uma leitura directa e imediata dos elementos globais necessários à sua persecução, acrescido do facto de, durante o ano em análise, terem ocorrido problemas com a rede. Houve, assim, que recorrer ao estudo dos registos manuais existentes, de forma a elaborar o presente relatório de actividades.

## 2. Volume global de correio entrado

Em termos gerais, podemos dizer que a DSGA processou, no período em análise, um total de cerca de 14 300 documentos entrados, das quais 1 400 foram encaminhadas para a Divisão de Avaliação Ambiental, 5 000 para a Divisão de Licenciamento e 7 700 para a Divisão de Domínio Hídrico. Atendendo a que o número de entradas nos Serviços rondou as 45 000, as entradas na Direcção de Serviços de Gestão Ambiental representam 32%, i.e. cerca de um terço desse total.

**Quadro I** – Encaminhamento pela DSGA das entradas de correio

Destino	Entradas Globais	%
DAA	1 400	10
DL	5 000	35
DDH	7 700	54
DSGA (s/ registo específico)	200	1
Entradas DSGA/total	14 300	100

### 3. Volume global do correio saído

No que se refere ao correio saído, verifica-se um valor global da ordem dos 10 860 documentos da responsabilidade da Direcção de Serviços, assim distribuídos:

**Quadro II** – Correio saído da DSGA

Tipo	DSGA	DAA	DL	DDH	Total
Ofícios/Fax	130	900	2 250	3 800	7 080
Notas/Mensagens Serviço	180	300	800	2 500	3 780
Saídas DSGA/total	310	1 200	3 050	6 300	10 860

Em termos percentuais, teremos:

a DAA – com 11% do correio saído,

a DL - com 28% , e

a DDH - com 58% ,

correspondendo os restantes 3% a saídas directas da DSGA.

De salientar, no quadro anterior, o elevado número de Notas de Serviço da DDH (para envio, às Divisões Sub-Regionais, de elementos relativos a processos localizados nas respectivas áreas de actuação).

### 4. Atendimento do público

Durante o período em análise foram recebidos na DSGA, com atendimento personalizado, 2 200 utentes, o que corresponde a uma média mensal de 183 atendimentos, e para um valor médio de 21 dias de atendimento por mês, a uma média diária de 9 utentes.

## 5. Guias Emitidas/Receitas Geradas

Durante o período em análise, o valor das guias emitidas foi o representado no Quadro III.

**Quadro III – Valor das guias emitidas**

2003	DAA	DL	DDH	Total
Guias (€)	21 108	2 265	73 007	96 380
%	22	2	76	100

As receitas obtidas pela DSGA até 31 de Dezembro de 2003, foram, em valor aproximado, de 143 105 (€), dos quais 98 220 (€) correspondem ao pagamento de guias e 44 885 (€), correspondem às participações devidas pela participação da Divisão de Licenciamento, no licenciamento industrial (e que nos são remetidas pelos Ministério da Economia e Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas).

De salientar que a actividade da DDH gerou a emissão de um valor global de guias de 210970 (€), entre as guias que foram emitidas pela própria Divisão e as guias emitidas pelas Divisões Sub-Regionais (relativas a processos de licenciamento realizados na DDH e posteriormente a elas enviados para cobrança de guias e entrega dos alvarás).

## 6. Representação em Comissões e Grupos de Trabalho

Os dirigentes e técnicos da DSGA estiveram envolvidos nos seguintes grupos de trabalho e comissões:

**Quadro IV – Comissões e Grupos de Trabalho**

Designação	Direcção de Serviços Divisões
Contrato de melhoria contínua de desempenho ambiental da PETROGAL	DSGA
Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais – INSAAR 2002	DSGA
Comissão de Acompanhamento da Actividade da Central Termoelectrica de Mortágua	DSGA
Comissão de Acompanhamento do sistema de pré-tratamento dos efluentes das suiniculturas no âmbito da SIMLIS	DSGA
Comissão de Acompanhamento ao abrigo do art. 16º do D.L.nº152/97 de 19 de Junho	DDH

Grupo de Trabalho para o Estudo da Adaptação Ambiental do Sector das Queijarias Tradicionais	DDH
Subcomissão Técnica de Normalização da Acústica (Acústica de Edifícios) – CT28/SC4	DL
Subcomissão Técnica de Normalização (Avaliação de Desempenho Ambiental) – CT150/SC4	DL
Contrato de melhoria contínua de desempenho ambiental para o Sector Cimenteiro	DL
Contrato de melhoria contínua de desempenho ambiental para o Sector do Vidro de Embalagem	DL
Grupo de trabalho para verificação do protocolo: DRCME/DRAOT-C/ARS-C/IDICT-IGT.	DL
Subcomissão Técnica de Normalização da Acústica (Acústica Ambiental) – CT28/SC8	DL
Subcomissão Técnica de Normalização (Auditorias Ambientais) – CT150/SC2	DL
Sub Comissão de avaliação para o exercício da actividade de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas	DL
Contrato de melhoria contínua de desempenho ambiental para o Sector dos transportes	DL

para além da participação activa em Reuniões, Seminários e Conferências.

## 7. Recursos Humanos Utilizados

A Direcção de Serviços contou com a participação de apenas 11 técnicos, da carreira técnica superior e de 3 técnicos da carreira técnica, distribuídos pelas três Divisões conforme o Quadro V, para além dos respectivos dirigentes.

**Quadro V – Recursos Humanos do Quadro de Pessoal (actuais)**

Categoria	DSGA	DAA	DL	DDH	Total
Directora de Serviços	1	-	-	-	1
Chefes de Divisão	-	1	1	1	3
Assessores Principais	-	0,5*	1	-	1,5
Técnicos Superiores Principais	-	-	-	1	-
Técnicos Superiores 1.ª Classe	-	1**	2	1	5
Técnicos Superiores 2.ª Classe	-	-	3	2	5
Técnicos Especialistas Principais	-	-	-	1	1
Técnicos Principal	-	-	-	1	1
Técnicos de 1.ª Classe	-	-	-	1	1
Vigilantes da Natureza	-	-	-	3	3

Assistentes Adm. Especialistas	1	-	-	1	2
Assistentes Adm. Principais	-		1	1	2
Assistentes Administrativos	1	-	-	1	2
Auxiliar Administrativa	1	-	-	-	1
Motorista de Ligeiros	-	-	-	1	1
Total	4	2,5	8	15	29,5

\*- Um assessor principal a tempo parcial

\*\* - Um Téc. Sup.1ª. requisitado, anualmente, ao Ministério da Educação

Verifica-se, assim, que em termos de recursos humanos, as Divisões dispuseram de muito poucos colaboradores, quer da carreira técnica superior e/ou carreira técnica, quer da carreira administrativa. Em todas as Divisões essa carência é completamente desproporcionada face ao volume de trabalho e aos prazos curtos de resposta impostos pelas legislações (principalmente as relativas à Avaliação e ao Licenciamento Ambientais).

Este problema foi posto por diversas vezes aos dirigentes máximos da ex-Direcção Regional, sem que no entanto tivesse sido tomada qualquer decisão que venha ao encontro de uma solução, verificando-se que nunca foi concretizada a integração na DAA dos técnicos inicialmente previstos. Há, contudo, que salientar o empenhamento e a boa interligação dos técnicos das três Divisões da DSGA, na realização de análises e pareceres conjuntos, nomeadamente em todas as situações de Avaliação ou Licenciamento Ambientais, para as quais tal colaboração se torna desejável e indispensável, pese embora a enorme sobrecarga a que todos estão sujeitos.

De notar que todas as Divisões têm recorrido, sistematicamente, ao apoio de pessoal em situação precária e a estagiários.

## 8. Gestão de processos e meios informáticos

Para além da notória falta de pessoal técnico com formação adequada, um dos grandes problemas da Direcção de Serviços reside no facto de cada uma das três Divisões que a constituem possuírem sistemas de identificação dos seus processos totalmente independente sem qualquer elo em comum. Na realidade devido ao facto dessas Divisões terem resultado de Divisões de três Direcções de Serviço independentes de uma anterior estrutura orgânica, cada uma delas tem o seu próprio método de identificação e registo dos respectivos processos.

Foi mandado realizar um levantamento desta situação pelo Gabinete de Informação, Documentação e Comunicação, bem como das diferentes bases de dados existentes, tendo em vista a sua uniformização e a criação de uma base de dados global.

## **9. Análise final**

A DSGA, criada na sequência do DL n.º 127/2001, de 17 de Abril, iniciou o seu funcionamento como tal nas instalações onde se encontra (Edifício da Rodoviária), em Julho de 2 001, tendo completado dois anos de funcionamento no período em análise.

Foi ocupar, portanto, as antigas instalações da Direcção de Serviços da Água (ex-Hidráulica do Mondego, que aí funcionou durante algumas décadas), substituição que não foi pacífica e que implicou um reajustamento total das instalações e do pessoal, incluindo o pessoal dirigente.

Em 2 003, consolidaram-se as acções e procedimentos iniciados, em 2 001 e 2 002, com vista à promoção da imagem externa, quer pela reformulação dos documentos emitidos, quer pela qualidade do atendimento ao público.

Para suporte destas orientações foram implantadas melhorias a nível do sistema informático e da organização do pessoal e dos serviços, que, todavia, são ainda insuficientes, quer porque a reorganização global no domínio informático (a cargo do GIDC), não foi ainda concretizada, quer porque os Serviços têm estado em evolução resultante da nova lei orgânica (DL n.º 104/2003, de 23 de Maio).

Para além do acompanhamento diário dos novos processos, têm-se procurado (e conseguido em grande medida) recuperar o passivo herdado do antecedente, apesar da notória falta de meios, quer instrumentais, quer de pessoal.

É de salientar a colaboração empenhada da quase totalidade dos que trabalham na DSGA, para a concretização dos objectivos definidos.

Pormenoriza-se, em seguida, a actividade desenvolvida por cada uma das Divisões da DSGA.

## **I -DIVISÃO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL (DAA)**

### **I.1. Enquadramento**

As competências atribuídas à Divisão de Avaliação Ambiental (DAA), estão definidas no

n.º 3 do art.º 7º do DL n.º 127/2001, de 17 de Abril, sendo de ressaltar, pela sua importância e complexidade, os processos de Avaliação de Impacte Ambiental, nas suas várias fases e componentes.

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) é regido pelo DL 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pela Declaração Rectificativa n.º 7 – D/2000, de 30 de Junho de 2000 e pela Portaria 330/2001, de 2 de Abril.

## **I.2. Actividades**

### **I.2.1 Processos de AIA**

No ano 2003, foram tratados pela DAA, 103 processos de AIA, dos quais 77 novos e 26 transitados do ano 2002:

- Processos de Avaliação de Impacte Ambiental cuja “Autoridade de AIA” é a CCDRC: 37 processos, dos quais 11 Propostas de Definição do Âmbito (PDA) e 26 Estudos de Impacte Ambiental (EIA);
- Processos de Avaliação de Impacte Ambiental cuja “Autoridade de AIA” é o Instituto do Ambiente (IA), com participação da DAA como membro da Comissão de Avaliação (CA), enquanto representante da CCDRC: 66 processos, dos quais 3 Propostas de Definição do Âmbito (PDA), 52 Estudos de Impacte Ambiental (EIA) e 11 Relatórios de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução com a DIA (RECAPE);
- Pedidos de “Dispensa de AIA”: 4 processos.

### **I.2.2 Outros processos:**

Para além dos processos citados, foram avaliados pedidos de:

- apreciação de projectos de aproveitamento de energias renováveis (eólicas e pequenas centrais hidroeléctricas), na sua componente ambiental, ao abrigo dos Despachos 11091/01, de 25 de Maio e 12006/01, de 6 de Junho: 11 processos;
- parecer sobre necessidade ou não de processo de AIA, particularmente quanto a “alterações”, abrangidas pelo ponto 13º do Anexo II do DL 69/2000, de 3 de Maio: 37 processos;



- emissão de certidões/declarações relativas às incidências ambientais de determinados projectos com incidência no ambiente: 14 processos;
- emissão de informação ao IA sobre projectos candidatos a fundos comunitários, inseridos no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio QCA III: 122 processos.

Foram, ainda, abertos 67 novos processos sobre assuntos diversos.

### **I.3. Meios Humanos:**

Para além dos técnicos referidos no Quadro V, encontram-se a desempenhar funções na DAA, um Licenciado em Biologia, em regime de aquisição de serviços, inserido num projecto intitulado “Corredores Ecológicos Fluviais” (projecto na área da Conservação da Natureza), o qual terminará em Novembro de 2004, e uma Licenciada em Planeamento Regional e Urbano, igualmente em regime de aquisição de serviços, inserida num projecto intitulado “Disponibilização de informação ao público no âmbito da Directiva 2003/4/CEE e Convenção de Aarhus”, que terminará no final do 1º semestre de 2005.

Durante o período em análise a DAA assegurou, ainda, três estágios no âmbito do programa de estágios do IEFP.

Verifica-se, assim, que a Divisão tem um corpo de funcionários muito deficitário, sendo urgente resolver este problema.

Refira-se que se prevê, a curto prazo, a transposição da Directiva Comunitária 2001/42/CE, de 27 de Junho de 2001 (Avaliação Ambiental Estratégica), referente à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, o que implicará a necessidade de afectação de meios técnicos e humanos adicionais.

### **I.4. Desempenho**

Todos os colaboradores pautam a sua actuação por um grande empenhamento e responsabilidade no seu trabalho, com seriedade e bom senso na avaliação dos projectos, ao que se junta uma grande capacidade de trabalho. É uma pequena equipa pluridisciplinar, dinâmica, caracterizada por ser de uma faixa etária jovem. Só com o espírito de “missão”

que a todos anima, tem sido possível dar cumprimento às tarefas que à Divisão estão atribuídas, muito particularmente à Avaliação de Impacte Ambiental, face aos prazos que a lei impõe e à complexidade dos processos. Refira-se que, até ao momento, em todos os processos de AIA foi dado cumprimento aos prazos estipulados na lei, mas é com grande espírito de sacrifício que o mesmo tem sido conseguido. É urgente tomar medidas, quer no que toca à manutenção dos técnicos que estão em situação precária, quer na afectação de outros técnicos dos Serviços com experiência em Avaliação de Impacte Ambiental, ou com vontade de trabalhar nesta área.

É de realçar que as estagiárias que colaboraram com a DAA prestaram um apoio e uma ajuda muito significativos.

Conforme tem vindo a ser realçado desde a sua formação, a Divisão é uma estrutura extremamente frágil, dada a sua falta de meios humanos e, quando comparada com a responsabilidade que lhe é inerente, mais grave se torna a situação. A precariedade da situação laboral dos seus técnicos (veja-se que não há qualquer técnico do quadro de pessoal da actual CCDRC, na DAA, a não ser a própria chefe de divisão e a funcionária administrativa) condiciona fortemente o desenvolvimento de trabalhos e impossibilita qualquer planeamento de actividades para o futuro.

### **I.5. Condições de trabalho/Instalações**

A DAA tem afectos ao seu funcionamento 4 gabinetes e uma sala de reuniões que partilha com toda a Direcção de Serviços.

É fundamental dispor de boas condições de acesso à rede informática digital, a qual por várias vezes sofreu avarias no edifício onde funciona a DAA, implicando prejuízos para a sua actividade.

Correntemente, regista-se a falta:

- de equipamento informático e actualizado;
- de impressora laser;
- de fotocopiadora funcional, já que a existente, que é partilhada com todos os funcionários do piso em que está instalada, está constantemente avariada;
- de um compartimento para arquivo de processos, que são muito volumosos;

- de estantes para o arquivo;
- de consumíveis (papel, toners para impressoras, dossiers...);
- de manutenção das instalações (tectos e paredes deterioradas).

## II - DIVISÃO DE LICENCIAMENTO (DL)

### II.1. Enquadramento e Actividade

De acordo com as atribuições que lhe estão cometidas pelo D.L. n.º 127/2001, de 17 de Abril, a Divisão de Licenciamento, desenvolveu a sua actividade ao longo do ano de 2003:

- **no âmbito do licenciamento industrial** – emissão de pareceres relativos a projectos de instalação e alteração/ampliação de estabelecimentos industriais e participação nas respectivas vistorias regulamentares para verificação das condições de laboração. Realização de fiscalizações para análise e apreciação de reclamações (associadas à problemática da poluição atmosférica, do ruído e da gestão de resíduos). Foram também emitidos pareceres sobre a aplicabilidade dos regimes de Avaliação de Impacte Ambiental (D.L. n.º 69/2000, de 3 de Maio), de Licença Ambiental (D.L. n.º 194/2000, de 21 de Agosto) e sobre a legislação relativa aos Compostos Orgânicos Voláteis (D.L. n.º 242/2001, de 31 de Agosto).
- **no âmbito da licença ambiental** – tem participado em conjunto com o Instituto do Ambiente na análise de pedidos de Licença Ambiental, promovendo a consulta do público.
- **no âmbito da Avaliação de Impactes Ambientais** – tem participado em comissões de Avaliação de Impacte Ambiental de diversos projectos, nomeadamente nos relativos a estabelecimentos industriais e pedreiras.
- **no âmbito do licenciamento de recursos geológicos** – Análise dos Planos Ambientais e de Recuperação Paisagística (PARP) no âmbito do licenciamento ou adaptação de pedreiras, com vista à sua aprovação e estabelecimento da respectiva caução. Participação com as respectivas entidades licenciadoras (DRE-Centro ou Câmaras Municipais) em vistorias e acções de fiscalização a pedreiras.

- **no âmbito dos resíduos sólidos** – continuou-se a efectuar o acompanhamento do processo de encerramento e recuperação ambiental das lixeiras na Região Centro. Procedeu-se à análise de projectos e acompanhamento da construção e exploração dos aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos e das suas infra-estruturas. Análise de projectos relativos a operações de gestão de resíduos e construção de infra-estruturas de gestão, com emissão das respectivas autorizações prévias. Realização de vistorias no âmbito das autorizações prévias de operações de gestão de resíduos. Análise de processos de valorização interna (na indústria) e agrícola de resíduos. Acompanhamento do funcionamento dos aterros de Resíduos Industriais Banais. Apreciação de reclamações diversas relativas a infracções no âmbito da legislação de gestão de resíduos. Participação em reuniões técnicas no Instituto dos Resíduos sobre Listagem de Operadores de Gestão de Resíduos e aplicação da legislação sobre resíduos;
- **no âmbito do licenciamento e da fiscalização de actividades com implicações ao nível da poluição sonora** – procedeu à apreciação de reclamações e, nos termos do Regulamento Geral do Ruído (D.L. n.º 292/00, de 14 de Novembro), foi-lhes dado o devido encaminhamento consoante a actividade ruidosa em causa. Nos casos em que a reclamação incide sobre estabelecimentos industriais, cujo processo de licenciamento da instalação, ampliação e/ou alteração mereceu parecer favorável da CCDR, foi solicitada à Divisão de Monitorização Ambiental a realização dos ensaios acústicos para verificação do cumprimento dos valores limites estabelecidos na Lei e, posteriormente, dado o devido andamento face aos resultados obtidos. As reclamações de ruído sobre actividades em que a CCDR não participou no licenciamento têm sido encaminhadas para as respectivas entidades licenciadoras (DRE-Centro, DRABL, DRABI, Câmaras Municipais) para actuação.
  - Procedeu ainda à elaboração de pareceres, informações, análise de relatórios de ruído e continuou a assegurar a participação da CCDR na Comissão Técnica de Normalização sobre Acústica, Vibrações e Choques (CT-28), nas Sub-Comissões 4 (Acústica de Edifícios) e 8 (Acústica Ambiental).
- **no âmbito da legislação do Ar** – tem procedido à análise e parecer sobre os relatórios do auto-controlo, apresentado pelos industriais, da caracterização das emissões de poluentes atmosféricos de fontes fixas. Tem emitido pareceres sobre o

cálculo da altura de chaminés industriais. No âmbito da legislação do Ar, tem procedido a análise e parecer sobre reclamações relativas a poluição atmosférica.

- Realização de um inventário relativo à utilização de coque de petróleo, como combustível, nas unidades industriais da Região Centro.
- Análise de projectos e emissão de parecer sobre a aplicabilidade do D.L. n.º 242/01, de 31 de Agosto (Compostos Orgânicos Voláteis);
- Elaboração de uma base de dados para registo e processamento de dados relativos à aplicação do D.L. n.º 242/01, de 31 de Agosto (Compostos Orgânicos Voláteis);
- Introdução na base de dados atrás referida, dos dados relativos a 122 unidades abrangidas pelo diploma citado.

## II.2. Desempenho

Para além do referido no ponto anterior, apresentam-se alguns dos indicadores tradutores das actividades correntes da Divisão de Licenciamento, relativamente ao ano 2003:

### Indústria Transformadora e Extractiva:

Pareceres no âmbito do licenciamento industrial (projectos de instalação, ampliação e alteração de unidades industriais): 180

Vistorias Regulamentares Conjuntas: 509

Fiscalizações Técnicas 51

Pareceres sobre a aplicabilidade de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA): 14

Pareceres sobre a aplicabilidade de Licença Ambiental (LA): 23

Análise de Planos Ambientais e de Recuperação Paisagística (PARP): 38

Pareceres sobre prospecção e pesquisa de depósitos minerais: 3

Apreciação de projectos no âmbito da Sub-Comissão de Avaliação para o exercício da actividade de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas: 4

Pareceres sobre recursos geológicos: 10

### Licença Ambiental:

- Acompanhamento, com o Instituto do Ambiente, dos processos para a emissão de Licença Ambiental a 17 unidades industriais.

### Avaliação de Impactes Ambientais

- Participação nas Comissões de Acompanhamento da Proposta de Definição do Âmbito,

de acordo com o D.L. n.º 69/00, de 3 de Maio, de 9 projectos de alteração de estabelecimentos industriais;

- Participação em 20 Comissões de Avaliação de AIA de projectos industriais, quer da indústria transformadora, quer da indústria extractiva e da criação de Zonas industriais.

### Resíduos

- Pareceres sobre autorizações prévias para valorização dos resíduos industriais: 18
- Emissão de “Autorizações Prévias” sobre RSU: 2
- Emissão de “Autorizações Prévias” sobre operações de gestão de RI: 4
- Vistorias a instalações de gestão de resíduos (sem licenciamento REAI): 8
- Pareceres relativos a operações de valorização interna de resíduos: 12
- Pareceres sobre a instalação de Aterros de Resíduos Industriais Banais no âmbito do  
D.L. n.º 194/2000, de 21 de Agosto (Licença Ambiental): 1
- Emissão de certificados de desmanteladores autorizados ao abrigo do D.L. n.º 292-B/2000, de 15 de Novembro: 1
- Visitas de acompanhamento de Aterros de Resíduos Industriais Banais: 5
- Participação em reuniões técnicas no Instituto dos Resíduos sobre Listagem de Operadores de Gestão de Resíduos e outras sobre resíduos;
- Levantamento da evolução do processo de encerramento e recuperação ambiental das Lixeiras da Região Centro;

### Ar

- Análise e parecer sobre caracterizações de emissões gasosas: 166
- Análise e parecer sobre o auto-controlo em contínuo: 4
- Análise e parecer sobre os cálculos efectuados para a altura das chaminés: 53
- Pareceres sobre a aplicabilidade da legislação sobre os Compostos Orgânicos Voláteis (D.L. n.º 242/2001, de 31/08): 10
- Análise de projectos e emissão de pareceres sobre a aplicabilidade do D.L. n.º 242/01, de 31 de Agosto (Compostos Orgânicos Voláteis);
- Elaboração de uma base de dados para registo e processamento de dados relativos à aplicação do D.L. n.º 242/01, de 31 de Agosto (Compostos Orgânicos Voláteis);
- Introdução na base de dados atrás referida, dos dados relativos a 122 unidades abrangidas pelo diploma citado;

- Realização de um inventário relativo à utilização de coque de petróleo, como combustível, nas unidades industriais da Região Centro.

#### **Ruído**

- Análise e parecer sobre relatórios de avaliação do ruído emitido para o exterior: 24
- Devolução de Projectos Acústicos remetidos pelas Câmara Municipais para emissão de parecer no âmbito do n.º 6.º do art.º 5.º do D.L. n.º 292/00, de 14/11: 9
- Pareceres sobre a interpretação do D.L. n.º 292/00, de 14/11: 5

**Apreciação de reclamações sobre poluição atmosférica, sonora, hídrica e resíduos:** 237

#### **Participação em diversas reuniões de trabalho, enumeradas no Quadro IV e, ainda:**

- Participação na Comissão de Acompanhamento de Pedreiras da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho.

#### **Outras actividades desenvolvidas**

- Apreciação da 2.ª Fase do Estudo Director de áreas de Minérios Radioactivas (5 Volumes);
- Participação em reunião ocorrida no IGM relativa ao “Manual de Riscos em explorações a céu aberto”;
- Contactos com as entidades licenciadoras de pedreiras com vista à actualização da base de dados da DSGA e organização dos respectivos processos;
- Apoio à inserção de elementos georeferenciados relativos a pedreiras, áreas cativas, concessões mineiras, perímetros de protecção às captações, rede Natura 2000, etc. no *ArcView 3.2.* no âmbito do projecto “Sistemas de Informação para a Monitorização e Gestão dos Recursos Geológicos e Indústrias associadas na Região Centro”;
- Resposta a pedidos de informação diversos;
- Atendimento telefónico e ao público de dúvidas e solicitações sobre o licenciamento industrial, licença ambiental, operações de gestão de resíduos, licenciamento de pedreiras;
- Atendimento telefónico e ao público de reclamantes sobre processos de reclamação contra a poluição do ar, ruído, resíduos, e outros;
- Informatização de todos os documentos entrados, e seu tratamento, relativamente a estabelecimentos industriais (indústria transformadora e extractiva), quer para processos já existentes, quer para abertura de novos processos, manutenção e

actualização da base de dados;

- Participação em sete reuniões relativas à Reserva Ecológica Nacional.
- Delimitação do subsistema “Áreas de Máxima Infiltração” da REN com base na carta geológica digital e, na interpretação das ortofotografias de infravermelho, coloridas, digitais, para os concelhos de Meda, Porto de Mós, Oliveira de Frades, Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares, Trancoso, Mangualde, Vouzela, Figueira da Foz e Idanha-a-Nova, e elaboração do respectivo relatório.
- Orientação de estágio, ao abrigo da Portaria n.º.268/97, de 18 de Abril, nas seguintes áreas:
  - “A interligação entre o licenciamento das actividades, a avaliação de impacte ambiental e a Prevenção e o Controlo Integrados da Poluição. Situação da Região Centro”.
- Elaboração de proposta de um projecto para “Monitorização no âmbito do licenciamento e avaliação ambiental”, com candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro – Eixo Prioritário 3 – Intervenções da Administração Central Regional Desconcentradas; Medida III.13 – Ambiente; Linha de Acção C – Informação e Gestão Ambientais.

Foi, no âmbito do referido projecto, dado seguimento ao processo de concurso para adjudicação de três aquisições de serviço para as respectivas componentes:

1. Análise da eficácia do procedimento de avaliação de impacte ambiental e acompanhamento do cumprimento das declarações de Impacte Ambiental;
  2. Levantamento e acompanhamento da situação ambiental das unidades sujeitas a Licença Ambiental.
  3. Levantamento e acompanhamento da situação ambiental das unidades sujeitas à legislação de redução das emissões de Compostos Orgânicos Voláteis.
- Participação no Júri de um Concurso para prestação de serviços;
  - Participação em Acções de Formação (Seminários Conferências, etc.), como oradores:
    1. X Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental, organizadas pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental, realizadas na Curia em 23, 24 e 25 de Janeiro de 2003;
    2. Aula sobre “Licenciamento Industrial”, na Escola Secundária Avelar Brotero, em Coimbra; 17/03/2003;



3. Seminário “Ambiente: novos desafios e obrigações para a indústria”. Apresentação do regime jurídico da Licença Ambiental. Seminário organizado pela Elevar – Associação de Apoio Técnico. 27 de Maio de 2003, em Leiria;
4. Debate “Dez Grandes Questões do Ambiente”, organizado pela Câmara Municipal da Figueira da Foz e realizado em 3 de Junho de 2003, no Auditório do Museu Municipal, na Figueira da Foz.

#### **Participação em Acções de Formação (Seminários Conferências, etc.)**

- Acção de Formação em Power Point;
- 1.º Encontro de Pontos de Recolha de Pneus Usados.

#### **II.3. Meios Humanos:**

Para além dos técnicos referidos no Quadro V, desempenharam funções na DL:

- em regime de avença: 1 Técnico Superior
- em regime de aquisição de serviços: 3 Técnicos Superiores, a partir de 01/06/2003, e 1 estagiário, no âmbito IEFP, até 15/05/2003.

#### **II.4. Condições de trabalho/Instalações**

À DL estão afectas cinco salas, para além das áreas comuns a toda a DSGA: sala de atendimento, sala de reuniões e sala de convívio.

Verificou-se, durante o período em análise, a necessidade de aumentar e reformular o espaço para arquivo vivo da Divisão.

### **III -DIVISÃO DO DOMÍNIO HÍDRICO (DDH)**

#### **III.1. Enquadramento**

À Divisão do Domínio Hídrico competem as atribuições constantes do n.º 5 do artigo 7º do DL n.º 127/2001, de 17 de Abril.

Integrou as funções da anterior Divisão de Utilização do Domínio Hídrico (DUDH), extensivas a toda a área de jurisdição da Direcção Regional do Ambiente, e as da extinta DSR Coimbra, que incluíam a actividade de fiscalização na área do distrito de Coimbra.

As atribuições de licenciamento e controlo das captações de água subterrânea, anteriormente atribuídas à então Divisão de Recursos Hídricos (DRH), ainda que constituindo matéria do domínio hídrico foram, por decisão superior, consideradas da responsabilidade da actual Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental (DSMA). Igualmente a DSMA passou a ser responsável pelo licenciamento e fiscalização das extracções de inertes no domínio hídrico.

Iremos fazer, de modo sistematizado, referência às actividades desenvolvidas nos campos técnico e de fiscalização, bem como aos meios humanos afectos e às condições e meios de funcionamento, após o que indicaremos valores numéricos relativos ao trabalho realizado em 2003.

## **III.2. Actividades**

### **III.2.1- No Campo Técnico**

Como referido, o trabalho da DDH tem por base o disposto no D.L. n.º 127/, sendo de realçar as funções de licenciamento de utilizações do domínio hídrico, constantes do D.L. n.º 46/94, de 22 de Fevereiro (com as excepções, já citadas).

Para além destas, há a considerar diversos apoios a sectores e funções da DSGA, sendo sistematicamente de considerar as seguintes atribuições:

- Licenciamento da utilização do domínio hídrico e outras funções do D.L. 127/01;
- Colaboração em vistorias (da DSGA);
- Participação em grupos de trabalho;
- Participação em comissões de acompanhamento/avaliação (EIA, L. Ambiental, produção de legislação, aplicação de protocolos e outros);
- Atendimento diário e permanente ao público;
- Acções de fiscalização.

### **III.2.2- Na Fiscalização**

- Apreciação de reclamações;
- Informações com vista a licenciamento;
- Verificação de condições de actividade / Cumprimento de Alvarás de Licença;
- Participação em vistorias;

- Levantamento de Autos de Notícia;
- Fiscalização no âmbito da legislação sobre recursos hídricos.

### III.3. Meios Humanos:

Para além dos técnicos referidos no Quadro V, desempenharam funções na DDH:

- 1 Eng.º Químico em projecto PIDDAC, até Julho 2003;
- 3 Eng.º Técnicos em projecto PIDDAC;

### III.4. Instalações e Meios Físicos

A DDH ocupa, para a sua actividade, 6 salas, distribuídas por dois pisos do edifício onde se encontra sedeada a DSGA. O arquivo (cerca de 19.000 processos activos) está distribuído por 2 pequenas salas (1º e 2º pisos) e por estantes nos corredores e gabinetes dos técnicos. Uma parte do arquivo, mais antiga, está sedeada nas instalações de Quinhendros.

Os gabinetes estão dotados de mobiliário na grande maioria antiquado e pouco funcional e possuem áreas, em termos de ocupação, reduzidas.

A cada funcionário está atribuído um computador fixo, nalguns casos a remodelar, constatando-se que o sistema informático terá de evoluir.

A fiscalização dispôs de duas viaturas sendo, uma todo terreno e outra ligeira. Para além da inaptidão da viatura ligeira a algumas das solicitações em locais de difícil acesso, há que referir as situações de paragem por avarias e manutenção.

### III.5. Desempenho

Apresentam-se, no quadro seguinte, os dados relativos ao desempenho da DDH no período em análise (ano de 2003):

Documentos Recebidos	7 024
Novos Processos	1 789
Ofícios Emitidos	3 804
Notas de Serviço	2 500
Alvarás Emitidos	1 643
Processos no Activo na Divisão	18 334
Protocolos Internos	678

Informação Internas	± 1 941
Fiscalização:	
Saídas	205
Processos	512
Autos de Notícia	47

A Divisão participou, para além dos enumerados no **Quadro IV**, no Grupo de Trabalho para a caracterização das unidades industriais, presentes na área de jurisdição da DRAOT Centro, identificadas no âmbito da aplicação das Directivas 76/464/CEE e 80/68/CEE e na Comissão de Acompanhamento no quadro da implementação do Sistema de Pré-Tratamento dos efluentes das suiniculturas no âmbito da SIMLIS.

Participou, ainda, em colaboração com as outras Divisões da DSGA, nas seguintes Comissões de Avaliação:

- a) 6 projectos de Licença Ambiental
- b) 11 projectos de Estudos de Impacte Ambiental e Propostas de Definição do Âmbito.

### III.5.1 Situação/Actividade Técnica

Desde 2001 vimos referindo a necessidade de a Divisão ser contemplada com pelo menos um Eng.º Químico, do Ambiente ou Sanitário;

Dada a deficiência de meios técnicos humanos e a formação específica de um dos vigilantes da natureza estagiários, tem este vindo a ser solicitado para o desempenho de tarefas de maior complexidade;

A área ocupada pela Divisão e a sua distribuição nada facilita o respectivo funcionamento, o mesmo sucedendo com uma boa parte de equipamento;

Face ao número de processos, aos meios e às solicitações e aos circuitos estabelecidos, são inevitáveis demoras na satisfação dos pedidos, para as quais contribuem factores como:

- a) Processos incompletos aquando do pedido do licenciamento;
- b) Necessidade de contactos com outras entidades;
- c) Necessidade de contactos dentro dos serviços;
- d) Dispersão dos diferentes sectores a contactar;
- e) Elevado número de solicitações versus meios;
- f) A dispersão e condições de arquivo;

- g) Dificuldade de fiscalização (meios humanos e logísticos);
- h) Outros factores imprevistos incluindo solicitações imprevisíveis que dificultam o desenvolvimento do serviço.

Face às condições que referimos não será de estranhar a existência processos em atraso, sendo de realçar os relativos às descargas de águas residuais urbanas, dada a quantidade de pedidos, a relativamente complexa circulação de documentos para diversos pareceres fundamentais e uma frequente não resposta rápida às solicitações complementares.

### **III.5.2 Situação/Actividade Administrativa**

O apoio administrativo face ao número de processos em movimento tem-se apresentado, apesar de todo o esforço do pessoal administrativo, com alguns pontos críticos, que terá obrigado ao recurso do apoio de todos os técnicos, bem como de um vigilante da natureza estagiário, com capacidades nesta área.

### **III.5.3 Situação/Actividade Fiscalização**

Para além da fiscalização realizada pelos técnicos, sempre que estava em causa a verificação e análise de questões que, pela sua natureza ou profundidade, ultrapassavam conhecimentos ou capacidade dos vigilantes de natureza (VN), há a destacar a fiscalização inerente às funções desses mesmos vigilantes, na área do distrito de Coimbra, visando, sucintamente:

- a avaliação da situação face a pedidos de licenciamento;
- a avaliação de reclamações;
- acções de vigilância (detecção de infracções);
- acções de fiscalização exigida por outras Direcções de Serviços.

As acções desenvolveram-se sistematicamente recorrendo a circuitos pré-estabelecidos e a planos mensais sendo a frequência dos circuitos função das solicitações.

Como foi referido os VN são apenas três, coordenados por um técnico com bastantes anos de serviço em idênticas funções. É uma equipa manifestamente insuficiente para uma boa fiscalização. Por outro lado, dadas as apertadas limitações de verbas, foram reduzidas a um mínimo as acção da fiscalização. Não dispõem de equipamento de observação e orientação, nem de protecção individual.

De notar que, cada um dos três VN afectos à DDH, participa, ainda,:

- no apoio à condução e na colheita de água;
- no apoio ao sector administrativo;
- no apoio ao licenciamento, nomeadamente das descargas de águas ruças (lagares de Azeite) e outros.

### **III.6. Resumo**

A DDH tem uma vasta gama de missões a cumprir mas, face a limitações de meios disponíveis, quer físicos, quer humanos, tem tido dificuldades de satisfação atempada das solicitações. Torna-se imprescindível a tomada de orientações associadas a uma filosofia de simplificação e delegação, conjugadas com o legalmente estabelecido em termos prazos. O objectivo terá de ser o cumprimento rigoroso do estabelecido/determinado, e uma resposta atempada às diversas solicitações, o que não é possível sem alteração das regras e das condições de trabalho. Com esta finalidade se justificam as propostas de delegações de competências nas DSR, de dilatação de prazos de validade de licenças e de continuidade e recrutamento de colaboradores.

No que se refere à fiscalização esta deverá ser melhorada, quer em qualidade, quer em quantidade, para além de dotada de meios modernos de actuação, actualmente muito limitados. De salientar que a fiscalização é, no terreno uma imagem dos Serviços.

**DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO TERRITORIAL**

**Director de Serviços: Dr<sup>a</sup> Fernanda Praça**

**Divisão de Ordenamento do Território**

**Chefe de Divisão: Eng<sup>a</sup> Alice Azenha**

**Divisão de Uso do Solo e Qualificação Urbana**

**Chefe de Divisão Eng<sup>o</sup> José António**

## **I - ENQUADRAMENTO ORGÂNICO**

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 97/2003, de 7 de Maio, é aprovada a orgânica do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (MCOTA), que vem conferir um novo enquadramento orgânico-funcional e consolidar o carácter transversal entre os domínios do ambiente, do ordenamento do território, já integrados, e agora também da coesão inter-regional.

Neste contexto, e dando concretização a este princípio de transversalidade entre as políticas mencionadas são criadas através do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), definidas como organismos desconcentrados do MCOTA, dotados de autonomia administrativa e financeira, incumbidos de executar ao nível das respectivas áreas geográficas de actuação as políticas de ambiente, de ordenamento do território, de conservação da natureza e da biodiversidade, de utilização sustentável dos recursos naturais, de requalificação urbana, de planeamento estratégico regional e de apoio às autarquias locais e suas associações, tendo em vista o desenvolvimento regional integrado. Nos termos do art.º 25º do Decreto-Lei mencionado, e até à entrada em vigor dos diplomas que definam a estrutura de serviços das CCDR mantém-se, transitoriamente, em vigor as estruturas orgânica e dos serviços das Comissões de Coordenação Regional e das Direcções Regionais do Ambiente e do Ordenamento do Território.

É neste contexto que se mantém a Direcção de Serviços de Gestão Territorial (DSGT), bem como as restantes estruturas de serviços, até à publicação da orgânica das CCDR, enquanto organismos desconcentrados do MCOTA.

### **1. A Direcção de Serviços de Gestão Territorial. Considerações globais**

No decurso do ano de 2003 deu-se continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito das competências organicamente atribuídas em particular às Divisões na dependência desta Direcção de Serviços e que serão pormenorizadas mais adiante, salientado-se neste capítulo alguns aspectos de carácter global.



Assim, prosseguiu-se com o processo de modernização e inovação dos serviços através da modernização de todo o equipamento informático (*hardware* e *software*) proporcionado, designadamente pela implementação do projecto “Sistema de Informação para Modernização e Análise do Ordenamento do Território”, em fase final de implementação, e cujo objectivo visa a implementação de um passo decisivo para a constituição de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) de apoio à decisão em matéria de ordenamento do território, por forma a fazer face às lacunas existentes ao nível da informatização e digitalização da informação disponível em matéria de gestão territorial criando condições para a melhoria da qualidade e celeridade na apreciação dos processos, proporcionando, ainda, uma base de informação fundamental para o desenvolvimento de estudos urbanísticos.

Em Abril de 2003 candidatou-se à Medida III.13 – Ambiente do Eixo 3 do POR do Centro, e foi aprovado e homologado, encontrando-se em fase de implementação o projecto “Monitorização dos corredores ecológicos e das áreas verdes ao nível do planeamento urbano” visando dar resposta às actuais exigências das novas políticas de ordenamento do território e do urbanismo que visam compatibilizar os efeitos espaciais negativos da evolução económica, em particular o aumento das áreas de urbanização com a necessária salvaguarda da qualidade ambiental, através da criação de corredores naturais que liguem entre si grandes e pequenos espaços, como reservas naturais, sítios, ecossistemas da Reserva Ecológica Nacional, etc., essenciais às migrações, à distribuição geográfica e ao intercâmbio genético das espécies selvagens.

Em paralelo com a implementação daqueles dois projectos, assumiu a DSGT o processo de redelimitação da REN que, em 2002, era executado junto do Gabinete de Informação, Documentação e Comunicação. Neste âmbito, procedeu-se à afinação dos critérios de delimitação dos diversos ecossistemas, e promoveu-se o desenvolvimento dos trabalhos de redelimitação da REN em estreita articulação com a revisão dos PDM, incentivando e imprimindo uma maior colaboração das Câmaras Municipais neste processo. Saliente-se que a CCDR Centro tem sido pioneira nesta matéria já que todo este trabalho é desenvolvido internamente aos serviços.

A DSGT compreende duas Divisões, a saber:

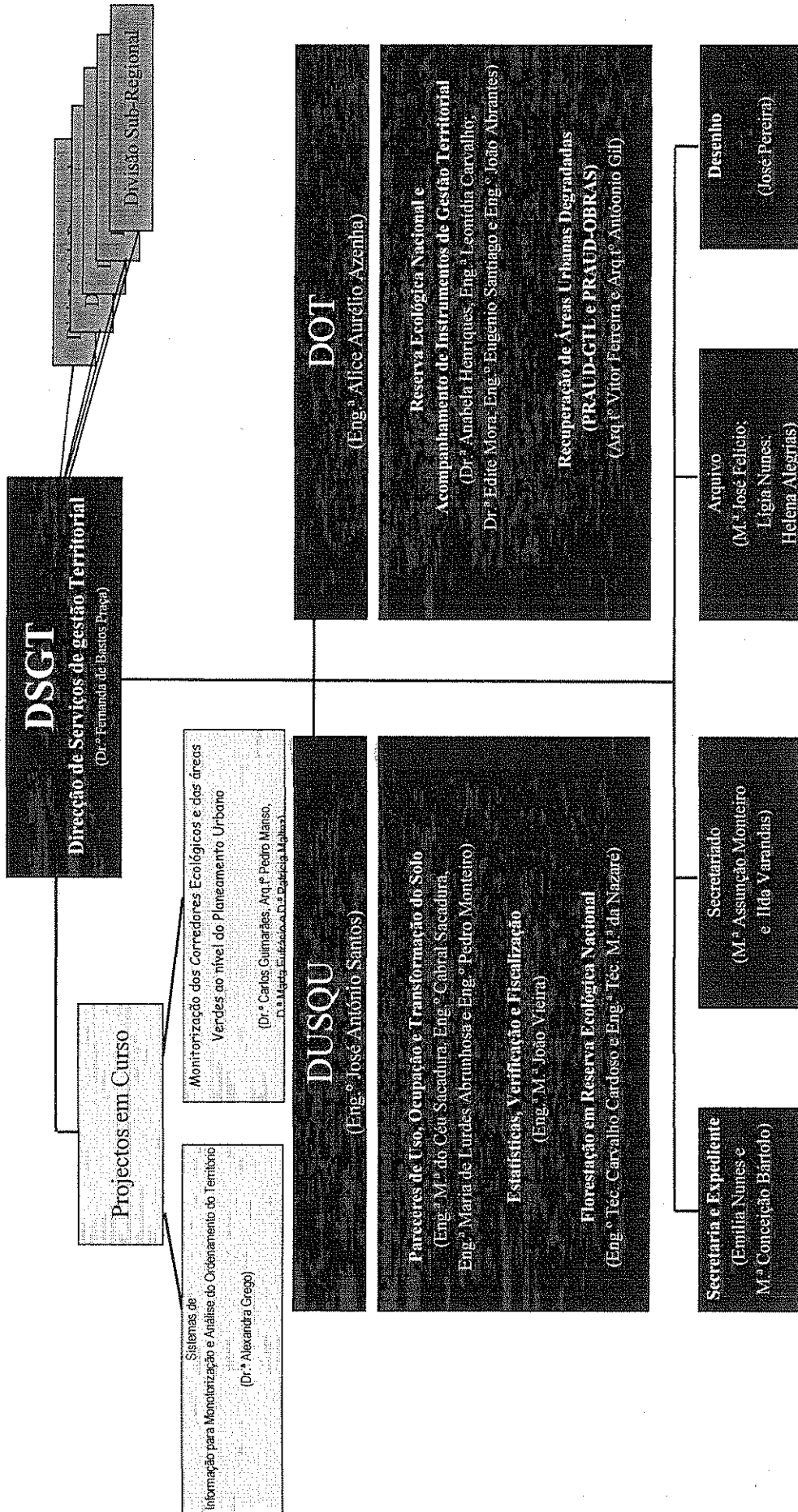
- Divisão de Ordenamento do Território (DOT) à qual compete promover e acompanhar estudos, projectos e planos sectoriais com incidência na gestão territorial, promover a elaboração, alteração e revisão dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), acompanhar a elaboração, alteração, revisão e execução de Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP), Planos Intermunicipais (PIMOT), Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP) e Planos Directores Municipais (PDM) e acompanhar a elaboração, alteração e revisão de Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP). Exerce ainda as competências atribuídas à DRAOT em matéria de Reserva Ecológica Nacional (REN). À DOT estão ainda acometidas competências de acompanhamento e coordenação do PRAUD – Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas -, nas suas vertentes PRAUD-Obras e PRAUD-GTL (Gabinetes Técnicos Locais).
- Divisão de Uso do Solo e Qualificação Urbana (DUSQU) a qual no âmbito das suas competências procede à verificação do cumprimento dos instrumentos de gestão territorial, emissão de pareceres em matéria de uso, ocupação e transformação do território designadamente em matéria relativa a alvarás de loteamento, emissão de certidões de localização industrial, participação em reuniões da Reserva Agrícola Nacional (RAN), emissão de pareceres sobre intervenções de florestação/reflorestação em áreas de REN, localização de empreendimentos turísticos, construção ao longo de estradas nos termos da alínea c) do n.º 2 do artº 8º do DL 13/71, pareceres sobre localização de cemitérios, pedreiras, suiniculturas, obras na zona de protecção de albufeiras de águas públicas e acompanhar os investimentos em infra-estruturas e equipamentos de nível regional.

Para além das competências exercidas pela DOT e DUSQU, a DSGT, em articulação com a Divisão de Finanças Locais e Cooperação Técnica (DFLCT) da Direcção Regional da Administração Local, procede ainda ao acompanhamento da evolução dos empreendimentos co-financiados no âmbito do *Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva* – Sub-Programa 1 (Equipamento Associativo).

O esquema orgânico, as competências atribuídas e os recursos humanos da DSGT, em 2003, são os apresentados na página seguinte.

Passando agora a uma análise quantitativa sucinta das actividades desenvolvidas em matéria de ordenamento do território e do desenvolvimento urbano, da observação do Quadro 1 e Gráfico 1, que apresenta o número de processos entrados na DSGT por NUTS III, reportados a matéria de gestão territorial, por tipologia de processos, verifica-se que deram entrada 1459 novos processos, entre os quais se destacam, pela sua relevância em termos quantitativos, pedidos de parecer sobre obras particulares, com 25,1 % do total. É das NUTS III do Baixo Vouga e do Baixo Mondego que provem a maior parte dos processos, ultrapassando a casa dos 300 cada. No entanto, se olharmos para as actividades produtivas – indústria e exploração de recursos geológicos -, é do Pinhal Litoral (80) e do Baixo Vouga (76) que provêm a maior parte dos processos revelando maior dinamismo empresarial nestas sub-regiões.

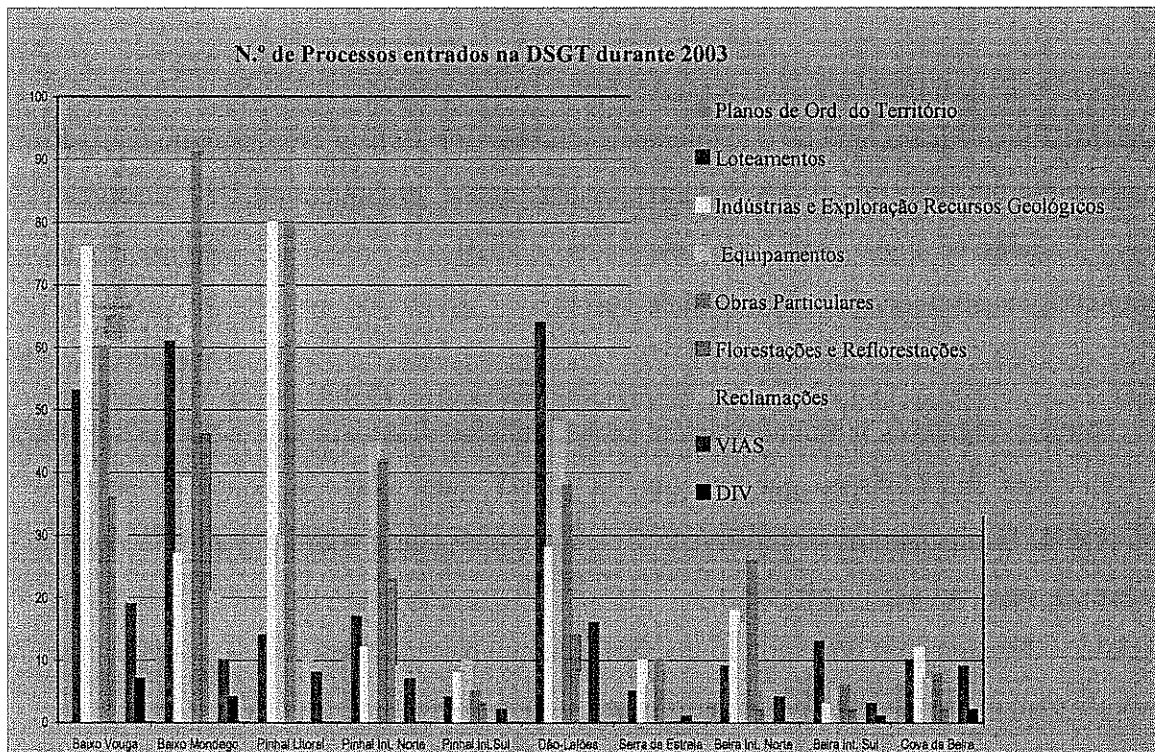
Saliente-se, ainda, pela disponibilidade técnica que exige, a entrada de 85 novos instrumentos de gestão territorial para acompanhamento e apreciação.



Quadro 1 - Número de processos entrados, por tipologia e por DSR

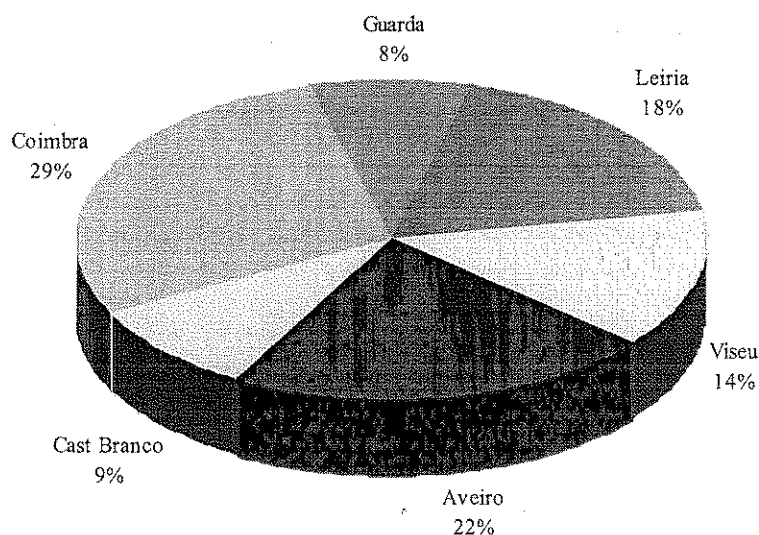
N.º de Processos novos entrados em 2003	Planos de Ord. do Território	Loteamentos	Indústrias e Exploração Recursos Geológicos	Equipamentos	Obras Particulares	Florestações e Reflorestações	Reclamações	VIAS	DIV	N.º total de Processos
Baixo Vouga	21	53	76	40	60	36	36	19	7	348
Baixo Mondego	13	61	27	39	91	46	21	10	4	312
Pinhal Litoral	2	14	80	30	80	0	14	8	0	228
Pinhal Int. Norte	13	17	12	45	42	23	9	7	0	168
Pinhal Int. Sul	3	4	8	10	5	3	4	2	0	39
Dão-Lafões	4	64	28	48	38	14	8	16	0	220
Serra da Estrela	3	5	10	6	10	0	0	1	0	35
Beira Int. Norte	3	9	18	16	26	2	6	4	0	84
Beira Int. Sul	8	13	3	5	6	2	2	3	1	43
Cova da Beira	6	10	12	7	8	2	2	9	2	58
<b>REGIÃO CENTRO</b>	<b>76</b>	<b>250</b>	<b>274</b>	<b>246</b>	<b>366</b>	<b>128</b>	<b>102</b>	<b>70</b>	<b>14</b>	<b>1535</b>

Gráfico 1 – Número de processos entrados na DSGT durante 2003, por tipologia e por NUTS III



A análise por Divisões Sub-Regionais (Gráfico 2) revela que o número de processos entrados nos distritos do litoral é claramente superior, como aliás seria expectável, com destaque para o distrito de Coimbra com 29% do total de processos entrados e para o de Aveiro com 22%.

Gráfico 2 – Número de processos entrados, por DSR.



O Quadro 2 identifica o total de documentos elaborados na área do ordenamento e urbanismo, o qual revela um total de 20.788 documentos elaborados, dos quais 44,2 % processados na DSGT. Saliente-se ainda pela sua relevância numérica, a DSR de Aveiro com 3467 documentos, correspondendo a um total de 16,7%.

Nos capítulos seguintes pormenorizam-se as actividades desenvolvidas e ponto de situação por cada uma das Divisões que integram a DSGT, bem como o ponto de situação do Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva, bem como sobre o ponto de situação do processo de redelimitação da REN.

O Relatório termina com um capítulo que basicamente pretende detectar as principais lacunas e avançar com alguns objectivos de curto prazo.

Quadro 2 – Total de documentos elaborados, na DSGT e por DSR

	Coimbra	DSR Aveiro	DSR Castelo Branco	DSR Guarda	DSR Leiria	DSR Viseu	Total
Diversos	18	87	71	0	27	2	205
Equipamentos	245	67	26	51	33	19	441
Avaliações de Impacte Ambiental	4	0	0	0	0	0	4
Exploração de Recursos Geológicos	101	11	2	14	10	1	139
Florestações e Reflorestações	129	32	1	2	1	1	166
Indústrias	352	68	23	15	73	32	563
Loteamentos	97	131	29	18	5	3	283
Obras Particulares	243	541	14	182	70	8	1058
Planos Municipais de Ordenamento do Território	147	22	32	11	18	2	232
Reclamações e Exposições	85	241	8	66	16	0	416
Reserva Agrícola Nacional	0	0	0	0	0	0	0
Reserva Ecológica Nacional	0	0	0	0	0	0	0
Vias de Comunicação	50	19	5	7	2	1	84
Programas de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas	70	0	0	0	0	0	70
<b>Total das Informações</b>	<b>1541</b>	<b>1219</b>	<b>211</b>	<b>366</b>	<b>255</b>	<b>69</b>	<b>3661</b>
N.º Total de Ofícios Expedidos	7580	2098	2006	2460	993	1491	16628
N.º Total de Telecópias Expedidas	82	150	43	84	81	59	499
<b>Total de Documentos Elaborados</b>	<b>9203</b>	<b>3467</b>	<b>2260</b>	<b>2910</b>	<b>1329</b>	<b>1619</b>	<b>20788</b>

## II – DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

### 1. Enquadramento

A DOT possui um vasto campo de actuação na área do ordenamento do território, nomeadamente:

- Promover e acompanhar estudos, projectos e planos sectoriais com incidência na gestão territorial;
- Promover a elaboração, alteração e revisão dos planos regionais de ordenamento do território e avaliar a sua implementação;
- Acompanhar a elaboração, alteração, revisão e execução dos planos de ordenamento das albufeiras;

- Acompanhar a elaboração, alteração, revisão e execução dos planos intermunicipais de ordenamento do território e planos directores municipais;
- Acompanhar a elaboração, alteração, revisão e execução dos planos de ordenamento das áreas protegidas;
- Acompanhar a elaboração, alteração, revisão e execução dos planos de pormenor e de urbanização;
- Acompanhar a elaboração de planos de pormenor e de urbanização no âmbito da qualificação urbana;
- Promover e acompanhar a política regional de reabilitação urbana e de reconversão de áreas degradadas;
- Exercer as competências relativas à Reserva Ecológica Nacional;
- Dar parecer sobre a delimitação de áreas críticas e sobre as operações de reabilitação ou reconversão;
- Acompanhamento dos processos das 5 Divisões Sub-Regionais (Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu), relacionados com as suas atribuições.

## **2. Actividade desenvolvida**

### **2.1. Planos Sectoriais**

Estão a ser acompanhados cinco Planos Sectoriais:

#### **Planos de Ordenamento Florestal:**

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral

Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte

Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Sul

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Sul

Plano Regional de Ordenamento Florestal de Dão Lafões

Destes 5 Planos Sectoriais não houve qualquer reunião durante o ano de 2003.



Quadro 1.1 - Planos Sectoriais, por DSR

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
	2	1	1		1	5

### Rede Natura 2000

Através da RCM 66/2001, foi determinada a elaboração do Plano Sectorial relativo à implementação da Rede Natura 2000 não tendo, até ao final de 2003, sido solicitada o acompanhamento da DSGT/DOT.

### 2.2 - Planos Especiais de Ordenamento do Território

Estão em tramitação 13 Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT):

- Plano de Ordenamento da Albufeira de Santa Águeda e Pisco;
- Plano de Ordenamento da Albufeira de Idanha;
- Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal;
- Plano de Ordenamento da Albufeira da Aguieira;
- Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato;
- Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela;
- Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros;
- Plano de Ordenamento da Albufeira de Fronhas;
- Plano de Ordenamento da Área Protegida da Reserva Natural do Paúl de Arzila;
- Plano de Ordenamento da Área Protegida da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto;
- Plano de Ordenamento do Tejo Internacional;
- Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata;
- Plano de Ordenamento do Parque Arqueológico do Côa (3 concelhos: Pinhel, Meda, Figueira de Castelo Rodrigo).

Foi publicado em 10 de Maio de 2003 (DR n.º 108, I-Série B), o Plano de Ordenamento da Albufeira do Castelo do Bode.

**Quadro 2.2 - Planos Especiais, por DSR, em tramitação**

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
1	6	2	3	1		13

## 2.3 - Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território

Está em fase final de tramitação o Plano Intermunicipal da Ria de Aveiro.

## 2.4 - Planos Municipais de Ordenamento do Território

### 2.4.1- Planos Directores Municipais

Durante o ano de 2003, iniciou-se a revisão de 8 Planos Directores Municipais, assim distribuídos:

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
1	5	1		1		8

**Quadro 1.3 - PDM que entraram em fase de revisão em 2003, por DSR****Quadro 1.4 – Total de PDM em fase de revisão, no ano de 2003, por DSR**

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
9	8	12	9	8	10	57



ESCALA 1/1 500 000

LEGENDA

- Em fase de Revisão
- \* Guarda justificação técnica da Revisão

Quadro 1.5 – Total de PDM em fase de alteração, por DSR.

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
1	1	2		3	1	8

Quadro 1.6 – Total de PDM em fase de alteração de regime simplificado, por DSR.

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
1	1	1	2		1	6

Quadro 1.7 – Total de PDM em tramitação em 2003

Em processo de revisão	7
Em Processo de alteração	57
Em processo de alteração de Regime simplificado	6

### 2.4.2- Planos de Urbanização

Foi iniciada a elaboração no ano de 2003, estando a ser acompanhados, nos termos da legislação aplicável 3 Planos de Urbanização.

Quadro 1.8- Planos de Urbanização cuja elaboração foi iniciada no ano de 2003, por DSR

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viscu	Total
3						3

Total de Planos de Urbanização em elaboração/revisão no final do ano de 2003: 107

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viscu	Total
18	11	24	11	23	20	107

Quadro 1.9- Total de PU's em elaboração/revisão no final do ano de 2003

Total de Planos de Urbanização em vigor, no final de 2003: 32

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viscu	Total
8	6	10	3	1	4	32

Quadro -1.10 - Total de Planos de Urbanização em vigor, por DSR.

### 2.4.3 - Planos de Pormenor

Iniciaram a elaboração/revisão, no ano de 2003, de 41 Planos de Pormenor, assim distribuídos:

**Quadro 1.11 - Planos de Pormenor cuja elaboração foi iniciada em 2003, por DSR**

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
15	10	8	3	2	3	41

**Quadro 1.11.A- Planos de Pormenor cuja elaboração foi iniciada em 2003, por DSR e por concelho.**

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu
Estarreja 1	Belmonte 1	Arganil 1	Almeida 1	Leiria 2	Viseu 1
Ilhavo 5	Cast Branco 3	Coimbra 1	F. de Algodres 2		Vouzela 2
Murtosa 4	Covilhã 2	Fig Foz 3			
Ovar 4	Fundão 1	Góis 1			
Sever do Vouga 1	Mação 1	Mira 1			
	Proença-a-Nova 1	Mont-o-Velho 1			
	Vila de Rei 1				
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

**Quadro 1.12 - Total de Planos de Pormenor em tramitação no ano de 2003, por DSR**

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
118	43	48	32	48	31	320

**Quadro 1-13 - Total de Planos de Pormenor em vigor, no ano de 2003, por DSR**

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
60	40	33	10	19	42	204

Quadro 1.14 - Total de PMOT em tramitação no final do ano de 2003

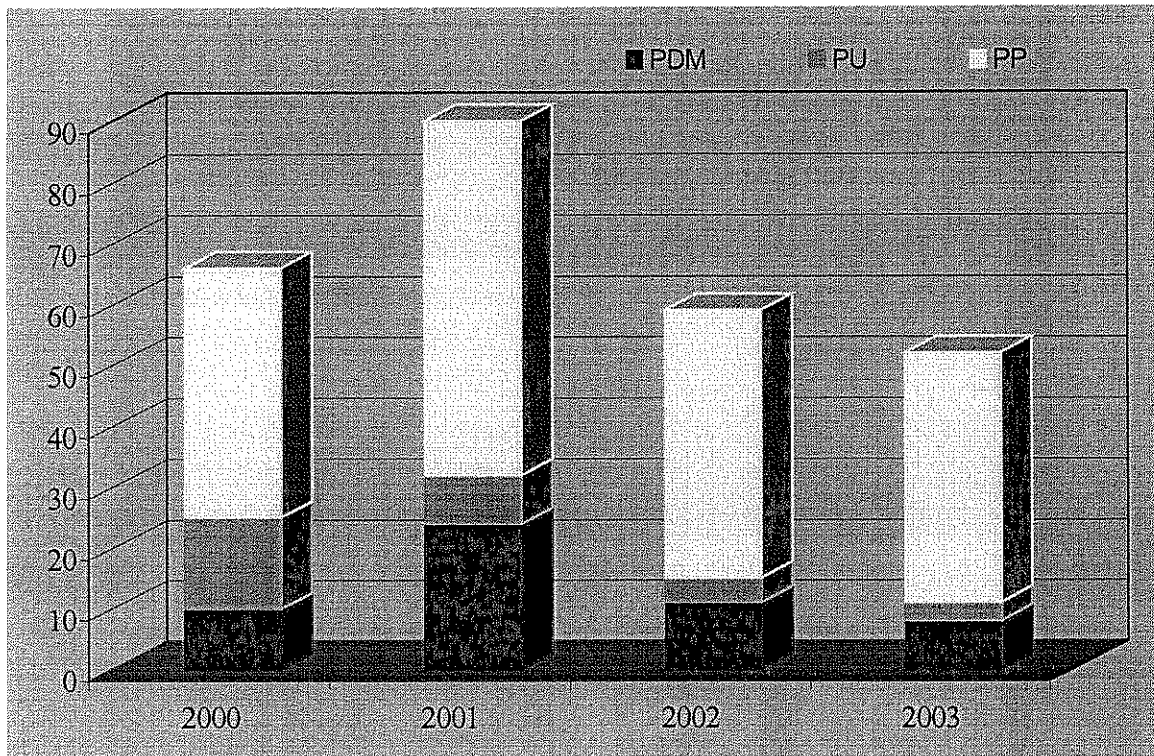
Planos Directores Municipais (PDM), em revisão	57
Alterações a PDM	7
Alterações de Regime simplificado	6
Planos de Urbanização	107
Planos de Pormenor	320
<b>Total de PMOT</b>	<b>497</b>

Quadro 1.15 - Evolução do número de PMOT que iniciaram o processo de elaboração/revisão

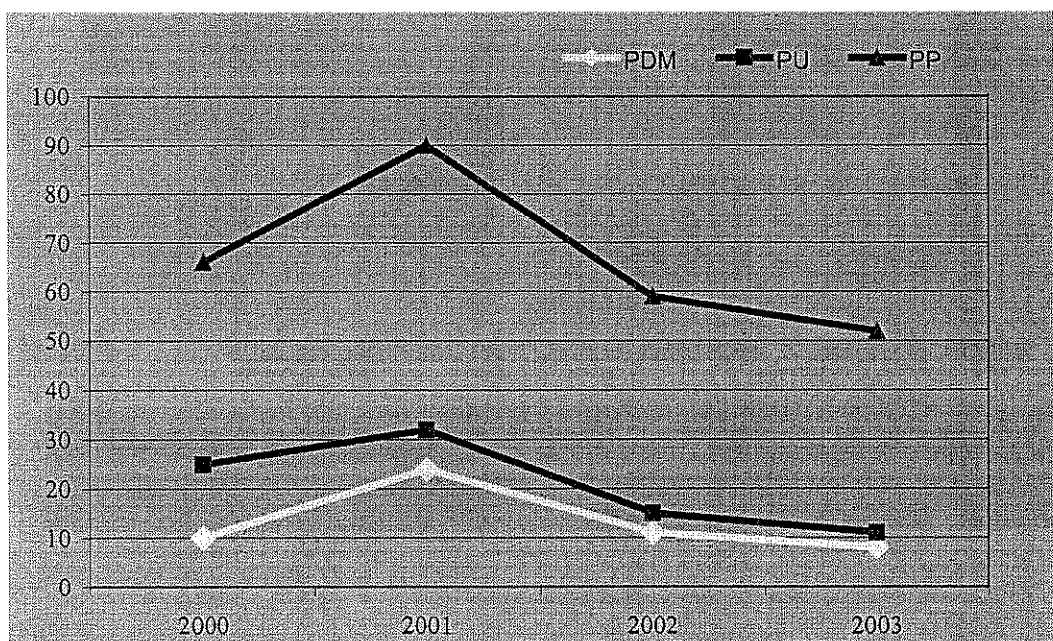
	PDM	PU	PP	Total
2000	10	15	41	68
2001	24	8	58	92
2002	11	4	44	59
2003	8	3	41	52

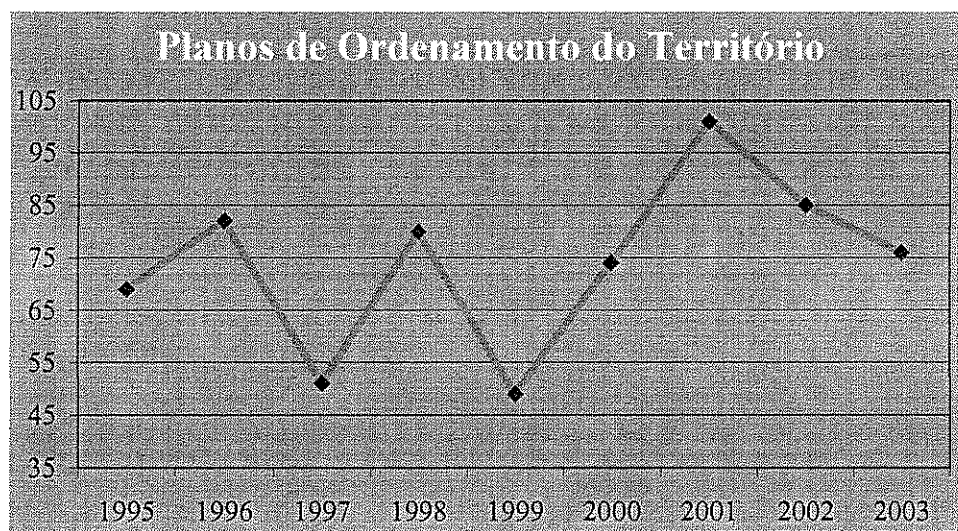
2000-2004

Planos de Ordenamento do Território que entraram em tramitação



Síntese temporal por "tipo" de Instrumento de Gestão Territorial





#### 2.4.4- Suspensão Parcial de Planos

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
	3	8		3	3	17

**Quadro1.16 - Total de Suspensões de PMOT entradas em 2003**

**Quadro1.17 - Total de Suspensões de PMOT em tramitação em 2003**

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
	3	4		1		8



Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
2	1	5		2	3	13

Quadro 1.18 - Total de Suspensões de PMOT em vigor

#### 2.4.5- Medidas Preventivas

Quadro 1.19 - Total de Medidas Preventivas entradas em 2003

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
1	1	5			2	9

Quadro 1.20 - Total de Medidas Preventivas em tramitação em 2003

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
1	1	7		2	1	12

Quadro 1.21 - Total de Medidas Preventivas em vigor em 2003

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
2		2			2	6

#### 2.4.6- Outras tarefas executadas neste domínio

- colaboração com a DGOTDU na verificação dos PMOT, nos processos de ratificação e registo de Planos.
- colaboração com as Câmaras Municipais nos processos de alterações (alterações de regime simplificado e alterações) dos PMOT.
- colaboração com as Câmaras Municipais nos processos de suspensão de PMOT e estabelecimento de Medidas Preventivas.
- inventariação dos PMOT ratificados, registados e publicados no Diário da República.

Durante o ano de 2003, na DOT deram entrada cerca de 800 processos que deram origem a cerca 1700 ofícios. Neste número estão incluídos naturalmente as informações/pareceres sobre todas as matérias da divisão. A estas informações/pareceres teremos de acrescentar as que foram elaboradas nos Núcleos Operativos (Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu e que foram acompanhadas antes de serem comunicadas às Câmaras Municipais).

Além do trabalho da Divisão, foram ainda realizadas cerca de 90 reuniões com Câmaras Municipais, essencialmente no âmbito dos PMOT para esclarecimento de várias questões técnico/jurídicas relacionadas com a elaboração/ revisão /suspensão/estabelecimento de Medidas Preventivas e interpretação de articulados dos regulamentos dos referidos PMOT. Grande parte destas reuniões, foram realizadas também com DRAL, serviços que além do apoio quase diário à Divisão, fazem a análise jurídica dos Regulamentos de todos os Planos (Planos Especiais, Intermunicipais e Municipais).

## **2.5-Reabilitação Urbana**

A actividade dividiu-se pelos seguintes vectores:

- Programa PRAUD (GTL e Obras);
- Medida 3 do Polis;
- Programa das Aldeias Históricas;
- Programa das Aldeias do Xisto;
- Programa das “Aldeias das Portas do Côa”;
- Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística;Prémio Nacional Imagem da Cidade;
- Programa Nacional “Cidade e Democracia, 25 Anos Depois”;
- Comunicações.

### **Praud-GTL (Gabinetes Técnicos Locais)**

A actividade centrou-se na coordenação, orientação e acompanhamento técnico dos trabalhos dos GTL, disponibilizando toda a informação possível, necessária à elaboração dos Planos e orientações várias, recorrendo ao conhecimento acumulado, corrigindo e divulgando experiências de anteriores GTL, propondo rumos orientadores dos procedimentos adequados para o desenvolvimento das restantes tarefas assim como o acompanhamento da constituição das equipas e necessárias alterações, resultando numa optimização dos meios humanos, tendo em vista a correcta prossecução dos trabalhos protocolados e a gestão cuidada das

comparticipações disponíveis e ainda a verificação e validação dos vencimentos dos funcionários do pessoal, de molde a serem processados pela DGOTDU.

Durante o ano de 2003 foram acompanhados 31 Gabinetes Técnicos Locais (GTL), a saber:

GTL de Águeda;

GTL de Aguiar da Beira;

GTL de Almeida (2);

GTL de Anadia;

GTL de Castanheira de Pêra;

GTL de Celorico da Beira;

GTL da Covilhã;

GTL da Figueira da Foz;

GTL de Fornos de Algodres;

GTL do Fundão (2);

GTL de Góis;

GTL de Gouveia;

GTL da Guarda;

GTL de Leiria (Maceira);

GTL da Lousã;

GTL da Mealhada;

GTL da Meda;

GTL de Miranda do Corvo;

GTL de Nelas;

GTL de Oliveira de Frades;

GTL de Ovar;

GTL de Pampilhosa da Serra;

GTL de Penacova;

GTL de Pedrógão Grande;

GTL de Porto de Mós;

GTL do Sabugal;

GTL de Trancoso;

GTL de Viseu;

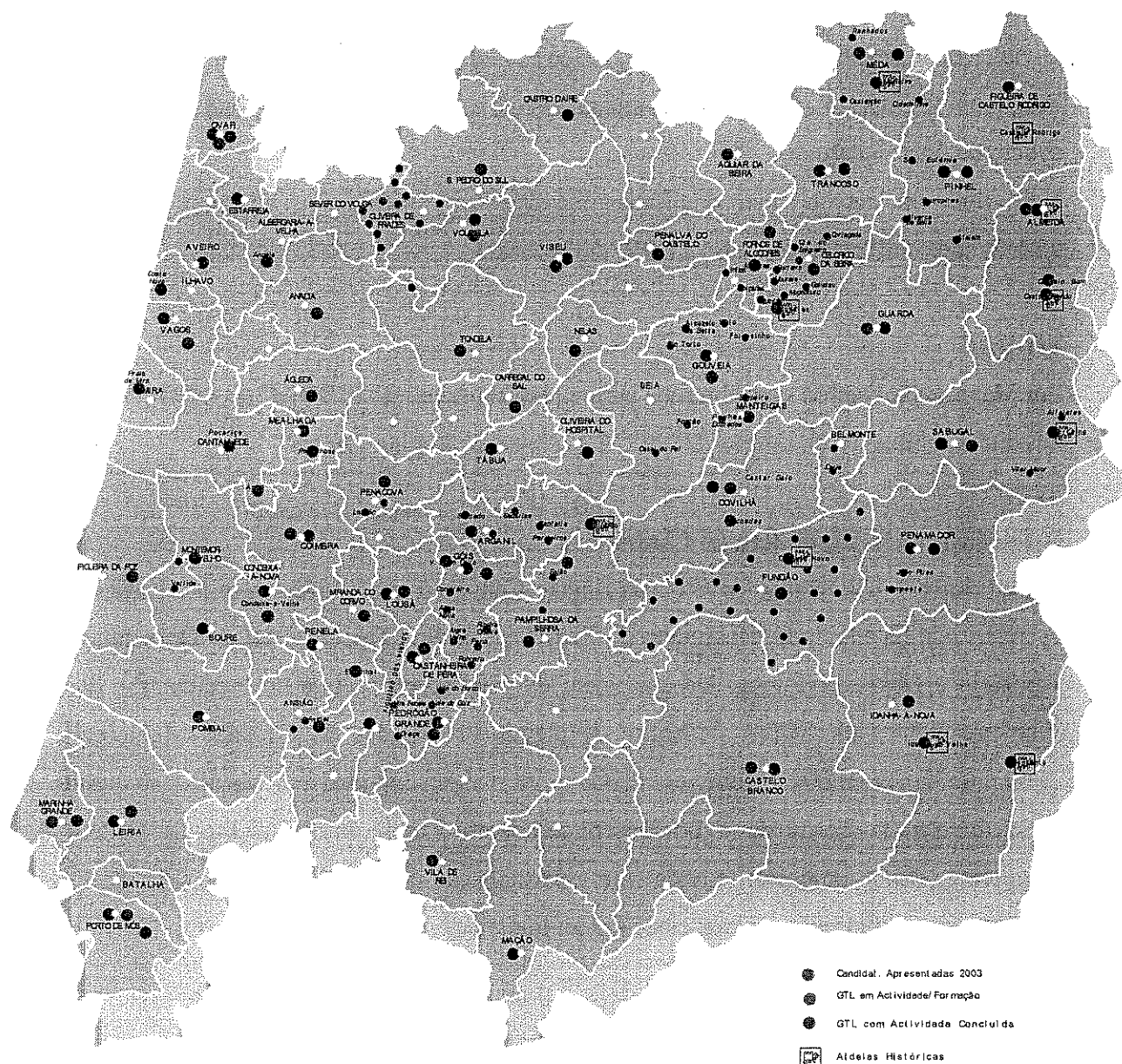
GTL de Vouzela.

Terminaram a sua actividade os GTL de:

Almeida I;  
Figueira da Foz;  
Góis;  
Mealhada,  
e Ovar.

Iniciaram a sua actividade os GTL de:

Almeida II;  
Castanheira de Pêra;  
Celorico da Beira;  
Fornos de Algodres;  
Gouveia;  
Miranda do Corvo;  
Nelas;  
e Vouzela.



## PRAUD - Obras

Durante o ano de 2003 foi efectuado o acompanhamento dos trabalhos, verificação e validação dos documentos de despesa de 131 obras dos seguintes concelhos: Arganil; Belmonte; Castelo Branco; Coimbra; Fornos de Algodres; Góis; Gouveia; Guarda; Leiria; Manteigas; Mêda; Montemor-o-Velho; Oleiros; Penamacor; Penela; Pinhel; Sabugal; Santa Comba Dão.

### **Candidaturas**

Divulgação e sensibilização junto de todas as Câmaras Municipais da Região Centro sobre a Programa PRAUD e respectivo acompanhamento na elaboração das candidaturas, quando solicitado pelas autarquias.

No período em apreço foram analisadas, classificadas e informadas, 41 candidaturas, sendo 22 referentes a PRAUD-GTL e 19 a PRAUD-Obras.

### **PIDDAC**

Em Março e Novembro contribuímos para o reajustamento do PIDDAC da DGOTDU, no que respeita à cabimentação do PRAUD (GTL e Obras) da Região Centro.

### **II Encontro de GTL da Região Centro**

Organizámos o II Encontro de GTL da Região Centro, o qual contou com a presença do Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território, do Sr. Director Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, além da participação activa do Presidente e dos três Vice Presidentes da CCDR - Centro, de alguns Presidentes de Câmaras Municipais, do Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, de personalidades destacadas no âmbito do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Rural, da Presidente da Ordem dos Arquitectos, como oradores, e anda com a participação de 120 técnicos dos GTL da Região Centro (número limitado por razões de ordem logística).

### **Medida 3 do Polis**

Foi efectuado o acompanhamento dos trabalhos, verificação e validação dos documentos de despesa do Mercado Municipal e Espaço de Exposições de Fornos de Algodres.

Foi ainda analisada, classificada e informada 1 candidatura do Mercado Municipal e Área de Exposições do concelho da Mêda.

### **Programa das Aldeias Históricas**

O contributo enquanto elementos da Equipa Técnica das Aldeias Históricas consubstanciou-se, numa primeira fase na definição de critérios internos para apreciação dos projectos e, numa fase posterior, na análise e emissão de parecer sobre os mesmos, nas suas vertentes de qualidade arquitectónica e enquadramento paisagístico.

Foram apreciados e informados 56 projectos.

### **Programa das Aldeias do Xisto**

A participação no Programa das Aldeias do Xisto (PAX) consistiu na definição dos elementos constituintes dos Planos de Aldeia e dos critérios para enquadramento de candidaturas ao PAX e para posterior integração na Rede de Aldeias de Xisto (RAX).

As áreas propostas para intervenção foram objecto de visitas prévias, tendo em vista o necessário conhecimento do território a intervir.

Foi analisado e dado parecer sobre os 19 Planos de Aldeia apresentados à CCDR Centro, que deram lugar a vários projectos de, tanto ao nível dos espaços públicos como dos edifícios. Desses projectos, foram analisadas 32 candidaturas.

### **Programa das Aldeias Portas do Côa**

A participação no Programa das Aldeias das Portas do Côa consistiu na definição dos elementos constituintes dos Planos de Aldeia, no parecer sobre o tipo de intervenções propostas pelo Coordenador da AIB do Côa e no apoio técnico às equipas que vão desenvolver os Planos de Aldeia.

### **Áreas Críticas de Recuperação e Reversão Urbanística**

Foi prestado apoio às Câmaras Municipais de Viseu e de Coimbra e acompanhamento na definição das Áreas Críticas de Recuperação e Reversão Urbanística do Centro Histórico de Viseu e Centro Histórico Intra-Muros da Cidade de Coimbra, respectivamente.

### **Prémio Nacional da Imagem da Cidade (PNIC)**

Na qualidade de membros do júri nacional do PNIC, foram analisadas (em conjunto com os restantes membros – SEOT, DGOTDU e restantes CCDR) as candidaturas apresentadas.

### **Programa Nacional “Cidade e Democracia, 25 Anos Depois”**

Foi dado parecer sobre o interesse e oportunidade da participação da CCDR - Centro na promoção do “Programa Nacional de Bolsas de Investigação: Cidade e Democracia, 25 Anos Depois”.

## **2.6 - Reserva Ecológica Nacional**

Deram entrada na DSGT, para emissão de parecer, no âmbito da Gestão da Reserva Ecológica Nacional os seguintes processos :

Processos enviados à Comissão Nacional da REN, nos termos do artigo 8º do D.L. n.º 93/90, de 19 de Março, com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 213/92, de 12 de Outubro, por envolverem alterações à delimitação das respectivas Cartas da REN concelhias:

<b>ALBERGARIA-A-VELHA</b>	Plano de Urbanização da Vila de Angeja
<b>ARGANIL</b>	Alteração ao PDM na zona da Roda
<b>AVEIRO</b>	Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro
<b>BELMONTE</b>	Envio da Carta da REN do concelho para efeitos de publicação, alterada no âmbito de uma suspensão parcial do PDM e criação de medidas preventivas, com vista à implantação da 2ª fase da Zona Industrial de Belmonte
<b>CANTANHEDE</b>	Plano de Urbanização de Ançã
<b>CASTELO BRANCO/FUNDÃO</b>	Plano de Ordenamento da Albufeira de Sta Águeda e Pisco
<b>COVILHÃ</b>	Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato
<b>FORNOS DE ALGODRES</b>	Plano de Urbanização de Fornos de Algodres
<b>LEIRIA</b>	Polis de Leiria: Plano de Pormenor de Santo Agostinho e Plano de Pormenor de Leiria Centro – Envio da Carta da REN do concelho para publicação
<b>MAÇÃO</b>	Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mação - Ampliação
<b>MIRA</b>	Envio da Carta da REN do concelho para efeitos de publicação, corrigida de acordo com as alterações efectuadas no âmbito do Plano de Urbanização da Praia de Mira e do Plano de Urbanização da Vila de Mira
<b>PENACOVA</b>	Envio da Carta da REN do concelho para efeitos de publicação, corrigida de acordo com as alterações efectuadas no âmbito do Plano Pormenor da Barragem da Aguieira
<b>POMBAL</b>	Plano de Urbanização do Lourçal
<b>POMBAL</b>	Plano de Urbanização de Meirinhas
<b>POMBAL</b>	Plano de Urbanização do Carrico
<b>POMBAL</b>	Plano de Pormenor de Governos/Vinagres
<b>VOUZELA</b>	Envio da Carta da REN do concelho para efeitos de publicação, corrigida de acordo com as alterações efectuadas no âmbito do Plano Pormenor da Zona Industrial de Monte Cavallo



Processos de Reconhecimento de Interesse Público instruídos ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4º do D.L. n.º 93/90, de 19 de Março, com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 213/92, de 12 de Outubro:

<b>ALBERGARIA-A-VELHA</b>	Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Vale Maior Req.: Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha
<b>ALBERGARIA-A-VELHA</b>	Prolongamento da Rua do Agro Req.: Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha
<b>ANADIA</b>	Construção de complexo desportivo em Avelãs de Caminho Req.: Câmara Municipal de Anadia
<b>ANSIÃO</b>	Ampliação da linha de produção da Leca e das áreas de armazenamento de matérias primas e sub-produtos Req.: Leca Portugal – Argilas Expandidas, S.A.
<b>ANSIÃO, ALVAIÁZERE, PENELA, COIMBRA, CONDEIXA-A-NOVA, MIRANDA DO CORVO</b>	Projecto de Execução da linha Pereiros-Zêzere, a 220 kV Req.: REN – Rede Eléctrica Nacional
<b>AVEIRO</b>	Plano de Urbanização Polis Aveiro Req.: Aveiro Polis – Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Aveiro, S.A.
<b>AVEIRO</b>	Campo de Golfe do Parque Desportivo de Aveiro Req.: PDA – Parque Desportivo de Aveiro
<b>AVEIRO</b>	Arruamento 4 da rede de infra-estruturas do Parque Desportivo de Aveiro Req.: PDA – Parque Desportivo de Aveiro
<b>CANTANHEDE</b>	Ampliação de indústria de fabrico de produtos de Betão, na Tocha Req.: SOPLACAS – Sociedade de Placas de Betão, Lda
<b>LEIRIA</b>	Ponte Rodoviária sobre o Rio Lis Req.: Câmara Municipal de Leiria
<b>LEIRIA</b>	Infraestruturas do Sistema de Saneamento Integrado da Bacia do Lis Req.: SIMLIS – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.
<b>LEIRIA</b>	Troço final do emissário E 8.2.1 da 1ª fase do Sistema Ponte das Mestras do Sistema de Saneamento Integrado da Bacia do Lis Req.: SIMLIS – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.
<b>LEIRIA</b>	Construção da ETAR Norte, emissário final e estações Elevatórias B7 e B8, do Sistema de Saneamento Integrado da Bacia do Lis Req.: SIMLIS – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.
<b>LEIRIA, MARINHA GRANDE</b>	Reabilitação das infraestruturas do Boco e Bajanca Req.: IDRHa – Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica
<b>MANGUALDE</b>	Construção da ETAR de Contenças de Baixo, Contenças de Cima e Casal Mundinho Req.: Câmara Municipal de Mangualde
<b>MIRA</b>	Execução do esporão da Praia do Poço da Cruz e do Areão
<b>MURTOSA</b>	Construção de escola EB 2,3 e Secundária Req.: Câmara Municipal da Murtosa
<b>PENELA</b>	Instalação de antena de Rádio Req.: FERCORBER – Madeiras e Materiais de Construção

<b>PENELA</b>	Parque Eólico de Malhadizes Req.: PEL – Parque Eólico da Lousã, Lda
<b>PORTO DE MÓS</b>	Parque Eólico de Chão Falcão Req.: Parque Eólico de Chão Falcão, Lda
<b>PORTO DE MÓS</b>	Parque Eólico de Cabeço do Sol Req.: Parque Eólico de Chão Falcão, Lda
<b>PORTO DE MÓS</b>	Ampliação de indústria de mármore e rochas similares Req.: Rocha Verde – Sociedade Transformadora de Mármore, Lda
<b>PROENÇA-A-NOVA</b>	ASA Parque de Moitas – Construção de Hangar
<b>SABUGAL</b>	Rede de Saneamento de Vila do Touro Req.: Câmara Municipal de Sabugal
<b>S. PEDRO DO SUL</b>	Parque Eólico de Coelheira Req.: Eólica do Centro S.A.
<b>S. PEDRO DO SUL</b>	Parque Eólico de Candal Req.: Eólica do Centro S.A.
<b>SÁTÃO</b>	Construção de ETAR em Romãs Req.: Câmara Municipal de Sátão
<b>SOURE</b>	Ampliação de Gesseira Req.: SOGESSO – Sociedade de Gessos de Soure, S.A.
<b>UISEU</b>	Sistema de saneamento básico à freguesia de Silgueiros – Construção da ETAR de Casal Jusão e de EE em Silvares Req.: SMAS – Serviços Municipalizados de Água, Saneamento e Piscinas de Uiseu
<b>UISEU</b>	Ampliação de Saibreira, em Ponte Pinoca Req.: Armindo dos Santos Marques e Filhos, Lda

Além destes processos de Reconhecimento de Interesse Público existem cerca de mais 40 processos informados e que não foram inventariados na base de dados.

Por último não poderemos deixar de referir que a complexidade, de que se reveste a avaliação dos assuntos que são matéria desta divisão, se reflecte necessariamente no tempo que é utilizado na apreciação dos Planos, quer na fase de acompanhamento, quer particularmente na fase de emissão do parecer final e na apreciação e instrução de processos de reconhecimento de interesse público e que a intensa produção legislativa com interferência no âmbito das atribuições desta Divisão, torna necessário e urgente que se dê formação aos técnicos e que a Divisão seja reforçada com técnicos com formação na área do ordenamento do território e que tenha apoio de exclusivo de Juristas com formação também na área do ordenamento do território.

## IV - DIVISÃO DE USO DO SOLO E QUALIFICAÇÃO URBANA (DUSQU)

### 1. Enquadramento

As competências atribuídas à Divisão de Uso do Solo e Qualificação Urbana (DUSQU), abrangem um vasto conjunto de acções, todas elas confluindo para que seja garantida uma adequada gestão urbanística tendo em vista o correcto ordenamento do território.

Esta Divisão está em estreita interligação com as cinco DSR da CCDR Centro, na apreciação dos processos das respectivas áreas de intervenção.

Todos os actos que, por imperativo legal, as autarquias locais, outras entidades da Administração Pública central ou desconcentrada ou os particulares tenham de submeter à apreciação da CCDR Centro, são informados e/ou acompanhados nesta Divisão, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas, após uma apreciação prévia efectuada nas respectivas DSR, com excepção do distrito de Coimbra, onde os processos são apreciados unicamente na DSGT/DUSQU. Neste contexto salientam-se:

- Pareceres ou aprovação de operações urbanísticas (obras particulares e loteamentos) ou acções que obriguem, nos termos da lei, a consulta à CCDR Centro, como por exemplo: empreendimentos turísticos e equipamentos (cemitérios, empreendimentos desportivos, recintos com diversões aquáticas), suiniculturas e centros de agrupamento de suínos, unidades de valorização ou eliminação de resíduos perigosos hospitalares, unidades de armazenagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos, parques de sucata, etc., incluindo as abrangidas por servidões e restrições de utilidade pública e por medidas preventivas;
- Autorizações de localização de estabelecimentos industriais e de certidões de localização de explorações de massas minerais (pedreiras) e de unidades comerciais de dimensão relevante (UCDR);
- Informações e pareceres sobre reclamações e exposições;
- Pareceres relativos a desafecções de áreas submetidas ao regime florestal (tendo por base o Despacho Conjunto, de 15 de Fevereiro de 1991, publicado no Diário da República, II Série, de 6 de Março);

- Acompanhamento de processos relacionados com acções de florestação e reflorestação no âmbito da Reserva Ecológica Nacional e em áreas percorridas por incêndios.
- Acompanhamento de processos nas áreas de jurisdição da Comissão Regional de Reserva Agrícola da Beira Litoral (CRRABL) e da Comissão Regional de Reserva Agrícola da Beira Interior (CRRABI), relacionados com solos abrangidos por Reserva Agrícola Nacional (RAN), incluindo:
  - A participação em reuniões e emissão de pareceres sobre pedidos de utilização não agrícola de solos abrangidos por RAN, nos termos do regime de excepções do respectivo regime jurídico;
  - A apreciação de pedidos de desafectação da condicionante RAN, no âmbito da elaboração/revisão de PMOTs;
  - A apreciação de diversos processos de contra-ordenação nesta matéria;
- Fiscalização e detecção de violações e infracções de planos, alvarás de loteamento e dos diversos instrumentos de gestão urbanística, com actuação concreta dos casos detectados, no âmbito do Despacho SEAOT n.º 16426/2002 (2.ª série), de 1 de Julho, publicado no Diário da República n.º 170, de 25 de Julho de 2002;
- Participação em vistorias a terrenos destinados à instalação/ampliação de cemitérios, conforme prevê o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 44220, de 3 de Março de 1962;

Para além das funções acima referidas, esta Divisão centra ainda a sua intervenção em actividades que se prendem, entre outras, com a necessidade de esclarecer questões ligadas à interpretação e aplicação de normas e diplomas legais em vigor, e dar apoio técnico e jurídico aos municípios.

## 2 – Actividade desenvolvida

Entre os diversos assuntos submetidos à apreciação da DUSQU, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas, verifica-se que, no ano de 2003, foram despachados para esta Divisão 709 processos.

Da apreciação dos processos em curso, foram produzidas, ao longo do ano de 2003, 966 informações sobre a globalidade dos assuntos que são da competência desta Divisão, conforme ilustração do Quadro 2.1.

Por assuntos destacam-se claramente o número de informações prestadas sobre processos relacionados com as indústrias (331). Vêm a seguir as informações relativas a processos de acções de florestação/reflorestação (127) e de explorações de massas minerais (pedreiras) (96). Saliente-se ainda o número significativo de informações relativas a loteamentos (87), exposições/reclamações (71), construções destinadas a habitação e comércio (68) e equipamentos turísticos (59).

Por temas destacam-se claramente o número de informações prestadas sobre processos relacionados com indústrias e pedreiras (427). Vêm muito mais abaixo as informações relativas a construções (130), logo seguidas das referentes a processos de acções de florestação/reflorestação (127). Têm ainda particular destaque as informações referentes a equipamentos (111) e a loteamentos (91).

Quadro 2.1 - Número de informações prestadas sobre processos.

DSGT/DUSQU	Indústrias e pedreiras		Construções				Loteamentos		Equipamentos			Florestação/Reflorestação	Exposições/Reclamações	Vias	Expropriações	Planos	Diversos	Total/distrito
	IND	IPE	CAP	CCC	CHA	CNE	LOT	ALO	EQC	EQT	EQU	RFL	JRE	VIA	XPR	PDM	Outros	
Aveiro	110	13	6	1	8	1	17	1	0	5	1	38	11	0	0	0	0	212
Castelo Branco	31	6	2	0	5	0	4	0	0	4	2	2	5	0	0	0	0	61
Coimbra	60	30	25	1	36	5	43	3	15	22	30	59	32	0	0	1	0	362
Guarda	18	20	0	0	0	0	6	0	0	8	1	0	4	0	0	0	0	57
Leiria	68	21	14	1	15	4	6	0	0	2	3	19	16	1	1	3	0	174
Viseu	44	6	1	0	4	1	11	0	0	18	0	9	2	0	0	0	0	96
Geral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	4
Total/assuntos	331	96	48	3	68	11	87	4	15	59	37	127	71	1	1	4	3	966
Total/temas	427		130				91		111			127	71	1	1	4	3	966

Durante o ano de 2003 deram entrada na DSGT/DUSQU um total de 885 novos processos, distribuídos por assuntos e temas, como se apresenta no Quadro 2.2.

Quadro 2.2 – Total de novos processos entrados na DSGT/DUSQU.

	Indústrias e pedreiras		Construções				Loteamentos		Equipamentos			Florestação/Reflorestação		Exposições/Reclamações				Diversos		
	IND	IPE	CAP	CCC	CHA	CNE	LOT	ALO	EQC	EQT	EQU	RFL	JRE	PMF	PPO	VIA	XPR	DIV		
DSGT/DUSQU	23	8	26	0	24	7	70	0	7	12	9	49	15	1	1	1	2	1		
Total/assuntos	203	46	50	7	96	21	188	0	7	47	38	114	52	1	1	7	4	3		
Total/temas	249		174				188		92			114		52		16				

Do quadro acima mencionado podemos concluir, que é nos assuntos relacionados com a actividade industrial, com 249 novos processos, que esta Divisão é mais solicitada. A seguir vem o número de novos processos relativos ao tema loteamentos (188), sendo oportuno deixar aqui expresso que a maior parte destes processos são recebidos para efeitos estatísticos, nos termos do artigo 51.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) publicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho. Mostra-se também bastante significativo o número de novos processos relativos a pedidos de parecer sobre construções (174) e florestação/reflorestação (114). É ainda relevante o número de novos processos em que foi solicitado o parecer a esta DUSQU em matérias como os equipamentos (92) e as exposições/reclamações (52):

Quanto a novos processos, considera-se útil apresentar os valores constantes do Quadro 2.3, referentes aos novos processos que deram entrada na DSGT/DUSQU em Coimbra e nas DSR sediadas nos restantes 5 distritos da Região Centro durante o ano de 2003.

**Quadro 2.3** - Novos processos entrados na DUSQU e nas DSR, com maior representatividade por assuntos.

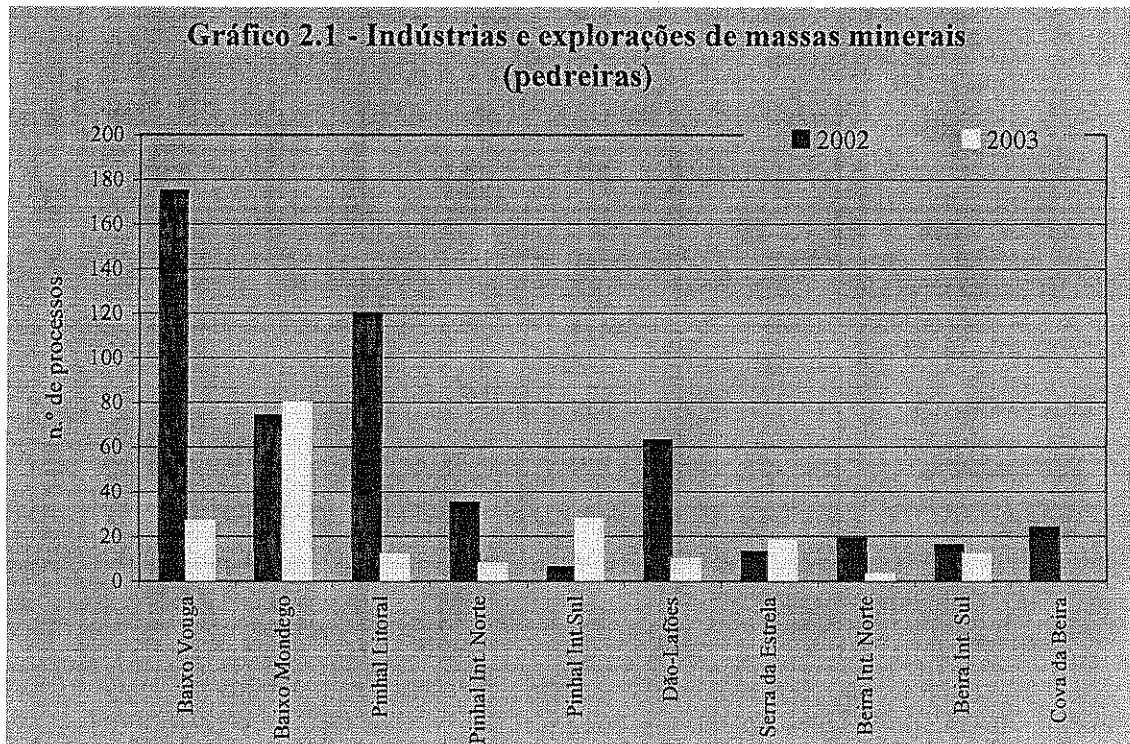
DUSQU/DSR	Indústrias e pedreiras		Loteamentos	Florestações/Reflorestações
	IND	IPE	LOT	RFL
DSR de Aveiro	62	8	42	33
DSR de Castelo Branco	21	1	17	4
DUSQU em Coimbra	23	8	70	49
DSR da Guarda	14	13	13	3
DSR de Leiria	61	15	13	14
DSR de Viseu	22	1	33	11
Total/assuntos	203	46	188	114
Total/temas	249		188	114

Da análise do citado quadro, podemos concluir que é nos assuntos relacionados com a actividade industrial (indústrias e pedreiras) que maior número de novos processos foram abertos (249), que de certa maneira representa a área temática em que esta Divisão é mais solicitada. Vem a seguir os loteamentos com 188 novos processos e as acções de florestação/reflorestação com 114.

### 2.1 – Pedidos de autorização de localização de estabelecimentos industriais e certidão de localização de explorações de massas minerais (pedreiras)

A informação relativa ao número de processos de estabelecimentos industriais e explorações de massas minerais (pedreiras), que esteve na origem do Gráfico 2.1 permite-nos observar um decréscimo em relação ao ano de 2002, que se estima em 5%.

Esta realidade pode deixar perceber que a retoma da economia ainda não chegou, pelo menos à área da actividade industrial, dada a enorme descida do número de novos processos acima registada.



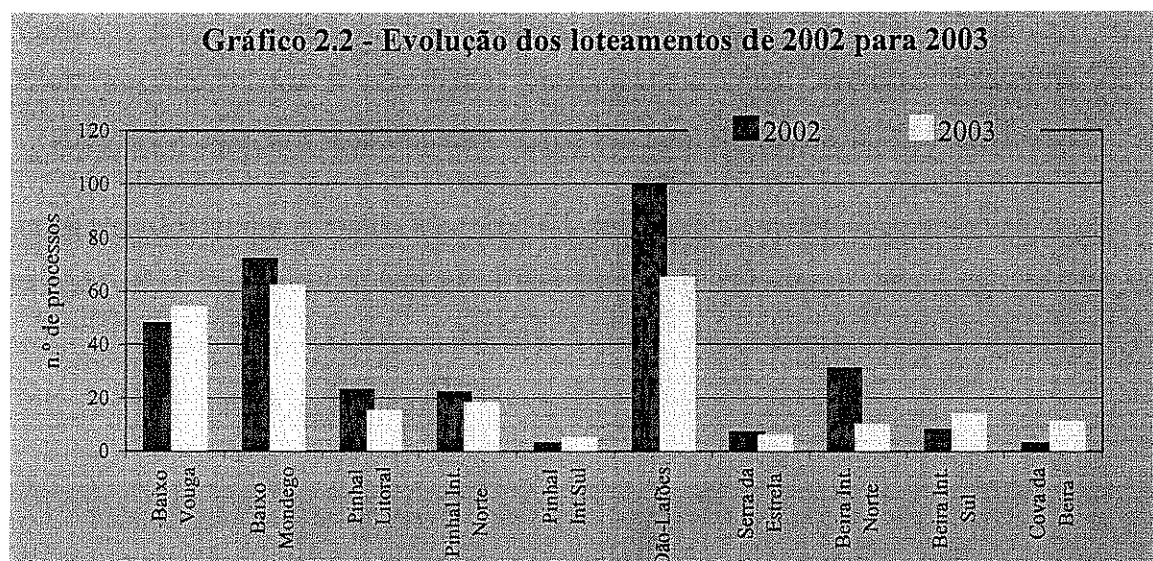
Contudo, a estes dados não podemos deixar de observar o facto de a legislação sobre o licenciamento da actividade industrial ter sido totalmente alterada durante o decorrer do ano transacto, tendo já vigorado durante mais de metade do ano a nova legislação, que esperamos venha a dar os frutos desejados, mas que ainda, não é perceptível, quiçá porque ainda está numa fase de implementação e experimentação.

No que concerne especificamente às competências da DSGT/DUSQU em matéria de localização de unidades industriais, foram realizadas diversas reuniões com os requerentes (para esclarecimentos quanto à tramitação de processos e para audição dos interessados ao abrigo dos Artigos 100º e 102º do Código de Procedimento Administrativo).

## 2.2 – Loteamentos

O Gráfico 2.2, relativo ao número de processos de loteamento recebidos/analísados, permite constatar uma significativa diminuição do número de alvarás de loteamento do ano de 2002 para o ano de 2003, que se estima em 39%.





Da análise da informação presente no Gráfico 2.3 podemos ainda salientar, em relação aos dados do ano anterior um forte decréscimo do número de alvarás recebidos e/ou analisados, que se estima em 54%.

**Quadro 2.4 - Movimento de alvarás de loteamento analisados/recebidos ao longo de 2003**

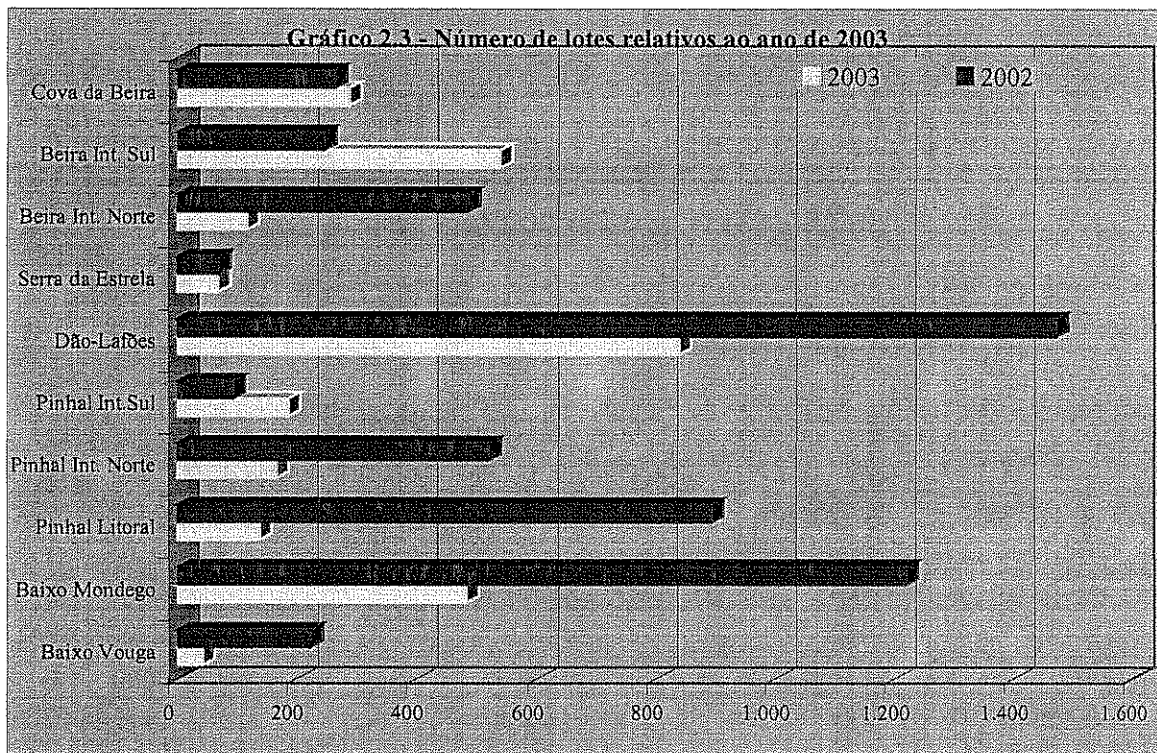
NUT III	N.º de alvarás	N.º total de lotes	Área total de	
			lotes (m <sup>2</sup> )	terreno (m <sup>2</sup> )
Baixo Vouga	8	42	52.357	57216,8
Baixo Mondego	43	483	358.732	530292,2
Pinhal Litoral	8	138	101.597	278080
Pinhal Int. Norte	19	167	216.865	455069,1
Pinhal Int. Sul	12	186	141.396	238738
Dão-Lafões	81	839	843.015	2181406
Serra da Estrela	9	69	64.456	178226
Beira Int. Norte	18	117	72.546	245896
Beira Int. Sul	14	538	1.044.473	1694304
Cova da Beira	19	288	120.462	320432,2
<b>Região Centro</b>	<b>231</b>	<b>2.867</b>	<b>3.015.898</b>	<b>6.179.660</b>

Da análise da informação presente no Quadro 2.4 podemos salientar, em relação aos dados do ano anterior, o seguinte:

- O lote médio tem a dimensão de 1052m<sup>2</sup> (contra 625m<sup>2</sup> em 2002).

- Em 2003, a área não afectada a lotes (parcelas remanescentes e espaços verdes, de utilização colectiva, para equipamentos, circulação e estacionamento público), representa 51% da superfície total dos terrenos envolvidos (contra 60% em 2002);

Da análise da informação presente no Gráfico 2.3 podemos salientar, em relação aos dados do ano anterior, um ligeiro decréscimo do número de lotes, que se estima em 52%, passando a razão “número de lotes por loteamento” de 12,9 (em 2002) para 12,4 em 2003;



Durante o ano de 2003, foram ainda detectadas diversas irregularidades em alvarás de loteamento e encetadas diversas diligências, nomeadamente com pedidos de esclarecimentos às respectivas Câmaras Municipais, seguindo-se diversas acções no âmbito do Despacho SEAOT n.º 16426/2002, de 25 de Julho, publicado no Diário da República, II Série, na fiscalização e na detecção de violações e infracções e na actuação concreta nos casos detectados.

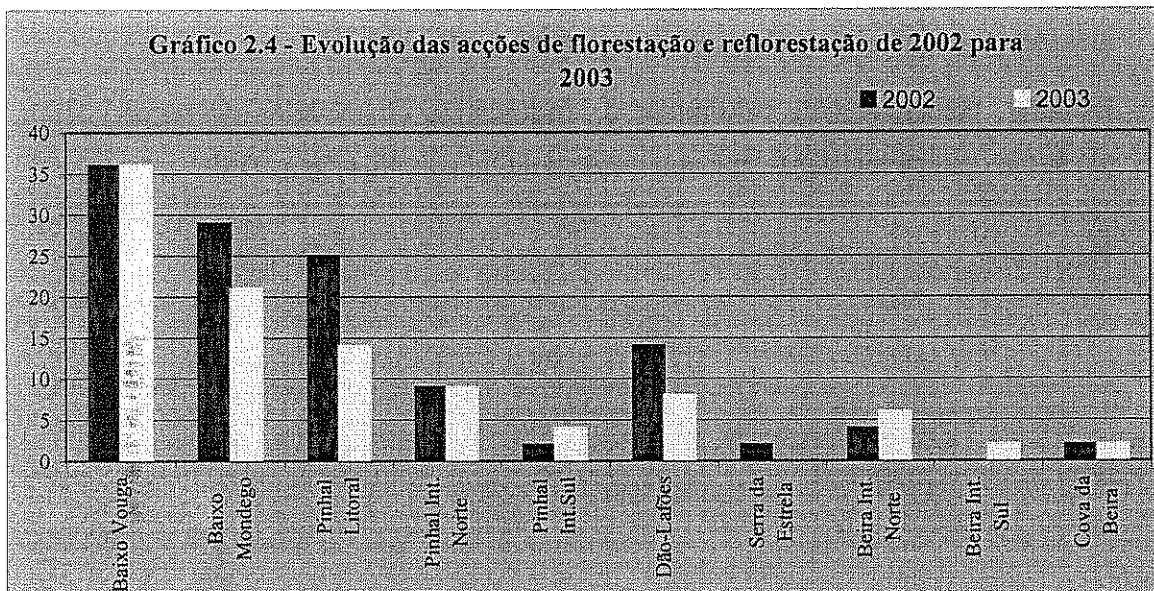
### 2.3 – Acções de florestação e reflorestação

A análise do Gráfico 2.4 por NUT, mostra a evolução dos pedidos de parecer sobre acções de florestação/reflorestação do ano de 2002 para o ano de 2003 e revela que houve uma

diminuição do número total de pedidos.

Mostra ainda o referido gráfico que é na zona correspondente à sub-região do Baixo Vouga que, no ano de 2003, ocorreram mais pedidos. A seguir vêm as sub-regiões do Baixo Mondego e do Pinhal Litoral.

Contudo, não se pode, concluir a partir destes números, que foi nestas zonas que houve lugar a mais intervenções deste tipo. Com efeito, os pareceres sobre esta matéria não são obrigatórios, nem sequer vinculativos.



## 2.4 – Outras Actividades

Para além das actividades já referidas, importa destacar um conjunto de outras acções, como sejam:

- A colaboração na avaliação de projectos sujeitos a procedimento de avaliação de impacte ambiental;
- A realização de diversas reuniões com os requerentes, na área da gestão urbanística (para esclarecimentos quanto à tramitação de processos e para a audição dos interessados, ao abrigo dos artigos 100.º e 102.º do CPA);
- A colaboração na emissão de pareceres sobre acções de prospecção e pesquisa de recursos geológicos;

- Dar apoio à formação profissional de jovens licenciados através da criação de condições para a realização de estágios profissionais a fim de que alguns tivessem a oportunidade de realizar estágios e beneficiarem do necessário acompanhamento técnico-pedagógico imprescindível à concretização dos seus objectivos de formação específicos. Esta medida, abrange o Arquitecto Pedro Ribeiro Manso Tavares Rodrigues, licenciado em Arquitectura pela Escola de Tecnologias Artísticas de Coimbra (ARCA-ETAC);
- Promover e realizar reuniões/contactos com as DSR, de forma a acertar procedimentos e esclarecer eventuais dúvidas que existam em relação aos assuntos que são do âmbito das competências atribuídas a esta Divisão;
- Elaborar, actualizar e/ou reformular os formulários ou modelos de requerimento, tendo em conta a legislação aplicável, com a devida divulgação às DSR.

## V - PROGRAMA DE EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA. SUB-PROGRAMA 1 (EQUIPAMENTO ASSOCIATIVO)

O Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva consubstancia-se no acompanhamento da evolução dos empreendimentos desde a sua fase de candidatura a eventual inclusão em PIDDAC e conseqüente comparticipação, até à recepção definitiva dos trabalhos que lhe dizem respeito, passando por todas as fases intermédias que conduzem à aprovação pela Administração Central dos projectos de execução, lançamento da obra, execução dos trabalhos e seu acompanhamento físico e financeiro.

Parte importante da actividade relativa a este Programa, consiste na prestação de apoio e esclarecimentos às Entidades Promotoras dos equipamentos. Para tal, é necessário analisar o pedido e então seleccionar o meio mais adequado de resposta ao caso em apreço, privilegiando-se o contacto pessoal na fase de recepção de candidaturas e, sempre que possível e/ou necessário, a visita aos empreendimentos em todas as suas fases.

Outro aspecto importante que será de realçar, consiste no papel desempenhado como “intermediário” entre os Serviços Desconcentrados da Administração e Entidades Promotoras, e a Administração Central (sendo de destacar as Entidades Sectoriais que se pronunciam sobre os projectos, e a DGOTDU).

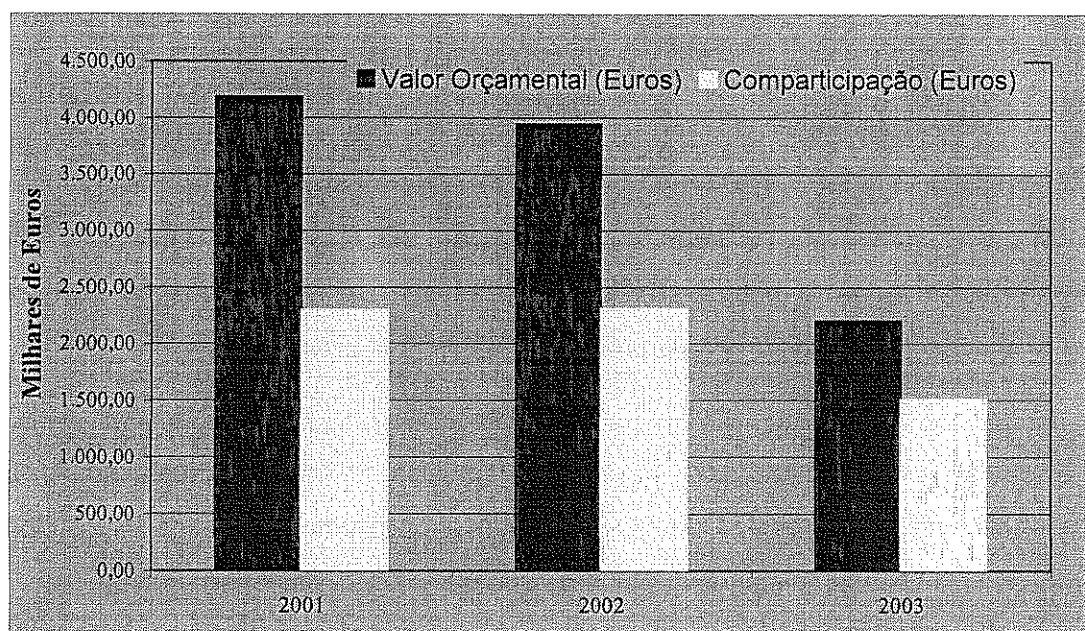
### 1. Obras

Durante o ano de 2003 foi feito o acompanhamento quer físico quer financeiro das 7 obras em curso, correspondendo-lhes um valor orçamental global de 2.206.739,00 € e uma comparticipação global de 1.507.968,00 €.

Quadro 3.1 – Obras em curso no ano de 2003, comparativamente com anos anteriores

	Valor Orçamental (Euros)	Comparticipação (Euros)	Taxa de Comparticipação (%)
2001	4.187.184,00	2.297.553,00	54,9
2002	3.944.000,00	2.310.118,00	58,6
2003	2.206.739,00	1.507.968,00	68,3

Gráfico 3.1 – Obras em curso no ano de 2003, comparativamente com anos anteriores



## 2. Candidaturas

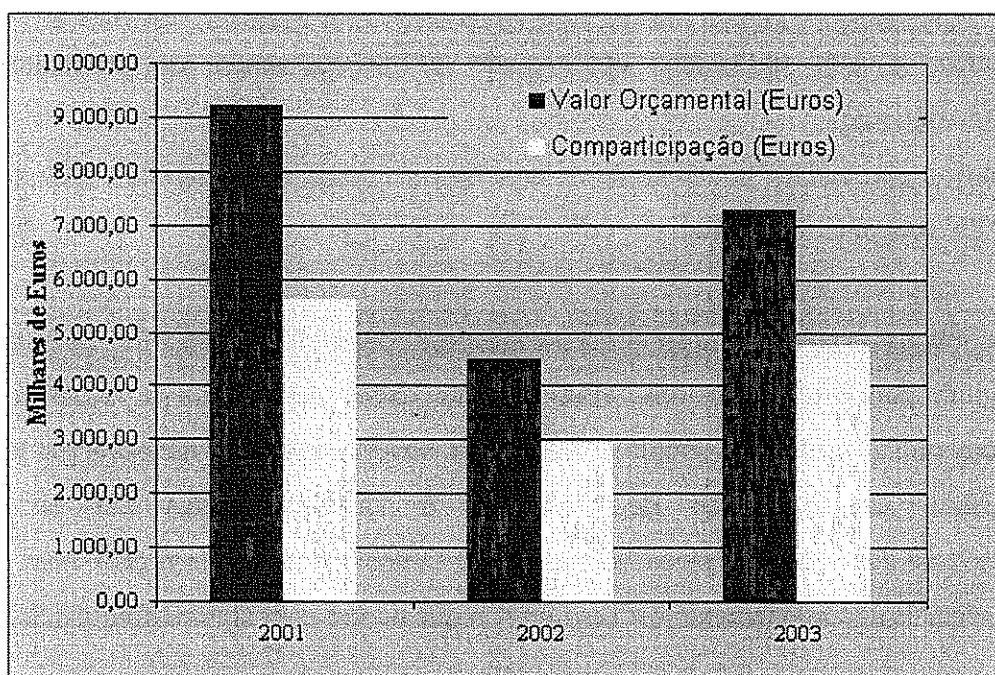
Em consequência da publicação do Despacho n.º 7187/2003, de 11 de Abril, foram devolvidas às entidades petionárias todas as candidaturas então em vigor, por forma a poderem ser reformuladas em conformidade com o disposto no referido despacho.

Durante o ano de 2003 foram apresentados 19 processos de candidatura, a que corresponde um valor orçamental global de 7.277.789,00 €, e uma participação global de 4.749.813,00 €.

Quadro 3.2 – Valores das candidaturas apresentadas desde 2001

	Valor Orçamental (Euros)	Comparticipação (Euros)	Taxa de Comparticipação (%)
2001	9.205.794,00	5.620.804,00	61,1
2002	4.512.299,00	2.918.348,00	64,7
2003	7.277.789,00	4.749.813,00	65,3

Gráfico 3.2 – Valores das candidaturas apresentadas desde 2001



### 3. Realização financeira

Face ao enorme esforço desenvolvido na tarefa de reforçar o acompanhamento físico e financeiro das obras, no ano de 2003 prevê-se que seja alcançado um nível de realização financeira do PIDDAC atribuído à CCDR Centro para o Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva de cerca de 100 %.

## VI - PROCESSO DE REDELIMITAÇÃO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

No âmbito das suas competências, DSGT adquiriu novas tecnologias digitais e criou um grupo de trabalho com o objectivo principal de desenvolver, para a Região Centro, a revisão da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN), em sintonia com o processo de revisão dos PDM. Pretende-se essencialmente:

- desenvolver uma maior intervenção e controlo por parte da CCDR Centro, tendo em vista a centralização do processo de revisão das delimitações já publicadas;
- uniformizar os procedimentos e critérios de elaboração e apresentação das delimitações;
- dotar o processo de revisão da REN de componentes de modernidade que permitam potenciar a sua utilização, optimizando e racionalizando os procedimentos administrativos;
- permitir a permanente actualização de uma base de dados alfanumérica e cartográfica da REN concelhia e regional.

Uma das inequívocas vantagens deste processo é a produção de Cartas da REN revistas em formato digital, permitindo constituir uma base de dados actualizada e actualizável a qualquer momento. A título de exemplo refiram-se os benefícios que tal metodologia poderá trazer, aquando da introdução de alterações à REN realizadas em sede da elaboração/revisão/alteração de Planos Municipais de Ordenamento do Território, bem como de Planos Especiais de Ordenamento do Território, o que ocorre com alguma frequência.

O processo é desencadeado logo que é dado conhecimento aos serviços do início da revisão do PDM, ou na primeira reunião da Comissão Mista de Coordenação, sendo de imediato oficiada a Câmara Municipal de que a CCDR Centro vai, no âmbito das suas competências, proceder à revisão da Carta da REN respectiva, tendo em vista a sua integração na Planta Actualizada de Condicionantes do PDM. Tem sido prática corrente destes Serviços a promoção de reuniões conjuntas parcelares, com a presença das Autarquias, da CCDR Centro e de outras entidades da Administração Central, cuja participação seja relevante face às matérias em análise e implicações da revisão do plano, por forma a garantir que a revisão da delimitação da REN seja um processo concertado e dialogado, e assim aceite pelas diversas entidades envolvidas.



A proposta de delimitação da “REN Bruta”, em formato digital, inicia-se logo que a Câmara Municipal disponibilize a cartografia de base sobre a qual vai desenvolver os estudos de revisão do PDM, normalmente cartografia à escala 1 / 25 000 do Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) ou cartografia promovida pelas autarquias (frequentemente levantamentos à escala 1 / 10 000).

A equipa de trabalho da Direcção de Serviços de Gestão Territorial procede a uma análise da cartografia vectorial, de modo a detectar possíveis erros subjacentes a este tipo de cartografia digital.

A metodologia e os procedimentos usados no processo de delimitação dos diferentes ecossistemas da REN tem como base critérios científicos testados, recorrendo ao uso das melhores técnicas disponíveis e ao máximo de informação possível. Para cada proposta de revisão da delimitação da REN é elaborado um relatório técnico explicativo da metodologia seguida para a delimitação dos diversos sistemas biofísicos, e quantificadas as respectivas áreas.

É com base nesta nova proposta de “REN Bruta” que a Câmara Municipal dá continuidade ao processo de revisão do PDM e promove o processo de exclusão de áreas da REN, caso se justifique, em função das novas propostas de ordenamento do território.

No âmbito da redelimitação da REN, para o ano de 2003, foram entregues às Câmaras Municipais 9 cartas da “REN Bruta”, 16 encontram-se em fase de elaboração e 13 a aguardar a entrega de cartografia com a qualidade necessária para dar início ao processo.

## VI – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Concluída a análise específica para cada uma das áreas funcionais, importa agora sintetizar os aspectos positivos e negativos e inventariar as necessidades com vista à promoção da melhoria do funcionamento dos serviços.

Como **aspectos positivos** na DSGT, recentemente conquistados, salientam-se:

- Dotação em material informático (*hardware* e *software*) em quantidade e qualidade para fazer face, pelo menos a curto/médio prazo, às necessidades da DSGT, quer face às actuais competências atribuídas, quer aos recursos humanos disponíveis. Atente-se, no entanto, que os recursos humanos são escassos, conforme se referirá adiante, pelo que o necessário reforço com um corpo técnico minimamente capaz de responder com eficácia, nomeadamente, ao esforço crescente de acompanhamento da 2ª geração de PDM exigirá, paralelamente, a disponibilização de equipamento informático para esses técnicos. De igual modo a alteração orgânica prevista, face a novas competências, poderá exigir a necessária transferência de equipamento de outras áreas funcionais ou reequacionar a aquisição de equipamento adicional.
- A optimização do processo de redelimitação da REN, actualmente já em “velocidade de cruzeiro”, e que tem vindo a ser desenvolvido em estreita articulação com as Câmaras Municipais, as quais têm sido envolvidas no processo desde a fase inicial (análise da cartografia), passando pela delimitação de alguns ecossistemas, como seja o caso das áreas ameaçadas pelas cheias. Saliente-se que este processo tal como tem vindo a ser implementado é único nas várias CCDR, já que todo o processo é executado nos serviços.
- A consolidação do apoio jurídico a esta DSGT em matéria de ordenamento do território e urbanismo, que tem vindo a ser prestado pela Direcção Regional da Administração Local, e que vem colmatar uma falha que durante algum tempo não permitiu uma devida apreciação dos processos, com particular destaque para os instrumentos de gestão territorial, com implicações negativas *a posteriori*, em fase de registo ou ratificação dos planos.

## Pontos fracos

- Falta de pessoal técnico com formação específica em matéria de ordenamento do território e urbanismo (saliente-se que o quadro técnico da DSGT não integra qualquer elemento com formação específica nesta área) para, designadamente:
  - Responder de forma eficaz ao desafio, já em curso, que constitui a 2.ª geração de PDM; saliente-se que neste momento encontram-se em fase de revisão 57 PDM;
  - Acompanhamento da revisão e/ou elaboração, igualmente em curso, dos Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas e de Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas;
  - Acompanhamento da previsível revisão do POOC Ovar-Marinha Grande;
  - Acompanhamento dos estudos em curso de elaboração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
  - Colaboração nos estudos em curso para a elaboração do PROT;
  - Elaboração de estudos em matéria de ordenamento do território e do urbanismo que não têm vindo a ser executados face ao diminuto quadro de pessoal já de si deficiente para fazer face às solicitações diárias;
  - Promover e cultivar a qualidade do apoio técnico e institucional às Câmaras Municipais, privilegiando contactos mais estreitos em detrimento de tramitações procedimentais frequentemente burocráticas, longas e por vezes com pouca eficácia prática.
- O atendimento ao público, carece de ser melhorado, designadamente através da dotação de um técnico superior especificamente para estas funções, bem como a criação de um espaço específico para tal efeito, devidamente equipado, e que proporcione ao cidadão comum, ou a entidades que recorrem aos serviços, a prestação das informações desejadas com a qualidade e celeridade adequadas.
- Desinvestimento que se tem vindo a verificar na formação dos funcionários em geral, nas respectivas áreas. Saliente-se que grande parte da legislação actualmente em vigor em matéria de gestão territorial é recente, de tal modo que um dos principais diplomas, o DL 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo DL 310/2003, de 10 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, não se encontra ainda regulamentado, razão pela qual permanecem muitas questões em aberto, as quais sendo frequentemente discutidas em seminários/conferências/colóquios, não são participadas pelos técnicos desta DSGT. Embora se compreenda as graves restrições orçamentais e a necessidade da

diminuição nas despesas correntes, a formação profissional é sem dúvida um investimento no futuro, que importa não descurar.

Assim, e uma vez identificados os pontos fortes e fracos no funcionamento destes serviços, identificam-se de seguida alguns aspectos considerados relevantes quanto aos meios necessários:

- **Equipamento informático** – A candidatura de projectos a financiamento comunitário veio criar as condições para encetar o processo de modernização de todo o equipamento informático da DSGT podendo considerar-se, e face a novas sinergias resultantes da fusão DRAOT/CCRC, que a este nível, uma vez adquirido todo o equipamento no âmbito do projecto de SIG, a DSGT atingirá um nível de modernização nesta área bastante razoável. Necessário se torna, no entanto, que toda a informação digitalizada que actualmente se encontra dispersa por várias Direcções de Serviços seja centralizada, organizada, e colocada ao dispôr das várias componentes funcionais da CCDR. Importa no entanto não descurar, face a novas competências que se avizinham no âmbito da orgânica das CCDR, que esta área poderá, eventualmente ter de ser reequacionada;
- **Pessoal Técnico Superior** – Para assegurar minimamente o normal funcionamento dos serviços das duas Divisões, seria essencial:
  - DOT - três técnicos superiores com formação na área do ordenamento do território e urbanismo; saliente-se que do quadro de técnicos desta Divisão nenhum tem formação de base nesta matéria;
  - DUSQU - dois técnicos superiores com formação na área do ordenamento do território e urbanismo.

Para além dos técnicos a afectar às duas divisões, e tendo presente que existem áreas directamente dependentes do Director de Serviços, designadamente o processo de delimitação da REN ou o atendimento ao público, importa salientar as carências a este nível que seriam colmatadas com pelo menos um técnico superior com conhecimento em SIG, e um técnico superior para atendimento ao público.

- **Pessoal Técnico ou Técnico/profissional** – o esforço que tem vindo a ser desenvolvido no sentido da digitalização da vasta informação disponível em matéria de ordenamento do território, que exige uma actualização constante, corre o risco de

não ter continuidade uma vez concluídas as aquisições de serviços celebradas no âmbito dos projectos candidatos a financiamento comunitário. Não poderemos deixar de reforçar que os SIG constituem uma ferramenta fundamental, mesmo indispensável nesta área do conhecimento. O normal funcionamento dos serviços nesta área ficaria minimamente assegurado com dois técnicos com formação na área de SIG.

- **Pessoal Administrativo** - ao nível do pessoal administrativo, as perspectivas não são animadoras a médio prazo, devido à elevada faixa etária de alguns funcionários que se tem traduzido em situações de baixa médica com relativa frequência, encontrando-se alguns à beira da reforma. Os serviços mínimos seriam assegurados com, pelo menos, um técnico administrativo com conhecimentos na área de informática.
- **Ações de formação** - Participação do pessoal técnico e técnico superior em acções de formação nas respectivas áreas técnicas, bem como participação dos funcionários em geral em acções de formação por forma a retirar o melhor partido das potencialidades inerentes às novas tecnologias informáticas em particular dos SIG, entretanto disponibilizadas, sob pena de se possuir a informação e a mesma não vir a ser utilizada;
- **Instalações** – A retirada à DSGT de duas salas no início de 2002, implicou uma elevada concentração de técnicos por gabinete (vários gabinetes com quatro técnicos) o que literalmente constitui um óbice à colmatação das carências de técnicos acima referida já que praticamente não há espaço para instalar mais funcionários. De igual forma o Arquivo dos Serviços, instalado no mesmo piso já não comporta mais processos, começando os mesmos a ser arquivados no Gabinete contíguo, onde para além de máquinas de cópias de grandes formatos, impressoras e arquivos se encontram dois funcionários.
- **Atendimento ao Público** – Criação de uma espaço adequado, e devidamente equipado, para atendimento ao público, já que nesta área é frequente a consulta directa aos serviços por parte de particulares ou de entidades públicas ou privadas, para a prestação de esclarecimentos diversos, quer para a consulta de processos em fase de apreciação nos serviços.



**DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DO LITORAL, DA CONSERVAÇÃO DA  
NATUREZA E DE INFRAESTRUTURAS**

**Director de Serviços: Engº Mota Lopes**

**Divisão do Litoral e Conservação da Natureza**

**Chefe de Divisão: Dr. António Martins**

**Divisão de Infraestruturas**

**Chefe de Divisão: Engº Santos Costa**

## 1. Introdução

O Decreto Lei nº 127/2001 de 17 de Abril estabelece que a Direcção de Serviços do Litoral, da Conservação da Natureza e de Infra-estruturas (DSLKNIE) assegure as competências da DRAOT Centro relativas à componente do Litoral, Conservação da Natureza e Infra-estruturas.

A DSLKNIE e as suas duas Divisões, a Divisão do Litoral e Conservação da Natureza (DLKN) e a Divisão de Infra-Estruturas (DIE), enfermam de profundas carências em termos técnicos (ver Quadro I), administrativos e logísticos, pois:

- Apenas possui um administrativo de apoio à direcção e a uma das duas chefias;
- Não existe nenhum técnico superior do quadro no sector da Conservação da Natureza;
- Existe apenas um técnico superior do quadro no sector do litoral;
- No sector da topografia o responsável pela execução da maioria dos levantamentos passou entretanto à reforma;
- Os meios afectos à Divisão de Infra-estruturas são desproporcionados face à extensão da rede hidrográfica, salientando-se a saída durante este ano de 3 técnicos superiores: uma engenheira transitou para a DSMA, um engenheiro passou a assumir a chefia do GIDC e uma outra engenheira passou à reforma;
- Chegam a haver salas pequenas com 4 técnicos, uma das quais é partilhada com o chefe de divisão da DLKN.



**Quadro I – Quadro de Pessoal e colaboradores da DSLCNIE.**

NOME	CATEGORIA	OBSERVAÇÕES
<b>Chefias</b>		
António Alfredo da Silva Mota Lopes	Director de Serviços	do Quadro
António Manuel de Almeida Martins	Chefe de Divisão - DLCN	do Quadro
João Santos Costa	Chefe de Divisão - DIE	do Quadro
<b>Litoral</b>		
Maria Margarida Mira do Rosário Nunes	Técnico Superior de 1ª classe	do Quadro
Helena Cristina Alcoforado Duarte	Licenciada	Sem vínculo
Pedro Manuel dos Santos Raposo	Licenciado	Sem vínculo
Teresa Margarida Marques de Carvalho	Licenciada	Sem vínculo
Paulo Jorge dos Santos Branco Caridade	Técnico Profissional de SIG	Sem vínculo
Ana Cristina Correia Ferreira da Silva	Técnico Profissional	Sem vínculo
<b>Conservação da Natureza</b>		
Maria Helena S.F.C.Pimentel	Licenciada	Sem vínculo
José Miguel dos Santos Lopes Raposo	Licenciado	Sem vínculo
Raquel de Amaral A.L. Campos Alves	Licenciada	Sem vínculo
Susana M.Mendes Silveira	Licenciada	Sem vínculo
Silvia Margarida Carvalho Raimundo	Lenciada	Estágio IEFP
Miriam Sofia Machado da Silva	Lenciada	Estágio de licenciatura
<b>Infra-Estruturas</b>		
Ana Maria Guerra Pinto	Assessora Principal	Reformada em 9/2003
António Pedro B. Mendes Pereira	Técnico Superior de 1ª Classe	do Quadro
Isabel C. Leite da Rosa Pinheiro	Técnico Superior de 1ª Classe	do Quadro, transitou para a DSGA
Nelson Manuel L. Pereira da Silva	Técnico Superior de 1ª Classe	do Quadro
Nuno Luís Rodrigues Bravo	Técnico Superior de 1ª Classe	do Quadro, tranitou para o GIDC
Raquel Sofia Maças Ramos Dolgner	Licenciada	sem vínculo
Francisco Alberto Teixeira da Costa	Licenciado	sem vínculo Estágio de Licenciatura
João Pedro Miranda Braga	Licenciado	sem vínculo Estágio de Licenciatura
Amílcar Manuel Ventura Roque	Desenhador Especialista Principal	do Quadro
António Joaquim de Carvalho	Técnico Prof. Especialista Principal	do Quadro
Manuel Mateus da Cruz Pimenta	Topógrafo Especial Principal	Reformado em 1/4/03
Gaspar da Costa Sobral	Topógrafo Especial	do Quadro
José Carlos Ferreira Carvalho	Técnico Profissional de Topografia	Sem vínculo
Telma Patrícia Simões Graça	Técnica Profissional de Topografia	Sem vínculo
Paulo Jorge Simões Mendes	Técnico Profissional de SIG	Sem vínculo
Maria dos Anjos Fragoso*	Assistente Administrativo Especial	do Quadro
Paulo Jorge Monteiro Carreiró	Assistente Administrativo	do Quadro
José Alberto Maleiro Travassos	Carpinteiro Principal	do Quadro
Leonel da Costa Ramalho	Cantoneiro	do Quadro
Licínio dos Santos	Cantoneiro	Reformado em Set. 2004
<b>Apoio a toda a DSLCNIE</b>		
Rodrigo Filipe Dias Ferreira	Técnico Prof. (licenciado em 7/03)	do Quadro
Carlos Albero Rodrigues da Cunha	Desenhador Especialista	do Quadro
Maria da Graça Cortesão Coutinho	Assistente Administrativo Principal	do Quadro
Edmea Teresa Reis Silva	Vigilante da Natureza Estagiária	do Quadro

Entre Janeiro e Dezembro de 2003 deram entrada na DSLCNIE 869 processos (379 de Infra-estruturas, predominantemente com incidência na rede hidrográfica e saneamento básico; 192

respeitantes ao Litoral, não se encontrando contabilizado neste valor a gestão de uma centena de processos com licenças decorrentes de anos anteriores, 89 respeitantes à Conservação da Natureza; e 212 de carácter geral).

Nesse período a DSCLNIE, arrecadou 127.783,90 Euros respeitante fundamentalmente a: licenciamento e taxas de ocupação do Domínio Público Marítimo, emissão de Certidões de Incidências Ambientais no sector florestal; pareceres diversos e cadernos de concursos.

No que respeita ao pessoal, importa alertar que praticamente 50% dos colaboradores da Direcção de Serviços tem um regime precário, o que cria uma elevada instabilidade na produtividade dos serviços, instabilidade esta que cresce sempre que os contratos se aproximam do seu final e há a necessidade de proceder aos necessários reforços. A título de exemplo, importa referir que todos os colaboradores afectos à Conservação da Natureza e cinco dos seis elementos que integram o grupo do litoral não têm vinculo à administração e estão e situação precária.

Importa também referir a repercussão que tem nos trabalhos desta Direcção de Serviços, as carências registadas:

- no Gabinete Jurídico, face à sua real falta de capacidade para dar resposta em tempo útil aos inúmeros processos de contra-ordenação que surgem e aos conflitos que envolvem contencioso em Tribunal;
- nas Divisões Sub-regionais que têm sobretudo incidência no apoio aos pareceres em projectos que incidam sobre a rede hidrográfica e nos escassos meios afectos à fiscalização.

Acresce a dispersão física dos serviços, com destaque para os serviços afectos à gestão do regime hídrico que exigem uma estreita articulação com outras Direcções, muito particularmente com a Divisão do Domínio Hídrico da Direcção de Serviços de Gestão Ambiental, no “Edifício da Rodoviária”, com as acções que envolvam REN integrados na Direcção de Serviços de Gestão Territorial, que se encontra no Edifício da sede da CCDRC e, com a Divisão de Serviços de Monitorização Ambiental, muito particularmente no que respeita ao Laboratório, nos anexos ao edifício da antiga Fábrica dos Mirandas. Tal situação, para além de obrigar a uma maior morosidade no tratamento dos processos que envolvam a

articulação com todos estes serviços, e que são a grande maioria dos processos, gera por vezes desarticulações.

Num outro plano, importa realçar:

- as reais dificuldades sentidas na aplicação do POOC Ovar Marinha Grande que, não obstante ser um Plano Especial de Ordenamento que vincula o público e o privado, teve o parecer favorável por parte das diversas entidades que participaram na sua Comissão de Acompanhamento e foi objecto de inquérito público, tem sido objecto de constante contestação, por parte de autarquias e privados, que dificultam o cumprimento da lei, sendo que a resolução de algumas matérias extravasa a competência dos serviços;
- a dispersão dos serviços da Água por três Direcções de Serviços distintas (DSGA, DSMA e DSLCNI);
- na área da Conservação da Natureza, a ausência a nível nacional de uma efectiva estratégia de descentralização de competências e/ou de participação/colaboração das ex- DRAOT nas acções previstas no âmbito da Rede Natura (tal como previsto no DL 140/99 de 24 de Abril e na própria orgânica das ex-DRAOT) o que leva a que as efectivas competências legais destes serviços se resumam às acções de fiscalização e ao simples encaminhamento para o ICN dos projectos abrangidos pela Rede Natura. Tal postura retira sinergias e oportunidades, não obstante os esforços desenvolvidos para o desenvolvimento de acções estruturantes neste sector, muito particularmente em projectos em apoio com as autarquias e na preservação das galerias ripícolas nos projectos desenvolvidos no âmbito da intervenção da rede hidrográfica;
- Ao nível do Litoral, de referir a recente transferência de algumas competências do Litoral do INAG para o ICN, eu não deverá descurar a coordenação e articulação de procedimentos a nível nacional, com particular destaque para a operacionalidade das necessárias intervenções de emergência no litoral, face à real vulnerabilidade da costa da Região Centro a galgamentos marinhos, e às intervenções pelo menos estruturantes que se julga urgente implementar;
- o Projecto Rivfunction, projecto internacional e inovador na avaliação da qualidade do meio hídrico e da qual a CCDRC é parceira e que teve dificuldades de implementação devido a limitações nos critérios de orçamentação nacional, e que prejudicou a imagem dos serviços e do parceiro nacional, que é a Universidade de Coimbra, face à perda de

oportunidade da integração de uma base de dados que implicava a contratação de um consultor canadiano.

Por fim, julga-se de referir neste ponto algumas acções executadas ou em curso, consideradas estruturantes e/ou inovadores e que se pretende que venham a ter repercussões positivas no funcionamento dos serviços, na sua imagem para o exterior e mesmo ao nível regional e nacional:

- a elaboração do documento “O Litoral da Região Centro de Portugal – Um caso Preocupante de Risco e de Perda de Território”, que aponta propostas de actuação que ultrapassam as competências do próprio MCOTA, mas que carece da devida articulação sectorial por forma a dar resolução à grave situação que se vive em alguns troços costeiros da Região Centro;
- os projectos de Conservação da Natureza desenvolvidos numa óptica que se considerada pioneira, num contexto de promoção e utilização sustentável de espaços naturais tendo por base o envolvimento de novos actores (designadamente autarquias locais, organizações não governamentais e entidades científicas) e que motivou o aparecimento de cerca de 1 dezena de projectos em vários pontos da região, assegurados directamente por autarquias e que permitirá a utilização sustentável deste espaços tendo por base o património natural que encerram;
- o projecto Hidrogest-Ceira que decorre da implementação de medidas de acções propostas no âmbito do Plano de Bacia Hidrográfica do rio Mondego, efectuada em articulação com o Chefe de Divisão do Gabinete de Informação, Documentação e Comunicação, em fase de desenvolvimento. Esta acção envolve duas componentes: uma base de dados de apoio à gestão e à tomada de decisões, dirigida predominantemente para as utilizações do domínio hídrico; e o desenvolvimento de uma aplicação de modelos geo-hidrológicos de determinação de caudais extremos para diferentes probabilidades de ocorrência e delimitação de áreas inundáveis, em articulação com o INAG, e que se pretende alargada a toda a região, pois trata-se de instrumento essencial para apoio à decisão, seja na área de execução de projectos e emissão de pareceres, em acções concertadas com a protecção civil, no apoio ao ordenamento do território, etc.
- a Candidatura ao QCAIII, “Reforço das capacidades de gestão, monitorização e de fiscalização no âmbito do POOC Ovar-Marinha Grande”, apresentada à unidade de gestão do PORC e já homologada, acção esta que se articula com uma intervenção

mais abrangente do GIDC, e que visa, no âmbito das acções previstas no POOC, dotar as divisões sub-regionais do litoral (Aveiro e Leiria) de modernos meios informáticos e de apoio à fiscalização e reforçar os meios já existentes nos serviços centrais para apoio à monitorização, à fiscalização e no suporte a pareceres através de novas tecnologias de informação;

- o projecto “Optimização de Sistemas de Tratamento de Águas Residuais por Plantas Hidrófitas”, financiado no âmbito do QCAIII, com carácter estruturante devido ao facto de pretender monitorizar, acompanhar e ajustar uma tecnologia que carece da devida adaptação às características edafoclimáticas locais, tendo em vista a optimização quer dos sistemas já implementados quer a implementar, na sua grande maioria por iniciativa das autarquias, e que tem efectivos potenciais de aplicação em aglomerados urbanos de pequena ou reduzida dimensão, estimando-se a aplicabilidade destes sistemas a cerca de 1950 aglomerados, que perfazem um total populacional de 420.000 habitantes, o que corresponde a cerca de 25% da população da região, experiência esta porventura extrapolável para outras regiões do país.
- a aquisição de meios para aplicação de Sistemas de informação Geográfica e modernos sistemas aplicados à topografia (um GPS RTDK e uma Estação Total) e que associada a uma aposta de formação de jovens, permite ter um rendimento que se pode considerar excelente no apoio a trabalhos e projectos desenvolvidos pelos serviços;
- a introdução de pequenos GPS associado a um pequeno computador (“pocket PC”) que permite trabalhar com informação cartográfica geo-referenciada e de inequívoco interesse para apoio à fiscalização, para fundamentar pareceres técnicos e apoio a projectos na sequência de visitas de campo.

De seguida passa-se a enumerar a actividade desenvolvida pela DSLCNI no ano de 2003.

## **2. Litoral**

No que respeita à orla costeira, cujos trabalhos têm sido desenvolvidos sob a orientação directa do Director de Serviços, deram entrada 192 processos respeitantes ao litoral, não se encontrando contabilizado neste valor a gestão de uma centena de processos com licenças decorrentes de anos anteriores. No âmbito das actividades desenvolvidas no presente ano destacam-se as seguintes acções:

## 2.1 Gestão do POOC Ovar Marinha Grande (RCM 140/2000 de 20 de Outubro)

Neste domínio foi desenvolvido um conjunto de actividades, onde se destaca:

- Licenciamento de actividades diversas no Domínio Público Marítimo (DPM), (no âmbito do D.L. 468/71, de 5 de Novembro; D.L. 46/94, de 22 de Fevereiro; D.L. 309/93, de 2 de Setembro) e na área de influência do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Ovar-Marinha Grande (R.C.M. 142/2000 de 20 de Outubro).
- Análise técnica de processos e emissão de pareceres relativos a ocupações do DPM, e Zona Terrestre de Protecção do POOC Ovar Marinha Grande e gestão e monitorização dos Planos de Praia.
- Instrução de 21 processos de demolições no DPM nos termos previstos no POOC Ovar-Marinha Grande.
- A instrução, em articulação com o Gabinete Jurídico de 4 processos de demolições no DPM nos termos previstos no POOC Ovar-Marinha Grande, tendo até agora apenas sido concretizada uma.
- Transitou do ano anterior a instrução de 3 processos de demolição no DPM nos termos previstos no POOC Ovar-Marinha Grande, que estão em situação de contencioso nos Tribunais ou com recursos hierárquicos aguardando-se a sua resolução (uma habitação e um apoio de Praia na Praia de Mira, um Equipamento na Marginal Norte do Furadouro e a ligação de um emissário de águas pluviais à obra aderente de defesa costeira em Cortegaça) e que envolveu entre outras acções, reuniões com o Ministério Público, articulação com a Secretaria de Estado do Ordenamento do Território, levantamentos de terrenos e produção de documentos vários para os respectivos processos.
- Elaboração de 39 informações de carácter técnico relativos à gestão do Domínio Público Marítimo e POOC Ovar–Marinha Grande.
- Acompanhamento das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão previstas no art. 48º do Regulamento do POOC.
- No âmbito do Plano de Intervenções do POOC, nomeadamente dos projecto de ordenamento e requalificação dos núcleos piscatórios, encontra-se em curso o processo de identificação e regularização da situação dos barracões localizados no Domínio Público Marítimo da Praia da Vieira de Leiria, para efeitos de apoio à pesca, tendo em

vista a execução do projecto de valorização e ordenamento do sistema dunar no extremo, tendo neste âmbito sido efectuadas as notificações aos ocupantes das nove edificações existentes naquelas condições, encontrando-se em curso o processo de audiência dos interessados, nos termos do Decreto-Lei nº 46/92, de 22 de Fevereiro.

- No âmbito do projecto de alargamento da marginal da Praia da Vieira, da responsabilidade da Câmara Municipal da Marinha Grande, encontra-se em curso dois processos de demolição no DPM que visam viabilizar o referido alargamento.
- Apreciação em 2003 de 56 projectos de arquitectura de apoios de praia, nos termos do D.L. 309/93, de 2 de Setembro, alterado pelo D.L. 218/94, de 20 de Agosto, o que envolveu a consulta às entidades: Autarquias, Autoridade de Saúde e Capitánias; destes 56 projectos foram aprovados 46, tendo sido efectuadas diversas vistorias ao local para a identificação e marcação precisa dos locais de montagem dos apoios, nos termos definidos pelos Planos de Praia e de fiscalização com as diversas entidades envolvidas;
- Emissão de 44 Alvarás de Licença para apoios de praia e 16 Alvarás de Licença para ocupações ocasionais, ao abrigo do D.L. 309/93, de 2 de Setembro, alterado pelo D.L. 218/94, de 20 de Agosto e D.L. 46/94, de 22 de Setembro;
- Acompanhamento de 1 processo de Delimitação de uma parcela de terreno com o Domínio Público Marítimo, nos termos do Decreto Lei nº 468/71 de 5 de Novembro;
- Elaboração de propostas de Protocolos de colaboração entre os serviços e as Câmaras Municipais da Marinha Grande e de Ílhavo, para a manutenção das infra-estruturas de protecção dos sistemas costeiros: passagens superiores e rede de drenagem das águas pluviais.
- Análise técnica de processos e emissão de pareceres relativos a intervenções de dragagens de manutenção nos portos da Figueira da Foz e Aveiro;
- Apreciação técnica dos termos da “Proposta de Autorização para imersão no mar de material a dragar proveniente de dragagens na zona dos estaleiros da doca de pesca do Porto da Figueira da Foz” do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, ao nível do impacte ambiental decorrente da intervenção proposta e respectivas medidas de mitigação;
- Compilação e envio de informação, baseada no POOC, sobre aglomerados costeiros da Região Centro, a fim de habilitar a Direcção Geral de Ordenamento do Território e

Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), à participação em reunião de trabalho do Grupo de Desenvolvimento Urbano da União Europeia.

- Apoio informático e técnico à recepção, gestão e controlo da informação alfanumérica de processos decorrentes da implementação do POOC Ovar-Marinha Grande.
- No controle financeiro, emissão, recepção e contabilização de guias de receita referentes a despesas de licenciamento e de vistorias e taxas de ocupação do DPM.
- Gestão e aplicação do SIG do Litoral Centro aplicado ao licenciamento do DPM;
- Implantação *in loco* dos Apoios de Praia com recurso a GPS. Neste âmbito foram realizadas 109 implantações dos Apoios e Equipamentos de Praia em colaboração directa com as entidades que acompanharam o processo de avaliação dos projectos.
- Vistorias aos Apoios de Praia em fase de obra. Procedeu-se a vistorias e fiscalização do acompanhamento das 55 obras de Apoios de Praia e Equipamentos de modo a verificar-se o cumprimento dos projectos aprovados, designadamente em matéria de: dimensionamento e programa funcional. Este procedimento acarretou várias visitas ao local, bem como a notificação dos concessionários que não estavam a dar o devido cumprimento ao projecto e respectivas cláusulas da licença.
- Vistorias aos Apoios de Praia em articulação com as Autoridades de Saúde, Autarquias e Capitánias), num total de 75 vistorias, tendo para o efeito sido emitidos os respectivos Autos de Vistoria.
- Apoio técnico à Câmara Municipal da Figueira da Foz para desenvolvimento de um projecto de protecção do sistema dunas na Praia do Cabedelo.
- Execução do caderno informativo subordinado ao tema “Ordenamento de Acessos a Sistemas Costeiros”, o que implicou diversas deslocações às praias marítimas com o objectivo de recolha de imagens fotográficas para documentação das obras efectuadas.
- Foi elaborado o processo de concurso para a atribuição do uso privativo do Domínio Público Marítimo a 109 Apoios e Equipamentos de Praia previstos nos respectivos Planos de Praia do POOC Ovar Marinha Grande. A instrução do processo de concurso, elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, compreendeu a:
  - Elaboração de 4 Cadernos de Encargos, onde estão vertidas as cláusulas jurídicas e técnicas subjacentes a cada tipologia posta a concurso; de 4 Programas de Concurso, onde são definidas as directrizes que norteiam todo o concurso;



- Identificação dos 109 lugares a concurso, através da sua assinalação em cada Plano de Praia, com recurso a instrumentos gráficos, bem como identificação do seu número de referência;
- Transformação dos documentos referentes ao processo de concurso em documentos PDF e carregamento dessa informação num portal de Internet, criado com o fim de apresentar e divulgar o “Concurso para a Atribuição de Utilização Privativa do Domínio Público Marítimo”;
- Divulgação do processo de concurso no portal da DRAOT-C ([www.dra-centro.pt](http://www.dra-centro.pt)) e junto das seguintes entidades: MCOTA; INAG; Autarquias e Juntas de Freguesia da área de intervenção do POOC; Capitánias do Porto do Douro, Aveiro, Figueira da Foz e Nazaré;

No âmbito das actividades que envolveram trabalho informático no âmbito do litoral há que salientar:

- Preparação de elementos para o desenvolvimento do site oficial do POOC, tendo em vista a simplificação e disponibilização de informação necessária ao cidadão.
- Construção do site oficial da Direcção Regional e apoio à sua manutenção.
- Georeferenciação de fotografias aéreas datadas de 1958 entre Ovar e Marinha Grande, tendo como base a fotografia do CNIG de 1995.
- Adequação de fotografias referenciadas no ponto anterior, com o objectivo de facilitar o seu manuseamento nos “pocket pc” (IPAQ) e adequação das fotografias aéreas datadas de 1995 do CNIG.
- Georeferenciação da planta da Barrinha, lugar da Videira e Costa de Mira datada de 1860.
- Georeferenciação da planta topográfica da Barrinha de Mira datada de 1960.
- Projecto desenvolvido com tecnologias 3D, com o objectivo de quantificar os valores de erosão entre 1958 e 2003 na Orla Costeira a Norte do Cabo Mondego, tendo como resultado final um relatório das áreas em estudo com os valores obtidos em volumetria, áreas e recuo de costa. Preparação de gráfico e imagens para posterior introdução no documento “O Litoral da Região Centro de Portugal”;
- Publicação no site oficial da DRAOT Centro o concurso de atribuição dos equipamentos e apoios de praia.

## 2.2 Obras e acções com implicações no litoral

Em termos de obras do Litoral, foram desenvolvidas diversas acções respeitantes à execução do projecto e respectivos processos de concurso, acompanhamento de obras, fiscalização, respectivos autos de medições e pedidos de pagamentos respeitantes a 11 acções candidatas e aprovadas no âmbito do QCAIII.

- Núcleo de Educação Ambiental da Costa Nova, que foi executado em estreita articulação com a Câmara Municipal de Ílhavo, que foi responsável pela execução do projecto e que corresponde a uma reprodução fiel de um Palheiro tradicional da Costa Nova (concluído)
- Reconstrução do sistema dunar da Costa Nova Sul – 2.ª Fase/Duna Secundária (concluído)
- Ordenamento de Acessos da Duna Secundária da Costa Nova Sul – 2.ª Fase e que se articulou com as obras do Núcleo de Educação Ambiental da Costa Nova (concluído)
- Passagem Pedonal sobre a Ribeira de S. Pedro de Moel, Drenagem de Águas Pluviais e Protecção da Falésia de S. Pedro de Moel – 4ª fase (concluído)
- Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia de Quiaios Norte – 2.ª Fase (concluído)
- Protecção do sistema costeiro a Sul da Praia de Pedrógão, e que teve isenção de AIA o que envolveu articulação com o Instituto do Ambiente e a Secretaria de Estado do Ambiente (concluído)
- Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia de Esmoriz – 1.ª Fase (concluído)
- Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia de Samouco e Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Aberta – 1.ª Fase (concluído)
- Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia do Furadouro Norte – 1.ª Fase (concluído)
- Projecto Piloto de Reperfilamento Eólico de uma Duna sujeita à Erosão Marinha que decorria do ano anterior (concluído)
- Reforço das capacidades de gestão, monitorização e de fiscalização no âmbito do POOC Ovar Marinha Grande (em curso)

### 2.3 Estudos e acções

Produção do documento “O Litoral da Região Centro de Portugal: Um Caso Preocupante de Risco e de Perda de Território – Setembro de 2003”, que evidencia os graves problemas existentes no litoral da Região Centro, a necessidade de existir uma intervenção estruturante e urgente no litoral que transcende o POOC Ovar Marinha Grande e propõe uma estratégia de intervenção que urge ser avaliada e ponderada e que esteve na base da reunião sobre “Dinâmica e Evolução Costeira na Região Centro”, em 25 de Novembro, da iniciativa do MCOTA e que envolveu a participação de Suas Exas. o Sr. Ministro da Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, o Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território, responsáveis nacionais dos serviços da administração, autarquias e especialistas nacionais ligados à problemática do litoral.

Elaboração duma candidatura a um projecto europeu de colaboração “European Coastal Practice Network” (CoPraNet), co-financiado pelo programa INTERREG III, aprovada em 15.12.2003, que visa o intercâmbio de experiências em matérias que se relacionam com o planeamento das zonas costeiras, a problemática da erosão, o desenvolvimento sustentável do turismo e, em suma, a gestão integrada das zonas costeiras.

Acompanhamento da execução do Projecto “Sistema de Informação Geográfica do Litoral Centro” (Projecto n.º 00/3.13/DRA/015) aplicado a licenciamento do DPM, já lançado no ano anterior, mas que se encontrava em reformulação tendo em vista passar o sistema de monoposto para pluriposto com as consequentes alterações bem como a efectuação de ligeiras melhorias de adaptação decorrente da experiência entretanto obtida na fase experimental de aplicação do sistema.

Lançamento oficial da Brochura “A Carta Verde do Litoral Centro – 2002 / DRAOTC” aquando do lançamento do Programa Finisterra em Fevereiro último, estando concluída uma edição do mesmo documento mas onde é já feita referência à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Visita de Estudo liderada pelos serviços no âmbito do Projecto Euris com o Dr. Jerry Hawe da Irlanda e o Instituto do Politécnico de Viseu, relativo à problemática do controlo da Erosão

Costeira e aplicação de resíduos da floresta e outros em acções de protecção costeira ([www.eurisproject.com](http://www.eurisproject.com)).

Reuniões para resolução da problemática da Barrinha de Esmoriz no que respeita à poluição de montante e inundações nos aglomerados de Paramos e Esmoriz, e que envolveu reuniões lideradas pelos serviços com a participação da ex-DRAOT Norte, as Câmaras Municipais de Espinho e Ovar, a Capitania do Porto do Douro e o Instituto de Conservação da Natureza em articulação com as Secretarias de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Ambiente e o INAG.

Relatórios diversos e visitas ao terreno sobre identificação de áreas de risco em termos de galgamentos marinhos em articulação com as Capitánias dos Portos, Protecção Civil e Instituto da Água.

Participação em reuniões com Suas Excelências os senhores MCOTA e SEOT sobre questões relativas ao POOC e litoral da Região Centro.

Com início em Setembro de 2002 e terminado em Fevereiro de 2003 foi dado pelos serviços apoio técnico ao Gabinete da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território, para a execução do filme sobre o litoral continental para a apresentação pública do Programa FINISTERRA e que envolveu: recolha de informação sobre a costa a nível nacional, execução das propostas de guiões; coordenação de uma equipa de filmagens no terreno, apoio na edição do filme, articulação institucional, etc.

## **2.4 Bandeira Azul**

Neste domínio deram entrada nos serviços 28 processos.

A DSLCNIE acompanhou e participou em todo o processo de candidatura ao galardão da Bandeira Azul como coordenadora regional do processo nacional, o qual envolveu articulação com diversas entidades, designadamente Administrações Regionais de Saúde, Capitánias, Câmaras Municipais, Regiões de Turismo e Operador Nacional da Bandeira Azul, diversas visitas de controlo às praias galardoadas, de modo a garantir o hastear do galardão azul nas seguintes praias: Esmoriz, Cortegaça, Furadouro, Barra, Costa Nova, Vagueira, Praia de Mira, Tocha e Pedrógão Centro.

As Bandeiras Azuis das praias de Esmoriz e Cortegaça foram arreadas, na última quinzena de Setembro, por obtenção de resultados analíticos da qualidade das águas com classificação de Aceitável

## 2.5 Outras acções

- Comunicação sobre “Dinâmica e evolução da Costa Centro: caracterização e avaliação de problemas” apresentada na Reunião sobre “Dinâmica e Evolução Costeira na Região Centro” que contou com a presença de Sua Exa. o Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território, MCOTA, 25 de Novembro de 2003
- Palestras sobre as comunidades vegetais dunares na Escola Secundária da Gafanha da Nazaré (19/03), na Escola Secundária da Torreira (07/04), Câmara de Ovar (11/03) e no Fórum organizado pelo Agrupamento dos Escuteiros de Esmoriz (13/06);
- Palestra sobre erosão costeira na Câmara de Ovar (11/03) e no Fórum organizado pelo Agrupamento dos Escuteiros de Esmoriz (13/06)
- Acções de plantação de *Ammophila arenaria* e *Pinus pinaster* com alunos da Escola Secundária da Gafanha da Nazaré e da Escola Primária da Costa Nova, incluídas na Semana do Ambiente da Câmara Municipal de Ílhavo (19/03);
- Acção de formação teórica e prática (6 horas) sobre a plantação de *Ammophila arenaria* aos Escuteiros de Esmoriz e à Associação dos Amigos do Cáster, organizada pela Câmara Municipal de Ovar (22/03).

## 3. Conservação da Natureza

No que respeita à Conservação da Natureza, no âmbito da Divisão do Litoral e Conservação da Natureza, deram entrada 89 processos, discriminando-se de seguida as acções mais salientes desenvolvidas durante o ano de 2003.

### 3.1 Projectos na área da Conservação da Natureza

3.1.1. Projectos que envolvem directamente o PIDDAC da CCDR e decorrem de candidaturas aprovadas no âmbito do Plano Operacional Regional do Centro – Eixo III:

- OGAS - Ordenamento e Gestão de Áreas Sensíveis. Código 3-13-0064, homologado em 7 de Março de 2002. PORC. Eixo III. (em execução).
- CEF - Corredores Ecológicos Fluviais – Impactes, Medidas de requalificação e conservação. Código 3-13-0088. Homologado em 21 de Fevereiro de 2003. PORC. Eixo III (em execução).

3.1.2. Projectos em parceria financeira e técnica com outras entidades sendo que no caso específico a CCDR Centro é responsável pela componente de divulgação do projecto.

- EcoMira I – Câmara Municipal de Mira vs DRAOT Centro. Código 3-13-0089. Homologado em 21 de Fevereiro de 2003. PORC. Eixo III (em execução).

3.1.3. Projectos em parceria técnica com outros organismos que têm o apoio da CCDR, ao nível técnico, na conceptualização das acções, face às necessidades da região, na resolução de alguns problemas ambientais relacionados com a conservação da natureza e na promoção do património natural:

- BioRia. Câmara Municipal de Estarreja. Código 03-13-0095. Homologado em 20 de Março de 2003. (em execução).
- Percursos da Natureza de Coimbra. Câmara Municipal de Coimbra. Código 03-13-0090. Homologado em 21 de Fevereiro de 2003. PORC. Eixo III. (em execução).
- Parque Natural da Serra da Gardunha - 1ª Fase. Câmara Municipal do Fundão. Existe protocolo de colaboração com a DRAOT Centro. PORC. Eixo III. (a aguardar homologação).
- Promoção e requalificação dos ecossistemas ribeirinhos de Pedrogão Grande. Câmara Municipal de Pedrogão Grande, PORC. Eixo III. (a aguardar homologação).
- Revitalização de Património Natural e Paisagístico da ZPE do Vale do Côa. Câmara Municipal de Pinhel e Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. PORC. Eixo III. (candidatura em conclusão).
- Parque Ecológico da Quinta da Cerca. Câmara Municipal de Nelas. PORC. Eixo III. (candidatura em conclusão).
- Circuito turismo da natureza do rio Vouga. Câmara Municipal de Sever do Vouga. PORC. Eixo III. (em preparação).

- Lousitânica. Património Natural da Serra da Lousã. Câmara Municipal de Lousã. PORC. Eixo III. (em preparação).
- Rotas do Ambiente (designação provisória). Câmara Municipal de Miranda do Corvo. PORC. Eixo III. (em preparação).

3.1.4. Outros projectos que envolvem financiamentos comunitários tendo por base programas, como o LIFE – Ambiente e onde as acções da CCDR são integralmente suportadas pelo orçamento dos projectos e envolvem normalmente mais de 3 parceiros.

- EMAS SCHOOL – Environmental Management and Audit Scheme Implementation at a complex school. Projecto financiado pelo programa LIFE Ambiente. Parceria com a Escola Superior Agrária de Coimbra. Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral e Câmara Municipal de Coimbra (aprovado; início em Outubro de 2003).
- Projecto FireFlood – Tem como objectivo fundamental o desenvolvimento de metodologias que permitam a determinação dos riscos dos efeitos de cheias de aparecimento rápido, sobre as populações e os seus bens e da prevenção de incêndios na interface urbana/floresta. Projecto candidato a programa comunitário de ID&T, com financiamento a 100% e que envolve diversos parceiros internacionais (candidatura em análise).
- Projecto “Alytes” – Projecto sobre a protecção da população de sapo-parteiro (*Alytes obstetricans*) no Jardim de Santa Cruz, premiado pelo Prémio Ford para a Conservação da natureza em 2002. O envolvimento da CCDR não possui expressão financeira, apenas apoio técnico e científica.

### 3.2 Apoio Técnico a outras Instituições

A DLN colaborou com diversas instituições em iniciativas afins com a Conservação da Natureza:

- Conceptualização de elementos de exploração temática para o Ecomuseu de Mira, no âmbito do Projecto EcoMira, da Câmara Municipal de Mira com o qual a CCDR mantém parceria.
- Avaliação do potencial natural da envolvente aos Paços de Maiorca, no sentido da sua inclusão no projecto mais vasto de reabilitação e rearranjo urbanista da zona histórica de Maiorca.

- Conceptualização do Observatório de cheias e do Centro da Natureza a implementar pela C. M. Montemor-o-Velho.

### **3.3. Pareceres Técnicos**

- Componente do Projecto de Paisagismo do concurso público para a “Empreitada de Construção da 3ª fase do Parque Verde do Mondego” relativo à selecção de espécies vegetais.
- Relativo ao “Ante-projecto de Requalificação Ambiental do Vale Central do Baixo Mondego”.
- Relativo ao projecto de “Recuperação e Valorização da Lagoa dos Coadiçais” no Conselho de Cantanhede.
- Relativo à “Proposta de Projecto do Parque Botânico do Pinhal de Mira”.
- Relativo ao Projecto de “Reflorestação da Lixeira dos Lírios – Cantanhede”
- Relativo ao “Projecto de Regularização do Troço Urbano da Ribeira do Ameal. Águeda”, proposto pelo INAG.
- Relativo ao Projecto “Limpeza de Jacinto-de-água na Pateira do Rio Cértima”, proposto pela DIE.
- Relativo à solicitação da Junta de Freguesia de Madeirã “Lista de espécies arbustivas e arbóreas a considerar para trabalhos de plantação na área urbana de Madeirã (Distrito de Castelo Branco, Município de Oleiros).
- Relativo à extracção de areia num terreno em REN situ em Escoural, Concelho de Cantanhede (Processo Ref. C. – O. nº 428/2002), por solicitação do Magistrado do Ministério Público do Tribunal de Cantanhede.

### **3.4. Documentos Internos de Apoio à Decisão**

- Contributos no domínio da Conservação da Natureza para o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
- Bases para o lançamento de projecto de intervenção e de gestão de lagoas costeiras da Região Centro.
- Bases para projecto de gestão de áreas sensíveis



### **3.5 Planos de Acção de Espécies Prioritárias**

Participação nos grupos de trabalho criados pelo Instituto de Conservação da Natureza, para a realização dos Planos de Acção, integrados da Directiva Habitats, para as seguintes espécies prioritárias:

- Plano de Acção da Garça Vermelha (*Ardea purpurea*);
- Plano de Acção da Toupeira de água (*Galemys pyrenaica*);
- Plano de Acção da Cegonha Negra (*Ciconia nigra*);
- Plano de Acção para Aves Rupícolas.

### **3.6. Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas**

A DLN participou nas Comissões Mistas de acompanhamento dos Planos Especiais de Ordenamento do Território de duas áreas protegidas em Portugal:

- Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul de Arzila;
- Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto.

### **3.7. Requalificação e Reabilitação de Áreas Naturais**

- Elaboração e implementação de um plano de plantação (fase 1) com espécies autóctones da Mata de S. Silvestre (Coimbra, Baixo Mondego) (concluído).
- Requalificação e infra-estruturação de espaço natural na bacia do rio Fôja (Baixo Mondego; Gatões; Montemor-o-Velho) (concluído).
- Plano de Gestão do Paul do Taipal (em finalização).
- Plano de Gestão da ZPE do Paul da Madriz (em finalização).
- Acompanhamento das actividades desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia nos espaços naturais do baixo Mondego da CCDR Centro, no âmbito dos protocolos estabelecidos.

### **3.8. Empreitadas de obras**

Esta actividade implica a preparação de concurso, lançamento, seu acompanhamento e fiscalização.

- Remoção de plantas exóticas do corredor ecológico da Vala da Cova.
- Ordenamento de Acessos da Mata de S. Silvestre.
- Bases para o concurso de criação do Ecomuseu da Mata da Geria.
- Remoção de plantas exóticas da Mata de S. Silvestre

### **3.9. Educação e Sensibilização Ambiental**

- Plano de Educação e Sensibilização ambiental para as Matas ribeirinhas do Mondego e Sítio das Dunas Quaios-Mira.
- Preparação e finalização do vídeo “Mundos Paralelos” sobre o Património Natural da Região Centro. (concluído - aguarda lançamento)
- Revisão dos conteúdos do CD ROM “ O Quim no Mundo da bicharada”.(Em execução)
- Preparação e divulgação de uma exposição itinerante sobre a conservação da natureza na Região Centro.
- Actividades de promoção e divulgação sobre o Património Natural da Região Centro nas Escolas.
- Promoção de visitas guiadas às Matas da Geria e de S. Silvestre.

### **3.10. Certidões de Incidência Ambiental**

No âmbito do pedido de certidões de incidência ambiental, para a aquisição de material florestal durante o período em análise foram emitidas 11 certidões.

### **3.11. Participação em Encontros, Colóquios, Seminários e Jornadas**

Moderação:

- Moderador na Conferência “A História da Floresta Portuguesa” proferida pelo Prof. Dr. Jorge Paiva. Organizada pela Associação Ambiental de Pombal. Pombal, 20 de Março.
- Moderador do “Workshop” – Desafios do Litoral, organizado pela Câmara Municipal de Mira. Mira, 24 de Março.
- Moderador do seminário - Poder Local, Autarquias e Ambiente. Organizado pelo Centro de Recursos de Conhecimento em Ambiente. Coimbra 23 de Maio.

Palestras:

- Martins, A. (2003). A conservação da natureza e o Sítio de Sicó Alvaiázere. III Jornadas do património Natural e Cultural dos concelhos do Norte do distrito de Leiria. Ansião 22 e 23 de Março.
- Silveira, S. et al. (2003) Gestão de Matas Ribeirinhas. IX Jornadas sobre Ambiente e Desenvolvimento. Escola Superior de Educação de Leiria, 14 de Março de 2003.
- Silveira, S. et al. (2003) Ambiente e Agricultura. III Jornadas de Saúde Pública e Ambiente. Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra. 22 de Maio de 2003.
- Pimentel, M.H. et al. (2003) Galerias ripícolas, reabilitação e Conservação. Caso de Estudo: Mata de S. Silvestre. IX Jornadas sobre Ambiente e Desenvolvimento. Escola Superior de Educação de Leiria, 14 de Março de 2003.
- Lencastre et al, (2003). Educação Ambiental na Conservação da Natureza. Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 21 de Março de 2003.

### 3.12. Organização de Encontros, Colóquios, Seminários e Jornadas

- Participação na Comissão organizadora do Encontro da Sociedade Portuguesa de Ciência do Solo, sobre o tema “O Solo – factor de qualidade ambiental”. Escola Superior Agrária. Coimbra. 10 a 12 de Julho.
- Participação na Comissão organizadora do Encontro Turismo em Espaço Rural e Natural. Escola Superior Agrária. Coimbra. 3 e 4 de Outubro.

### 3.13. Relatórios

- Sítios da Rede Nacional da Região Centro – Descrição e caracterização (em actualização).
- Áreas Protegidas da região Centro – Descrição e caracterização (em actualização).
- Zonas de Protecção Especial da Região Centro – Descrição e caracterização (em actualização).
- Caracterização ictiológica da Vagem Grande.
- Proposta Preliminar de Ordenamento do Estuário do Mondego na Figueira da Foz.

- Taxa de sobrevivência das plantações efectuadas no âmbito do projecto de requalificação da Mata de S. Silvestre.
- Relatório do trabalho “Monitorização de Caixas Ninho e Reprodução de Passariformes na Mata da Geria – Coimbra.
- “Plano de Luta Contra a *Ralstonia solanacearum* / Contributo da CCDR Centro”, no âmbito da colaboração com a Direcção Geral de Protecção às Culturas do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP).

#### **4. Infra-Estruturas**

No que respeita às Infra-Estruturas, deram entrada na divisão responsável por este sector documentos respeitantes a 379 processos, discriminando-se de seguida as acções desenvolvidas.

##### **4.1. Pareceres sobre projectos de Saneamento Básico**

Foram avaliados cerca de 59 processos de saneamento básico, incluindo de ETARs, Redes de esgotos e redes de abastecimento de água.

- ETAR do Sistema de Vilar Ruivo, Lagoas Cimeira e Fundeira e Monte Novo (pendente à espera de elementos) - C.M. de Vila de Rei
- ETAR de Lardosa - Águas do Centro
- ETAR de Vale do Cobrão – C.M. de Vila Velha de Ródão
- ETAR de Vermum – C.M. de Vila Velha de Ródão
- Despoluição do Rio Ega-Rede de Esgotos de Ega, Campizes, Casével e Belide-Emissário - CM de Condeixa-a-Nova
- ETAR de Vale de Vaíde – C.M. de Vila Nova de Poiares
- Sistema Multimunicipal de Abastecimento e Saneamento do Alto Zêzere e Côa-3ª Fase - Águas do Zêzere e Côa
- Reabilitação da ETAR de Alvaiázere – C.M. de Alvaiázere
- Rede de Drenagem das Freg. de Azoia e Maceira-Cavalinhos\_Alcoçulhe Cima\_Cascaria\_6ª Fase - SIMLIS
- ETAR do Juncal - SIMLIS

- Sistema Norte-Estações e Conduitas Elevatórias - SIMLIS
- Emissários de Olhalvas Norte-2ª Fase - SIMLIS
- ETAR de Vale de Vacas e Cimo do Vale-Amêndoa – C.M. de Mação
- Saneamento da Zona da Ribeira de Mortágua (2ª fase) Emissários – C.M. de Mortágua
- ETAR de Portela – C.M. de Tondela
- ETAR de Alagoa – C.M. de Tondela
- ETAR de Lourosa – C.M. de Tondela
- ETAR de Muna – C.M. de Tondela
- Colector de Esgotos na Ribeira de Mide - SMAS de Viseu
- Emp. Abast. de Água 6 – Subsistema do Sabugal 1 - Águas do Zêzere e Côa
- Emp. de Saneam. 11- Troço Prioritário 1 – Trinca – Famalicão - Águas do Zêzere e Côa
- Abast. de Água - ETA, Adutora e EE do Sabugal - Águas do Zêzere e Côa
- Emp. de Abast. De Água 7B-Subsistema do Vascoveiro - Águas do Zêzere e Côa
- Emp. de Abast. De Água 5-Subsistema do Sabugal/Meimosa/Belmonte - Águas do Zêzere e Côa
- Rede de Esgotos do Sector Sul do Concelho Outil - Pena - CM de Cantanhede
- Rede de Esgotos do Sector Sul do Concelho Pena – Portunhos - CM de Cantanhede
- Drenagem de Águas Pluviais de Ançã - CM de Cantanhede
- Emissários G1 e G2 e CE de Pedra - SIMLIS
- ETAR de Silvares - Águas do Zêzere e Côa
- ETA de Janeiro de Cima - C.M. Fundão;
- Reabilitação/Ampliação da ETA da Capinha/Captação na Ribeira da Meimosa- Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Valdujo – C.M. Trancoso
- ETAR de Proença-a-Nova – Águas do Centro
- ETAR de Benfeita – C.M. Mortágua
- ETAR da Caparrosa – C.M. Mortágua
- ETAR da Caparrosinha – C.M. Mortágua
- ETAR da Quintela de Azurara – C.M. Mangualde
- ETAR do Parque de Campismo de Idanha-a-Nova – Águas do Centro

- ETAR da Barroca- - Águas do Zêzere e Côa
- ETAR de Vila Cova de Alva – C.M. Arganil
- ETAR da Marmeleira - C.M. Mortágua
- ETAR da Abadia – C.M. Pinhel
- ETAR do Fundão- Águas do Zêzere e Côa;
- Rede de Drenagem de Porto Carro;
- ETAR de Formoselha/Santo Varão-C.M. Montemor-O-Velho
- Rede de Esgotos Domésticos e ETAR de Aldeia de Eiras – C.M. Mação.
- Rede de Esgotos Domésticos e ETAR de Aldeia de Eiras – C.M. Mação
- ETAR e emissário de Pedreiras - SIMLIS – Sanamento Interado dos Municípios do Lis, AS
- Rede de abastecimento de água e drenagem de esgotos de Romãs - C.M. de Sátão
- Colector de esgotos da Avenida Heróis Lusitanos até à circulação - C.M. de Viseu – Serviços Municipalizados
- Emissário de Bidoeira - SIMLIS
- Sistema Multimunicipal de Saneamento do Rio Lis – Interceptor Geral - SIMLIS;
- Emissários do sector nascente - 1ª Fase - Emissários E.4.2.2A; E.4.2.2B; E.6.3.2 – SIMLIS
- Sub-sistema de Carreira - Sector Poente - Emissários E.4.2; E.4.2.3; E.6.2; E.6.3.1
- Saneamento básico à freguesia de Bodiosa – 3ª Fase - C.M. de Viseu – Serviços Municipalizados
- Emissários de Ponte das Mestras sul – 2º Fase - Emissários E.8.2, E 8.2.5, E 8.2.6 – SIMLIS
- Rede de drenagem dos lugares de Azoia e Maceira - Alteração da estação elevatória da Maceirinha - SIMLIS
- ETAR da Coelheira - C.M. de S.Pedro do Sul
- ETAR - Zona Industrial de Cedrim – C.M. Sever do Vouga

#### **4.2. Pareceres sobre projectos de Obras Hidráulicas**

No âmbito das suas competências, são apreciados por esta divisão, ao abrigo do DL 46/94 de 22 de Fevereiro, as obras que, promovidas por entidades públicas ou privadas, interferem com o Domínio Hídrico, o que implica a apreciação dos respectivos projectos acompanhados de estudos hidrológicos e hidráulicos.

No total foram analisados 60 projectos incluindo: infra-estruturas agrícolas, estradas e auto-estradas, pontes rodoviárias, linhas ferroviárias, pontes e pontões, parques industriais, parques verdes, e praias fluviais, no que respeita às respectivas infra-estruturas hidráulicas designadamente: atravessamentos de linhas de água, açudes e barragens, construções, desobstrução de linhas de água.

- Recuperação/Beneficiação do Pontão da Rua Morenitas com a Rua da Associação em Moinhos da Gândara - Req. C.M da Figueira da Foz
- Projecto de Regularização e Emanilhamento da linha de água – Req. Firma Nogueira Matos
- Variante à E.M. 537-2 em Eiras – Req. C.M. Coimbra
- Remodelação de Pontão em Azenhas Fundeiras – C.M. de Castelo Branco
- Variante à EM 537-2 em Eiras – C.M. de Coimbra
- Construção de Pontão na Ribeira de Carritos - 3 Chaminés, Animação Lda.
- Pontão na Rua da Associação-Morenita – C.M. de Figueira da Foz
- Pontão na EM 623 Ligação Arco-Telhada – C.M. de Figueira da Foz
- Rombo no Rio Lena - CM de Leiria
- Aproveitamento Hidroeléctrico de Pereira, na Ribeira da Carvalhosa - Hidrocentrais de Castro Daire
- Caminho Agrícola de Póvoa Rodrigo Alves – C.M. de Tondela
- Ponto de Água em Mundão - Sra. Maria de Mello Lemos Cunha Matos
- Reabilitação do Pontão do Reporteiro – C.M. de Viseu
- Lote1\_A25\_IP5 - No do IC2\_Viseu - Sublanço IC2\_Talhadas - Luso-Scut\_Costa de Prata
- Lote2\_A25\_IP5 - No com IC2\_Viseu - Sublanço Talhadas\_Vouzela - Luso-Scut\_Costa de Prata
- Lote3\_A25\_IP5 - No com IC2\_Viseu - Sublanço Vouzela\_Boa Aldeia - Luso-Scut\_Costa de Prata
- IC1 Angeja-Maceda\_Sublanço Ovar-Maceda - Luso-Scut\_Costa de Prata
- Açude Norte, Ribeira de Unhais da Serra - CM Covilhã
- Açude Sul, Ribeira de Unhais da Serra - CM Covilhã
- Desvio e Emanilhamento de um Troço do Ribeiro do Ouro - CM Fundão
- Polis - Ponte Pedonal e de Ciclovía sobre o Mondego - CM Coimbra

- Requalificação do Parque Fluvial da Roda Cumeira - CM Góis
- Pontão sobre a Ribeira dos Cavalos, em Nogueira do Cravo - CM Oliveira do Hospital
- Pontão na Ribeira de Coja - CM Aguiar da Beira
- Estrada Municipal ADE-PAILOBO-EN 324 - CM Almeida
- Caminho Agrícola da Pereira - CM Guarda
- Regadio de Campelo – Campelinho - Construção de 1 Açude - CM Figueiró do Vinhos
- Regadio da Aldeia de Ana de Aviz - Construção de 2 Açudes - CM Figueiró do Vinhos
- Regadio da Ribeira Velha – Amieiro - Construção de 1 Açude - CM Figueiró do Vinhos
- Açude na Ribeira de Alge - CM Figueiró do Vinhos
- Reconstrução de Açude no Rio da Vala - CM Pombal
- Caminho Agrícola de Mosteiro de Fráguas - CM Tondela
- A25/IP5 – Mangualde - Guarda - Sublanço Fornos - Ratoeira - Luso Scut – Beiras Litoral e Alta
- A25/IP5 – Mangualde - Guarda - Sublanço Ratoeira - IP2 - Luso Scut – Beiras Litoral e Alta
- Pontes de Antim e ribeira de Casal Levada e viaduto sobre a EM607-1 - C.M. de S.Pedro do Sul;
- Açude em Assanha da Paz-Almagreira-Pombal - Req: Manuel dos Santos
- Inundações 2000/2001 – Dominguiso – Covilhã(Rio Zezere) – Açude da Praia Fluvial
- Ponte Rodoviária Urbana sobre o Rio Lis, em Leiria - C.M. de Leiria
- Parque de estacionamento da Fonte Quente- Programa Polis – Leiria
- Estudo prévio do Açude da Fonte Quente – Polisleiria
- IP3 – Scut Interior Norte – Lanço B – Reconcos(Bigorne) – Castro Daire norte/IEP
- Reconstrução de um açude no Sítio de Quinta da Canjida
- Rectificação da E.M. 594 – Alargamento de pontão – C.M. Viseu
- Ponte de S. Romão – Zona de intervenção POLIS de Leiria -Programa POLIS
- Encaminhamento de águas pluviais para o Ribeiro do Janardo através de manilhamento - Rua do Vale da Lagoa – Janardo – Marrazes – Leiria
- Ponte Afonso Zuquete– Zona de intervenção POLIS de Leiria - Programa POLIS
- Ponte Hintze Ribeiro – Zona de intervenção POLIS de Leiria -Programa POLIS
- Ponte dos Caniços – Zona de intervenção POLIS de Leiria -Programa POLIS



- Caminho agrícola da Raçoeira - Junta de Freguesia da Batalha
- Loteamento em Casal do Cego – Marrazes -Promotor: InfraLeiria – Promoção Imobiliária, Lda
- Linha do Oeste - Supressão da passagem de nível ao km 202.383km REFER
- Construção de um açude no Rio Alcofra na localidade de Casais, Freguesia Alcofra, concelho Vouzela - J.F. de Alcofra
- LIDL Portugal & Cª Casal Ferrao – Eiras – Coimbra reclamação
- IC1 – Angeja (IP5) Maceda – SubLanço Angeja (IP5) – Maceda - SCUT da Costa da Prata
- E.N.16 – Km 6+500 – Ponte de Angeja sobre o Rio Vouga, reabilitação e reforço - IEP - Instituto de Estrada de Portugal
- Reparação da Ponte de Óis da Ribeira sobre o Rio Águeda
- Construção da Nova Ponte de Outeiro - IEP - Instituto de Estrada de Portugal
- IC1 – Angeja (IP5) Maceda – SubLanço Angeja (IP5) - Maceda -SCUT da Costa da Prata
- Obras de arte especiais – Viadutos V1 e V2 – IC1 Mira/Aveiro – Mira /Vagos - SCUT da Costa da Prata - Aveiro/Estarreja
- IC1 – Angeja (IP5) Maceda – SubLanço Ovar/Maceda - SCUT da Costa da Prata - Aveiro/Estarreja

#### **4.3. Acompanhamento de Contratos Programa**

O acompanhamento de Contrato-Programa e Acordos de Colaboração Técnica, estabelecidos entre o INAG, os serviços e autarquias, envolveu a realização de informações, controlo das participações das despesas realizadas pelo dono da obra, reprogramação financeira de algumas acções, relatórios técnicos e financeiros dos mesmos, e visitas às obras.

No total foi feito o acompanhamento de 19 contratos-programa e que envolveu a SIMLIS e 17 Câmaras Municipais da Região Centro, designadamente:

- Execução e Reabilitação da Barragem do pisco – C.M de Castelo Branco
- Execução de obras de drenagem e tratamento de águas residuais da Maceira – SIMLIS

- Melhoria das condições de abastecimento de água ao concelho da Covilhã – C.M. da Covilhã
- Remodelação Parcial do Sistema em Alta da Rede de Águas Residuais de Condeixa-a-Nova – C.M. de Condeixa-a-Nova
- Beneficiação e Recuperação do Túnel sob a Avenida – C.M. de Pombal
- Tratamento de Águas Residuais e do Abastecimento de Água de Vilar Formoso – C.M. de Almeida
- Drenagem de Águas Residuais no Concelho de Aveiro – C.M. de Aveiro
- Construção de Vários Pontões em Castelo Branco – C.M. de Castelo Branco
- Saneamento em Castanheira de Pêra - C.M. de Castanheira de Pêra
- Tratamento de Águas Residuais na Sede de Freguesia de Souselas, Marmeleira, São Martinho do Pinheiro e Zouparia do Monte – 1ª fase – C.M. de Coimbra
- Projecto de Execução do Sistema de Abastecimento de Água ao Concelho de Mação e Concelhos Limítrofes – C.M. de Mação
- Estrada de Acesso à Barragem da Meimoa e seu prolongamento à Aldeia do Meimão e Ponte sobre a Ribeira da Meimoa
- Consolidação, Reforço e Restauro da Ponte do Cunhedo sobre o Rio Vouga – C.M. de S. Pedro do Sul
- Reabilitação do Sistema de Águas Residuais de Pedrogão Grande – C.M. de Pedrogão Grande
- Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Penela – C.M. de Penela
- ETAR da Quinta do Seixo – C.M. de Trancoso
- Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Pedrogão Pequeno – C.M. da Sertã
- Tratamento de Águas Residuais e Abastecimento de Água no Concelho da Pampilhosa da Serra – C.M. da Pampilhosa da Serra
- Açude dos Esconhais – C.M. de Castanheira de Pêra

#### **4.4. Empreitadas**

As actividades relativas às empreitadas referem-se sobretudo a obras promovidas pelos serviços no âmbito da valorização e reabilitação da Rede Hidrográfica da Região Centro.

Envolvem genericamente o seguinte tipo de intervenções: levantamentos topográficos, visitas ao terreno; articulação com entidades e intervenientes; execução de projectos e processos de concurso, acompanhamento e fiscalização das obras e seguimento dos aspectos financeiros que envolvam projectos aprovados no QCA III. Destes há a destacar a elaboração do Programa de Concurso, do Caderno de Encargos e o Convite Circular; Acto de Abertura de Propostas, sua avaliação e adjudicação da obra. No decurso das obras são executados diversos procedimentos técnico-administrativos, geralmente com visita ao local, e que envolve: Consignação, Visitas de acompanhamento técnico, Autos de Medição, Autos de recepção provisória e Autos com vista a recepção definitiva das obras bem como reuniões diversas com carácter técnico-social para ponderação das acções e esclarecimentos a prestar, sobretudo às autarquias e populações. As acções desenvolvidas nesta área foram as seguintes:

- Recuperação de Açudes Tradicionais no Rio Alva (concluída)
- Reabilitação da Bacia Hidrográfica do Rio Lena (concluída)
- Recuperação Ambiental do esteiro da Ereira e da Margem direita da Vala do Norte, em S. Martinho de Árvore (concluída)
- Limpeza, desobstrução e reforço marginal em troços do Rio Arunca e afluentes, e na Vala da Carriçosa, afluente do Rio Pranto (concluída)
- Reabilitação da Rede Hidrográfica do Mondego - Reparação de rombo no rio Ceira, na foz do rio Corvo (concluída)
- Reparação de rombos e recuperação de infra-estruturas hidráulicas nas praias Fluviais de Alçaria/Dominguiso e Ourondo (concluída)
- Reabilitação da Rede Hidrográfica do Alto Zêzere, em Vale de Amoreira (concluída)
- Valorização de zonas da bacia do Alva, Ribeira da Caniça (concluída)
- Reabilitação da Rede Hidrográfica do Rio Cértima e afluentes no concelho da Mealhada, Limpeza da Pateira de Fermentelos, e execução do Projecto (em execução)
- Reabilitação de várias linhas de água da Bacia do Mondego decorrentes dos estragos provocados pelas cheias de 2003: Ribeira da Selga e afluentes da Ribeira do Lorvão, Ribeira da Selga e afluentes da Ribeira do Lorvão, Rio Foja e Ribeira de Mortágua, Rio dos Fornos e Ribeira de Eiras (em curso)
- Reabilitação de linhas de água no concelho de Ovar (em curso)
- Requalificação Hidrográfica e Ambiental de um troço da Ribeira de Pomares
- Construção de Infra-estruturas Hidráulicas e Habitat's para Ictiofauna (em curso)

- Reabilitação de várias linhas de água da Bacia do Vouga decorrentes dos estragos provocados pelas cheias de 2003: Reparação de rombos nos esteiros de Salreu e Canelas; Reparação de rombo na margem direita do Rio Vouga a montante da ponte da REFER (Linha do Norte); Construção de Açude Provisório na Pateira de Fermentelos (Requeixo); Reparação de rombos no Rio Antuã; Reparação de rombos no Rio Vouga (Concelho de Aveiro, Águeda e Albergaria-a-Velha); Limpeza da Pateira do Rio Cértima (em curso)

#### 4.5. Estudos

##### 4.5.1. Projecto “Gestão Integrada do Domínio Hídrico - HidroGest–Centro” componente GeoHidro-Ceira (em curso)

Este procto, que tem carácter piloto e que se pretende venha a ser posteriormente extrapolável à região, incide sobre: a implementação de medidas de acções propostas no Plano da Bacia Hidrográfica do Mondego, nomeadamente, a elaboração de uma base de dados geo-referenciada de infra-estruturas e obras hidráulicas mais relevantes das linhas de água da bacia hidrográfica do rio Ceira; a aplicação de modelos geo-hidrológicos de determinação de caudais extremos para diferentes probabilidades de ocorrência e delimitação de áreas inundáveis.

Nesta fase o projecto está subdividido nas seguintes componentes:

- Definição geométrica das linhas de água mais significativas do Rio Ceira: Rio Ceira e Rio Corvo.
- Modelação geo-hidrológica do rio Ceira
- Base de Dados de Infra-estruturas hidráulicas

##### **Definição geométrica rio Ceira e rio Corvo.**

A definição geométrica do rio Ceira e Corvo está a ser efectuada por um equipa de topografia, com base num levantamento sistemático de infra-estruturas hidráulicas e outros locais de secção rígida. Nesta fase já se encontra concluído o trabalho de levantamento topográfico do rio Ceira e encontra-se em fase de conclusão o trabalho de levantamento do rio Corvo.

### **Modelação geo-hidrológica do rio Ceira**

A metodologia proposta para avaliação do risco de cheia baseia-se na modelação matemática de fenómenos intensos de precipitação e escoamento, adoptando aplicações de distribuição gratuita desenvolvidas e distribuídas na internet pelo Hydrologic Engineering Center (HEC) do Army Corps of Engineers ([www.hec.usace.army.mil](http://www.hec.usace.army.mil)).

A sequência de cálculo inicia-se com a utilização do modelo hidrológico (HEC-HMS) que permite simular os processos de transformação da precipitação sobre a bacia em escoamento superficial. Os valores de escoamento obtidos por este modelo são utilizados no modelo hidráulico (HEC-RAS) para calcular o nível de água em diferentes secções da rede hidrográfica.

Nesta fase e após de ter sido ultrapassada a fase de construção dos modelos hidráulicos e hidrológicos, os dois modelos vão ser objecto de calibração comparando os valores observados de cheias históricas com os valores calculados pelos modelos.

### **Base de Dados de Infra-estruturas**

Pretende-se criar um sistema de informação (SI) centralizado que reúna as bases de dados utilizadas nos vários serviços. O SI deverá estar acessível a todos os utilizadores e estabelecer relações entre as várias bases de dados, para que seja possível aceder aos dados a partir de vários pontos de entrada. O SI deverá igualmente permitir a numeração automática e única dos vários processos existentes nos serviços.

### **Outros trabalhos no âmbito do Projecto**

- Leitura dos dados hidrométricos e precipitação para folha de calculo Excel referentes ás seguintes estações: Ponte do Cabouco, Ponte da Conraria, Ponte de Góis, Ponte da Mucela e Góis (precipitação);
- Actualização e aperfeiçoamento da estrutura da base de dados georeferenciada e as suas diversas ligações;
- Rasterização de uma carta datada de 1958 com os limites do perímetro máximo de cheia do rio Mondego;

- Rasterização de várias cartas do Rio Zêzere com o limite da zona adjacente de ocupação edificada condicionada;
- Selecção dos registos do “CadInf” das bacias do Rio Tejo e do Rio Lis referentes à região Centro, na qual foram identificados e adicionados à base de dados georeferenciada, 306 registos do Lis e 5522 registos do Tejo;
- Importação de ficheiros de texto (\*.txt) com dados de precipitação para folha Excel, tratamentos dos dados de precipitação e caudais;
- Introdução dos dados referidos anteriormente no Software “Hydrologic Engineering Center Data Storage System Visual Utility Engine ” (HecDssVue) e transformação para períodos de 30 minutos;
- Importação dos dados do “HecDssVue” com períodos de 30 minutos para o Software “Hydrologic Modeling System” (HEC-HMS)
- Configuração do Modelo Hidrológico e executar o modelo para visualizar os primeiros resultados
- Leituras dos Limigamas (precipitação) para uma folha Excel do mês de Janeiro de 2001 para as estações de Góis, Louçainha (Outeiros e Simonte);
- Introdução dos dados em “HecDssVue”, conversa o para períodos de 30 minutos;
- Importação dos dados para “HEC-HMS” e configuração do modelo
- Transferência da base de dados georeferenciada para o servidor “Marte” para consulta dos funcionários da casa.
- Execução de um Modelo Digital Terreno (TIN) para uma extensão compreendida entre a foz do Rio Ceira e a Ponte do Cabouco, tendo por base o levantamento exaustivo efectuado pela topografia com GPSRTDK;
- Georeferênciação das infra-estruturas do Rio Corvo
- Levantamento topográfico de 45 infra-estruturas do Rio Corvo
- Georeferênciação das infra-estruturas do Rio Arouce
- Georeferênciação das infra-estruturas do Rio Sotão
- Levantamento topográfico de 29 infra-estruturas do Rio Ceira
- Levantamento com GPS das margens do Rio Ceira para Modelo 3D

#### **4.5.2. Optimização de Sistemas de Tratamento de Águas Residuais por Plantas Hidrófitas (em curso)**

Tem-se verificado que os sistemas de tratamento com recurso a leitos de macrófitas dão bons resultados na depuração das águas residuais domésticas, apresentam preços muito competitivos, para além de constituírem soluções técnicas adequadas e de baixa tecnologia desde que ajustados às condições do local

Têm sido inúmeros os pedidos de esclarecimento e consultoria formulados quer pelas autarquias, quer por diversos projectistas, o que justifica plenamente um estudo mais aprofundado tendo em vista não só uma melhor adequação à legislação em vigor, como o fornecimento de respostas dotadas de maior rigor científico e que racionalizem e optimizem as intervenções.

O nosso País, e a Região Centro em particular, caracteriza-se, em termos de dispersão urbana, por um reduzido número de aglomerados urbanos de grande dimensão (> 90.000 hab.) sendo o número de aglomerados urbanos de pequena ou reduzida dimensão (< 1000 hab.) ainda muito elevado.

Na Região Centro estimou-se a aplicabilidade destes sistemas a cerca de 1950 aglomerados que perfazem um total populacional de 420.000 habitantes, correspondendo a cerca de 25% da população da região.

Neste contexto reveste-se de especial importância a implantação de adequados sistemas de tratamento de águas residuais que, entre outros factores, aliem a baixa tecnologia e custos moderados, quer em termos de 1º investimento, quer sobretudo em termos de manutenção e gestão.

É neste contexto que surge o projecto “Optimização de Sistemas de Tratamento de Águas Residuais por Plantas Hidrófitas” o qual tem como área de abrangência toda a área da jurisdição da CCDRC.

O projecto insere-se nas linhas gerais de orientação definidas nos Planos de Bacia Hidrográfica (PBH) e no Plano Nacional da Água (PNA), nomeadamente na protecção, conservação e requalificação dos meios hídricos, e nas linhas de orientação estratégica e prioritária do PNA, nomeadamente a protecção eficaz e permanente das águas e superação das carências básicas em infra-estruturas.

#### **4.5.3. Projecto de Requalificação Ambiental e Ordenamento das Áreas Envolventes à Barrinha de Mira (em curso)**

Este projecto incluiu o desenvolvimento de estudos de base, estudo prévio e estudo de impacte ambiental. A DIE foi responsável pela coordenação do projecto, não obstante ter sido envolvido outros serviços técnicos da CCDRC e envolveu: preparação do processo de

concurso; promoção do concurso público internacional, avaliação de propostas dos concorrentes; reuniões técnicas com elaboração de actas e pareceres técnicos; acompanhamento técnico à equipe projectista, articulação e consulta a outras entidades.

#### **4.6. Trabalhos Desenvolvidos pelo Pessoal do Baixo Mondego**

- Preparação do viveiro com sementeiras e plantação de Garfos;
- Montagem de estantes no parque para arquivo de processos vindos de Castelo Branco;
- Arranque de árvores no viveiro com “Dumper”;
- Colocação de ninhos artificiais nas Matas da Geria, Varelas, S. Martinho e Stº Varão, seguindo-se mais tarde o seu controle com vista à respectiva ocupação;
- Podas nas Matas de S. Martinho, Stº Varão , junto à ETAR, Casaleiros, e linha de Plátanos em S. Silvestre;
- Limpeza de jacintos aquáticos numa vala de enxugo em Febres;
- Arranque de canas, silvas e acácias com E - 5 na Mata do Porto de Caça (Rio Velho);
- Roçagem do “perré” na Mata da Geria e limpeza de infestantes junto ao pôço;
- Desocupação do lanço da Figueira da Foz, e transporte de todo o material mobiliário e processos para o parque de material de Quinhendros;
- Apoio ao transplante de estorno na Praia de Pedrogão e dunas da Vagueira;
- Vedação da Mata de S. Martinho de Árvore e colocação de mesas, papeleiras e painel;
- Abertura de coras e montagem de vedação no Parque de Merendas em Stº Varão;
- Abertura de covas com “Damper” da Junta de Freguesia;
- Regas no Viveiro da Mata da Geria e no parque de material;
- Transporte de processos de ex-DSNEAC e ex-DPO de Quinhendros para parque de material assim como processos de Mini-Hidricas.

#### **4.7. Topografia**

Para além dos diversos levantamentos topográficos de apoio a obras, há ainda a destacar, no apoio à Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental os trabalhos de topografia, participação na execução de projecto e lançamento de alguns concursos (abertura e análise de propostas). De notar que todo o volumoso trabalho identificado, só foi possível graças à recente aquisição da mais moderna tecnologia neste campo, como é um GPS RTDK e uma Estação Total, e aonde houve uma forte aposta na formação de jovens em matérias de elevada



complexidade, já que envolve a utilização de software e conhecimentos específicos para permitir trabalhar com estes equipamentos.:

- Levantamento topográfico na Ribeira de Pomares
- Registo das cheias no Rio Cértima
- Registo das cheias no Rio Lis
- Levantamento topográfico da Ribeira dos Fornos
- Implantação da duna artificial da Costa Nova
- Levantamento topográfico da foz do Rio Alva
- Levantamento topográfico do Covão (Penacova - Rio Mondego)
- Levantamento topográfico e implantação no Ribeiro Pequeno (Penacova – Rio Mondego)
- Criação de uma Rede Local Geodésica entre Figueira da Foz e São Pedro de Moel
- Levantamento da linha de costa entre Mira e Esmoriz com moto 4
- Levantamento da linha de costa entre Figueira da Foz e São Pedro de Moel com Moto 4
- Traçado de perfis na Vagueira
- Levantamento topográfico de um lote de inertes com 2000m<sup>3</sup> na Carvoeira (Penacova-Rio Mondego)
- Levantamento topográfico no Rio Cértima (Pateira de Fermentelos)
- Levantamento topográfico em Penacova - Pauliteiros (Rio Alva)
- Levantamento topográfico entre Ponte do Miguel e Ponte da Bajanca (Rio Lis)
- Apoio à equipa de Arqueologia em Penacova (Foz do Alva)
- Levantamento topográfico para controlo de extracção de inertes no Camarção (Figueira da Foz – Bom Sucesso)
- Levantamento topográfico para controlo de extracção de inertes em Porto de Vacas (Rio Zêzere)
- Levantamento topográfico para controlo de extracção de inertes na Portela (Rio Mondego)
- Levantamento topográfico para controlo de extracção de inertes na Costa de Arnes (Rio Mondego)
- Levantamento com GPS em Mogofores - Anadia para modelo 3D
- Levantamento topográfico da Praia Fluvial do Reconquinho em Penacova (Rio Mondego)
- Implantação de lotes em Pereira do Campo
- Levantamento topográfico na Foz do Alva para arranjos marginais
- Levantamento topográfico em Penacova - Ribeiro Pequeno, para regularização do leito e arranjos marginais

- Levantamento topográfico no Rio Mondego entre a Ponte da E.N.2 e a Ponte do IP3 (jusante)
- Levantamento topográfico no Rio Mondego (Boavista – Rebolim) regularização
- Correção do traçado da Vala do Casal da Fonte (Lavos \_ Figueira da Foz)
- Levantamento topográfico para controlo de extracção de inertes na Costa de Arnês (Rio Mondego)
- Levantamento topográfico em Poutena e execução do modelo 3D
- Levantamento topográfico no Estreitinho (Fundão - Rio Zêzere)
- Levantamento topográfico no Sítio da Tapadinha (Fundão - Rio Zêzere)
- Levantamento topográfico em Requeixo - Rio Cértima (actualização)
- Implantação de estacas e controle de obra no Porto da Raiva
- Implantação de estacas na Costa de Arnes

## 5. Outras Actividades

### 5.1 Projecto RIVFUNCTION

O projecto RIVFUNCTION (<http://www.ladybio.ups-tlse.fr/rivfunction>) é um projecto de investigação financiado pela União Europeia a partir da parceria gerada entre 10 parceiros universitários/institutos de investigação europeus, e duas entidades estatais responsáveis pelo ambiente. Os dois parceiros portugueses deste projecto são o IMAR (Instituto de Investigação Universitário) e a CCDRC.

Esta ferramenta, que pretende-se que venha a ser incorporada no conjunto de procedimentos de avaliação avançados pela Directiva Quadro da Água (Directiva 2000/60/CE de 23 Outubro de 2000), tem por objectivo a avaliação do estado ecológico dos rios em termos funcionais, a partir de um conjunto de indicadores ambientais e que conta, dentro da CCDRC, com a articulação e envolvimento do Laboratório, integrado na Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental.

As etapas de desenvolvimento do RIVFUNCTION incluem a identificação de um conjunto de indicadores e dos pontos críticos iniciais (objectivos ambientais quantitativos), e a definição das especificações técnicas para os procedimentos padronizados.

Esta ferramenta é elaborada pelo consórcio misto de cientistas e utilizadores finais (entidades ambientais), para assegurar com solidez os fundamentos científicos e a aplicabilidade da metodologia desenvolvida.

Nesse sentido, e sendo a CCDRC, simultaneamente parceiro e utilizador final desta metodologia, pretende-se realizar um conjunto de experiências conjuntas com o IMAR, que têm como princípio de aplicação as estações das redes de monitorização convencional da CCDRC.

## **5.2 Avaliação de Impacte Ambiental, em apoio à DAA no âmbito do D.L. n.º 69/2000, de 3 de Maio**

- Parecer sobre a Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do EIA do “Projecto da Pedreira de Argila Várzeas”;
- Parecer sobre a Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do EIA do “Projecto de Ampliação da Pedreira de Calcário Ornamental Vale da Pia n.º 2”;
- Parecer sobre a Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do EIA do Projecto de Ampliação da Pedreira de Calcário Ornamental Vale das Valigotas”;
- Parecer sobre a Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do EIA do “Projecto de Ampliação da Friedrich Grohe Portugal – Componentes Sanitários, Lda.”;
- Parecer sobre a Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do EIA do “Projecto de Ampliação da Manufactura Santos, S.A.”;
- Parecer sobre a Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do EIA do “Projecto da Pedreira de Areia da Guia”.
- Avaliação da PDA do EIA do *Projecto da Requalificação da Barrinha de Mira*, apresentada pelo consórcio responsável pelo projecto.
- Parecer sobre a Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do EIA do “Projecto de Areia da Pedricosa”
- Estudo prévio do Campo de Golfe do Parque Desportivo de Aveiro (Processo AIA 101/02);
- Definição de âmbito do EIA “Ampliação Integrada das áreas de exploração das pedreiras alto dos Crespos, N1; Altos dos Crespos N 3 e vale de Coimbra N.3. (Processo AIA 133/02);
- EIA do terminal papelheiro polivalente do Porto da Figueira da Foz;
- Avaliação de incidências ambientais no Núcleo piscatório da Gala.

### **5.3 Elaboração de pareceres técnicos**

- Participação no parecer técnico da componente de Ecologia do Campo de Golfe do Parque Desportivo de Aveiro;
- Parecer técnico ao Ante-projecto de Requalificação Ambiental do Vale Central do Baixo Mondego
- Parecer técnico à “Proposta de Projecto do parque Botânico do Pinhal de Mira”;
- Parecer técnico ao Projecto de “Reflorestação da Lixeira dos Lírios-Cantanhede”;
- Parecer técnico ao “Projecto de Regularização do Troço Urbano da Ribeira do Ameal. Águeda”, proposto pelo INAG;
- Parecer técnico ao Projecto “Limpeza de jacinto-de-água na Pateira do Rio Cértima”.
- Apoio à DSGT na elaboração de estudos hidrológicos e hidráulicos para definição da cheia centenária no âmbito dos trabalhos da REN

### **6.4 Participação em Grupos de Trabalhos**

- Participação em representação da CCDRC na Estrutura de Coordenação e Controlo das Intervenções na Barrinha de Esmoriz / Lagoa de Paramos criada através da Resolução do Concelho de Ministros nº 176/2003
- Participação em reuniões técnicas de acompanhamento da revisão do PDM de Vagos.

**DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL**

**Director de Serviços: Dr. António Serrano**

**Divisão de Monitorização Ambiental**

**Divisão de Laboratórios**

**Chefe de Divisão: Dr. Mendes dos Santos**

## **Nota introdutória**

A Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental (DSMA) é constituída por duas divisões: a Divisão de Monitorização Ambiental (DMA) e a Divisão de Laboratórios (DL).

As atribuições legalmente cometidas à Divisão de Monitorização Ambiental referem-se essencialmente à gestão, manutenção e implementação das redes de recolha de dados climáticos, hidrológicos, sedimentológicos, piezométricos e de qualidade das águas, à gestão de sistemas de informação regionais sobre águas de superfície e águas subterrâneas e à aplicação e validação a nível regional de modelos e métodos, com vista à avaliação, caracterização e preservação dos recursos hídricos regionais numa óptica quantitativa e qualitativa, bem como assegurar as acções relativas ao controlo e monitorização do ar, ruído e resíduos, pelo que uma parte muito importante e essencial da actividade da DMA desenvolve-se mediante a realização de trabalhos de campo.

Além das competências legalmente atribuídas, a DMA continuou a desenvolver actividades nos domínios do abastecimento público de água, particularmente quando as origens de água são subterrâneas, mediante a prestação de assistência técnica às autarquias, do licenciamento de captações de água subterrânea e de extracção de inertes.

Apesar de se reconhecer a sua importância, a escassez de meios humanos e materiais, continuou a obrigar à secundarização da monitorização da qualidade das águas subterrâneas e dos estudos sedimentológicos (medição de caudal sólido nas principais linhas de água e estabelecimento das respectivas curvas granulométricas), que são duas importantes atribuições da DSMA.

Quanto à Divisão de Laboratórios é a estrutura da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro vocacionada para dar apoio laboratorial a todos os Serviços da CCDRC, realizar as análises de monitorização e de fiscalização da competência

dos serviço e ainda prestar apoio de carácter analítico às autarquias, organismos do Estado, empresas e público em geral.

O Laboratório desenvolve o seu trabalho no domínio das águas superficiais, subterrâneas, abastecimento, residuais domésticas e residuais industriais. Elabora também Estudos de Qualidade da Água.

A existência de laboratórios de análises devidamente equipados e dotados de pessoal qualificado, torna-se cada vez mais necessário como instrumento de gestão da qualidade dos recursos hídricos.

## **1. Divisão de Monitorização Ambiental**

### **1.1. Recursos humanos**

São 22 os funcionários do quadro afectos à DMA e distribuem-se de acordo com as categorias, do seguinte modo:

Técnicos Superiores	5
Engº Técnico Agrário	1
Técnicos Profissionais	11*
Vigilantes da Natureza	3
Assistentes Administrativas	3
Cantoneiros	1

\* A partir de Outubro dois Funcionários aposentaram-se.

### **1.2. Actividade desenvolvida**

#### **Expediente**

Durante o ano de 2003 o Sector Administrativo da DSMA processou a documentação que se apresenta no Quadro 1. As licenças emitidas constam do Quadro 2. As receitas da DSMA provenientes do licenciamento de captações constam no Quadro 3.

**Quadro 1. Documentos entrados e/ou processados**

Tipo de documento	Número
Total de documentos entrados na DSMA	5853
Ofícios	8688
Informações	212
Notas de Serviço	666

**Quadro 2. Licenças emitidas (Furos)**

Tipo de documento	Número
Alvarás de Licença	1511
Títulos de Legalização	473
Licenças de Captação	161
Certidões	43
Processos indeferidos	9

**Quadro 3. Receitas da DSMA (Furos).**

Janeiro	23 124,44 €
Fevereiro	25 093,55 €
Março	23 788,11 €
Abril	20 159,40 €
Maió	19 848,87 €
Junho	32 210,20 €
Julho	31 823,23 €
Agosto	26 894,25 €
Setembro	18 891,56 €
Outubro	25 723,74 €
Novembro	23 036,80 €
Dezembro	22 363,18 €
<b>TOTAL</b>	<b>292 95,33 €</b>

### Actividade técnica

A monitorização continuou a ser uma das prioridades da DSMA.



**Rede Piezométrica:**

Número total de piezómetros da rede = 124 (118 mensais, 3 trimestrais, 3 semestrais)

Número de medições efectuadas = 1 736

Piezómetros à experiência não incluídos na rede = 4

**Rede Qualidade de Águas Subterrâneas:**

Número total de pontos de água da rede = 78

Número de medições efectuadas = 78

Número de colheitas de amostras de água = 78

**Rede de Nitratos:**

Número total de pontos de água (poços) = 43

Número de medições efectuadas = 43

Número de colheitas de amostras de água = 43

Em colaboração com outros serviços desta **CCDRC**:

- Apoio à DAA na análise de EIA's;
- Apoio ao Laboratório na colheita de amostras de água para análise.

Em colaboração com outras **Instituições**:

- Com o INAG - Revisão e optimização das redes de monitorização de águas subterrâneas;
- Com a Universidade de Aveiro;
- Com a Universidade de Coimbra, como entidade co-orientadora de estágios.

Foi dada continuidade à organização, selecção e triagem dos numerosos dados disponíveis a fim de os disponibilizar aos diversos utilizadores.

Foram, também, actividade dos técnicos da DSMA, pareceres hidrogeológicos, vistorias e ensaios de caudal por conflitos de usos do domínio hídrico.

No âmbito da pesquisa e captação de águas subterrâneas para abastecimento público, foi prestada assistência técnica às seguintes Autarquias:

Mealhada	Batalha	Aveiro
Cantanhede	Soure	Figueira da Foz
Marinha Grande	Mortágua	Porto de Mós

Pombal

Aguiar da Beira

Montemor-o-Velho

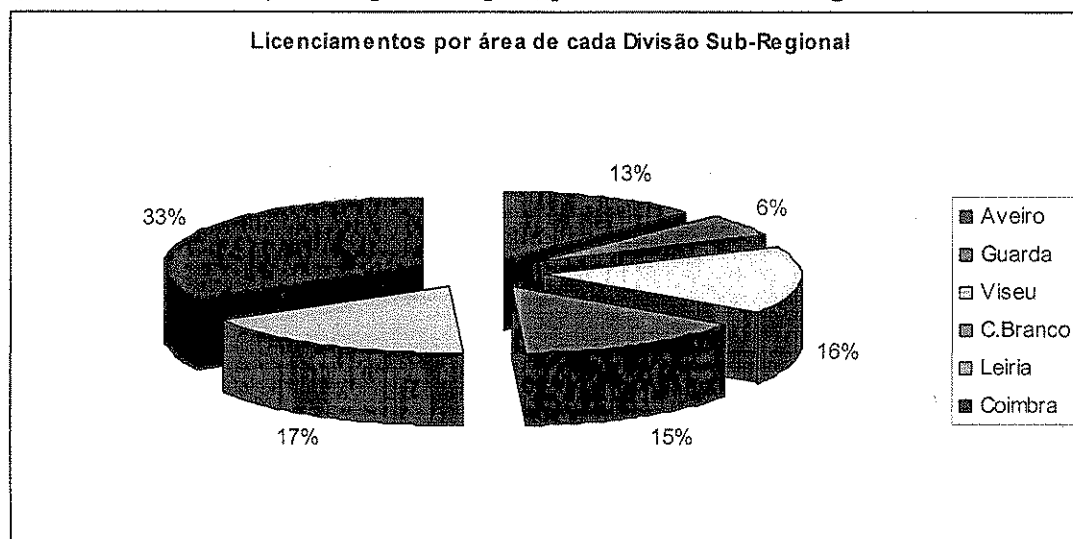
O licenciamento de captações de água subterrânea continuou, durante este período, a ser uma das actividades com maior volume de trabalho.

No Quadro 3 e 4 é representado o número e tipo de processos e sua distribuição nas áreas das Divisões Sub-Regionais desta CCDR-Centro.

**Quadro 4.** Número e tipo de processos e sua distribuição pelas Divisões Sub-regionais.

	Aveiro	Viseu	Guarda	Coimbra	Leiria	Castelo Branco	TOTAIS
Pesquisa	189	246	84	505	261	226	1511
Legalização	12	276	70	32	32	51	473
Captação	33	31	16	38	21	22	161
Certidões	9	0	0	17	1	15	43
<b>TOTAIS</b>	<b>243</b>	<b>553</b>	<b>170</b>	<b>592</b>	<b>315</b>	<b>315</b>	<b>2188</b>

**Quadro 5.** Distribuição, em percentagem, pelas Divisões Sub-regionais.



No anexo I estão indicados o número e tipo de processo de licenciamento para cada concelho da área de jurisdição da CCDR, agrupados por área de Divisão Sub-Regional.

### 1.2.1. Sector de Hidrometria

São cinco os funcionários do quadro ao serviço do Sector de hidrometria, distribuídos do seguinte modo:

4\* - Hidrometristas

1 - Técnico profissional

1 – Cantoneiro

\* 1 foi transferido para a Divisão de Infra-Estruturas da DSCNLI

Dentro do Projecto de *Monitorização dos Recursos Hídricos – Rede Sedimentológica* foram feitas 3 (três) aquisições de serviço, com início em 1 de Agosto, 25 de Agosto e 1 de Setembro, que estão a dar apoio a este sector.

Em 2003 foi dada continuidade à candidatura ao Programa Operacional até 2006 com um projecto denominado *Monitorização dos Recursos Hídricos – Rede Sedimentológica*, que obteve aprovação e homologação em Março de 2002.

Foi apresentada uma candidatura ao Programa Operacional com um projecto denominado *Monitorização dos Recursos Hídricos – Levantamento Batimétrico dos Cursos de Água*.

Este projecto irá permitir a aquisição de equipamentos específicos para a execução do levantamentos dos leitos das linhas de água com perfis transversais e longitudinais georeferenciados, possibilitando o acompanhamento e evolução do leito e margens dos cursos de água.

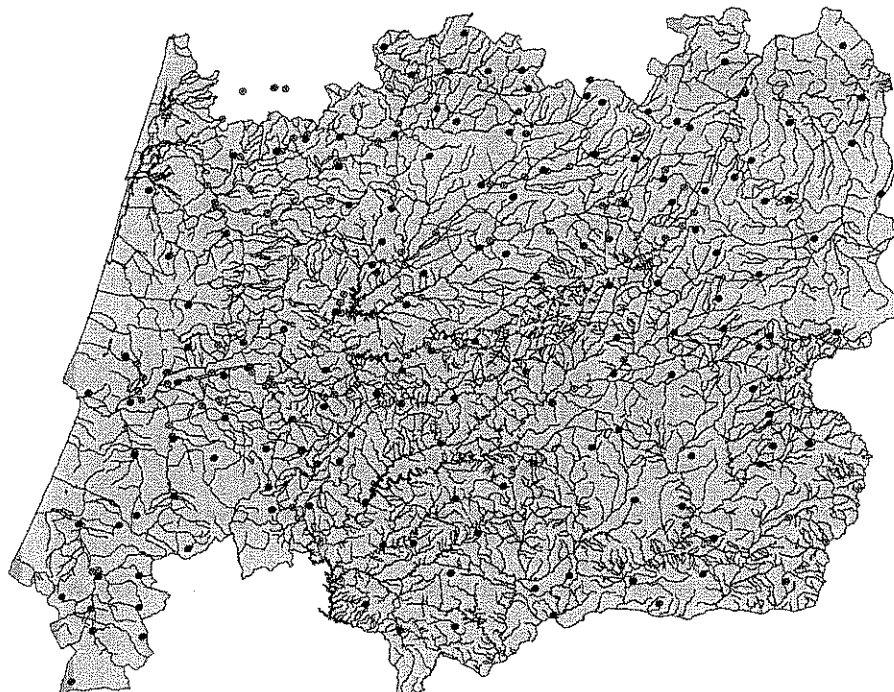
Foi dado resposta às solicitações de particulares, empresas e entidades, no que respeita ao fornecimento de dados.

Foram recebidos, conferidos e tratados, os diversos boletins udométricos, meteorológicos, hidrométricos e limnográficos das diversas estações hidrometeorológicas.

Foram calculadas todas as medições de caudal líquido efectuadas e registadas em livro próprio.

Foi dada continuidade à introdução em formato digital dos boletins udométricos, tendo sido dado início à introdução, em base digital, dos dados de evaporação dos diversos postos meteorológicos.

A actividade de campo desenvolve-se pela área de jurisdição da CCDR-Centro mais propriamente pelas bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego, Lis e Tejo, representadas na figura 1.



**Fig. 1.** Representação das principais bacias hidrográficas na região centro.

O número e tipo de estações distribuídas por bacias hidrográficas está indicado no Quadro 6. Neste grupo estão já as estações com telemetria, “transmissão em tempo real”, incluídas no programa SVARH - Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos. Convém salientar que se encontra cerca de 95% de novas estações já instaladas.

**Quadro 6.** Número e tipo de estações distribuídas por bacias hidrográficas.

Bacia Hidrográfica	Tipo de estações					Soma	Observações
	Meteo- rológica	Udográ- fica	Udomé- trica	Hidromé- trica	Limnigrá- fica		
Rio Vouga	2	0	17	1	11	31	
Rio Mondego	5	5	45	1	24	80	

Rio Lis	2	1	6	0	2	11	
Rio Tejo	2	3	43	0	3	51	
			1			1	(a)
TOTAL						174	

(a)- estação udométrica de Arrimal, não incluída no rio Lis por ficar fora da bacia nas limnigrácas agora só hidrométricas estão em algumas também instaladas sondas de qualidade.

No anexo II indicam-se alguns aspectos relacionados com as actividades desenvolvidas nas estações hidrometeorológicas.

No Quadro 7 estão indicados alguns dados referentes à recolha de amostras na rede da qualidade da água (RQA), praias fluviais e praias marítimas, efectuadas pela DSMA para análise no laboratório.

**Quadro 7.** Dados referentes à recolha de amostras para análise laboratorial.

Bacia Hidrográfica (rio)	Número e tipo de amostras			Soma amostras por bacia	Quilómetros Percorridos		
	RQA	Praias Fluviais	Praias Marítimas		RQA	Praias Fluviais	Praias Marítimas
Vouga	12		170	12	9.650	10.951	3.745
Mondego	202	310		512			
Tejo	36			36			
<b>SOMAS:</b>	250	310	170		<b>Total de quilómetros</b>		
<b>Total de amostras efectuadas até 30 de Set.:</b>				<b>730</b>	<b>percorridos na recolha</b>		
					<b>das amostras foi de: : : : 24 346</b>		

As amostras de RQA, ocupam 2 dias por mês num total de 5 equipas. As amostras nas praias marítimas e fluviais, são iniciadas em Maio e terminam em Setembro, ocupando 2 dias por semana num total de 4 equipas.

### Principais carências sentidas neste sector

Para se efectuar o trabalho de manutenção, exploração, conservação e execução do número de medições de caudal líquido para afinação e verificação das curvas de vazão e execução de medições de caudal sólido, é necessário a admissão de:

- Três técnico-profissionais para colaborar nas áreas de Hidrometria, Hidrologia e Sedimentologia.. Estes técnicos poderão ser transferidos de outros serviços desde que interessados em trabalhar nestas áreas.
  
- Três cantoneiros para apoio nos diversos trabalhos de campo.

### 1.2.2. Qualidade do Ar

À monitorização da qualidade do ar encontram-se afectos dois Técnicos Superiores do quadro de pessoal da CCDR e ainda um outro em regime de aquisição de serviços assegurada através de projectos da medida ambiente do Programa Operacional Regional do Centro.

No ano 2003 foram realizadas as seguintes tarefas:

- assegurar o controlo técnico e administrativo das estações de medição da qualidade do ar;
- assegurar a manutenção da operacionalidade da rede de medição da qualidade do ar: manutenção preventiva de 1ª linha (quinzenal e mensal), manutenção correctiva (quando necessário) dos analisadores da qualidade do ar, gestão do equipamento científico, gestão dos gases de calibração, gestão dos contratos de manutenção das garrafas de gás de calibração, gestão de outro equipamento consumível e equipamento suplente, bem como de todo o equipamento de suporte;
- assegurar o controlo e validação diária dos dados da qualidade do ar;
- calcular diariamente os “Índices da Qualidade do Ar” (índice provisório e índice definitivo);
- efectuar o tratamento mensal dos dados da qualidade do ar;
- enviar os dados trimestrais da qualidade do ar, em bruto, para o Instituto do Ambiente para cumprimento da Decisão do Conselho 97/101/CE, relativa ao intercâmbio de informação;
- efectuar o tratamento anual dos dados da qualidade do ar no âmbito da Directiva 92/72/CE, referente à troca de informação do ozono;
- elaboração dos relatórios anuais da qualidade do ar de 2002, com todo o tratamento estatístico legislado e com todo o suporte gráfico pertinente;
- informar a população em tempo útil da ocorrência de certos níveis de Ozono (ultrapassagens dos limiares de informação e de alerta da população);
- colaborar na implementação de uma base de dados nacional da qualidade do ar;

- execução de duas campanhas da qualidade do ar, com amostradores passivos, nas “Aglomerações de Aveiro/Ílhavo e de Coimbra”;
- resposta escrita a pedidos de dados e de informações várias no âmbito da qualidade do ar;
- execução de toda uma série de procedimentos práticos e administrativos, com o objectivo da instalação das cinco novas estações da qualidade do ar adquiridas por Concurso Público Internacional no âmbito da candidatura ao “Programa Operacional Nacional do Ambiente” subordinada ao tema “Monitorização da Qualidade do Ar na Região Centro”. Procedimentos esses relativos, por exemplo, à localização das estações no que se refere aos aspectos relacionados com os critérios de selecção dos locais impostos por lei, terreno, instalação eléctrica e telefónica e pagamento dos seus consumos;
- conclusão da instalação de cinco novas estações da qualidade do ar na sequência da candidatura atrás referida, nomeadamente as estações de Coimbra - Instituto Geofísico, Aveiro – Escola Secundária José Estevão, Ílhavo – Escola EB 2,3 de Ílhavo, Leiria/Ervedeira e Fundão/Salgueiro;
- execução dos restantes procedimentos prévios propostos no âmbito da candidatura “Monitorização da Qualidade do Ar na Região Centro”, para a aquisição de cinco estações meteorológicas, dois calibradores e uma aquisição de serviços com o objectivo de garantir a instalação e manutenção das novas estações da qualidade do ar;
- execução da candidatura ao “Programa Operacional Regional do Centro” subordinada ao tema “Qualidade do Ar – Reapetrechamento da Rede, Avaliação e Divulgação de Informação”, com o objectivo, por um lado, remodelar e reapetrechar a actual rede de monitorização da qualidade do ar da Região Centro e por outro lado assegurar o controlo técnico e administrativo da rede e ainda, a elaboração de estudos destinados à divulgação dos dados da qualidade do ar. Neste âmbito, são efectuados todos os procedimentos de consulta prévia e ajustes directos para aquisição de equipamento da qualidade do ar diverso e serviços;
- preparação de uma brochura sobre qualidade do ar e sua publicação, , no âmbito de projecto “Qualidade do Ar – Reapetrechamento da Rede, Avaliação e Divulgação de Informação”;
- elaboração de uma candidatura ao “Programa Operacional Regional do Centro”, subordinada ao tema “Reforço e Expansão da Rede de Monitorização da Qualidade do Ar na Região Centro”, já aprovada e homologada, cujo objectivo último é o

cumprimento dos requisitos comunitários relativos à vertente ambiental, nomeadamente no que se refere à obrigatoriedade de monitorizar a qualidade do ar nas “Zonas” e “Aglomerações”, segundo o D.L. nº 276/99, de 23 de Julho. Desta forma garantir o funcionamento das estações existentes e a aquisição de uma nova estação a colocar na “Zona Centro Interior”, dada a vastidão da área em causa e a insuficiência de informação da qualidade do ar disponível;

- participação em reuniões técnicas realizadas no Instituto do Ambiente cujo objectivo é definir directrizes de implementação do disposto no Dec. Lei nº 276/99, de 23 de Julho, que se refere às linhas de orientação da política de gestão da qualidade do ar;
- atendimento ao público no âmbito da qualidade do ar;
- realização de várias reuniões com entidades públicas no âmbito da instalação das novas estações da qualidade do ar.

#### ***Dificuldades sentidas:***

No que se refere às imposições definidas na legislação vigente sobre qualidade do ar, existem dificuldades no cumprimento de alguns aspectos, nomeadamente na obrigatoriedade das CCDR informarem a população em tempo útil do ultrapassar dos valores limite e de alerta para os diversos poluentes, de acordo com a Directiva 2002/3/CE, de 12 de Fevereiro, relativa ao ozono, e com o DL nº 111/2002, de 16 de Abril, relativo aos dióxidos de enxofre e de azoto. A divulgação ao público da informação referida implica a montagem de um sistema que funcione 24 horas sobre 24 horas (dado que a ocorrência de ultrapassagens aos valores limiar podem registar-se a qualquer hora), que exige uma equipa de técnicos com formação na área da qualidade do ar, dada a especificidade do trabalho em questão, e ainda um conjunto de meios técnicos, que permitam garantir essa divulgação atempadamente.

A aquisição de cinco novas estações de monitorização da qualidade do ar (para cumprimento da obrigatoriedade de monitorização das “Zonas” e “Aglomerações”- segundo o DL nº 276/99, de 23 de Julho), a aquisição de outros equipamentos necessários e o funcionamento de toda a rede (composta no total por oito estações), apenas foi e é possível através de projectos submetidos ao Programa Operacional do Ambiente, dados os custos extremamente elevados implicados na aquisição e manutenção dos equipamentos. Sublinha-se, a este propósito, que as despesas de manutenção anuais de uma estação é, em média, de cerca de 12500 €.



### 1.2.3. Monitorização da Produção e da Gestão de Resíduos Industriais

A Portaria n.º 792/98, de 22 de Setembro, regulamentou a obrigatoriedade anual de registo de resíduos, relativamente aos produtores de resíduos industriais, preconizado no DL n.º 239/97, de 9 de Setembro, atribuindo às ex-DRAOT (actuais CCDR), o tratamento, validação e carregamento informático dessa informação e seu envio ao Instituto de Resíduos até ao dia 30 de Setembro do ano imediato àquele a que se reportam os dados.

As principais actividades desenvolvidas foram:

- Validação e carregamento informático dos Registos de Resíduos Industriais relativos a 4808 estabelecimentos industriais que integram 13 101 fichas de resíduo (o procedimento de validação requereu a emissão de 1275 ofícios de solicitação de esclarecimentos, 5 notificações de advertência para a proibição da queima de resíduos a céu aberto)
- Foi solicitada às entidades gestoras de resíduos localizadas na Região Centro informação sobre a origem e quantidade dos resíduos geridos por origem em 2002 e procedeu-se à sua confrontação com a constante no Registo de Resíduos;
- Elaboração de 178 participações escritas que resultaram em processos de contra-ordenação, por falta de cumprimento do registo de resíduos;
- Elaboração dos Relatórios resultantes do tratamento estatístico da informação (já disponibilizados ao público na página da internet da ex-DRAOT)
- “Produção de Resíduos Industriais na Região Centro em 2002”
- “Produção de Resíduos Industriais na Indústria Cerâmica em 2002”
- Publicação de um artigo sobre a produção de resíduos industriais na indústria cerâmica, que foi publicado na revista “Keramica” em Julho do corrente ano;

Relativamente ao último ano de registo (ano de 2002), salienta-se:

- um aumento do número de estabelecimentos industriais que procederam ao preenchimento dos Mapas de Registo de 67%, tendo como base de comparação o ano anterior;
- os estabelecimentos industriais que procederam ao Registo de Resíduos empregam 84% dos trabalhadores da Região Centro, tendo por base os dados do Instituto Nacional de Estatística de 2000, relativos à mão de obra industrial.

Em complemento da informação acima, cumpre salientar a evolução muito favorável que tem sido verificada em termos de Registo de Resíduos desde 1998 a 2002 tal como se comprova através das representações gráficas da figura 2.

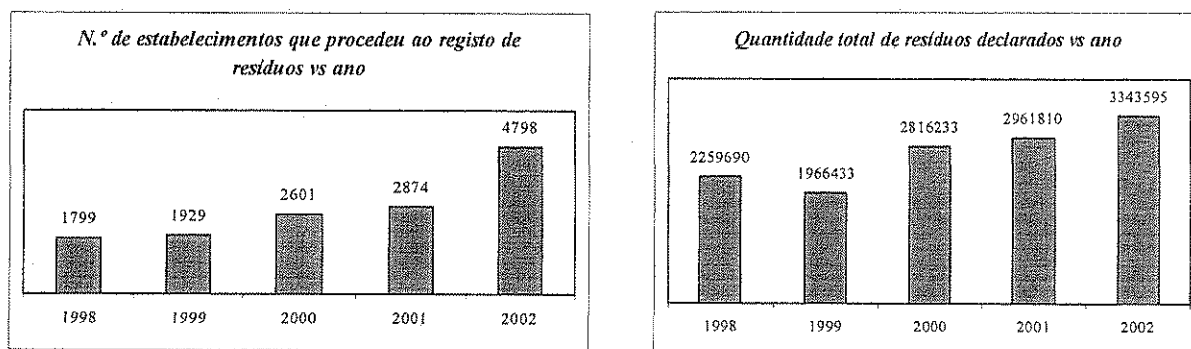


Figura 2. Número de estabelecimentos e quantidade total de resíduos declarados de 1998 a 2002.

Por outro lado, salienta-se o aumento da consciencialização dos responsáveis pelos estabelecimentos industriais que se repercutiu na acentuada diminuição do número de processos de contra-ordenação instaurados relativamente aos registos de 2002 (fig. 3).

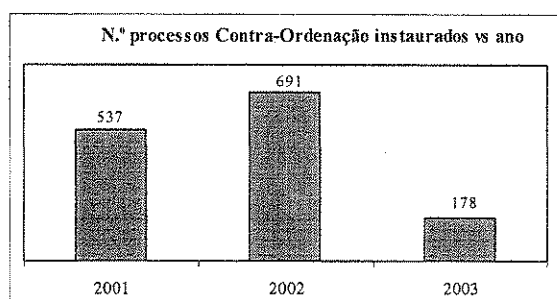


Figura 3. Número de processos de contra-ordenação de 2001 a 2003.

#### 1.2.4. Cadastro de Fontes Poluidoras / Inventário de Emissões

A existência de um cadastro de emissões fiável é um imperativo, dado que a ultrapassagem nas estações de monitorização da qualidade do ar dos Valores Limite de Emissão (VLE) impostos para os vários poluentes atmosféricos, obriga as actuais CCDR à elaboração de planos e programas para a melhoria da qualidade do ar (confrontar com o DL n.º 276/99, de 23 de Julho).

As principais actividades realizadas foram:

- Envio de Inquéritos às indústrias que foram consideradas relevantes em termos de emissões gasosas (aproximadamente 450);
- Informatização das respostas ao inquérito antes referido;
- informatização de dados relativos a 1 467 fontes de emissão;
- informatização de 1 996 caracterizações de emissões gasosas relativas aos anos de 2000 a 2002;
- elaboração de 96 participações escritas que resultaram em processos de contra-ordenação, por falta de execução das 2 caracterizações de emissões gasosas obrigatórias;
- elaboração dos Relatórios resultantes do tratamento estatístico da informação:
- “Levantamento de Emissões Gasosas Industriais dos Distritos da Guarda, Viseu e Sub-Região do Baixo Vouga”;
- “Inventário de Emissões Gasosas Industriais em 2002”;

Relativamente ao primeiro inventário realizado, que abrangeu na sua versão final 289 estabelecimentos industriais, foi possível contabilizar ao nível do concelho as emissões dos poluentes Partículas, Monóxido de Carbono, Óxidos de Azoto e de Enxofre, Sulfureto de Hidrogénio e Chumbo, tendo-se concluído que a maior quantidade de emissões gasosas industriais resulta, para todos os poluentes referidos, dos Sectores de Fabricação de Pasta e Papel, Produção de Cimento e, por fim, de Produção de Cerâmica e de Vidro.

### **1.2.5. Ruído**

O DL n.º 292/2000, de 14 de Novembro, veio confirmar como competência das actuais CCDR a fiscalização em termos de Ruído Ambiental das Actividades Ruidosas Temporárias e Permanentes. Muito embora este Decreto-Lei atribua às Câmaras Municipais competência fiscalizadora das actividades por elas licenciadas, verifica-se que as mesmas continuam na sua esmagadora maioria a não possuir meios técnicos e humanos para o seu desempenho.

Apesar das dificuldades existentes, e da escassez de meios humanos que também a CCDRC se debate, foram realizados no corrente ano 31 ensaios acústicos e ainda a monitorização do Dia Europeu sem Carros na Cidade de Leiria. Mais se informa que se encontram pendentes da realização de ensaios acústicos 34 processos de reclamação.

### 1.2.6. Lixeiras e Aterros Sanitários

As principais actividades desenvolvidas nestas áreas foram no âmbito da monitorização, em especial:

- Análises qualitativas do biogás (em percentagem de CH<sub>4</sub> e CO<sub>2</sub>);
- Recolha de amostras para análise das águas contidas nos tanques de lixiviados (lixeiros);
- Recolha de amostras para análise nas linhas de águas (a montante e a jusante) existentes nas imediações das lixeiras;
- Efectuar o registo fotográfico evolutivo;
- Georeferenciar as lixeiras;
- Verificar visualmente possíveis deslizamentos dos taludes.

Antes de avançarmos para os resultados obtidos, deverão ser feitas algumas considerações relativamente às limitações com as quais nos deparamos durante a recolha de dados resultante da aplicação do programa de monitorização ambiental das lixeiras da Região Centro:

- Não foram feitas medições dos níveis piezométricos nem análises aos piezómetros nas lixeiras, quer por motivos de falta de meios humanos, quer por motivos de falta de equipamento;
- Não foram feitas medições de caudal de biogás devido ao facto de a ex-DRAOT-C não possuir um anemómetro, o qual permitiria a medição da velocidade do gás e consequente cálculo do parâmetro referido;

Os factos apresentados poderão introduzir algumas limitações em termos de interpretação dos resultados. A título de exemplo, podemos referir as principais:

- Devido à ausência de análises às águas subterrâneas nas lixeiras, não existem dados conclusivos relativamente às possíveis contaminações de solos e aquíferos das zonas circundantes das lixeiras, limitando-se as apreciações a meras avaliações visuais que se resumem à observação da vegetação circundante;
- Devido à ausência de medições dos níveis piezométricos, não se poderá garantir que nalguns casos os resultados das amostras colhidas nos tanques de lixiviados sofreram alguma influência devido à infiltração de águas subterrâneas;
- O equipamento existente para recolha de amostras de águas subterrâneas provoca turbulência criando turbidez na água existente no piezómetro;

- Dado o elevado peso do adutor torna-se bastante difícil o seu manuseio pelo que este equipamento deveria ser adaptado com um sistema de rodas, pegas suporte e elevação;
- A ausência de medições de caudal do biogás limita a tomada de decisões relativamente ao destino a dar ao metano (CH<sub>4</sub>), isto é, embora seja possível determinar as características do biogás em função da composição, não é possível determinar se o caudal emanado é suficiente para efectuar a respectiva combustão e consequente “transformação” em dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), chamando-se, neste caso, a atenção para o facto de o metano ser um gás potenciador do efeito de estufa (*“Resíduos Sólidos Urbanos: concepção, construção e exploração de tecnossistemas”*, Instituto do Resíduos) cujo efeito é aproximadamente 25 vezes superior ao do dióxido de carbono (*“Gás de Aterro – Uma solução energética para um problema ambiental”*, Centro da Biomassa para a Energia), sendo assim responsável por cerca de 20% do aquecimento global (*“Gestão de Resíduos”*, Universidade Aberta).

Acresce salientar que a área de abrangência da CCDRC se estende por 78 concelhos numa área de aproximadamente 24.000 Km<sup>2</sup>, o que impossibilitou o transporte das amostras em tempo útil para a determinação dos parâmetros bacteriológicos.

Foi possível a detecção de algumas irregularidades de manutenção e monitorização, e a determinação de algumas medidas a tomar de carácter imediato. Assim, detectou-se, que, na sua maioria, as lixeiras não têm sido alvo de qualquer operação de monitorização, e que muitas vezes as Câmaras Municipais desconhecem completamente quais os procedimentos necessários nesta matéria. Esta situação deverá ser resolvida com toda a brevidade, não só pelos cuidados ambientais que as lixeiras carecem, mas também por forma a uniformizar os critérios de monitorização para todos os intervenientes.

#### **1.2.7. Extração de Inertes**

Durante o ano de 2003, foram lançados concursos públicos para extração de inertes no rio Mondego, e licenciadas pequenas extrações noutras cursos de água. Para além da elaboração de todos os processos relativos aos concursos de inertes e emissão dos respectivos Alvarás de Licença e guias de pagamento, foram efectuadas vistorias e fiscalização a todas as extrações,

mais assiduamente aos lotes colocados a concurso, assim como colaboração em outro tipo de fiscalizações, na área da ex-DRAOT. No anexo III estão indicados os alvarás emitidos.

## **2. Divisão de Laboratórios**

As competências atribuídas à Divisão de Laboratórios são:

- Assegurar a gestão operacional do laboratório para a realização de medidas e ensaios analíticos, nomeadamente nos domínios da água, do solo, dos sedimentos, do ar e do ruído;
- Realizar estudos e programas de monitorização na área da qualidade da água, do solo, dos sedimentos, do ar e do ruído;
- Participar em programas nacionais e comunitários de intercalibração;
- Apoiar e participar em actividades de normalização sobre técnicas e métodos analíticos no domínio da água, dos solos, dos sedimentos, do ar e do ruído;
- Participar, nos planos técnico e científico, na definição e promoção das estratégias de monitorização ambiental, definidas a nível nacional, internacional ou comunitário;
- Realizar trabalhos e serviços para o exterior, de modo sustentado, no âmbito das suas competências.

Sendo as suas principais acções:

- Monitorização da qualidade da água.
- Controlo de descarga de efluente.
- Controlo de estações de tratamento.
- Apoio à Fiscalização.
- Controlo de águas balneares fluviais e marítimas.
- Controlo de águas superficiais na área das captações.
- Controlo de água para suporte da vida piscícola.
- Estudos de Qualidade da Água (Lagoas da Zona Centro e do Rio Arunca)

Principais actividades desenvolvidas:

- Os estudos de qualidade da água baseiam-se nos resultados analíticos das amostras de águas superficiais que mensalmente e ao longo dos anos, se vêm fazendo às bacias hidrográficas da nossa área de jurisdição. Foram feitas colheitas de amostras nas 40 Estações da Rede, cabendo ao Laboratório a determinação de 27 parâmetros. Foram analisadas 480 amostras, num total de 10280 análises.
- Programação ao longo do ano do controlo analítico a descargas de efluentes, tanto domésticos como industriais.
- Estabelecimento de valores para as descargas licenciamento das estações de tratamento de águas residuais (ETAR's). Esses deverão ser cumpridos e isso implica um controle analítico da descarga. Assim, foram controladas algumas das ETAR's.
- Apoio aos autos de contra ordenação levantados pela brigada de fiscalização fazenda determinações analíticas às amostras recolhidas. Neste âmbito ainda fazemos análises com vista a determinar a causa da morte de peixe. Foram realizadas 630 amostras, com um número de parâmetros variável, perfazendo 6170 análises.
- Decorrente das atribuições dadas pelo DL 236/98 continuaram este ano a serem controladas as praias balneares fluviais. Controlaram-se 82 praias, tendo sido realizadas análises a 1022 amostras num total de 8176 análises. Monitorizamos também as praias marítimas num total de 47, inseridas no programa de Praias Balneares e do POOC. Foram amostradas algumas de quinze em quinze dias e outras semanalmente durante a época balnear que decorreu de 15 de Maio a 30 de Setembro. Foram realizadas análises a 458 amostras num total de 3664 análises
- Foram analisadas ao longo do ano as águas superficiais na zona de captações públicas. Foram realizadas análises a 504 amostras, com 30 parâmetros cada, sendo 17 mensais, 7 bimensais e 6 trimestrais, num total de 10836 análises.
- Foram analisadas ao longo do ano as águas superficiais para suporte da vida piscícola quer de salmonídeos quer de ciprinídeos. Foram realizadas análises a 480 amostras com 13 parâmetros cada, num total de 5560 análises.
- Realizaram-se os estudos da Qualidade da Água das Lagoas da Zona Centro. Assim foram controladas as Lagoas da Vela, Braços, Mira e Barrinha de Mira. Foi ainda efectuado o estudo da Qualidade da Água do Rio Arunca.
- Foi realizado trabalho analítico para o ICN, respondendo a um concurso lançado por esta entidade. Desenvolvemos ainda trabalho analítico significativo para o IA pois controlaram-se as 47 praias balneares marítimas Foram amostradas algumas de quinze

em quinze dias e outras semanalmente durante a época balnear que decorreu de 15 de Maio a 30 de Setembro. Foram determinados analiticamente 7 parâmetros e visualmente outros 5.

- Continuamos a desenvolver acções conducentes à Certificação do Laboratório. É uma tarefa difícil pois a localização do laboratório trás alguns problemas. No entanto avançamos com tudo o que íamos podendo fazer. Neste campo, estão em fase de acabamento os documentos que envolvem o Manual de Procedimentos de Gestão da Qualidade, o Manual de Métodos Analíticos e o Manual de Procedimentos Operativos.

Os Quadros 8 e 9 apresentam o número de estações de amostragem quer por Bacia Hidrográfica, quer por Divisão, o Quadro 10 o número de amostras e análises realizadas e os Quadros 11 e 12 resumos contabilísticos.

Os parâmetros determinados pelo Laboratório estão indicados no anexo 4.

**Quadro 8.** Número de estações de amostragem por bacia.

	Vouga	Mondego	Lis	Tejo	Douro	TOTAL
RQA	9	11	8	11	1	40
<b>Captações</b>	5	15	3	12	7	42
<b>Balneares interiores</b>	8	48	3	22	1	82
<b>Piscícolas</b>	10	20	0	10	0	40
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>95</b>	<b>14</b>	<b>55</b>	<b>9</b>	<b>204</b>

**Quadro 9.** Número de estações de amostragem por delegação sub-regional.

	Viseu	Guarda	Coimbra	C. Branco	Leiria	Aveiro	TOTAL
RQA	3	3	10	8	9	7	40
<b>Captações</b>	6	10	8	10	5	3	42
<b>Balneares interiores</b>	18	15	23	13	11	2	82
<b>Balneares marítimas</b>	0	0	24	0	7	16	47
<b>Piscícolas</b>	11	7	10	7	1	4	40
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>	<b>29</b>	<b>84</b>	<b>37</b>	<b>25</b>	<b>33</b>	<b>251</b>



Quadro 10. Número de amostras e análises realizadas.

	Amostras	Análises
RQA	480	10.280
Contra-ordenações	630	6170
Praias fluviais	1.022	8176
Praias marítimas	458	3664
Captações	504	10.836
Águas superficiais	480	5560
<b>Total</b>	<b>35.744</b>	<b>44.686</b>

Quadro 11. Valores de despesa na DL.

Despesa	Rubrica	Valor
Pessoal - Quadro	01.01.03	31.820,44
Pessoal - Aquisição de Serviço	02.02.14	160.462,20
Pessoal - Aquisição de Serviço	02.02.25	7.232,50
<i>Subtotal</i>		<b>199.517,21</b>
Matérias primas	02.01.01	15.227,69
Consumíveis	02.01.17	12.214,07
Combustíveis - Gases	02.01.02	4.949,34
Manutenção	02.02.19	10.293,63
Equipamento	07.01.10	24.559,40
<i>Subtotal</i>		<b>67.244,13</b>
<b>TOTAL</b>		<b>266.761,34</b>

Quadro 12. Balanço contabilístico.

Receita	Despesa	Saldo
795.185,90	266.761,34	+ 528.424,56

**Principais limitações:**

- O pessoal do quadro pertencente ao laboratório era em 30 de Setembro de 1 Assessor Principal a desempenhar funções de Chefe de Divisão e 1 Assistente Administrativo , sendo a mão de obra da parte analítica assegurada por 8 aquisições de serviço que acabaram a aquisição de serviço em 31 de Dezembro de 2003
- Em termos de instalações elas são deficientes em termos de localização e apertadas no que respeita à Microbiologia
- Frota de viaturas pouco operacional quer em quantidade, quer em qualidade.

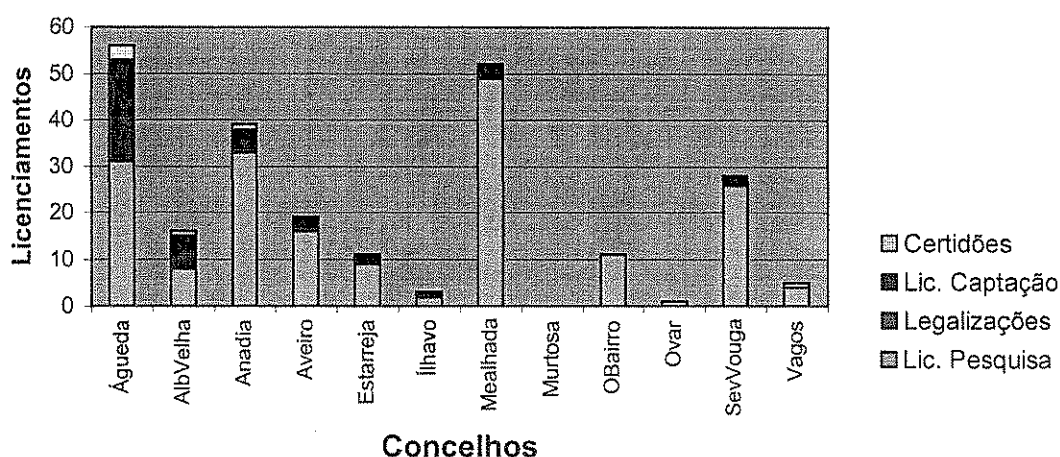
## **ANEXOS**

ANEXO I. Número e tipo de processo de licenciamento para cada concelho da área de jurisdição da CCDR, agrupados por área de Divisão Sub-Regional.

#### DIVISÃO SUB-REGIONAL DE AVEIRO

PROCESSOS	PESQUISA	LEGALIZAÇÃO	CAPTAÇÃO	CERTIDÕES
CONCELHOS				
TOTAL	189	12	33	9

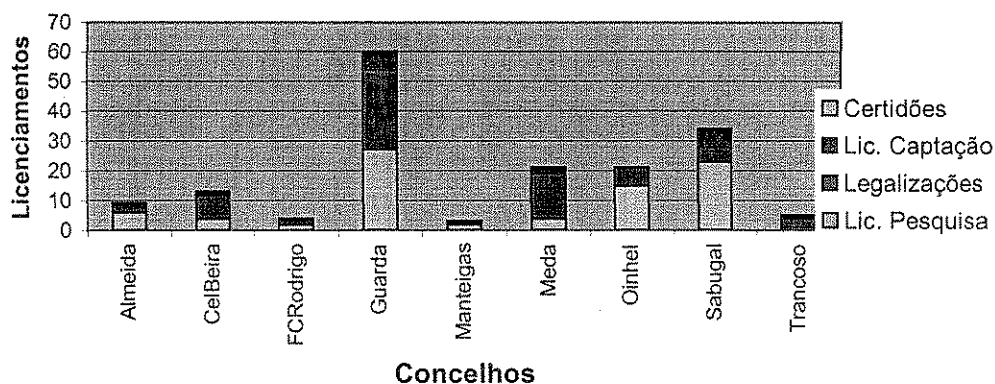
#### Distribuição e tipo de processos na área da Divisão Sub-Regional de Aveiro



#### DIVISÃO SUB-REGIONAL DA BEIRA INTERIOR – GUARDA

PROCESSOS	PESQUISA	LEGALIZAÇÃO	CAPTAÇÃO	CERTIDÕES
CONCELHOS				
TOTAL	84	70	16	0

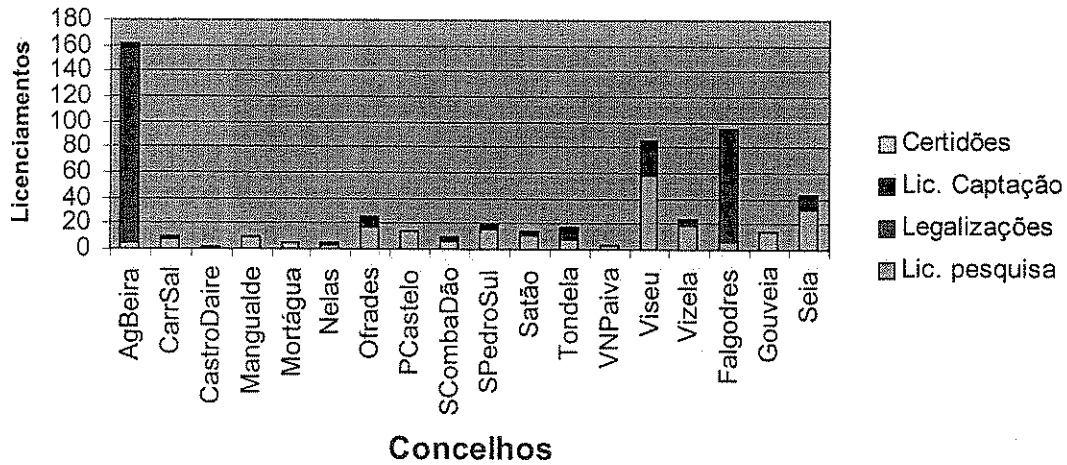
#### Distribuição e tipo de processos na área da Divisão Sub-Regional da Guarda



**DIVISÃO SUB-REGIONAL DE DÃO-LAFÕES E SERRA DA ESTRELA – VISEU**

PROCESSOS	PESQUISA	LEGALIZAÇÃO	CAPTAÇÃO	CERTIDÕES
CONCELHOS				
TOTAL	246	276	31	0

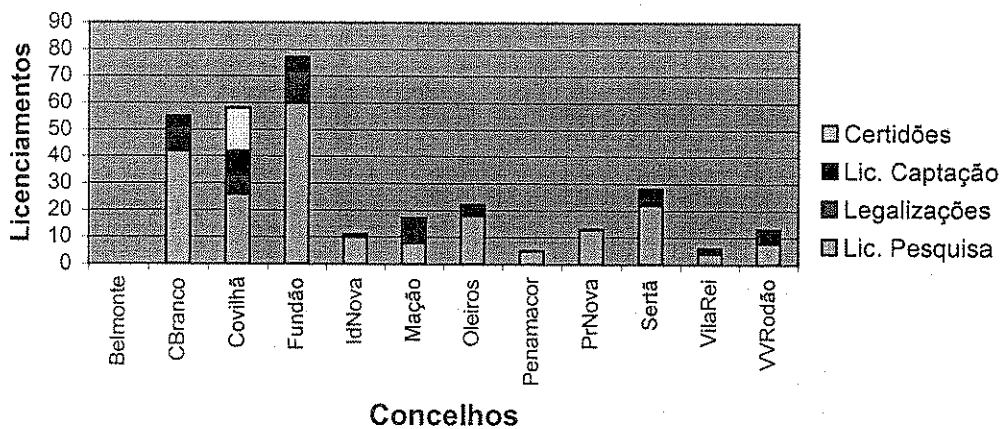
**Distribuição e tipo de processos na área da Divisão Sub-Regional de Viseu**



**DIVISÃO SUB-REGIONAL DO PINHAL INTERIOR SUL, DA COVA DA BEIRA E DA BEIRA INTERIOR SUL – CASTELO BRANCO**

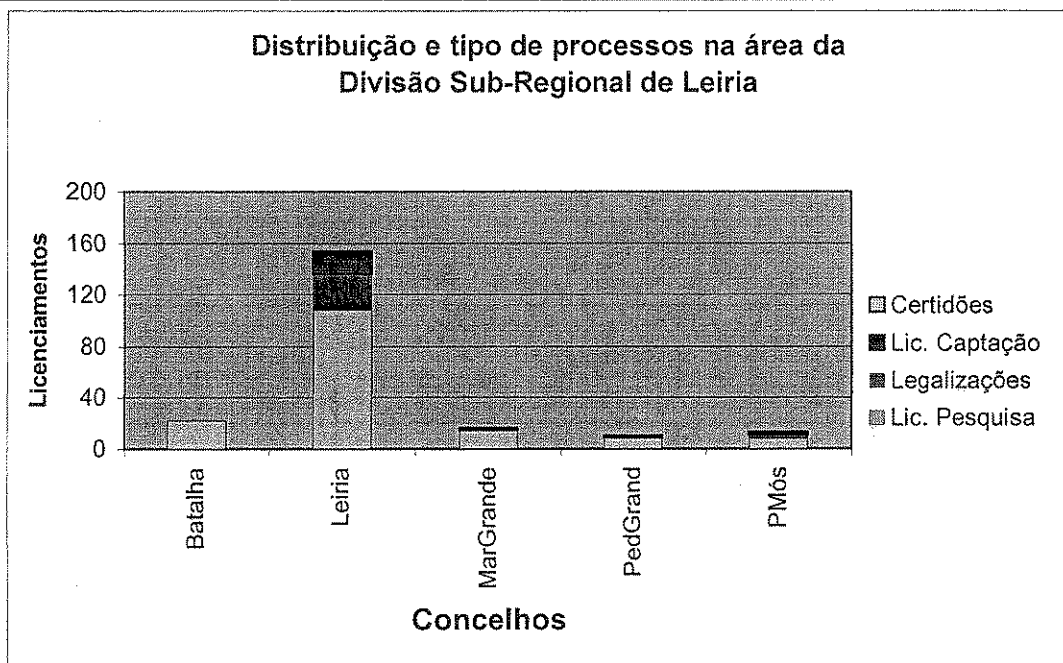
PROCESSOS	PESQUISA	LEGALIZAÇÃO	CAPTAÇÃO	CERTIDÕES
CONCELHOS				
TOTAL	226	51	22	16

**Distribuição e tipo de processos na área da Divisão Sub-Regional de Castelo Branco**



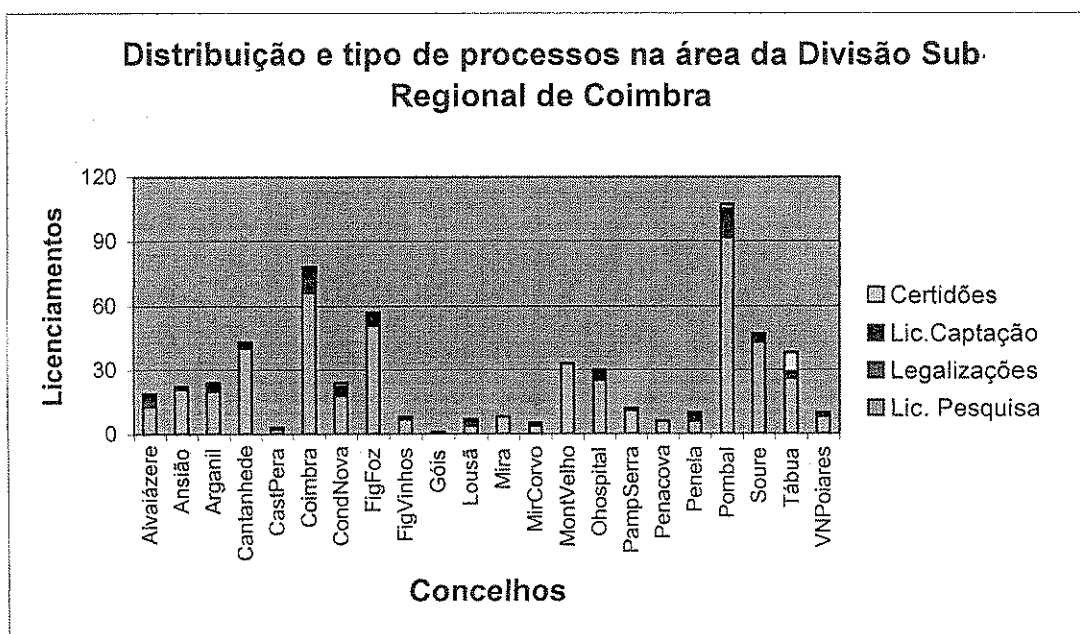
**DIVISÃO SUB-REGIONAL DO PINHAL INTERIOR - LEIRIA**

PROCESSOS	PESQUISA	LEGALIZAÇÃO	CAPTAÇÃO	CERTIDÕES
CONCELHOS				
TOTAL	261	32	21	1



**Ex - DIVISÃO SUB-REGIONAL DO BAIXO MONDEGO – COIMBRA**

PROCESSOS	PESQUISA	LEGALIZAÇÃO	CAPTAÇÃO	CERTIDÕES
CONCELHOS				
TOTAL	505	32	38	17



**ANEXO II. Actividades nas estações hidrometeorológicas**

Durante o ano de 2003 foi prestada a seguinte assistência técnica:

<b>ESTACÕES UDOMETEOROLÓGICAS</b>			
Designação	Nº. De Acções		Observações
	Estação	Soma	
Assistência a estações automáticas	2		(a)
Assistência a estações meteorológicas	15		
Assistência a estações udográficas	2		
Assistência a estações udométricas	24	43	

<b>ESTACÕES HIDROMÉTRICAS E LIMNIGRÁFICAS</b>			
Designação	Nº. De Acções		Observações
	Estação	Soma	
Assistência a estações hidrométricas	1		
Assistência a estações limnigráficas	9	10	

<b>MEDICÕES DE CAUDAL LÍQUIDO (escoamentos superficiais)</b>			
<b>Bacia Hidrográfica do rio Lis</b>			
Designação	Nº. De Acções		Observações
	Estação	Soma	
Açude de Arrabalde	4		
Ponte das Mestras	6	10	

<b>MEDICÕES DE CAUDAL LÍQUIDO (escoamentos superficiais)</b>			
<b>Bacia Hidrográfica do rio Vouga</b>			
Designação	Nº. De Acções		Observações
	Estação	Soma	
Ponte de Vale Maior	1		
Ribafeita	1		
Ponte de Pouves	1		
Ponte da Redonda	1		
Ribeiro	1		
Ponte de Vouzela	2		
Pontão do Avelal	2	9	

MEDIÇÕES DE CAUDAL LÍQUIDO (escoamentos superficiais)			
Bacia Hidrográfica do rio Mondego			
Designação	Nº. De Acções		Observações
	Estação	Soma	
Ponte da Azenha Nova	5		
Louçainha Simonte	3		
Ponte A do Casal da Rola	5		
Vila Franca da Serra	1		
Ponte da Dobreira	1		
Ponte do Rodão	9		
Ponte de Gois	1		
Ponte do Cabouco	6		
Ponte da Mucela	1		
Ponte da Conraria	7		
Ponte de Casével	9		
Ponte de Santa Clara (rio Dão)	1		
Ponte do Dinha	1	<b>50</b>	

MEDIÇÕES DE CAUDAL LÍQUIDO			
Nascentes das bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis			
Designação	Nº. De Acções		Observações
	Estação	Soma	
Anços	12		
Ourão	12		
Fontes	11		
Alcabideque	11		
Arrifana	12		
Olhos da Ferverça	11		
Ançã	12		
Alvorge	7		
Alcalamouque	11		
Ansião	8		
Dueça	12	<b>119</b>	



MEDICÕES DE CAUDAL LÍQUIDO			
Outras na bacia hidrográfica do rio Mondego			
Designação	Nº. De Acções		Observações
	Estação	Soma	
Nascente das Corgas	1		
Canal de Rega	11	12	

INSTALAÇÃO DE ESTAÇÕES DA NOVA REDE DE MONITORIZAÇÃO			
Bacia Hidrográfica dos rios Vouga, Mondego, Lis e Tejo			
Designação	Nº. De Acções		Observações
	Estação	Soma	
Assistir à instalação das novas estações da rede de Monitorização.	10	10	(b)

(a) - a assistência e manutenção deste tipo de estações, passou a ser da responsabilidade da firma que as instalou. Válido pelo período de 21 meses.

(b) - Foram efectuadas deslocações a algumas estações hidrometeorológicas das bacias hidrográfica dos rios Vouga, Mondego, Lis e Tejo, acompanhados por técnicos da empresa que ganhou o concurso, "Proposta de Reestruturação das Redes de Monitorização de Recursos Hídricos – Bacias Hidrográficas Entre Douro e Tejo", assistindo à instalação dos novos equipamentos da rede de monitorização, e fazendo a recepção provisória.

## ANEXO III. Alvarás emitidos

Alvará N.º	Nome	Curso de Água	Volume (m³)	Custo do Alvará (€)
14/02	José Martins Costa	Rio Zêzere	500	951,98
17/02	ABC – Areias e Britas do Cruzamento	Ribª. da Meimoa	1 228	1 354,98
37/02	Reis Antunes & Irmão, Lda.	Rio Zêzere	464	892,58
40/02	Eduardo Alves – Aluguer de Máquinas, Lda.	Rio Dão	500	951,98
41/02	Blocozêzere e Joaquim Manuel Pissarra	Rio Zêzere	6 275	6406,98
45/02	Esteves & Castanheira	Rio Alva	450	869,48
01/03	Castanheira & Castanheira, Lda.	Rio Alva	500	951,98
02/03	Esteves & Castanheira, Lda.	Rio Alva	457	881,03
03/03	António de Jesus Miranda, Lda.	Rio Mondego	8 400	28 896,36
04/03	Emídio Francisco & Filhos, Lda.	Rio Mondego	9 600	30 366,98
05/03	Junta de Freguesia de Pereira	Rio Mondego	1 500	Não levantou alvará
06/03	Areias do Centro Construções, Lda	Rio Mondego	27 446	Não levantou alvará
07/03	Junta de Freguesia do Eixo	Vala do Grifo	1 000	Não levantou alvará
08/03	Câmara Municipal de Aveiro	Vala do Grifo	1 300	Não levantou alvará
09/03	António de Jesus Miranda, Lda.	Rio Mondego	8 740	Não levantou alvará
10/03	José A. Guardado & Filhos, Lda.	Rio Mondego	9 750	38 834,48 (pagou 1ª. Prest.)
11/03	Joaquim Manuel Pissarra	Rio Zêzere	2 373	2 499,98
12/03	António de Jesus Miranda, Lda	Rio Mondego	8 900	Não levantou alvará
13/03	Areias do Mondego, C. Transp	Rio Dão	500	951,98
14/03	Areias do Mondego, C. Transp	Rio Mondego	500	951,98
15/03	Areias do Mondego, C. Transp	Rio Dão	500	951,98
17/03	António de Jesus Miranda, Lda.	Rio Mondego	7 700	25 536,98 (pagou 1ª. Prestação)
18/03	ABC-Areias e Britas do Cruzamento	Rio Zêzere	4 687	Não levantou alvará
19/03	ABC-Areias e Britas do Cruzamento	Ribeira da Meimoa	2 127	2 253,98
20/03	Ana Maria Pissarra Costa	Rio Zêzere	4 778	4 604,98
21/03	ABC e Outro	Rio Zêzere	5 176	5 302,98
22/03	Manuel Joaquim Saraiva	Rio Cóa	319	498,92
23/03	António Sobral Encarnação	Rio Pavia	1 600	1 726,98
24/03	Manuel José Matos Cortez	Rio Dão	500	622,9
25/03	Areias do Mondego	Rio Mondego	500	876,98
26/03	António Silva Neves Barbosa	Rio Alva	500	876,98

#### **ANEXO 4. Parâmetros determinados no Laboratório**

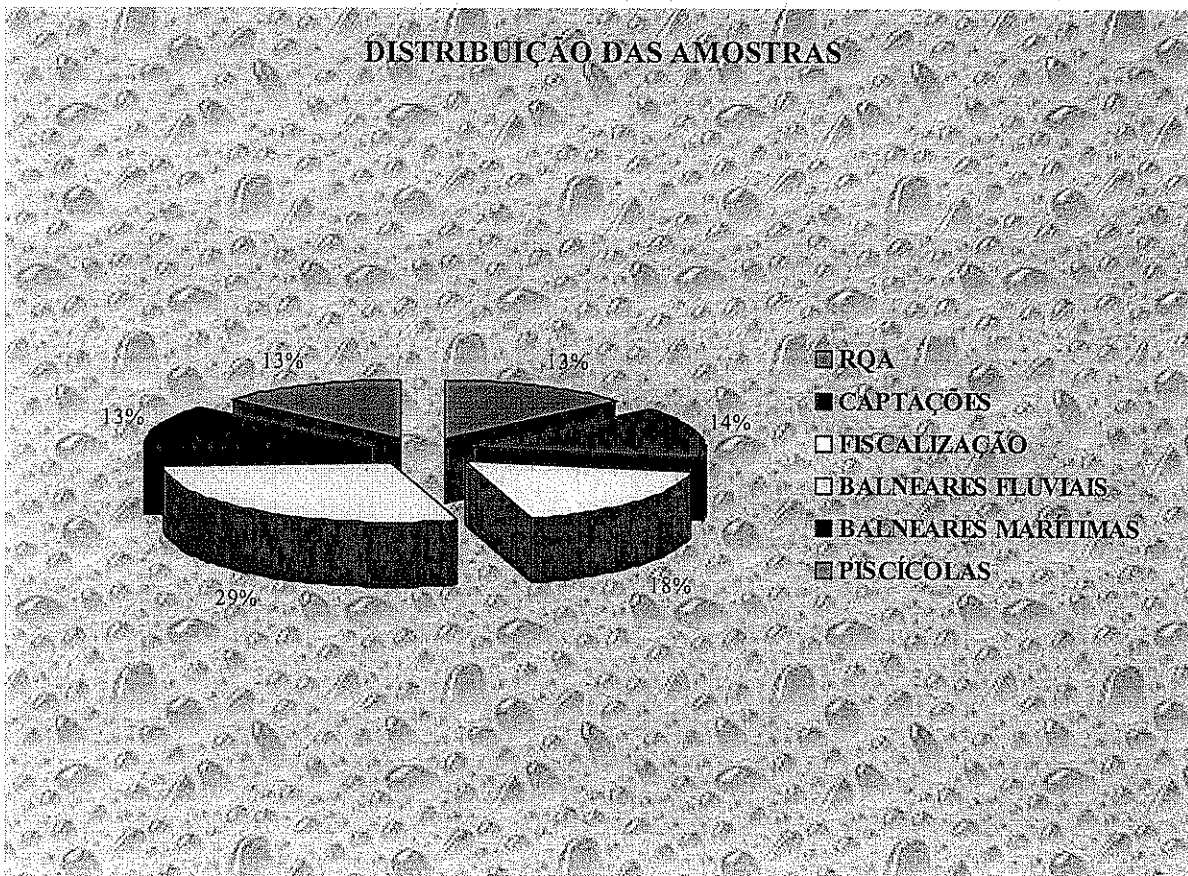
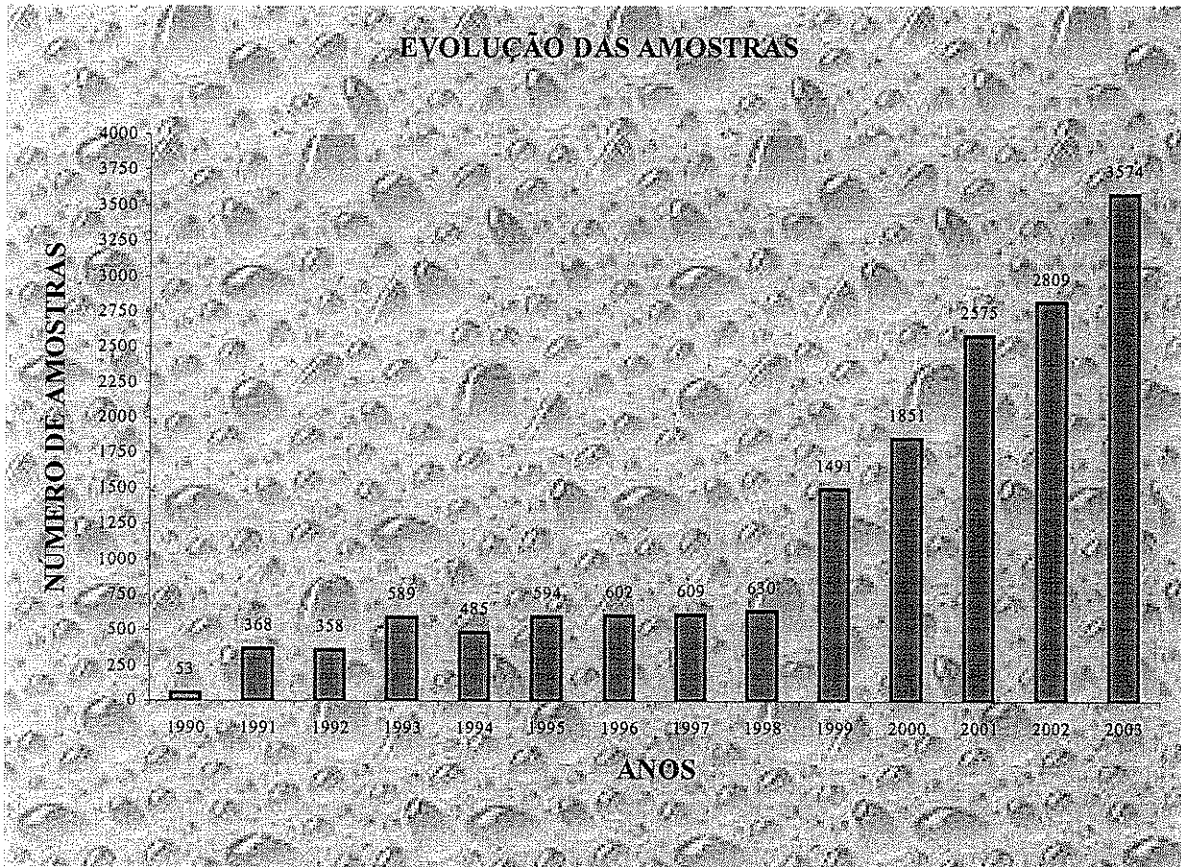
- Químicos de base – 19
- Metais – 14
- Microbiológicos – 4
- Biológicos – 1

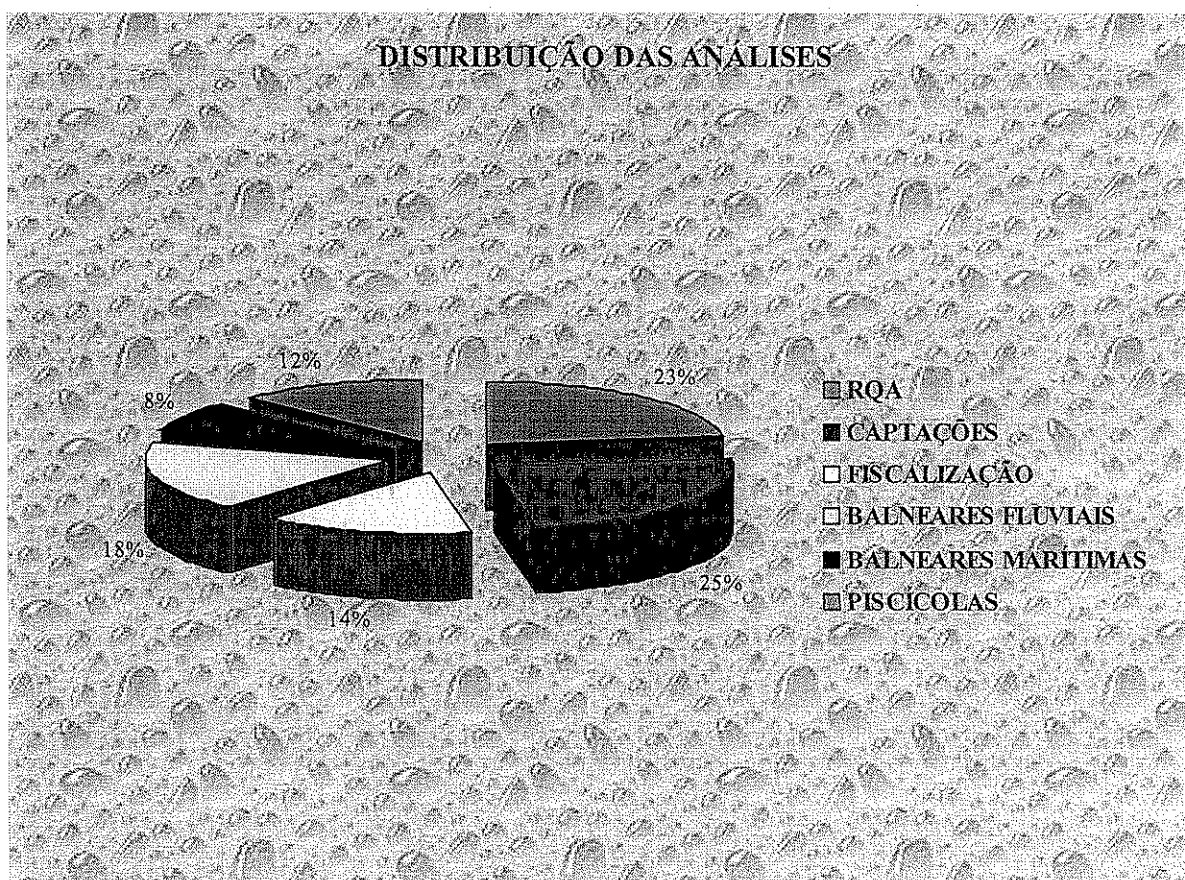
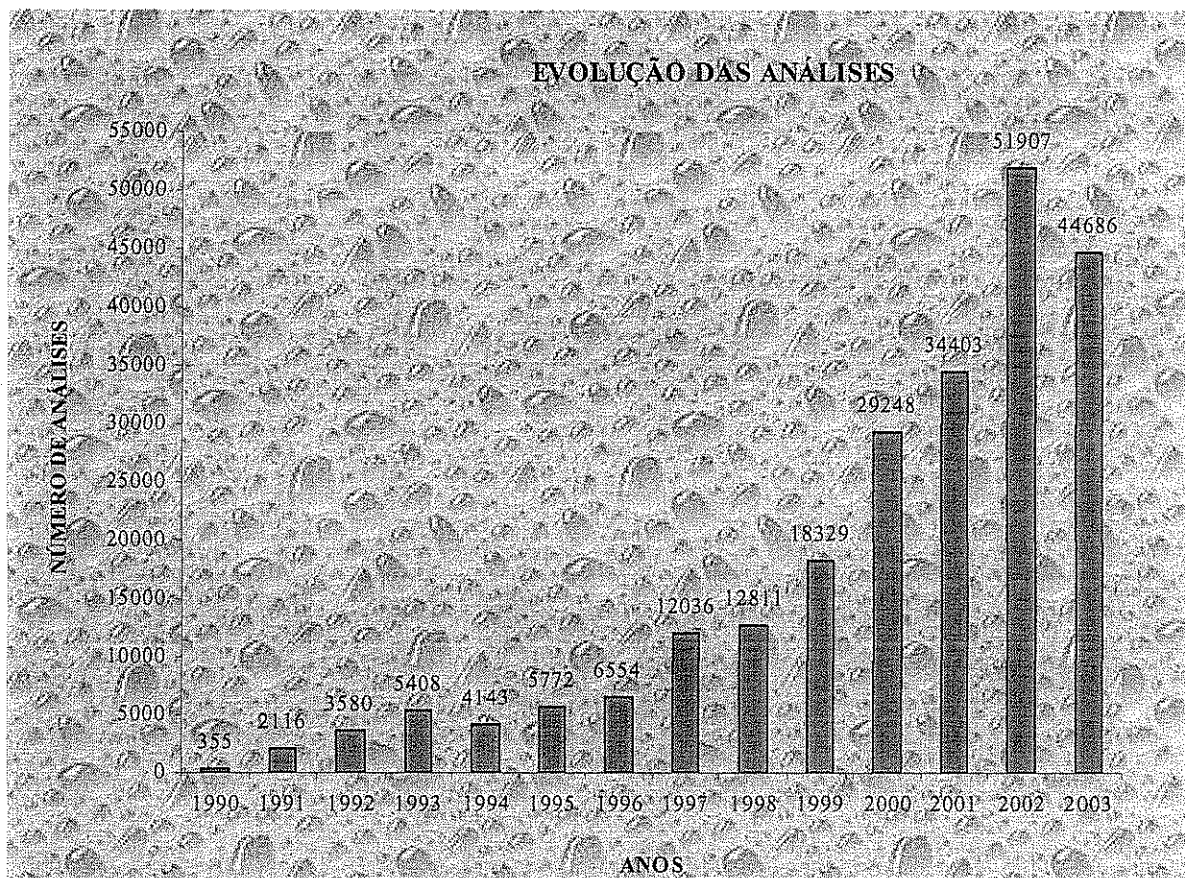
Especificamente os parâmetros determinados são:

pH  
Conductividade  
Turbidez  
Acidez  
Alcalinidade  
Dureza  
Sólidos Totais  
Sólidos Suspensos  
Sólidos Dissolvidos  
Oxidabilidade ao Permanganato  
Carência Bioquímica de Oxigênio  
Carência Química de Oxigênio  
Oxigênio Dissolvido  
Azoto amoniacal  
Nitratos  
Nitritos  
Cloretos  
Fosfatos  
Óleos e Gorduras  
Alumínio  
Arsênio  
Cádmio  
Cálcio  
Chumbo  
Cobre  
Crômio  
Ferro  
Magnésio

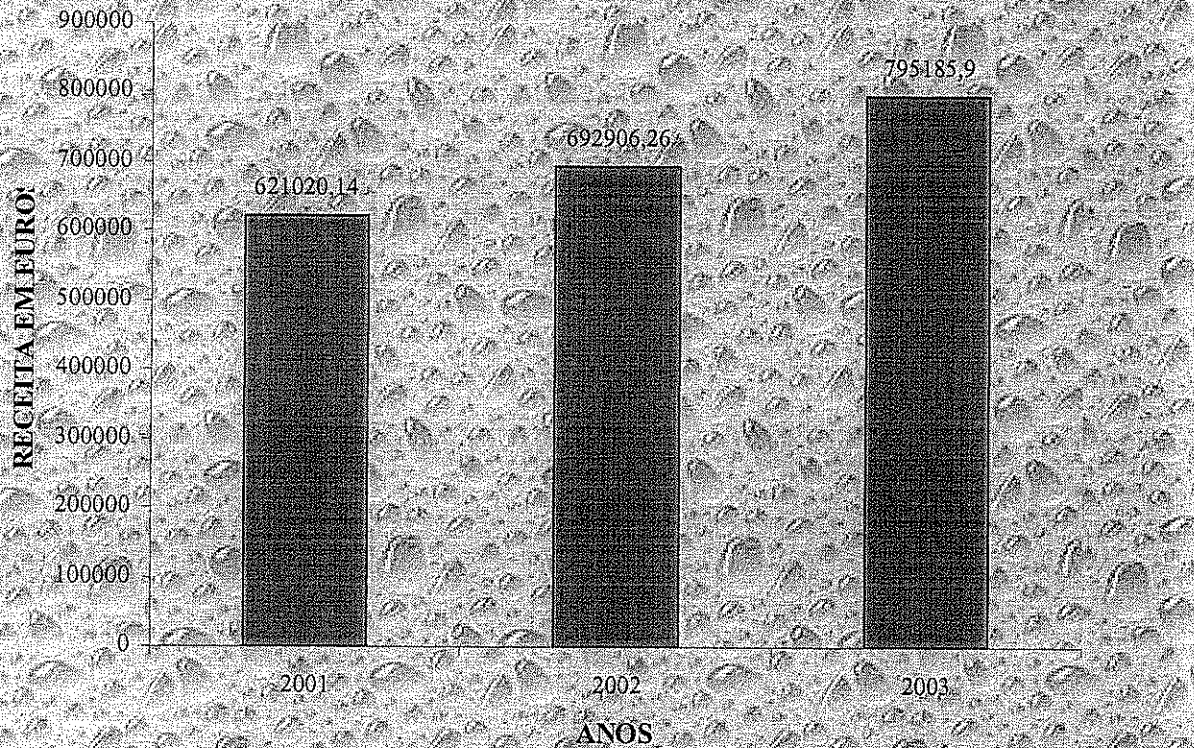
Manganês  
Níquel  
Potássio  
Sódio  
Zinco  
Coliformes Totais  
Coliformes Fecais  
Estreptococcus Fecais  
Salmonelas  
Clorofila a

Nos anexos seguintes indicam-se diversos aspectos referentes à actividades da Divisão de Laboratórios.

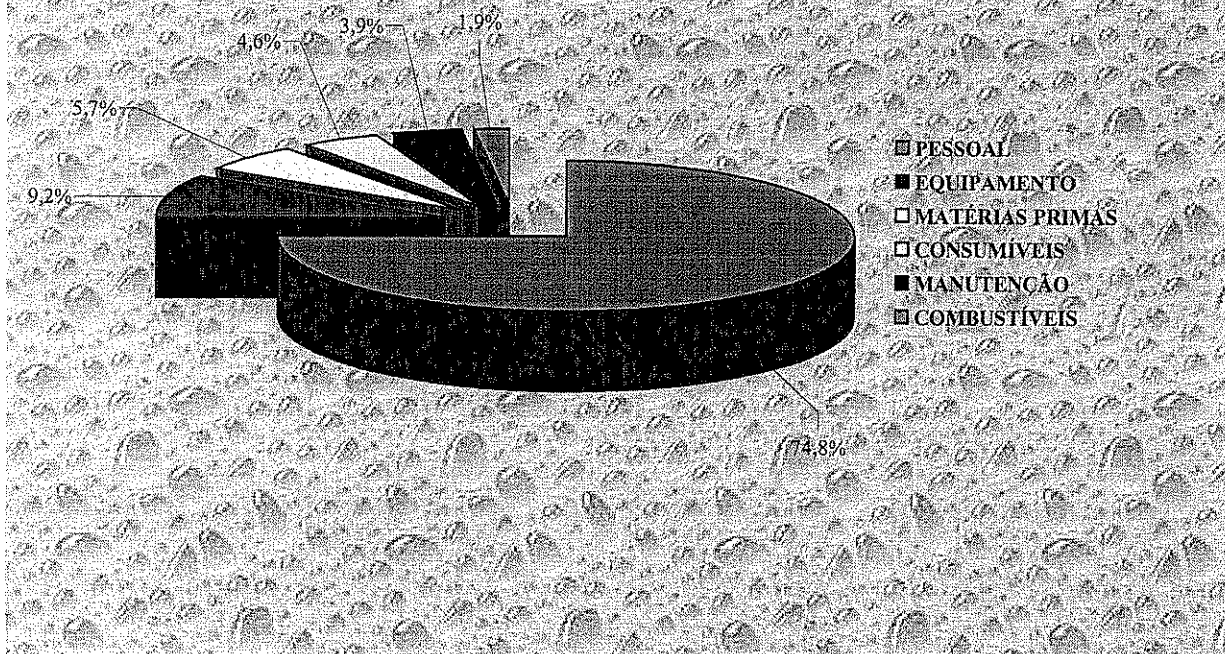


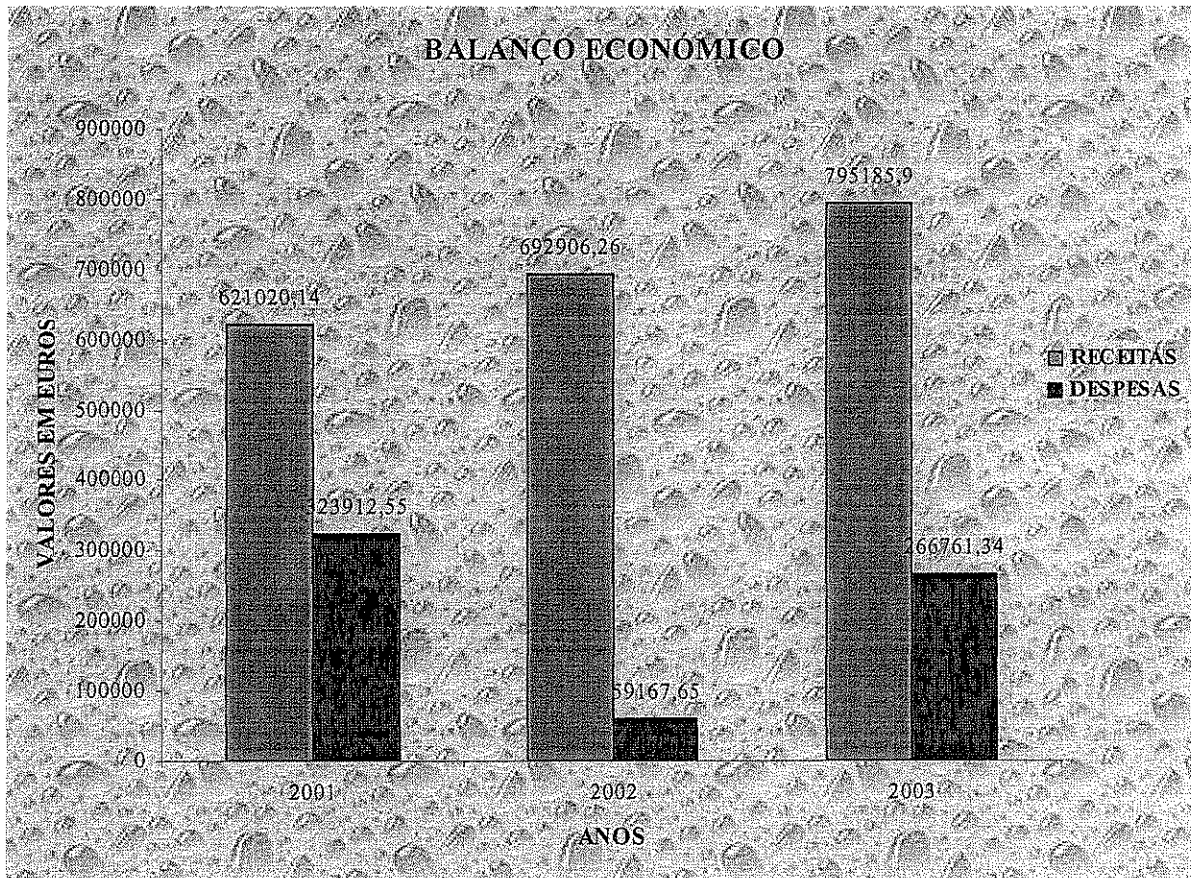


### EVOLUÇÃO DAS RECEITAS



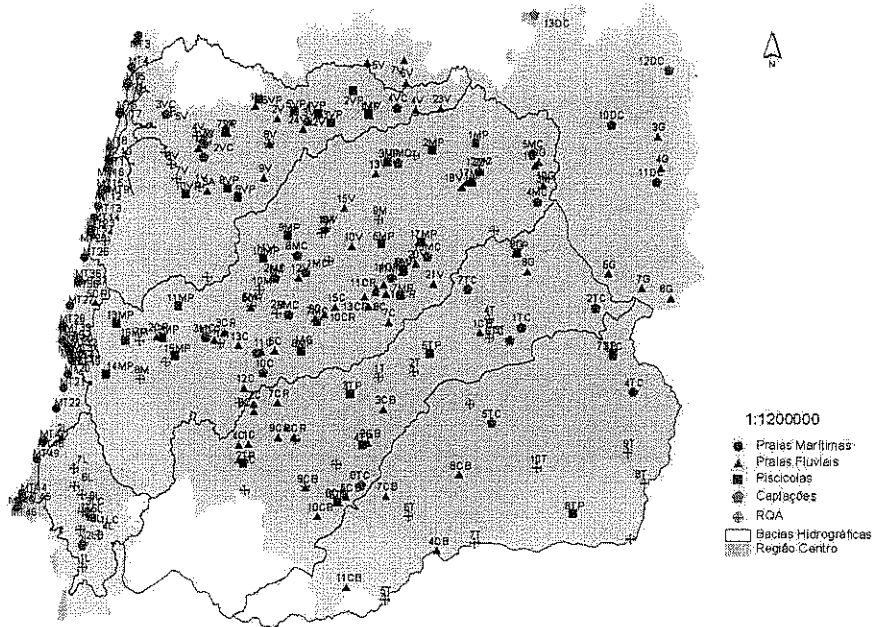
### DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS



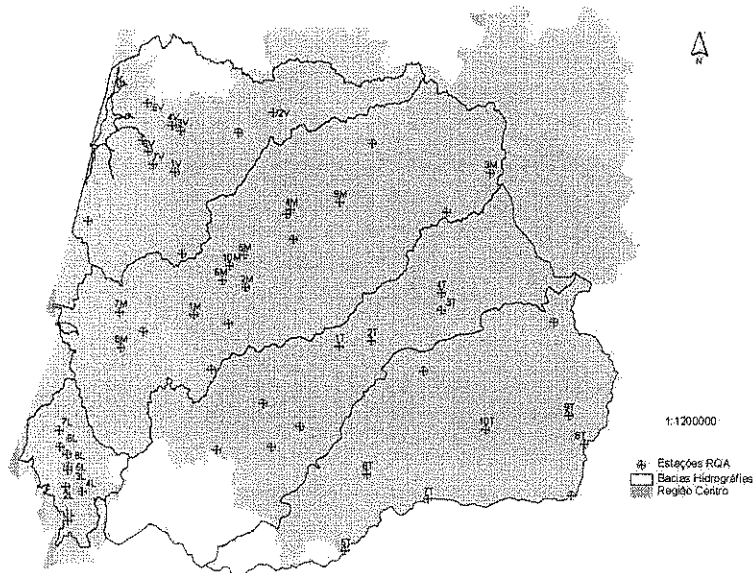




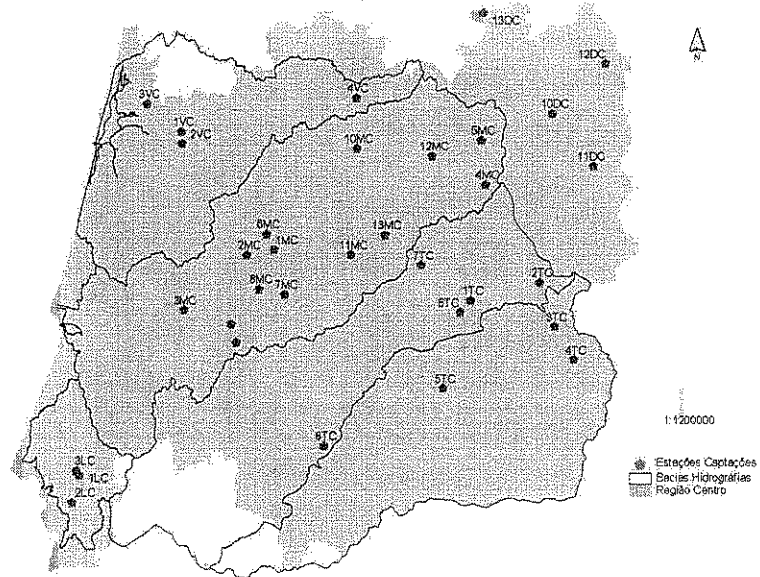
Rede Total de Monitorização - 2003



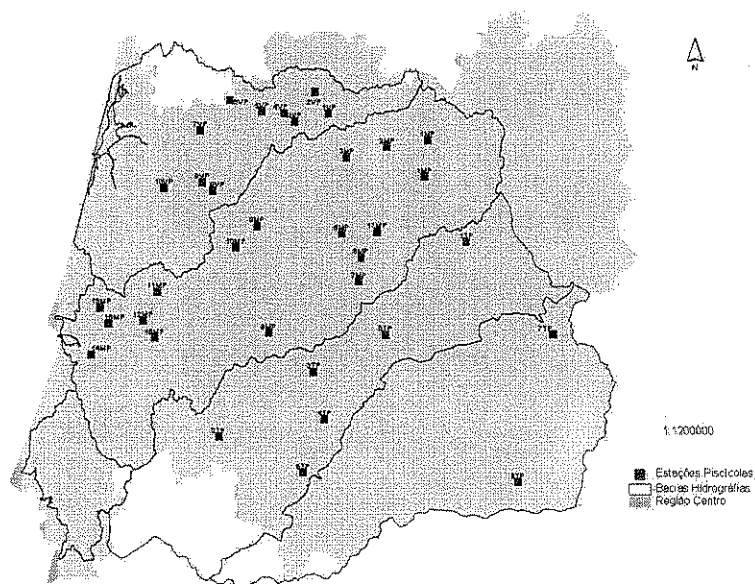
Rede Monitorização RQA - 2003



### Rede de Monitorização Captações - 2003



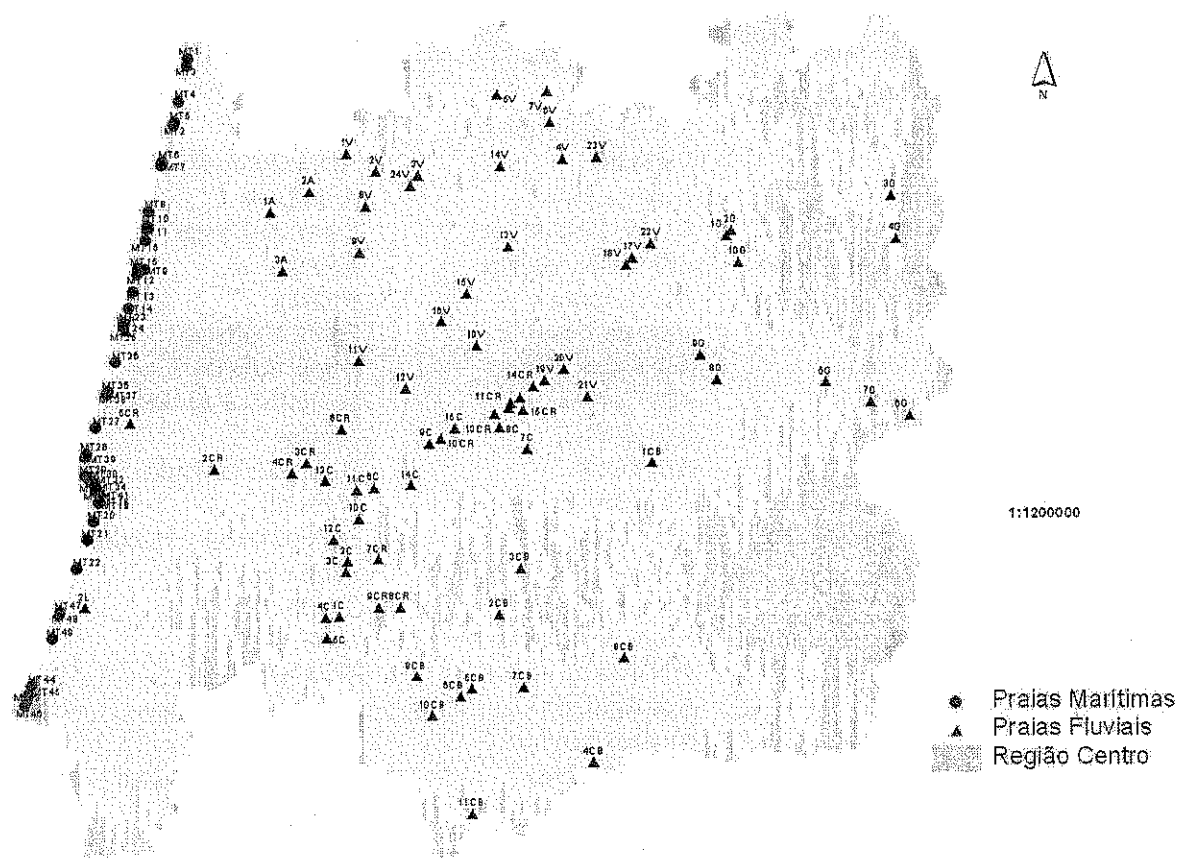
### Rede Monitorização Piscícolas - 2003



*Estações de Águas Superficiais*

<i>RQA</i>	<i>CAPTAÇÕES</i>	<i>PISCÍCOLAS</i>
Ponte Águeda	Carvoeiro	<i>Lourdosa</i>
Ponte Vouzela	Ponte da Redonda	Pindelo dos Milagres
Frossos	Estarreja	São Miguel do Mato
Ponte Vale Maior	Açude Maeira	Ponte de Pouves
Ponte Minhoteira	Açude Alfusqueiro	<i>Ponte Antim</i>
Ponte S João Loure	Capinha	São João da Serra
Ponte Requeixo	Alb Meimoa	Alombada
S Tomé	Açude Baságueda	Ponte da Canha
Pampilhosa do Botão	Alb Penha Garcia	Agadão
Alb S <sup>a</sup> Luzia	Alb Marateca	Perrães
Dornelas	Vale da Casa	Ponte Valhelhas
Ponte Meimoa	Alb Cova Viriato	Ponte Vale do Rio
Ponte Pedrinha	Alb Corgas	Pampilhosa da Serra
Barca da Amieira	Alb Idanha	Oleiros
Almeirão	Alb Pisco	Ponte do Ourondo
Perais	Alb Cabril	Maljoga
Segura	Alge	Pt Penamacor - Fundão
Alb Toulica	Vidigal	Zebreira
Ponte Munheca	Batalha	Troviscal
Vale Bom	Ponte dos Caniços	Sertã
Porto Mós	Pinheiro de Ázere	Matança
Mil Homens	Alb Agueira	Ponte S Clara Dão
Ponte Mestras	Açude Coimbra	Ponte Prime
Fontes	Alb Caldeirão	Vila Franca da Serra
Arrabalde	Ratoeira	Ponte do Buraco
Amor	S Comba Dão	Sandomil
Monte Real	S. Pedro	Ponte de Vide
Milagres	Fronhas	Ponte de Gois
Ponte Cabouco	Ceira dos Vales	Ponte S. Jorge
Ponte da Mucela	Alb Fagilde	Ponte Canivete
Ponte Faia	S. Gião	Ançã
Ferreirós do Dão	Ponte de Juncas	Arzila
Pai Diz	Alb N <sup>o</sup> S <sup>o</sup> Desterro	Azenha Nova
Ponte Penacova	Alb Louçainha	Ponte dos Banhos da Amieira
Ponte Formoselha	Gevim / Sr <sup>a</sup> Piedade	Ponte da Melhora
Ponte Mocate	Alb Porto S. Miguel	Paúl do Taipal
Nelas	Alb S M <sup>o</sup> Aguiar	Sevilha
Açude da Raiva	Alb Vascoveiro	Moinhos de Pepim
Ponte Casével	Alb Sabugal	Aldeia dos Dez
	Cidadelhe	Mortágua
	Alb Ranhados	Andorinha
	Castro d'Aire	

## Rede Monitorização Águas Balneares - 2003



## Estações de Águas Balneares

MARÍTIMAS	FLUVIAIS	
Esmoriz	Souto do Rio	Alge
Araíno	Quinta do Barco	Campelo
Cortegaça	Vau	Fragas de São Simão
Furadouro	Sejães	Cabril
Marreta	Termas	Mosteiro
Torreira	Rato	Ribeira Velha
Monte Branco	Folgosa	Ribeira de S. Pedro
São Jacinto	Fráguas	Ana de Aviz
Ponte Vagueira	Touro	Ribeira de Alge
Barra	Campia	Corga
Biarriz-Ria	São João do Monte	Cambas
Labrego	Trabulo	Malhadal
Areão	Zela	Aldeia Ruiua
Praia Nova/Poço da Cruz	Pé Rodrigo	Froia
Vagueira	Vau	Azenha dos Gaviões
Costa Nova	Senhora da Ribeira	Ribeira Grande
Cova Gala Norte	Alcafache	Pêgo das Cancelas
Cova Gala Sul	Almargem	Ortiga
Costa de Lavos	São Gemil	Alcaria
Leirosa	Ferreirós do Dão	Açude do Pinto
Osso da Baleia	Palheiros e Zorro	Taberna Seca
Mira	Piodão	Belmonte
Palheirão	Senhora da Piedade	Aldeia Viçosa
Costinha	Barrinha Mira	Ponte de São Roque
Quiaios	Lagoa Mira	Devesa
Buarcos Norte	Pereira	Foios
Buarcos Cemitério	Montemor-o-Velho	Quadrzais
Buarcos	Reconquinho	Valhelhas
Buarcos Sul	Ronqueira	Sandomil
Alto do Viso	Ponte das 3 Entradas	Vila Cova à Coelheira
Relógio	Caldas de São Paulo	Loriga
Molhe Norte	Avô	Lageosa do Mondego
Tocha	São Gião	Ponte do Ladrão
Murtinheira	Alvôco das Várzeas	Comportas
Cabedelo Norte	S. Sebastião da Feira	Ponte Nova
Cabedelo Centro	Senhora da Graça	Ribamondego
São Pedro de Moel	Senhora da Piedade	Ponte de Juncais
Pedras Negras	Bogueira	Lagoa da Vela
Concha	Segade	Portela
Valeiras	Peneda/Pé Escuro	Botão
Praia Velha	Pomares	Louçaínha
Pedrogão Centro	Sarzedo	Foz de Égua
Pedrogão Sul	Coja	Vale do Rossim
Vieira	Lagoa da Ervedeira	Relva da Reboleira



**GABINETE JURÍDICO**

**Chefe de Divisão: Dr<sup>a</sup> Anabela Rodrigues**

## Nota Preambular

O GJ constituiu um sector da ex-DRAOT que dependia hierarquicamente do Director Regional, actualmente na dependência de uma das vice presidências da CCDRC, e assume uma missão de particular relevância na sensibilização das populações para a necessidade de compatibilizar o exercício das actividades humanas com o respeito pelos imperativos de natureza ambiental e de índole urbanística numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, pelo que a componente preventiva e pedagógica, por vezes prevalece sobre a componente sancionatória-repressiva.

Compete ao GJ segundo o artº 11º do DL 127/2001 de 17/4 e hoje, pelo DL 104/2003 de 23 de Maio, abrangendo toda a área territorial daquele serviço desconcentrado, o apoio e aconselhamento jurídico, contencioso administrativo e contra-ordenacional, designadamente:

- Emitir pareceres, elaborar informações e proceder a estudos de natureza jurídica que lhe forem solicitados pelo Director Regional, por sua iniciativa ou na sequência de solicitação de entidades exteriores à DRAOT, nomeadamente autarquias locais;
- Colaborar na elaboração de projectos de diplomas legais, de contratos ou quaisquer outros actos jurídicos;
- Proceder à identificação e análise de questões legais relacionadas com o ambiente e ordenamento do território, cujo esclarecimento se revele conveniente e promover a sua clarificação;
- Promover a instrução de processos de contra-ordenação por infracções à legislação em vigor em matéria do ambiente e do ordenamento do território ocorridas na área geográfica e funcional de intervenção da DRAOT;
- Acompanhar os processos de contencioso administrativo, contra-ordenacional e judicial, no âmbito da actividade da DRAOT;
- Promover a instrução de processos disciplinares, de inquérito ou similares de que seja incumbido;
- Proceder à identificação e recolha da legislação nacional e comunitária com interesse para a DRAOT.



**I. Actividade desenvolvida**

A actividade do GJ repartiu-se do seguinte modo:

1. Processos de contra-ordenação instaurados por infracção à legislação ambiental e do ordenamento em vigor ..... 2693

Distribuindo-se as infracções pelos seguintes âmbitos materiais:

Poluição Hídrica .....	1500
Obras .....	217
Furos de pesquisa e captação de águas .....	137
Extracção de Inertes .....	29
Reserva Ecológica .....	152
Ruído .....	13
Resíduos (incluindo mapas) .....	721
Circulação de veículos nas dunas .....	198
Qualidade do Ar (incluindo autocontrolos) .....	207
Queima resíduos a céu aberto .....	97
Sucatas .....	18
Pedreiras .....	10
Gestão pneus .....	22
Publicidade .....	2
Lamas (espalhamento no solo) .....	16
Outros (aterros, plantações, cortes de árvores ...) .....	36

Foram processados no GJ os seguintes documentos :

2. Ofícios .....	4775
3. Notas de Serviço .....	
4. Informações /pareceres .....	207
5. Guias de Depósito em triplicado para pagamento de coimas .....	765
6. Decisões proferidas em processos de contra-ordenação .....	1048
7. Processos de Inquérito instaurados por acidentes de viação em que intervieram viaturas do Estado .....	3

## **II. Coimas aplicadas e coimas efectivamente cobradas**

As 1048 decisões proferidas referem-se predominantemente a processos registados no ano de 2002 e traduziram-se na aplicação de coimas no valor de **691.318,71 Euros**, sendo que a maioria dos processos instaurados em 2003 encontram-se pendentes da realização de diligências probatórias (inquirição de testemunhas, realização de vistorias, apresentação de elementos por parte dos infractores como alvarás de licença, etc).

No período em apreço, foram efectivamente cobradas coimas que totalizam o montante de **264.700,34 Euros** e que constituem receita própria da ex-DRAOT sendo efectuado no GJ um mapa mensal discriminando todas as coimas cobradas por infracção e respectiva repartição económica pelas diversas entidades, o qual é remetido à DSAF (até ao dia 5) acompanhado dos duplicados das respectivas guias comprovando o pagamento.

## **III. Origem dos autos – Colaboração de outras entidades**

De salientar que os processos instaurados tiveram origem em autos de notícia lavrados pelas Equipas de Protecção da Natureza da GNR (EPNA), pela Polícia Florestal (do Ministério da Agricultura) que diariamente nos remetem dezenas de autos para promoção processual e ainda por vigilantes da natureza do quadro deste organismo, sendo estes em menor quantidade, já que aqueles profissionais ao serviço são escassos, sendo que muitas vezes são os próprios técnicos que participam em modelo próprio existente para o efeito, situações que constatarem directamente e que consubstanciam a prática de ilícito ambiental. Também as Câmaras Municipais e Polícia Marítima nos remetem autos de notícia para prosseguimento de procedimento contra-ordenacional sobretudo em matéria de infracção à REN, circulação de veículos nas dunas e intervenções abusivas de concessionários no litoral.

## **IV. Decisões impugnadas e execuções**

Das decisões proferidas apresentaram recurso de impugnação 49 arguidos, cujos processos foram remetidos ao Tribunal competente para designação de data da audiência de julgamento.

Relativamente aos processos cujos arguidos não impugnaram a decisão, nem pagaram voluntariamente a coima aplicada foram remetidos ao Ministério Público para promoção da competente execução judicial elevando-se a 50 processos.

## **Do procedimento contra-ordenacional**

### **1. Início do procedimento**

Apresentado o auto de notícia, este é registado dando origem a um novo processo ao qual se atribui um número e tipifica-se a infracção enquadrando-a no regime legal aplicável e inicia-se a instrução. É elaborada uma notificação ao infractor á qual se anexa cópia do auto de notícia, das fotografias que o acompanham e/ou outros elementos que deva conhecer, para no prazo de 15 dias úteis apresentar a sua defesa. Esta notificação contém a subsunção dos factos descritos no auto às normas infringidas bem como a coima em abstracto aplicável.

A tramitação processual obedece a requisitos legais disciplinando o DL n° 433/82 (Lei Quadro das Contra-Ordenações, com as alterações introduzidas pelo DL n° 356/89, pelo DL n° 244/95 e Lei n° 109/2001) a tramitação aplicando-se subsidiariamente o Código Penal e o Código de Processo Penal.

### **2. Fase de instrução**

Apresentada a defesa é produzida a prova requerida pelo arguido, bem como outras diligências reputadas pertinentes pelo instrutor, podendo ser efectuadas vistorias, requeridos documentos, ouvidas testemunhas, pedidos relatórios analíticos a águas residuais oportunamente recolhidas, etc.

### **3. Fixação da medida da coima**

Concluída a instrução, estamos em condições de confirmar se os factos denunciados no auto de notícia são verdadeiros ou não e se foram imputados às pessoas certas ou não, sendo então proferida a decisão. A aplicação da coima far-se-á em função da culpa do arguido (se aquele actuou com consciência da ilicitude do acto, com dolo ou negligência) da gravidade da infracção (importa aquilatar os danos eventualmente causados nos bens jurídicos que se visa proteger, bem como ponderar da sua reversibilidade), do benefício económico que aquele retirou da prática infraccional (por exemplo se procede ao lançamento de águas residuais sem tratamento e sem licença, aproveita-lhe o montante omitido com o estudo, concepção, implementação e manutenção da fiabilidade no funcionamento duma ETAR, acrescendo a taxa de licenciamento devida) bem como se deve ponderar a situação económica do infractor (temos que analisar os rendimentos que o seu agregado familiar aufere bem como os encargos que suporta).

#### 4. Situações em que a decisão não condena em coima

Nem sempre a decisão se traduz na aplicação de uma coima, pois por vezes, devido a dificuldades diversas, não se logrou provar que os factos participados tenham sido praticados por quem figura no auto de notícia como infractor, o que nos impossibilita de sancionar aquela conduta, determinando-se o arquivamento se não for possível identificar o sujeito a quem imputar a infracção é que atentas as exigências legais no que respeita à notificação do arguido (cf artº 46º LQCO que exige que os actos sejam notificados a quem se destinam) o GJ possui inúmeros processos em que nunca foi possível notificar o infractor nem através da via postal nem mesmo através da colaboração solicitada à GNR para efectuar a notificação pessoal. Nestas situações propomos o arquivamento dos autos por inutilidade de quaisquer outras diligências.

Verificam-se ainda situações em que não obstante a prova produzida não nos é possível provar inequivocamente que os factos foram praticados pelo sujeito passivo identificado nos autos como transgressor, pois nem ele confessa, porquanto até nega a autoria nem o denunciante presenciou directamente no dia, hora e local as circunstâncias descritas, pelo que optamos pela solução "*in dubio pro reo*" princípio constitucionalmente consagrado e enformador do nosso ordenamento jurídico-penal que aconselha a que perante a dúvida se decida a favor do infractor.

Outros casos de arquivamento dos autos resultam do efeito da prescrição, ou seja já decorreu o prazo que o legislador reputou suficiente para instaurar o procedimento (cf. artº 27 LQCO). Ainda como causas extintivas do procedimento temos a morte do infractor ou o facto já ter sido apreciado em sede de outro processo (princípio jurídico-constitucional "*ne bis in idem*" ou seja ninguém pode ser sentenciado mais que uma vez pelo mesmo facto).

Existem ainda outras situações de inaplicabilidade de sanção pecuniária, o que ocorre quando as circunstâncias que rodeiam a factualidade infraccional, nos levam por razões de equidade e proporcionalidade apenas a proferir uma Admoestação (artº 51º LQCO que se traduz numa advertência para que o indivíduo não volte a prevaricar), reputando-se adequado nos casos em que à data da emissão da decisão e face à diminuta gravidade da infracção o arguido já legalizou a situação, ou quando aquele voluntariamente eliminou os efeitos da mesma (por exemplo face a uma deposição ilegal de resíduos, o infractor disponibiliza-se para os remover dando-lhe o adequado destino final, ou quando o sujeito executou um furo para

captação de águas subterrâneas sem licença e quando proferimos a decisão já obteve a sua legalização pagando a taxa devida).

Casos há ainda em que se opta pela suspensão da execução da coima aplicada por prazo determinado e mediante o cumprimento de condição: por exemplo quando uma unidade industrial apesar de proceder á descarga de águas residuais sem licença, já dotou as instalações de uma ETAR e tem em curso um processo de licenciamento.

### **5. Fase de impugnação**

Notificada a decisão ao arguido, aquele dispõe de 20 dias úteis para apresentar recurso judicial, sendo que se não exercer aquele direito, a ele renuncia, tornando-se a decisão definitiva e exequível, devendo pagar a coima no prazo de 10 dias a partir do trânsito em julgado. A notificação que remete a decisão ao arguido contém informação relativa ao modo de pagamento e locais onde o pode efectuar, devendo aquele, caso opte pelo pagamento voluntário, requerer a emissão das guias (pelo telefone, por escrito ou pessoalmente). Optámos por esta solução para evitar a emissão de guias que nunca seriam pagas, o que se traduzia num desperdício de tempo e de guias.

### **6. Remessa dos autos para execução**

Se o arguido não impugnar judicialmente a decisão, nem pagar tempestivamente a coima, os autos são remetidos ao Ministério Público junto do Tribunal da área territorial onde a infracção foi praticada, para promoção da sua execução, pois compete ao MP a prossecução dos interesses do Estado representando-o na fase judicial.

## **V. Outras medidas de restabelecimento da legalidade**

Independentemente da aplicação da coima, podem ser dirigidas ao arguido notificações para reposição da situação ao *state quo ante*, o que se aconselha nos casos em que as intervenções realizadas não são susceptíveis de legalização: por exemplo, obras efectuadas em solo REN ou em domínio hídrico com prejuízo para a funcionalidade da corrente ou dos ecossistemas, remoção de resíduos etc.

É ainda possível ordenar o embargo de obras que se encontrem a decorrer sem o competente licenciamento ou em desconformidade com o título, se este existir.

Estes actos são destacáveis do procedimento contra-ordenacional, podendo ser objecto de recurso junto do Tribunal Administrativo do Círculo como os pedidos de suspensão da eficácia do acto, que constituem um meio processual acessório do recurso contencioso de anulação nos termos da Lei de Processo dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Assiste ainda ao administrado, a faculdade de apresentar recurso hierárquico para o membro do governo que tutela o serviço emissor da ordem em crise de acordo com os preceitos do Código do Procedimento Administrativo e legislação especial que lhe confira tal direito.

Todas as petições relativas a actos administrativos praticados pela ex-DRAOT apresentados no TAC (quer meios processuais acessórios, quer recursos contenciosos de anulação) exigem do GJ a elaboração em prazo determinado pelo tribunal de peças processuais (em regra alegações) que impendem sobre a autoridade administrativa recorrida no sentido de esclarecer o Tribunal relativamente aos factos. Para tanto torna-se necessário solicitar os elementos para sustentar as alegações e/ou esclarecimentos aos Departamentos de origem dos actos recorridos, bem como organizá-los dando-lhes a forma tecnicamente adequada para a respectiva finalidade.

### **Principais dificuldades**

A principal dificuldade regista-se ao nível dos recursos humanos, apesar de, também nos meios e instalações, se registarem algumas dificuldades, como consequência da mudança de instalações.

Em síntese:

- Ausência de fixação de objectivos a prosseguir.
- Alguma desarticulação funcional entre sectores.

- Reduzido número de técnicos superiores juristas, com conhecimento e experiência necessária e suficiente para cabal resposta às inúmeras solicitações, dispondo o GJ apenas do elemento de quadro que desempenha as funções de chefe de divisão. Esta situação de recursos humanos é bem patente no Quadro 1.

**Quadro 1.** Situação de recursos humanos no GJ.

	<b>Situação</b>	<b>Tempo em funções</b>
Anabela Rodrigues	Chefe de Divisão	
Manuela Boyero	Estagiária	1.01.03 a 31.08.03
Maria Guadalupe Gabriel	Jurista	1.03.03 -
Sérgio Carvalho	Estagiário	1.10.03 a 30.06.04
Inês Horta Pinto	Estagiária	1.10.03 a 30.06.04
Catarina Reis	Estagiária	1.10.03 a 30.06.04
Alberto Pinto Gomes	Jurista	Avença
Esmeralda Almeida	Assistente adm. especialista	
Fernanda Carvalho	Assistente administrativa	
Rosa Geria	Assistente administrativa	

Importa também informar que em Fevereiro do corrente, o jurista do quadro António Ramos, adstrito a este GJ, foi destacado para a DSGT.

Assim, é sobre a chefe de divisão que recaem, para além das funções próprias da direcção, toda a actividade desenvolvida no GJ, orientação dos estágios, coordenação e apoio ao sector administrativo, colaborando ainda com as outras Direcções de Serviços e Divisões, sendo demandada com frequência, a sua presença em reuniões promovidas por aquelas com outras entidades e/ou com administrados cujos assuntos do seu interesse pendem naquelas reclamando solução, apoiando ainda muitas vezes a elaboração de respostas escritas às entidades.

Igualmente tem sido responsável pela análise de todas as reclamações gratuitas apresentadas em sede de processos de contra-ordenação respondendo a cada exposição apresentada e prestando sempre dentro do possível os esclarecimentos que se reputarem adequados como por exemplo informações sobre competências de licenciamento e respectivos requisitos, propondo casuisticamente condições suspensivas de coimas aplicadas, deferindo o pagamento

de coimas em prestações e eventualmente propondo a revogação de algumas decisões face à superveniência de elementos trazidos ao processo por iniciativa do arguido, se isso se justificar por justo e se a tal não se opuser o interesse público.

Quanto ao espaço que foi atribuído ao GJ é exíguo, sendo necessário sempre que há necessidade de reunir ou de realizar inquirição de testemunhas, recorrer aos gabinetes de outros funcionários que voluntariosos contribuem para que as diligências se revistam de alguma dignidade.

Questão não menos despicienda prende-se com os recursos informáticos disponíveis que além de insuficientes, não satisfazem as actuais necessidades, pois não dispomos de um software específico para gestão da base de dados relativa aos processos de contra-ordenação.

Por último referir que todo o contencioso jurídico das divisões sub-regionais é inteiramente assegurado por este gabinete, contrariamente com o que acontece com as outras matérias em que as delegações sub-regionais possuem competências e recursos humanos para a sua execução.



**GABINETE DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E  
COMUNICAÇÃO**

**Chefe de Divisão: Eng<sup>o</sup> Nuno Bravo**

## 1. Apresentação

### 1.1. Enquadramento do GIDC

O Gabinete de Informação, Documentação e Comunicação (GIDC) foi criado no âmbito da Lei Orgânica das ex-DRAOT pelo Decreto-Lei n.º 127/2001 de 17 de Abril. Este documento legal define um conjunto de competências para a actividade do GIDC que se podem resumir nos seguintes itens:

- Informática;
- Sistemas de Informação Geográfica;
- Bases de Dados e Aplicações;
- Informação e Divulgação;
- Acções de formação.

### 1.2. Recursos humanos do GIDC

Os recursos humanos do GIDC estão organizados da seguinte forma:

Nome	Cargo	e-mail	Telefone
<i>Av. Fernão de Magalhães, Edifício da Rodoviária</i>			
Nuno Bravo	Chefe de Divisão do GIDC	nbravo@dra-centro.pt	239 850 297
Vítor Amado	Técnico de Informática	v.amado@dra-centro.pt	239 850 265
Alfredo Batista	Técnico de Informática	a.batista@dra-centro.pt	239 850 265
Cristina Seabra	Técnica Superior na área dos SIG	cristina.seabra@dra-centro.pt	239 850 296
Leonor Silva	Técnica na área de SIG	lsilva@dra-centro.pt	239 850 296
Fernanda Vítor	Técnica de Arquivo	fvitor@dra-centro.pt	
<i>Rua Bernardim Ribeiro, 80</i>			
M.ª Emília Amorim *	Acessora Principal na área de SIG	eamorim@ccr-c.pt	239 858 212
Ana Maria Soares*	Técnica Profissional na área de SIG	anasoare@ccr-c.pt	239 858 213
António Cerveira*	Técnico Superior Principal da área de Informática	acerveir@ccr-c.pt	239 858 204
* Estão a colaborar com Direcção de Serviço de Gestão Territorial no âmbito da Delimitação da REN			

O GIDC presta um serviço transversal a todos os Serviços da *ex-DRAOT* que é dirigido por um Chefe de Divisão, **Nuno Bravo**, que coordena as actividades de todos os seus colaboradores dentro das suas competências e de acordo com as necessidades dos Serviços.

Os Técnicos **Vítor Amado** e **Alfredo Batista** estão a desenvolver o seu trabalho no GIDC, especificamente:

- Manutenção dos postos de trabalho da rede informática da *ex-DRAOT* (substituição, instalação e configuração de todo o tipo de hardware e software). Configuração dos postos de trabalho no acesso à rede local (*TCP/IP*, correio electrónico, Internet, recursos partilhados, impressoras de rede, etc.);
- Apoio permanente aos utilizadores ao nível da utilização de software bem como na resolução de anomalias diversas;
- Manutenção de servidor/domínio *Windows 2000 Server* (adição, configuração e manutenção de utilizadores; impressoras de rede; reservas de endereços IP, permissões; etc.), manutenção do servidor de correio electrónico *NETSCAPE* (adição e manutenção de utilizadores), do Servidor *http*, do servidor *FireWall* e manutenção de software de protecção (*FireWall*);
- Implementação de Servidor de *Mail* com protecção *Antivirus/Spam*;
- Levantamento das necessidades (rede informática, postos de trabalho e conectividade);
- Reuniões com empresas fornecedoras de software, nomeadamente na área de CAD, SIG e Gestão Documental;
- Manutenção da página WEB da *ex-DRAOT*;
- Implementação de software de auditoria e inventário dos recursos informáticos;
- Apoio na elaboração dos projectos integrados no Programa Operacional da Região Centro (estudos prévios, consultas às empresas fornecedoras de material informático e de software, elaboração de mapas comparativos, análise de propostas e elaboração de pareceres para aquisição de hardware e software, recepção, verificação e instalação de todo o material).

A Técnica Superior **Cristina Seabra** encontra-se a desenvolver o seu trabalho no GIDC, ao nível de:

- Serviço de informação interna e externa (*GIDC\_info\_email*), semanal;

- Projecto Europeu CORINE Land Cover 2000, que consiste na actualização da carta temática de ocupação do solo. Este trabalho está a ser realizado para região Centro;
- Aplicação SIG para as energias Renováveis, Parques Eólicos e Mini-hídricas;
- Apoio no desenvolvimento dos Sistemas de Informação da *ex-DRAOT*, 1.ª fase para as áreas funcionais de Gestão Ambiental e Recursos hídricos;
- Gestão dos e-mails recebidos do [geral@dra-centro.pt](mailto:geral@dra-centro.pt);
- Portal do MCOTA e e-government;
- Participação no trabalho de desenvolvimento dos Sistemas de Informação.

A Técnica **Leonor Silva** encontra-se a desenvolver o seu trabalho no GIDC, que consiste no seguinte:

- Apoio na delimitação da Reserva Ecológica Nacional de 2.ª Geração;
- Colaboração no projecto Corine Land Cover 2000;
- Tecnologias de Informação Geográfica na área da Fiscalização Ambiental;
- Inventário de Equipamentos Informáticos;
- Acervo Histórico;
- Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP);
- Projecto de SIG na internet (ARCIMS) com a CAOP, energias renováveis e rede climatológica.

A Técnica **Fernanda Vítor** encontra-se a desenvolver o seu trabalho de Arquivo Bibliográfico no GIDC, concretamente:

- Diário da República em formato analógico
- Recolha e divulgação de artigo de relevância nos jornais diários locais
- Arquivo bibliográfico

**Nota:** A Técnica Fernanda Vítor foi transferida no início de 2004 para a Divisão de Infra-estruturas

A Técnica Superior **Maria Emília Amorim** encontra-se a desenvolver o seu trabalho, em Sistemas de Informação Geográfica, na Direcção de Serviço de Gestão Territorial, no âmbito da delimitação da REN de 2.ª Geração.

A Técnica **Ana Maria Soares** encontra-se igualmente a desenvolver o seu trabalho, em Sistemas de Informação Geográfica, na Direcção de Serviço de Gestão Territorial no âmbito da delimitação da REN de 2.<sup>a</sup> Geração.

O Técnico Superior **António Cerveira** encontra-se a desenvolver o seu trabalho na Direcção de Serviço de Gestão Territorial, onde desenvolve as seguintes tarefas:

- Consolidação da estrutura da Base de Dados do Arquivo da DSGT passando esta a incluir o registo das informações produzidas pelos técnicos, bem como o histórico de despachos a que cada processo foi submetido.
- Renovação do parque informático pela aquisição de novos postos de trabalho e impressoras laser partilhadas em rede
- A partir de Agosto passou a apoiar também o GTIE da CCDRC não só por força da falta de recursos humanos que então se verificava, mas sobretudo com vista à sua preparação para as exigências próprias da fase de integração do pessoal e equipamento informático oriundo da DRAOT no sistema de ambiente único que utilizam na CCDRC

## **2. Informática**

### **2.1. Caracterização**

#### **2.1.1. Hardware e rede informática**

Para avaliar o nível de adequação dos equipamentos ao trabalho desenvolvido por cada funcionário da *ex-DRAOT*, o GIDC procede sistematicamente ao levantamento interno das dificuldades e carências existentes por Serviço (ver ANEXO A - distribuição do equipamento). Assim:

Nas instalações da **DSGA** (Edifício da Rodoviária):

- A rede informática está completamente estruturada e funcional;
- O parque informático existente satisfaz razoavelmente as necessidades estratégicas desse Serviço, sendo necessário adquirir 4 postos de trabalho, melhorar a qualidade de cerca de 6 postos de trabalho e substituir o Servidor.

Nas instalações da **DSGT** (Rua Bernardim Ribeiro, 80):

- A rede informática está completamente estruturada e funcional;
- O parque informático satisfaz as necessidades estratégicas desse Serviço, sendo necessário pontualmente melhorar os postos de trabalho.

Nas instalações da **DSAF** (Rua Padre Estêvão Cabral, 79):

- A rede informática estava completamente estruturada e funcional;
- O parque informático satisfazia as necessidades estratégicas desse Serviço.

**Nota:** Estes serviços foram integrados na estrutura Administrativa e Financeira da actual CCDR-Centro passando a funcionar nos edifícios da Rua Bernardim Ribeiro, 80.

Nas instalações da **DSLNI** (Rua Padre Estêvão Cabral, 72):

- A rede informática está completamente estruturada e funcional;
- O parque informático satisfaz as necessidades estratégicas desse Serviço, sendo necessário adquirir 5 postos de trabalho, melhorar a qualidade de cerca de outros 6 e substituir um Servidor.

Nas instalações da **DSMA** (Rua Padre Estêvão Cabral, 72):

- A rede informática está completamente estruturada e funcional, exceptuando-se o Laboratório que trabalhava com uma rede informática de baixo débito;
- O parque informático satisfaz as necessidades estratégicas desse Serviço, sendo necessário adquirir 2 postos de trabalho, melhorar a qualidade de cerca de outros 4.

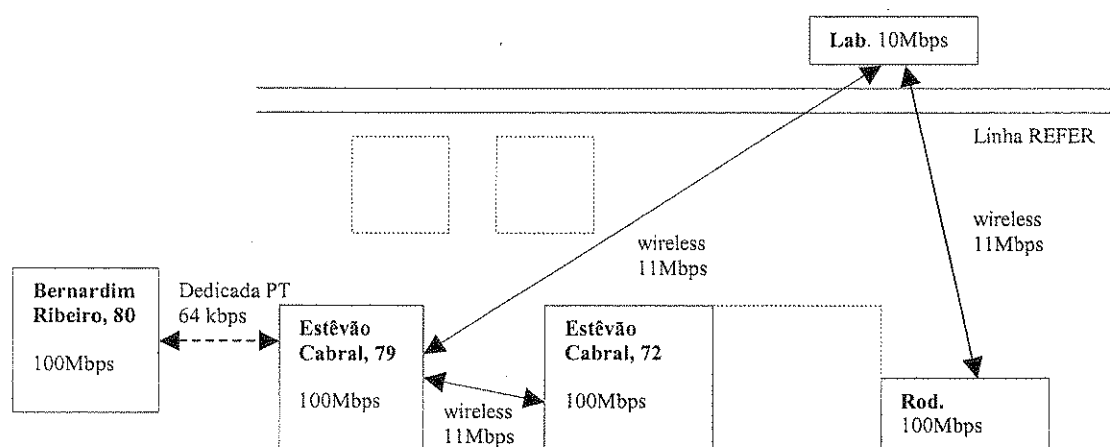
Nas instalações da **Divisões Sub-Regionais** (Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria, Viseu):

- A rede informática é inexistente;
- Estes serviços sofreram melhorias significativas com a aquisição, no final de 2003, de novos equipamentos para os seus parques informáticos.

Os Serviços Centrais da *ex-DRAOT* encontravam-se separados fisicamente por cinco edifícios diferentes:

- Rua Padre Estêvão Cabral, n.º 79 – Sede;
- Rua Padre Estêvão Cabral, n.º 72;
- Rua Fernão Magalhães - Edifício da Rodoviária;
- Laboratório da DRAOT, junto ao Açude Ponte;
- Rua Bernardim Ribeiro, 80.

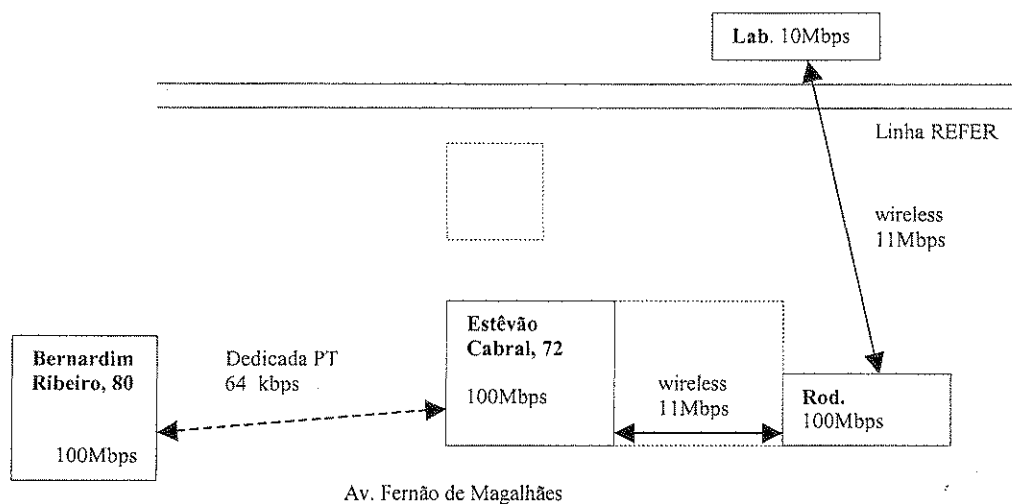
A rede informática entre edifícios processa-se com base numa solução *wireless* Via Rádio com uma velocidade até 11 Mbts da Lucent Technologies, excepto as instalações da Bernardim Ribeiro, 80 que encontra liga por linha dedicada 64 kbps, com a seguinte configuração:



Av. Fernão de Magalhães

Os edifícios 79, 72 e Rodoviária tinham a rede interna até 100 Mbps e o laboratório tem a rede interna até 10 Mbps, no entanto, a solução de interligação das redes internas de cada edifício processa-se por *wireless* (via sinal rádio) até 11 Mbts. Como se pode depreender existe um afunilamento de comunicação na interligação entre edifícios. A situação é agravada por a interligação entre os edifícios 79 e da Rodoviária se processar por via de um *by-pass* existente na *bridge* do edifício do Laboratório.

Actualmente, a rede informática entre edifícios da CCDR que funcionam na baixa de Coimbra tem a seguinte configuração:

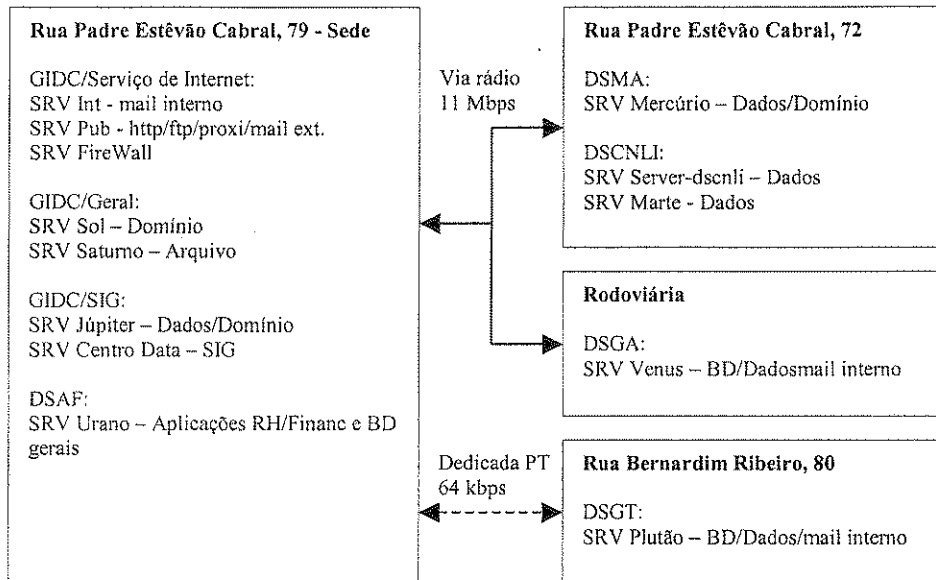


Na tentativa de melhorar as condições de trabalho na rede informática será colocado um cabo de rede a 100 Mbps a ligar o edifício da Padre Estêvão 72 com o edifício da Rodoviária.

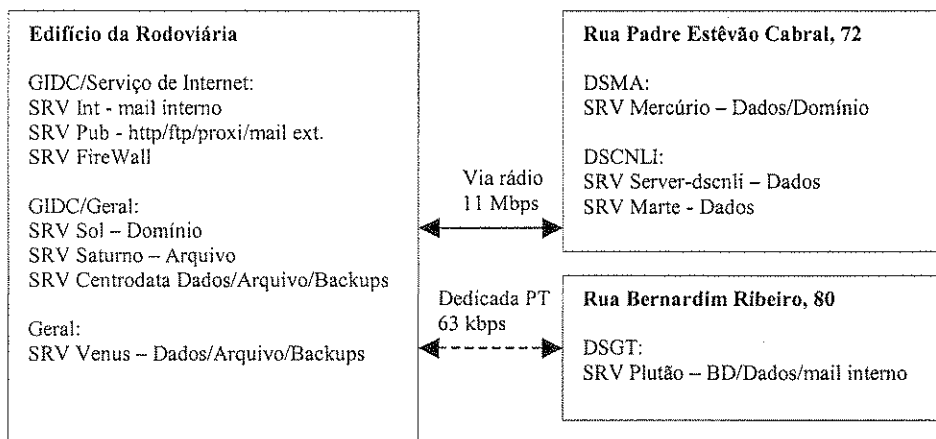
Na *ex-DRAOT* estavam instalados 13 (treze) servidores com as seguintes tarefas: estabelecimento de ligações externas e internas; protecção; segurança; gestão de contas de rede; arquivo de dados digitais; aplicações em rede e gestão de impressão.

De referir que 3 dos 13 Servidores são exclusivos do serviço de *Internet*. Os servidores estavam organizados de acordo com o diagrama seguinte:





Com a reestruturação dos Serviços, os servidores ficaram organizados de acordo com o diagrama seguinte:



### 2.1.2. Conectividade

A conectividade da *ex-DRAOT* está assegurada por contratação de um serviço de acesso dedicado à *Internet*, à firma Interacesso, Sistemas de Comunicação, L.da, com base numa ligação estabelecida por linha dedicada a 768 Kbps, até Abril de 2004.

O serviço prestado pela Firma acima citada é considerado bom, ainda que a largura de banda seja considerada satisfatória para as necessidades actuais. Em termos de médio prazo deverá ser equacionada o aumento de largura de banda, de modo a fazer face ao previsto aumento gradual das comunicações.

De referir que a conectividade entre os Serviços centrais da *ex-DRAOT* e as delegações Sub-Regionais é inexistente.

### **2.1.3. Software**

A Secretaria-geral do MCOTA celebrou um contrato com a Microsoft Portugal para o fornecimento e manutenção de pacotes de *software* (Sistema Operativo + *Office* + *SQL Server*) em 1999, por um prazo de 3 anos. A *ex-DRAOT* recebeu 50 licenças cuja manutenção expirou em Março de 2003.

Considerando que o equipamento adquirido para postos de trabalho inclui o sistema operativo, poder-se-à estimar-se uma taxa de licenciamento de sistemas operativos a rondar os 90%, e uma taxa de cerca de 50% para *software* de produtividade.

A *ex-DRAOT* tem também distribuído pelos diferentes Serviços várias licenças de *software* dedicado para CAD e SIG.

### **2.1.4. Outros aspectos de índole geral**

Em todos os edifícios da *ex-DRAOT* persistem deficiências nas instalações eléctricas, sendo a situação mais grave a do edifício 72. Esta é a principal causa para a avaria dos circuitos eléctricos e electrónicos do material informático, levando a que seja frequente a substituição de fontes de alimentação, discos e placas de memória, etc.

Actualmente, existem condições para que todos os funcionários ligados a um posto de trabalho electrónico tenham acesso à rede informática geral da *ex-DRAOT*, à Internet e a e-mail, o que acontece na generalidade. Os funcionários poderão ainda aceder ao seu e-mail em casa através de um serviço de *webmail* que a *ex-DRAOT* dispõe.

## **2.2. Acções**

### **2.2.1. Hardware e Rede Informática**

Durante o ano de 2003, face às graves dificuldades de tesouraria da *ex-DRAOT*, não foi possível adquirir, de uma forma sistemática, material para substituição de equipamento obsoleto. Assim, os técnicos afectos à informática procederam na medida em que foi possível à compra de material avulso, nomeadamente: discos duros, placas gráficas, placas de memória, etc, e à reciclagem de componentes de máquinas avariadas no sentido assegurar o serviço de manutenção das máquinas existentes.

No entanto, no âmbito dos projectos candidatados ao QCA III, foi possível adquirir:

- Para os trabalhos a desenvolver no âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica, o seguinte equipamento: 3 estações gráficas; 1 *plotter* A0; 1 PC portátil;
- Para o Sistema de Internet da *ex-DRAOT* está em fase de aquisição 3 servidores para substituição dos existentes;
- Para o Serviço de Monitorização, estão em fase de aquisição o seguinte equipamento: 2 câmaras digitais Sony DSC-P72; 3 IPAQ; 3 Antenas GPS; 1 postos de trabalho; 3 portáteis; 3 PenDrives; 1 impressora;
- Para as Divisões Sub-Regionais do Litoral, estão em fase de aquisição o seguinte equipamento: 3 Servidores; 2 UPS; 4 Máquina fotográfica digital; 2 Rádio Portátil para Topografia; 2 IPAQ; 2 Antenas GPS; 13 postos de trabalho; 1 estação gráfica; 4 PenDrives; 3 HD portátil; Infra-estrutura de rede informática das Divisões Sub-Regionais de Aveiro e Leiria. 2 impressoras Lazer; 2 scanners;
- Para o Serviço de Gestão Territorial, estão em fase de aquisição o seguinte equipamento: 21 postos trabalho, 1 estação gráfica, 4 impressoras.
- Procedeu-se durante presente ano ao aumento de 20 posições de rede no edifício 72 com a correspondente certificação.
- Estabeleceu-se durante o presente ano à ligação aos serviços localizados na Rua Bernardim Ribeiro, 80 por intermédio de uma linha dedicada (VPN) contrata à Portugal Telecom com uma largura de banda de 64 kbps.

### 2.2.2. Software

Com os projectos desenvolvidos na *ex-DRAOT*, candidatados ao QCA III, foi possível adquirir:

- Para os trabalhos a desenvolver no âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica, o seguinte *software*: *Software* para auditoria e inventário de computadores; contrato de manutenção anula de Arc IMS 3.1; 3 Licenças de Arc Gis 8.3;
- Para o Serviço de Monitorização, estão em fase de aquisição o seguinte equipamento: 1 CorelDraw 11; 1 Adobe Acrobat Writer 6.0; 1 MS Office XP; 1 Sygate Personal Firewall; 1 Download Accelerator Plus 5.3; 1 Licença de Arc Gis 8.3;
- E ainda para as Divisões Sub-Regionais e Monitorização do Litoral, estão em fase de aquisição o seguinte equipamento: 1 AutoDesk On Site View; 1 Vector Works 1 ArcPad; 1 Licença de Arc Gis 8.3; 1 Canvas 9; 1 MDT.

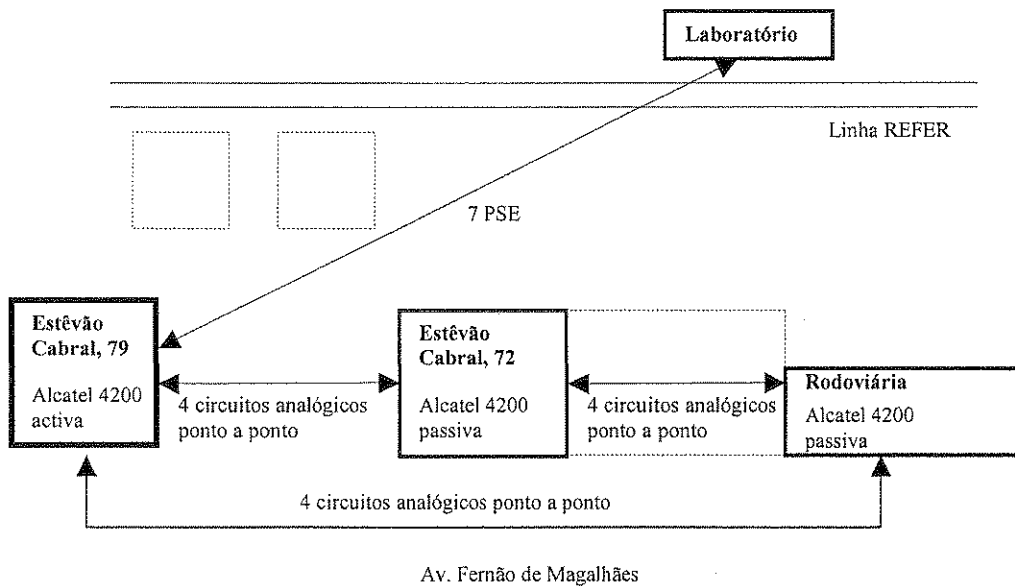
### 2.2.3. Apoio a projectos no âmbito do III QCA

O GIDC tem prestado apoio aos diferentes Serviços da ex-DRAOT no âmbito de projectos desenvolvidos com candidatura ao III QCA, em matéria de aquisição de equipamento e software, nomeadamente:

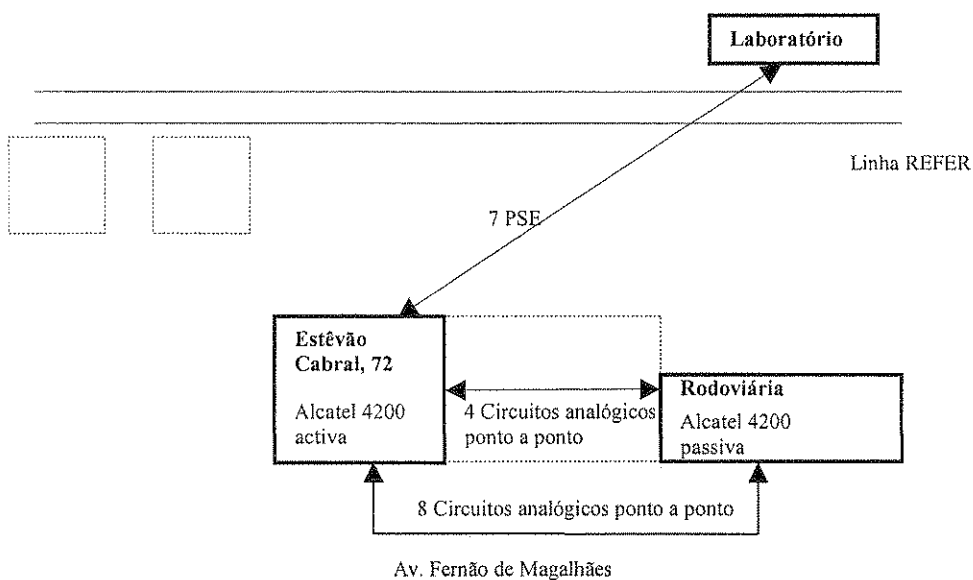
- Projecto "Modernização e Reestruturação das Infra-Estruturas Tecnológicas e Monitorização Ambiental, Incluindo a sua Aquisição, Armazenamento e Processamento de Bases de Dados de Base Regional";
- Projecto "Tecnologias de Informação Geográfica e Comunicação da Delimitação e Gestão da REN de 2ª Geração";
- Projecto "Reforços das Capacidades de Gestão, Monitorização e de Fiscalização no Âmbito do POOC Ovar-Marinha Grande";
- Projecto "Optimização de Sistemas de Tratamento de Águas Residuais por Plantas Hidrófitas";
- Projecto "Sistema de Informação para Monitorização e Análise do Ordenamento do Território";
- Projecto "Monitorização de Recursos Hídricos – Rede Sedimentologica".

### 3. Telecomunicações

Em Dezembro de 2003, o GIDC assumiu o trabalho de readaptação do Serviço de Telecomunicações de voz, em consequência da mudança de instalações dos Serviços da *exDRAOT*. Assim, a situação existente em Dezembro de 2003 era a seguinte:



Presentemente, a situação do sistema de telecomunicações nos edifícios da *exDRAOT* é que se apresenta no esquema seguinte:



## 4. Sistemas de Informação Geográfica

### **4.1. Caracterização**

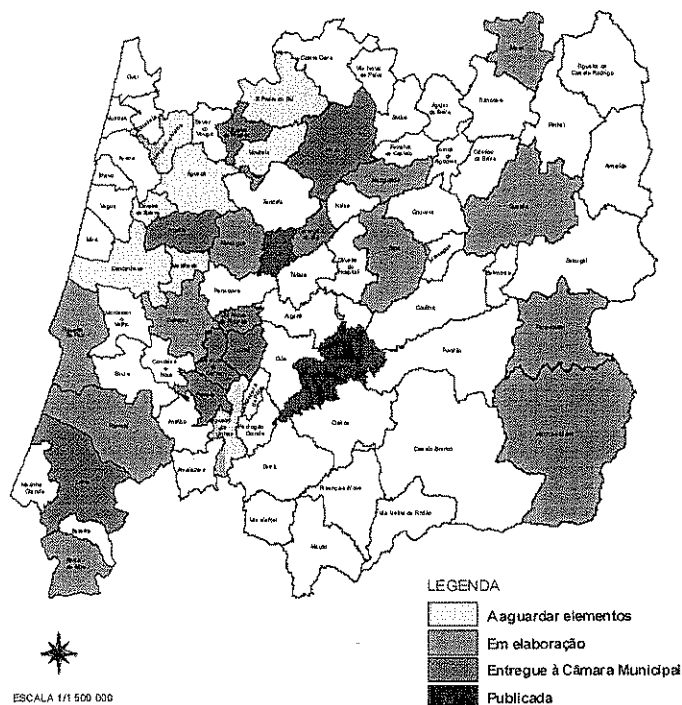
O GIDC dispõe de uma infra-estrutura dedicada para Informação Geográfica, que é constituída por:

- Um servidor designado por *CentroData* que está a ser utilizado para a organização e gestão da Informação Geográfica;
- Uma infra-estrutura de metadados relativa à informação geográfica de base, temática e regulamentar (raster e vector) existente no Servidor *CentroData*. Esta informação geográfica é distribuída numa arquitectura *servidor-cliente* com recurso aos softwares *ArcExplorer*, *JAVA Edition* e *MrSid Viewer* ou através de transferência de ficheiros, via rede, para trabalho local com recurso ao software *ArcView* ou *AutoCad*.

### **4.2. Acções**

O GIDC tem vindo a apoiar a DSGT na delimitação da REN dos PDM de 2ª Geração. Para a elaboração deste trabalho estão ao serviço da DSGT a Dr. Maria Emília Amorim e D. Ana Maria Soares, para além do apoio técnico e informático que o Eng.º António Cerveira presta em exclusivo a esta Direcção de Serviço.

Situação da Delimitação das Novas Cartas  
da Reserva Ecológica Nacional  
Setembro de 2003



O GIDC tem em desenvolvimento um projecto de disponibilização de informação geográfica via Internet sobre parques eólicos e mini-hídricas, com recurso ao software *ArcIMS*. Este trabalho está a ser efectuado em colaboração com DSGA.

O GIDC tem vindo a prestar apoio na constituição de diversas aplicações SIG na DSMA, nomeadamente: Praias Fluviais e Balneares, Rede de Qualidade da Água, Rede de Captações, Rede Hidrométrica, rede Udométrica, rede Piezométrica.

O GIDC colaborou com o ISEGI no projecto Europeu CORINE LAND COVER 2000, tendo sido constituída uma equipa regional, que ficou com a responsabilidade de produzir o CLC2000 da região Centro.

O GIDC tem colaborado com os Serviços de Gestão Ambiental no desenvolvimento de um projecto SIG para a exploração do sistema de informação de Monitorização dos Recursos Geológicos e Indústria Associadas na Região Centro.

O GIDC procede à recolha, análise e tratamento de informação geográfica produzida interna e externamente para que possa ser integrada na infra-estrutura da Informação Geográfica.

Instalação e customização *On-Job* e parameterização do software *ArcView 8.3* e *ArcIMS*.

No dia 11/12/2003, o GIDC participou no WorkShop, promovido pelo IGP, subordinado ao tema “Cartografia 1/10000 e 1/2000”, onde foi discutida a normalização e homologação de cartografia produzida em Portugal.

## 5. Bases de Dados e Aplicações

### **5.1. Caracterização**

No sentido de avaliar a situação das bases de dados em funcionamento na *ex-DRAOT*, o GIDC solicitou em 2002 uma auditoria a uma entidade externa que procedeu à caracterização de todas as Bases de Dados. Do relatório da auditoria constatou-se que existem cerca de 40 Bases de Dados independentes em funcionamento nas diversas Direcções e Divisões de Serviço. O facto das bases de dados serem independentes e desarticuladas faz com que o trabalho de gestão documental seja multiplicado pelos diferentes serviços de secretariado das respectivas Direcções e Divisões de Serviço. Esta situação continua a manter-se actualmente.

O GIDC tem colaborado com outros Serviços em projectos de desenvolvimento de aplicações de análise técnica e de gestão de informação (SIG) nas áreas de Recursos Hídricos, Monitorização e Gestão Ambiental.

### **5.2. Acções**

Tendo em conta a situação das Bases de Dados da *ex-DRAOT*, atrás referida, está em curso o desenvolvimento de um sistema de informação (SI) centralizado que reúna as bases de dados utilizadas nos vários serviços. O SI deverá estar acessível a todos os utilizadores e estabelecer relações entre as várias bases de dados, para que seja possível aceder aos dados a partir de vários pontos de entrada. O SI deverá igualmente permitir a numeração automática e única dos vários processos existentes nesta CCDR.

O GIDC tem procedido à manutenção e adequação das bases de dados, acima referidas, de acordo com as necessidades da cada Serviço.

O GIDC tem colaborado com os Serviços de Gestão Ambiental no desenvolvimento e finalização de uma aplicação para a exploração do sistema de informação de Monitorização dos Recursos Geológicos e Indústria Associadas na Região Centro.

O GIDC tem também prestado apoio na coordenação do projecto da DSCNLI com a designação “Gestão Integrada do Domínio Hídrico – HidroGest – Centro na componente GeoHidro-Ceira”, com os seguintes objectivos:



- Apoio à execução de projecto e à decisão na área de competência dos serviços;
- Determinação automática de caudais para toda a Rede hidrográfica, para diferentes probabilidades de ocorrências;
- Levantamento sistemático de secções de linhas de água, com particular incidência na Sub-bacia do Ceira;
- Complemento do cadastro das principais infra-estruturas físicas com interferência no escoamento, com particular incidência para a Sub-bacia do Ceira;
- Delimitação de leitos cheia conforme estabelecido no DL 89/97 de 26/2.

## 6. Informação e Divulgação

### **6.1. Caracterização**

O GIDC dispõe de um *Servidor* designado de *CentroData* que faz parte integrante da infra-estrutura de Informação Geográfica, na qual estão disponível toda cartografia de base da *ex-DRAOT* (*Raster* e *Vector*) e outra informação temática nas diferentes áreas de Ambiente e Ordenamento do território. No *CentroData* está também disponível outra informação, nomeadamente: Legislação, Documentação, Acervo Histórico, etc.

A *ex-DRAOT* contratou com a INCM uma assinatura anual do Diário da República Electrónico, que passou a disponibilizar através do GIDC a todos os funcionários mediante a apresentação de um termo de responsabilidade de boa utilização.

A *ex-DRAOT* só dispõe de *Webpage* desde Março de 2003, com alguns conteúdos temáticos e informação relevante sobre Ambiente e Ordenamento do Território.

Face às deficientes condições das instalações, às sucessivas mudanças que se registaram nos últimos anos na Gestão Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território e às dificuldades financeiras da *ex-DRAOT* o arquivo encontra-se organizado e instalado muito deficitariamente.

### **6.2. Acções**

Actualmente o GIDC procede diariamente à verificação e gestão do correio electrónico geral [geral@dra-centro.pt](mailto:geral@dra-centro.pt) e sempre que existe uma mensagem externa relevante é devidamente reencaminhada para o Serviço adequado e dá entrada da mensagem via papel no sector das entradas da *ex-DRAOT*.

O GIDC tem vindo a promover a divulgação semanal, interna e externa, de informação relevante nas áreas do Ambiente, do Ordenamento, da Conservação da Natureza, Sistema de Informação Geográfica, Hidroinformática, Legislação, Bibliografia, Eventos e Cases Studies, através de um boletim electrónico que designamos por *GIDC\_Info\_mail*.

A divulgação externa é também efectuada através da página de internet da *ex-DRAOT*, [www.dra-centro.pt](http://www.dra-centro.pt), que está on-line desde Março de 2003. A *home-page* da *ex-DRAOT* tem vindo gradualmente a ser complementada com conteúdos das actividades desenvolvidas e com informação de relevância para os cidadãos.

O GIDC tinha a seu cargo a preservação e organização dos arquivos da *ex-DRAOT*, neste sentido estão a ser objecto de conversão analógico-digital, de modo a elaborar num arquivo multimédia: documentos fotográficos, projectos de engenharia, levantamentos topográficos e planos de ordenamento que se encontram nos arquivos da *ex-DRAOT*. Actualmente já se encontram disponíveis no servidor *CentroData* do GIDC, em formato *html*, um conjunto de cerca de 1500 fotografias, e ainda, um conjunto de levantamentos topográficos do património territorial dos antigos Serviços Hidráulicos do Mondego datados da década de 40, que foram devidamente catalogados.

No GIDC era recebido o Diário da República em suporte de papel onde era feita uma criteriosa selecção das matérias relevantes para a *ex-DRAOT* e posterior divulgação. Também o GIDC procedia à consulta dos Jornais Diários Locais para posterior divulgação das matérias de interesse.

### 7. Acções de formação

As dificuldades financeiras da *ex-DRAOT* fizeram-se sentir nesta área muito importante para a valorização dos nossos Recursos Humanos. Ainda assim, foi ainda possível, aproveitando um projecto definido no ano anterior, promover uma formação em *ArcIMS* para os funcionários que trabalham na área dos SIG, na modalidade *On-Job*.

### 8. Nota final

Em termos estratégicos o GIDC considera que a CCDR Centro deverá apostar a curto e médio prazo no seguinte:

- Num Sistema de Informação central e integrado para permitir a gestão documental e processual uniforme, e modular para que se possa adaptar a qualquer desenho institucional para a gestão Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- Numa política uniforme de gestão de equipamento e software;

- Na criação de um grupo de trabalho de Investigação e Desenvolvimento ao nível da programação, para que possa criar e desenvolver aplicações técnicas, aplicações de gestão de dados e aplicações de divulgação;
- Dada a dispersão das instalações deverá ser equacionada a manutenção de uma equipa de apoio à informática, aos SIG e à divulgação, nas instalações da *Ex-DRAOT*, que trabalhe dentro dos parâmetros de gestão comum da CCDR.



**UNIDADE DE PLANEAMENTO**

**Coordenadora: Eng<sup>a</sup> Celina Carvalho**

## 1 – Introdução

O Decreto-Lei n.º 45/94 de 22 de Fevereiro é o diploma que concretiza as regras gerais estabelecidas na Lei de Bases do Ambiente e regula o processo de planeamento e gestão dos recursos hídricos em Portugal, instituindo o Plano Nacional da Água (PNA) e os Planos de Bacia Hidrográfica (PBH).

O PNA e os PBH têm por objectivos gerais a valorização, protecção e gestão sustentada dos recursos hídricos nacionais. O acima citado D.L. define as entidades responsáveis pela elaboração dos planos, que se indicam na seguinte figura:

DRAOT – Norte: PBH dos Rios Lima, Cávado, Ave e Leça

DRAOT – Centro: PBH dos Rios Vouga, Mondego e Lis

DRAOT – Lisboa e VT: PBH das Ribeiras do Oeste

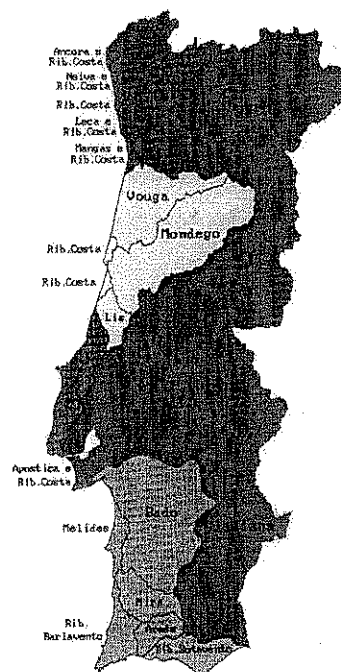
DRAOT – Alentejo: PBH dos Rios Sado e Mira

DRAOT – Algarve: PBH das Ribeiras do Algarve

INAG - PBH dos rios internacionais:

– PBH dos Rios Minho, Douro, Tejo e Guadiana

– Plano Nacional da Água



## 2 – Estrutura funcional e competências

Através do despacho ministerial n.º 2919/98 de 17/02, foram constituídas as Unidades de Planeamento (UP) no INAG e nas ex-DRAOT. Nestas últimas, as UP dependiam hierarquicamente dos Directores Regionais e são dirigidas por um coordenador.

As funções cometidas às UP são o acompanhamento de forma permanente da elaboração e implementação dos PBH, promover e acompanhar a realização de trabalhos no âmbito dos Planos, bem como assegurar a articulação com outras entidades envolvidas no processo de planeamento e gestão dos recursos hídricos, em particular com o INAG.

As UP são responsáveis pela preparação da documentação técnica que constitui a base de trabalho dos Conselhos de Bacia, criados no ano de 1994, pelo Decreto-Lei n.º 45/94 de 22/02.

Na presente data, a coordenação é feita pela signatária e integra apenas uma técnica de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) – Sónia Cavaleiro.

### 3 – Trabalho realizado

#### 3.1 – Aspectos Gerais

A UP centraliza e disponibiliza a informação elaborada no âmbito dos PBH dos rios Vouga, Mondego e Lis (designadamente, relatórios técnicos que fazem parte integrante destes diplomas e o respectivo Sistema de Informação Geográfica (SIG). Esta informação encontra-se acessível, em formato digital, a todas as Direcções de Serviço através da INTRANET da ex-DRAOT-C. No Anexo I apresenta-se uma listagem dos relatórios e SIG que integram os PBH.

A extensa quantidade de informação produzida nos PBH tem vindo a ser solicitada por diversas entidades públicas ou privadas, tendo sido estabelecido superiormente que a sua disponibilização é feita após pedido enviado por escrito. A título de exemplo, anexa-se um quadro indicativo das entidades que, no ano de 2003, solicitaram documentação relativa aos PBH (Anexo II).

A UP aprecia Pedidos de Informação Prévia para efeitos de licenciamento de utilizações do Domínio Hídrico para produção de energia hidroeléctrica por pequenas centrais hidroeléctricas – “mini-hídricas”, de acordo com o art. 4º do D.L 46/94 de 22/02 (“Regime de Utilização do Domínio Hídrico”) e com a Portaria n.º 294/2002 de 19 de Março. A análise destes processos é feita recorrendo, essencialmente, ao SIG. A título exemplificativo, apresentam-se, no Anexo III, os elementos produzidos na UP que servem de base para dar resposta ao referidos pedidos.

A UP encontra-se a desenvolver, como tarefa principal, um projecto financiado ao abrigo do programa PORCENTRO (Projecto HIDROGEST-DÃO), cujos objectivos fundamentais são a implementação de algumas medidas e acções previstas no PBH do Rio Mondego e a integração de orientações contidas na directiva comunitária 2000/60/CE (Directiva-Quadro da Água – DQA), que se encontra a ser transposta para o direito nacional através da “*Lei Quadro da Água*”.

Apresenta-se, de seguida, uma breve descrição do projecto.

### 3.2 – Projecto “HIDROGEST-DÃO”

Pretende-se que este projecto permita à CCDR-Centro:

- Dinamizar e incrementar conhecimentos sobre planeamento e gestão de recursos hídricos;
- Acompanhar as actividades de aplicação da DQA;
- Desenvolver instrumentos de apoio ao processo de decisão, direccionados para o licenciamento integrado das utilizações do Domínio Hídrico.

#### 3.2.1 – Âmbito Espacial

Dado o carácter inovador e alguma complexidade em tratar matérias que são objecto de análise neste projecto, optou-se por seleccionar uma sub-bacia da bacia hidrográfica do rio Mondego – a bacia do rio Dão –, que se considerou representativa das questões usuais relacionadas com a gestão dos recursos hídricos e cujos resultados possam ser extrapolados, com a devida adequação, para a totalidade da bacia do rio Mondego.

#### 3.2.2 – Áreas Temáticas

O projecto focaliza as questões mais urgentes e determinantes desta bacia, designadamente:

- Controlo da poluição nos meios hídricos superficiais;
- Protecção de origens de água superficiais;
- Avaliação da qualidade ecológica dos cursos de água;
- Avaliação dos custos dos serviços da água;

#### 3.2.3 – Estrutura do Projecto

- 1.ª FASE – Trabalhos Preparatórios

Nesta fase corrigiram-se e actualizaram-se vários temas do SIG do PBH do rio Mondego, na bacia do Dão.

- 2.ª FASE – Elaboração de Estudos

Os trabalhos que estão previstos realizar nesta fase são:

- “Levantamento das Utilizações Urbanas e Industriais na Bacia do Rio Dão”: com este trabalho pretende-se actualizar e completar o levantamento que foi



efectuado no PBH do rio Mondego (datado de 1999) das utilizações urbanas e industriais na bacia do rio Dão.

- “Levantamento das Utilizações Agrícolas na Bacia do Rio Dão”: com este trabalho pretende-se efectuar o levantamento das utilizações agrícolas na bacia em estudo.
- “Elementos de Suporte para a Caracterização da Qualidade Ecológica da Água”: pretende-se pôr em prática o mecanismo para determinação do estado ecológico dos corpos de água superficial previstos naquela Directiva.
- “Avaliação dos Custos dos Serviços da Água”: pretende dar cumprimento às disposições da DQA, no que respeita à avaliação dos custos associados às utilizações dos recursos hídricos.
- “Avaliação da Poluição Difusa e Modelação da Quantidade e Qualidade da Água”: este trabalho permitirá estimar a qualidade da água para a bacia do Dão. A partir dos resultados do modelo, é possível conhecer a relação entre a carga poluente gerada na bacia e a carga poluente que aflui aos cursos de água.

➤ 3ª Fase – Integração de Resultados

Como resultado final, o projecto estabelecerá um modelo de gestão que possibilite um licenciamento mais célere e eficaz, de acordo com os objectivos de qualidade da água estipulados na DQA, para os diferentes tipos de massa de água superficiais.

### **3.3 – Participação de outras entidades**

A entidade responsável pelas actividades de aplicação da DQA em Portugal é o INAG, pelo que se considerou importante tratar de uma forma concertada os assuntos comuns a este projecto e os que estão a ser desenvolvidos naquele organismo, no sentido de permutar informação e de colaboração mútua. Para esse efeito, a ex-DRAOT-Centro solicitou a

nomeação de técnicos do INAG que, presentemente, se encontram a acompanhar os trabalhos e a emitir pareceres sobre estes.

### 3.4 – Ponto de situação dos trabalhos no final do ano de 2003

A esta data encontram-se a decorrer os trabalhos:

- “*Elementos de Suporte para a Caracterização da Qualidade Ecológica da Água*”
- “*Levantamento das Utilizações Urbanas e Industriais na Bacia do Rio Dão*”
- “*Levantamento das Utilizações Agrícolas na Bacia do Rio Dão*”
- “*Avaliação dos Custos dos Serviços da Água*”

Não foi ainda posto a concurso o trabalho:

“*Avaliação da Poluição Difusa e Modelação da Quantidade e Qualidade da Água*”

na medida em que este estudo só poderá ser elaborado a partir dos resultados dos trabalhos 2 e 3 acima mencionados.

No Anexo IV, apresenta-se o prazo e respectivo cronograma dos trabalhos previsto para este projecto.

## 4 – Considerações Finais

Como nota final, refere-se que, desde Março de 2001, não foram promovidas, pela ex-DRAOT-Centro, as reuniões do Conselho de Bacia do Mondego, do Conselho de Bacia do Vouga e do Conselho de Bacia do Lis (aliás, à semelhança do que também sucedeu nas restantes ex-DRAOT) com excepção do INAG que tem continuado a realizar as reuniões dos Conselhos de Bacia do Minho, Douro, Tejo e Guadiana.

Na eventualidade das reuniões dos Conselhos de Bacia virem a ser novamente dinamizadas, esta UP necessitará de apoio administrativo para a sua preparação, o qual era, geralmente, disponibilizado pela estrutura administrativa do Director Regional.

Como foi já referido no ponto 2, os Conselhos de Bacia foram criados pelo D.L. n.º 45/94 de 22/02 e integram, para além do presidente do Conselho, do vice-presidente e do secretário, 34 vogais que representam organismos da Administração Central, das autarquias, de utilizadores do sector da água e de organizações não governamentais no domínio do Ambiente.

**ANEXOS**



**ANEXO I**

**PLANOS DE BACIA DO VOUGA, MONDEGO E LIS**  
**LISTAGEM DOS RELATÓRIOS**

**1ª Fase:** Análise e Diagnóstico da Situação de Referência

**Volume I:** Sumário Executivo

**Volume II:** Enquadramento

**Volume III:** Análise

**Volume IV:** Diagnóstico

**Anexos Temáticos:**

**Anexos 1:**

**Anexo 1 A** – Análise Biofísica

**Anexo 1 B** – Anexos

**Anexo 1 C** – Diagnóstico Preliminar

**Anexo 2:** Análise Sócio-económica

**Anexo 3:** Inventário Recursos Hídricos Superficiais

**Anexo 4:** Recursos Hídricos Subterrâneos

**Anexo 5:** Análise da Ocupação do Solo e Ordenamento do Território

**Anexo 6:** Utilizações e Necessidades da Água – Balanço Necessidades/ Disponibilidades

**Anexo 7:** Infraestruturas Hidráulicas e de Saneamento Básico

**Anexo 8:** Usos e Ocupações do Domínio Hídrico

**Anexo 9:** Conservação da Natureza

**Anexos 10:** Qualidade dos Meios Hídricos

**Anexo 10 A** – Qualidade das Águas Subterrâneas

**Anexo 10 B** – Qualidade das Águas Superficiais

**Anexos 11:** Situações Hidrológicas Extremas

**Anexo 11 A** – Análise de Cheias

**Anexo 11 B** – Análise de Secas

**Anexos 12:** Situações de Risco

**Anexo 12 A** – Análise da Erosão e Assoreamento

**Anexo 12 B, C, D, E** – Riscos Associados à Geologia, Riscos de Inundação e Rotura de Barragens e Riscos de Poluição Acidental Diversos

**Anexo 13:** Análise Económica das Utilizações da Água

**Anexo 14:** Quadro Normativo

**Anexo 15:** Enquadramento Institucional

**Anexo 16: Projectos de Dimensão Nacional**

**2ª Fase: Definição de Objectivos**

**Volume I:** Sumário Executivo

**Volume II:** Análise Prospectiva do Desenvolvimento Sócio-Económico e Principais Linhas  
Estratégicas

**Volume III:** Definição e Avaliação de Objectivos

**3ª Fase: Estratégicas, Medidas e Acções**

**Volume:** Propostas de Medidas e Acções

**4ª Fase: Prognóstico para os Cenários de Desenvolvimento**

**Volume:** Prognóstico para os Cenários de Desenvolvimento

**5ª Fase: Programação Física e Financeira**

**Volume:** Programação Física e Financeira

**Anexo:** Fichas de Projecto

**6ª Fase: Regulamento**

**Relatórios Finais**

**Anexos Cartográficos**

**Normas Regulamentares Para Aplicação do Plano**

**SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DOS  
PLANOS DE BACIA HIDROGRÁFICA**

ÁREAS TEMÁTICAS									
AMBIENTE	ECOSSISTEMAS	EROSÃO	HIDROGRAFIA	INFRA-ESTRUTURAS	ORDENAMENTO	PATRIMÓNIO	RELEVO	SÓCIO-ECONOMIA	USOS
Clima	Áreas Protegidas	Solos	Bacias	Barragens	PDM	Arqueologia	Curvas de Nível	Actividade Económica	Impactes
Erosão	Áreas Sensíveis	Corine	Linhas de Água	Cais Aquíferos	Servidões			Demografia	Indústria
Geologia	Flora	Declives		Estações				Divisão Administrativa	Usos Água
Hidrogeologia	Rede Monitorização	Erosão		Pontes				Localidades	Usos Solo
Hidrografia	Vegetação Ripícola			Redes					
Relevo				Regadios					
				Sistemas					
				Vias de Comunicação					



**ANEXO II**

## Pedidos de Informação dos PBH

Ano 2003

ENTIDADES PÚBLICAS	Elementos dos PBH do
Universidade do Coimbra	Mondego
Direcção Reg. da Agricultura de Entre Douro e Minho	Vouga
Universidade de Aveiro	Vouga
Inspecção-Geral do Ambiente	Vouga, Mondego e Lis
Escola Superior de Tecnologia de Viseu	Mondego
Associação Portuguesa de Recursos Hídricos – A.P.R.H.	Vouga, Mondego e Lis
Protecção Civil de Aveiro	Vouga
Câmara Municipal de Estarreja	Vouga
Instituto da Água	Vouga, Mondego e Lis
Instituto de Oceanografia	Mondego
Comissão Coord. Região Centro – C.C.R.C	Vouga, Mondego e Lis
Águas da Figueira	Mondego
Instituto Superior Politécnico de Viseu	Mondego
Escola Superior Águeda	Vouga
Câmara Municipal de Porto Mós	Lis
Câmara Municipal de Leiria	Lis
Protecção Civil Coimbra	Mondego
SIMLIS	SIMLIS
Câmara Municipal de Águeda	Vouga

ENTIDADES PRIVADAS	Elementos dos PBH do
AMBIDELTA	Vouga
PROCESL	Mondego e Vouga
HIDROPROJECTO	Vouga
IDEIA VERDE	Vouga, Mondego e Lis
SIA	Vouga, Mondego e Lis
RECURSO	Vouga e Mondego
SOLUZIONA	Vouga
INOVA	Vouga
Dr. Luís Alberto Almeida	Mondego
Isabel Maria Paiva	Mondego

**ANEXO III**



S. R.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO AMBIENTE  
DIRECÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – CENTRO  
UNIDADE DE PLANEAMENTO

### FICHA TÉCNICA

14/02/2003

Requerente: **HIDROPOWER**

PROC. DDH Nº 4.2.8/401

#### LOCALIZAÇÃO

**Linha de Água:** Ribeira de Asnes  
**Freguesia:** Silvares  
**Cartas Militares nº.188 e 199**

**Bacia:** Dão  
**Concelho:** Tondela  
**Escala:** 1:25000

#### CARACTERÍSTICAS DO APROVEITAMENTO HIDRÓELECTRICO <sup>(1)</sup>:

**Altura do Açude:** 12.5 m  
**Central:** Restitui na Ribeira de Asnes

**Conduta:** 2015 m

#### INFRAESTRUTURAS HIDRÁULICAS

**Pontes**

**Cais**

**Barragens**

#### INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO

**ETA**

**ETAR**

##### Captações

**Subterrâneas**

**Superficiais**

#### USOS DO DOMÍNIO HÍDRICO

**Praias Fluviais**

**Piscicultura**

## EVENTUAIS CONDICIONANTES AO PROCESSO EM ANÁLISE <sup>(2)</sup>:

1. Verificou-se através da análise da carta de "Infraestruturas Hidráulicas" a existência de duas pontes localizadas na futura albufeira, criada pela Mini-Hídrica; verificou-se ainda a existência de uma terceira ponte imediatamente a jusante da central.

Estas condicionantes deverão ser avaliadas no local, por forma a serem estudadas as implicações na segurança destas infraestruturas devido à diminuição da secção de vazão das duas pontes localizadas a montante do açude, bem como as eventuais consequências na estabilidade da ponte situada a jusante da central devido às descargas desta.

2. Na análise da carta de "Infraestruturas de Saneamento Básico" verificou-se a existência de uma ETAR que drena os efluentes domésticos da localidade de "Parada de Gonta" para um afluente directo da Ribeira de Asnes; a descarga referida ETAR dista da albufeira do açude aproximadamente 2700 m;
3. Relativamente à carta "Usos do Domínio Hídrico" não foram encontradas Praias Fluviais e Pisciculturas que possam ser afectadas pelo aproveitamento em estudo.

### Unidade de Planeamento

A Técnica de SIG

Sónia Cavaleiro

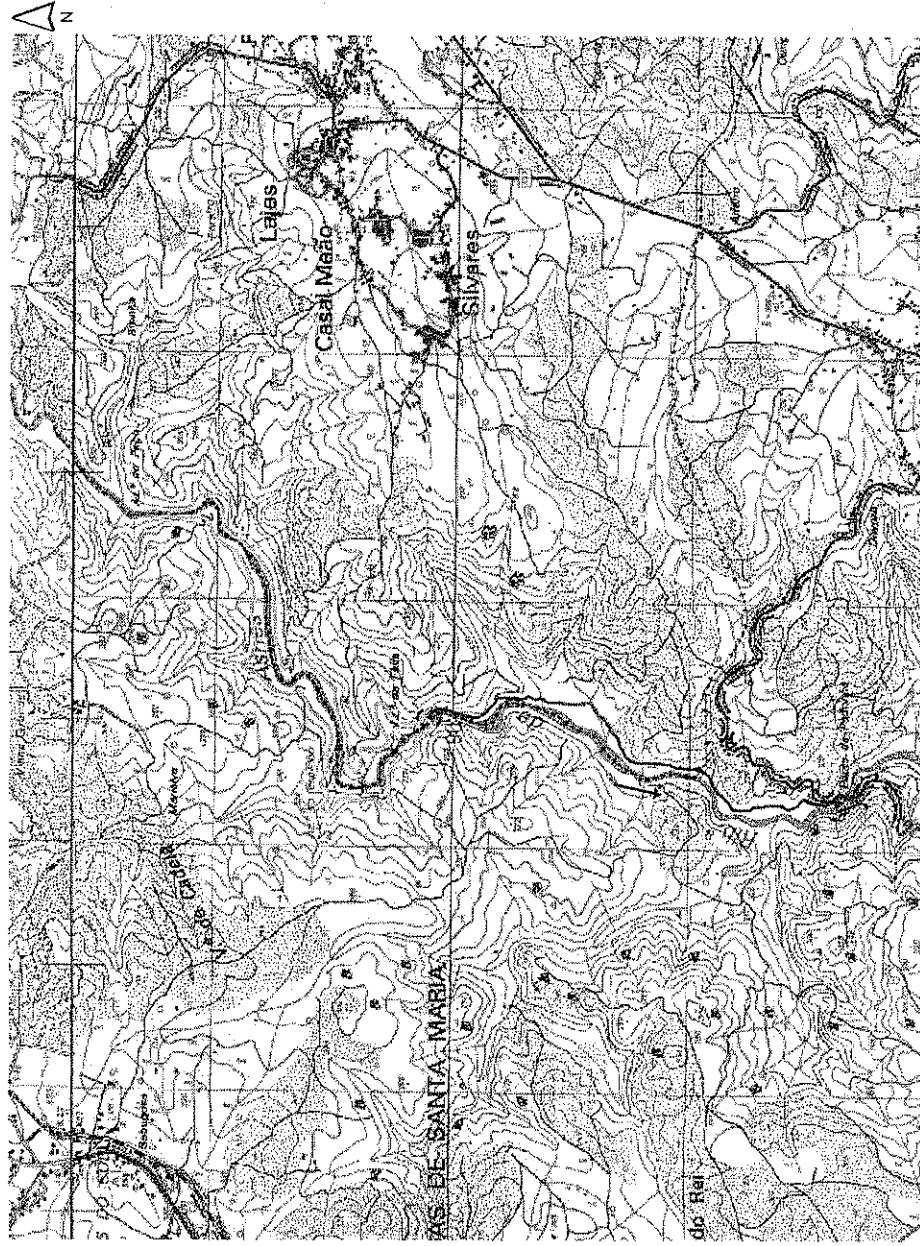
A Coordenadora

Celina Carvalho

**NOTAS:** (1) De acordo com o registo nº. 4.2.8/401 (DDH);

(2) A informação georeferenciada que se anexa deverá ser confirmada por reconhecimento local.

## LOCALIZAÇÃO



1:25000

Proc. DUDH nº 4.2.8401

- Albufeira
- Y CentralMini\_Hidrica
- Conduta
- \$ AçudeMini\_Hidrica
- ↓ Direcção de Escoamento

Carta Militar nº 188 e 199

Proc. DUDH nº 4.2.8/401

# INFRAESTRUTURAS HIDRÁULICAS



1:25000

Carta Militar nº 188 e 199

# INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO

Proc. DUDH nº 4.2.8/401



1:25000

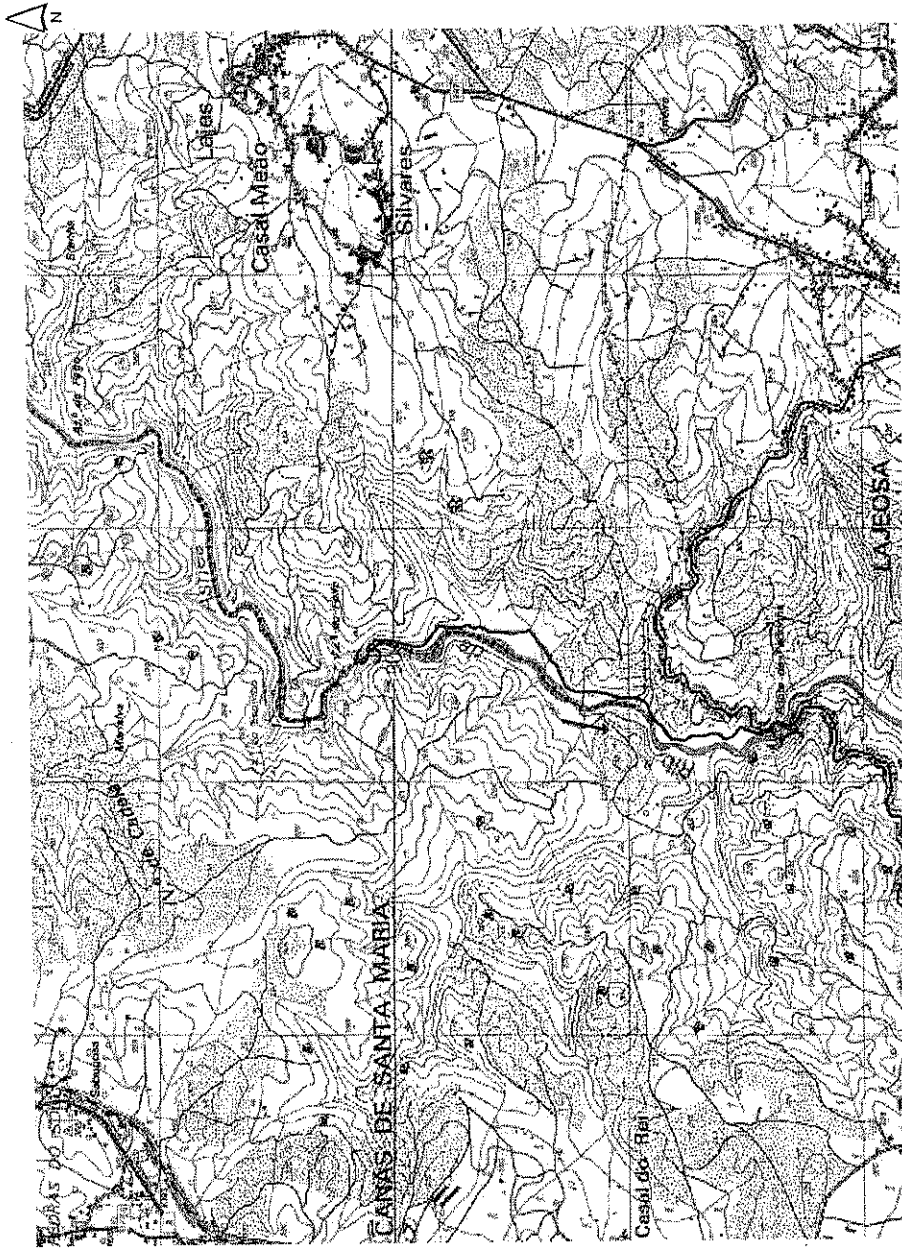
- ETAR
- ETA
- Captações
- Subterrânea
- Superficial
- Albufeira
- Açude Mini-Hídrica
- Conduta
- Central Mini-Hídrica
- Direção de Escoamento

Carta Militar nº 188 e 199



## USOS DO DOMÍNIO HÍDRICO

Proc. DUDH nº 4.2.8/401



1:25000

- ~ Conduta
- \$ Central Mini-Hídrica
- Y Central Mini-Hídrica
- Albufeira
- E Pisciculturas
- K Praias Fluviais
- / Direcção de Escoamento

Carta Militar nº 188 e 189



**ANEXO IV**

"PROJECTO HIDROGEST-DÃO" - FASES 2 e 3

N.º	ACTIVIDADE / DURAÇÃO	ANO 2003												ANO 2004					
		Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Agos.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fév.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Agos.	
	Comunicação Homologação Candidatura																		
1 / UP	Prestação de Serviços de Consultoria CONSULREDE																		
2 / UP	Elementos de Suporte à Caracterização da Qualidade Ecológica NEMUS																		
3 / UP	Levantamento das Utilizações Urbanas Industriais na Bacia Hidrográfica do Rio Dão																		
4 / UP	HIDROPROJECTO																		
	Levantamento das Utilizações Agrícolas na Bacia Hidrográfica do Rio Dão																		
5 / UP	ERENA																		
	Avaliação dos Custos dos Serviços da Água																		
	QUARTENAIRE																		
	Modelação Qualidade e Poluição Difusa																		
	Modelo Global de Gestão																		
	Modelo Económico-Financeiro																		
	Relatório Final																		

**PO CENTRO**

## **I. PO Centro: síntese geral das actividades de gestão, acompanhamento e controlo**

### **1. Gestão**

No decurso de 2003 tiveram lugar várias Unidades de Gestão.

No caso do Eixo I, realizam-se seis Unidades de Gestão, três da secção a) do Eixo I e três da secção b), em que as aprovações e as reprogramações totalizaram o montante de 147 194 154 Euros apoiados pelo Feder.

No caso do Eixo II, realizaram-se catorze Unidades de Gestão, sendo três da secção a), duas da secção b), duas das secção c), quatro da secção d) e três da secção e), a que correspondeu a homologação de 66.184.473 euros apoiados pelo FEDER, bem como de 3.567.628 euros apoiados pelo FEOGA-O e 2.313.737 euros apoiados pelo FSE.

No caso do Eixo III, realizaram-se catorze Unidades de Gestão, uma plenária (29-01), cinco da secção I , quatro da Secção II e quatro da Secção III.

### **2. Acompanhamento**

Realizaram-se duas reuniões da Comissão de Acompanhamento, que contou com a participação das diversas entidades envolvidas na gestão do Programa, dos responsáveis pelos Fundos Estruturais, da Comissão Europeia e dos representantes dos interesses económicos, sindicais, científicos, educativos culturais, de solidariedade social, e da defesa do ambiente.

Estas reuniões centraram-se nas questões relacionadas com a avaliação intercalar do Programa e na apreciação de alterações ao Complemento de Programação.

Realizou-se, ainda, uma consulta escrita aos membros da Comissão de Acompanhamento, com vista à apreciação da alteração do Programa. Esta alteração foi aprovada pela Comissão Europeia em Dezembro de 2003.

### **3. Avaliação Intercalar**

Apoio à preparação do Estudo de Avaliação Intercalar, através da participação em várias elementos no Grupo Técnico de Avaliação, fornecendo informação e contributos à equipa que elaborou o respectivo relatório, aprovado pelas diversas instâncias e na Comissão de Acompanhamento.

### **4. Controlo de Primeiro Nível**

A estrutura de controlo de 1º nível do Programa Operacional da Região Centro é enquadrada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2001 de 26 de Dezembro de 2001, sendo composta por um chefe de projecto e dois técnicos.

Após o ano de 2002, em que foram disponibilizados no âmbito do Sistema Nacional do Controlo, os meios e instrumentos indispensáveis à actividade de controlo, o ano de 2003 permitiu uma clara intensificação ao nível da execução das acções de controlo.

O presente relato da síntese da actividade de controlo, divide-se em três áreas: acções de acompanhamento a entidades de auditoria/controlo externas; actividade de reporte da actividade; acções de controlo.

No exercício de 2003 a estrutura acompanhou:

. Auditoria do Tribunal de Contas Europeu relativa à florestação e às medidas florestais co-financiadas pelo FEOGA, secções Garantia e Orientação na Região Centro, que decorreu entre 17 e 21 de Março;

. Missão da DG Emprego e Assuntos Sociais, relativa a uma Auditoria aos sistemas de Gestão do PO Centro que decorreu entre 21 e 24 de Abril;

. auditoria do Tribunal de Contas aos Sistemas de Gestão do Eixo Prioritário III do Programa Operacional da Região Centro – QCA III, que decorreu de 11 a 21 de Novembro e 17 a 19 de Dezembro;

.Acção de natureza instrumental do Tribunal de Contas sobre o “Desenvolvimento e Gestão do Acesso a Base de Dados da DGT, DGDR, e IGFSE, relativas ao Fundo Comunitário FSE” que decorreu entre 22 a 24 de Setembro;

.Auditoria da Inspeção Geral de Finanças aos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Operacional regional do Centro (POR Centro) do QCA III, que decorreu entre Abril e Outubro de 2003;

.Auditoria da Inspeção Geral de Finanças ao SIGIFE – Sistema de Informação dos controlos dos Fundos Estruturais e de Coesão, que decorreu entre 29 a 31 de Outubro;

.Auditoria da Inspeção Geral de Finanças sobre Controlo de qualidade das Auditorias de Gestão, das Autoridades de Pagamento e dos Coordenadores de Controlo de 2º Nível, que decorreu em Julho de 2003;

.Auditoria da Inspeção Geral de Finanças no âmbito do Controlo complementar por amostragem, conforme art.º 16º do Regulamento (CE) nº 438/2001, de 2 de Março – FEDER e FSE, que decorreu durante o mês de Outubro;

. Auditoria do Gabinete de Auditoria do IFADAP/INGA no âmbito da verificação do 4º Pedido de Reembolso do PO Centro que decorreu durante o mês de Junho;

. Auditoria do IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu no âmbito da verificação da despesa apresentada entre Fevereiro e Junho de 2003 pelo PO Centro que decorreu entre 11 de Setembro a 1 de Outubro,

. Auditoria da IGMTSS – Inspeção Geral do Ministério da Segurança Social e do Trabalho no âmbito da verificação da despesa apresentada entre Fevereiro de 2002 e Janeiro de 2003 pelo PO Centro, que decorreu entre 3 de Junho e 11 de Julho;

Auditoria da DGDR – Direcção Geral de Desenvolvimento Regional aos sistemas de Gestão e Controlo do PO Centro, que decorreu entre Junho e Novembro .

Ao nível das tarefas inerentes à prestação de informação no âmbito do Sistema Nacional de Controlo, de referir que no que concerne ao FSE, foram inseridos no SIIFSE – Sistema Informático Integrado do Fundo Social Europeu, os dados relativos ao Plano Anual de Controlo, os Mapas de Acompanhamento Trimestral, o Relatório Anual de Síntese e os relatos das acções de controlo efectuadas. No que concerne ao FEDER, FEOGA-O e IFOP, foram inseridos na aplicação informática SIGIFE – Sistema de Informação de



Gestão dos Instrumentos e Fundos Estruturais, os Planos Anuais de Controlo do PO Centro, a execução e acompanhamento das acções de controlo realizadas, e foram exportados os Mapas de Acompanhamento Trimestral e o Relatório Anual de Síntese. No que concerne ao FEDER foram ainda registadas no SIFEC – Sistema de Informação dos Fundos Estruturais e Coesão, as acções de controlo desenvolvidas. Este é um registo complementar, que permite à gestão ter conhecimento dos controlos efectuados, e dos seus resultados e recomendações.

Existe ao nível da estrutura de controlo de 1º nível o registo da informação relativa à gestão de devedores e pré-devedores. Este capítulo reveste a maior importância uma vez que se refere a operações ou partes de operações que prejudicaram o orçamento comunitário e enquanto tal, devem estes montantes ser recuperados. Foram disponibilizados pelas Autoridades de Pagamento de cada um dos fundos estruturais manuais de gestão de devedores e de comunicação de irregularidades.

Sempre que existiram montantes indevidamente pagos, foram desencadeados procedimentos de recuperação, que passam por um retorno financeiro, ou nos casos previstos no Regulamento (CE) n.º 1681/94 de 11 de Julho, cumulativamente pela existência de comunicação de irregularidade à entidade responsável pelo Controlo de 2º Nível.

A Comunicação de irregularidades no âmbito do financiamento das políticas estruturais, teve uma base trimestral, tendo sido comunicadas pela EAT do controlo à entidade responsável pelo controlo de segundo nível no âmbito da articulação estabelecida no âmbito do Sistema Nacional de Controlo.

A EAT procedeu à actualização e envio das pistas de auditoria de todas as medidas do Po Centro de acordo com o artigo 5º, e n.º 3 do art. 9 do Regulamento (CE) n.º 438/2001 de 2 de Março de 2001.

Foram realizadas duas acções de controlo de primeiro nível FEDER, em paralelo ao Plano Anual de Controlo, aos projectos aprovados no âmbito do Programa Empresa – Medida 1.5 do Eixo 1 do PO Centro tendo presente o despacho de aprovação do então Ministério da tutela.

No que concerne à execução dos planos anuais de controlo, concretamente, ao disposto no artigo 10º do Regulamento (CE) n.º 438/2001 de 2 de Março, os dados apresentados respeitam à execução da actividade de controlo, à data de 31 de Dezembro de 2003.

No que concerne ao fundo estrutural FEDER, foram efectuados 41 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 FEDER, envolvendo a verificação de despesa no montante de 36.926.977,80 € e correcções financeiras de 134.981, 96 €, e 5 relatórios relativos ao PAC de 2003, que envolveram uma despesa verificada de 828.976, 90 €, correcções financeiras de 9.228,52 €.

No que se refere ao fundo estrutural FSE foram efectuados 19 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 FSE, que envolveram despesa verificada no montante de 5.419.373, 70 € e correcções financeiras no montante de 21.944, 45 € de FSE e 8.061, 23 € de OSS.

Relativamente ao fundo estrutural FEOGA-O, foram efectuados 42 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 FEOGA e uma acção de acompanhamento. Estes relatórios envolveram uma despesa verificada no montante de 1.780.806 € e correcções financeiras de 266.707 €.

Relativamente ao fundo estrutural IFOP, foi efectuado 1 relatório final abrangendo uma acção de controlo prevista no Plano Anual de Controlo 2002 IFOP. Foi verificada uma despesa no montante de 4.194 €.

## **5. Síntese da Execução**

No final de 2003 estavam aprovados projectos num total de 1 802 milhões de euros de despesa pública o que corresponde a 67% do total programado e 98% do programado até final desse período. As maiores taxas de compromisso face ao valor programado até final do ano em causa correspondem ao conjunto das Medidas com intervenção FEDER e FSE. A taxa de execução do Programa face ao programado até final de 2003 é de 70%, sendo distintas consoante os Fundos: 75% para o FEDER, 60% para o FSE sendo as taxas do FEOGA e do IFOP bastante mais baixas.

Fundo	Programação	Aprovações		Execução	Taxa Exec. (%)			
		Nº de proj.	Desp. Pública		Apr./Prog.	Exec./Prog.	Exec./Apr.	
2000-2003	FEDER	1.320.294.816	2.008	1.353.943.570	987.904.595	102,5	74,8	73,0
	FSE (*)	185.810.940	411	160.117.187	111.082.700	86,2	59,8	69,4
	FEOGA	166.390.829	6.845	132.782.088	66.236.995	79,8	39,8	49,9
	IFOP	1.430.909	12	1.139.685	235.100	79,6	16,4	20,6
	<b>Total</b>	<b>1.673.927.494</b>	<b>9.276</b>	<b>1.647.982.530</b>	<b>1.165.459.391</b>	<b>98,5</b>	<b>69,6</b>	<b>70,7</b>
2000-2006	FEDER	2.060.854.277	2.008	1.485.231.589	987.904.595	72,1	47,9	66,5
	FSE (*)	338.689.414	411	179.434.592	111.082.700	53,0	32,8	61,9
	FEOGA	282.974.829	6.845	136.495.441	66.236.995	48,2	23,4	48,5
	IFOP	2.096.490	12	1.191.853	235.100	56,8	11,2	19,7
	<b>Total</b>	<b>2.684.615.010</b>	<b>9.276</b>	<b>1.802.353.474</b>	<b>1.165.459.391</b>	<b>67,1</b>	<b>43,4</b>	<b>64,7</b>

(\*) Só inclui despesa validada até 31-12-2003

Os níveis de execução permitiram cumprir a regra n+2 cumprir a regra n+2 para o FEDER, FSE e FEOGA. No caso do IFOP esta regra só se aplicará no final de 2004. De referir, ainda, que o Programa cumpriu todos os requisitos para ser considerado um programa muito eficiente e, assim, ter acesso à reserva de eficiência.

## II. Gestão, acompanhamento e execução por Eixo Prioritário

### 1. Eixo Prioritário I - Apoio ao Investimento de Interesse Municipal e Intermunicipal

#### 1.1. Gestão e Acompanhamento

A gestão e o acompanhamento dos projectos aprovados no âmbito do Eixo I do PO Centro, no decurso de 2003, foram asseguradas por uma Estrutura Técnica sediada na Comissão e nos dezasseis Gabinetes de Apoio Técnico dispersos pela Região Centro.

Esta Estrutura foi responsável pela análise das candidaturas apresentadas por diversas entidades beneficiárias, projectos e reprogramações que representam um montante de 147 194 154 Euros homologados, relativos a projectos apoiados pelo Feder nas Unidades de

Gestão realizadas, três da secção a), que tiveram lugar a 27.02, 10.07 e 14.11.2003 e três da secção b), realizadas em 20.03, 8.07 e 13.11.2003.

Além dos procedimentos inerente á preparação das candidaturas, desenvolveram-se as actividades que permitiram assegurar a gestão das medidas e o acompanhamento de cada um dos projectos aprovados. Assim, procedeu-se á gestão do Eixo, sendo de relevar o apuramento mensal da execução, efectuado por projecto, por medida e para o conjunto do eixo. Realizou-se ainda o acompanhamento de projectos, actividade permanente de monitorização da evolução da execução dos projectos aprovados, destacando-se neste âmbito:

- análise quotidiana dos pedidos de pagamento, controlo financeiro e emissão de ordens de pagamento;
- elaboração, em colaboração com os Gabinetes de Apoio Técnico, no final do semestre, dos indicadores de execução física;
- acompanhamento pelos Gabinetes de Apoio Técnico da execução física dos projectos aprovados.

Importa ainda referir, os apuramentos e a compilação de informação relativa ao Eixo I, contributo que serviu de base a preparação do Relatório Anual do PO Centro – 2002.

### **1.2. Execução do Eixo I em 31.12.2003**

A execução do Eixo I registada no final de 2003 (cf. Qd) evidencia dois aspectos fundamentais: uma procura elevada por parte das Câmaras Municipais, principais beneficiários de um Eixo cujo principal objectivo é apoiar infraestruturas e equipamentos de Interesse Municipal e Intermunicipal, traduzida num elevado nível de comprometimento (82%); uma execução que em termos globais se aproxima da plena execução relativamente aos montantes programados até 2003 (94%).

Os índices de comprometimento e de execução, contudo, evidenciam que a procura é mais acentuada no caso da Medida I.2 (Ambiente), I.4 (Qualificação dos aglomerados urbanos) e I.7 (Acções específicas de valorização territorial).

**PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DO CENTRO**  
**Eixo I - Apoio ao Investimento de Interesse Municipal e Intermunicipal**  
**Programação, Aprovações, Execução: Situação em 31-12-2003 (Despesa Pública)**

Medida	Programação		Aprovações			Execução		Taxa Exec. (2000-a-2003)						Taxa Exec. (2000-a-2006)		
	2000-2006		2000-2006		2000 a 2003	2003		2003		2000 a 2003		2000 a 2003		2000 a 2006		
	2000-2006	2000 a 2003	Nº proj	2000-2006	2000 a 2003	2003	Total	Apr./Prog.	Exec./Prog.	Exec./Apr.	Apr./Prog.	Exec./Prog.	Exec./Apr.	Apr./Prog.	Exec./Prog.	Exec./Apr.
1.1 - Equipamento e infra-estruturas locais	295,203,941	187,926,801	374	218,490,390	210,323,382	60,179,281	159,757,140	111.9	85.0	76.0	74.0	54.1	73.1			
1.2 - Ambiente e recursos naturais	162,202,254	103,257,941	266	161,681,819	161,037,295	38,503,519	122,008,382	156.0	118.2	75.8	99.7	75.2	75.5			
1.3 - Acessibilidades	116,785,215	74,345,457	108	111,985,032	111,984,369	30,950,242	86,596,069	150.6	116.5	77.3	95.9	74.1	77.3			
1.4 - Qualificação dos aglomerados urbanos	55,417,211	31,834,591	65	52,621,775	52,540,001	8,471,336	38,079,118	165.0	119.6	72.5	95.0	68.7	72.4			
1.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial	65,604,738	41,763,969	23	65,287,113	61,201,266	14,734,452	48,886,675	146.5	117.1	79.9	99.5	74.5	74.9			
<b>Total - Medida 1.1+1.2+1.3+1.4+1.7</b>	<b>695,213,359</b>	<b>439,128,759</b>	<b>836</b>	<b>610,066,128</b>	<b>597,086,313</b>	<b>152,838,830</b>	<b>455,327,385</b>	<b>136.0</b>	<b>103.7</b>	<b>76.3</b>	<b>87.8</b>	<b>65.5</b>	<b>74.6</b>			
1.5 - Apoio activ. económicas e desenv. territorial	44,115,956	31,527,882	89	18,802,234	18,091,804	5,065,118	13,410,015	57.4	42.5	74.1	42.6	30.4	71.3			
1.8 - Bonificação de Juros ao Inv. Autárquico	6,158,859	3,920,730	164	6,417,793	989,992	316,093	445,886	5.1	4.9	45.0	104.2	7.2	6.9			
<b>Total - Medida 1.1+1.2+1.3+1.4+1.7+1.5+1.8</b>	<b>745,488,174</b>	<b>474,577,371</b>	<b>1,089</b>	<b>635,286,155</b>	<b>616,168,109</b>	<b>158,220,042</b>	<b>469,183,285</b>	<b>129.8</b>	<b>98.9</b>	<b>76.1</b>	<b>85.2</b>	<b>62.9</b>	<b>73.9</b>			
1.6 - Desenvolv. dos recursos humanos (FSE)	40,939,157	30,642,831	120	9,906,710	7,240,744	794,689	2,467,951	1.9	8.0	34.1	24.2	6.0	24.9			
<b>TOTAL</b>	<b>786,427,331</b>	<b>505,220,202</b>	<b>1 209</b>	<b>645,192,865</b>	<b>623,408,853</b>	<b>159,014,731</b>	<b>471,651,236</b>	<b>123.4</b>	<b>93.4</b>	<b>75.7</b>	<b>82.0</b>	<b>60.0</b>	<b>73.1</b>			

## 2. Eixo Prioritário II – Acções Integradas de Base Territorial

### 2.1. Gestão e acompanhamento

No decurso de 2003, a gestão e o acompanhamento dos projectos FEDER aprovados no âmbito do Eixo II do PO Centro, foram asseguradas por estruturas de apoio técnico sediadas junto dos Coordenadores das Acções Integradas de Base Territorial e nos Gabinetes de Apoio Técnico abrangentes das áreas territoriais das intervenções. Estas estruturas foram responsáveis pela análise das candidaturas apresentadas pelos promotores que desde o início do programa, e nas medidas FEDER, representam 254 projectos aprovados e 51 reprogramações, num montante de 147.749.884 euros apoiados pelo FEDER dos quais 66.184.473 euros foram aprovados em 2003.

A gestão e acompanhamentos dos projectos FEOGA-O aprovados no âmbito da medida 2.7 (AIBT do Pinhal Interior) tem sido assegurada por estrutura de apoio técnico sediada na CCDR e por estruturas de apoio das Direcções Regionais de Agricultura e do IFADAP das respectivas áreas geográficas. A Unidade Técnica de Coordenação, específica desta medida, foi responsável pela análise das candidaturas apresentadas pelos promotores desde o início do programa às diversas linhas de acção que integram a referida medida.

A estrutura e acompanhamento dos projectos FSE aprovados no âmbito da medida 2.8 é assegurada por estrutura de apoio técnico sediada na CCDR, tendo sido responsável pela análise de 23 candidaturas, das quais foram aprovadas 12 com 3.699.956 euros.

Além dos procedimentos inerentes à instrução e apreciação das candidaturas destinadas a cada uma das medidas que compõem o eixo 2, desenvolveram-se actividades que permitiram assegurar a gestão e coordenação das medidas e o acompanhamento dos projectos aprovados, sendo de destacar:

- verificação dos elementos de despesa relativos aos projectos aprovados;
- recolha e tratamento da informação relativa aos indicadores físico e financeiro;
- preparação dos pedidos de pagamento da contribuição comunitária;
- processamento dos pagamentos aos beneficiários das diferentes medidas;
- actualização da informação física e financeira nos sistemas de informação;
- apuramento mensal da execução efectuado por projecto, medida e conjunto do eixo;
- prestação do apoio à preparação do relatório de execução do PO Centro em 2002.

## **2.2. Execução do Eixo II em 31.12.2003**

A execução do Eixo II registada no final de 2003, conforme valores do quadro, evidencia dois aspectos: o compromisso atinge 73,5% do programado até final do ano com realce, por um lado, para as medidas FEDER com um compromisso de 87,8% e, por outro, para as medidas FSE com apenas 14,9%, que se poderá justificar pelo arranque de apenas uma medida em 2002; a execução atinge apenas 36,3% do programado para esse período.

Pelos índices de comprometimento e de execução, pode-se concluir que as medidas 2.3 (AIBT das Aldeias), 2.5 (AIBT da Serra da Estrela), 2.6 (AIBT do Pinhal Interior-FEDER) e 2.4 (AIBT do Côa) foram as que apresentaram melhor comportamento.

**PROGRAMA OPERACIONAL DA  
REGIÃO CENTRO**  
Eixo II - Acções Integradas de Base  
Territorial

Programação, Aprovações, Execução:  
Situação em 31-12-2003 (Despesa  
Pública)

MEDIDA	Programação		Aprovações			Execução		Taxa de Execução (2000-2003)			Taxa de Execução (2000-2006)		
	2000-2006	2000-2003	Nº de Proj.	2000-2006	2000-2003	2003	Total	A/Prog	Exec./Prog	A	A/Prog	Exc./Prog	A
<b>Eixo 2</b>	281.257.349	177.941.847	444	161.954.342	130.734.234	29.384.681	64.317.987	73,5	36,1	49,2	57,6	22,9	39,7
<b>FEDER</b>	214.731.672	136.698.142	254	147.749.884	120.073.265	26.609.364	59.348.637	87,8	43,4	49,4	68,8	27,6	40,2
<b>FSE</b>	25.823.613	16.439.301	12	3.699.956	2.454.651	384.817	708.481	14,9	4,3	28,9	14,3	2,7	19,1
<b>FEOGA</b>	40.702.064	24.804.404	178	10.504.502	8.206.319	2.390.500	4.260.869	33,1	17,2	51,9	25,8	10,5	40,6
2.1 - Acção Int. p/ a Qual. e Comp. das Cidades - C. Territorial	75.863.414	48.294.636	12	66.767.469	43.111.829	5.793.422	6.213.328	89,3	12,9	14,4	88,0	8,2	9,3
2.2 - Acção Int. p/ a Qualif. e Comp. das Cidades - C. Empreg.	6.883.288	4.381.900											
2.3 - Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias	25.251.751	16.075.257	114	15.886.853	15.559.705	3.949.351	12.740.071	96,8	79,3	81,9	62,9	50,5	80,2
2.4 - Acção Integrada "Turismo e Património no Vale do Côa"	63.120.794	40.182.685	50	26.871.393	26.198.110	7.191.676	19.853.334	65,2	49,4	75,8	42,6	31,5	73,9
2.5 - Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela	31.560.497	20.091.407	48	27.992.006	25.678.338	7.697.643	14.486.284	127,8	72,1	56,4	88,7	45,9	51,8
2.6 - Acção Integrada de Base T. do Pinhal Interior (FEDER)	18.935.216	12.054.157	30	10.232.163	9.525.283	1.977.273	6.055.621	79,0	50,2	63,6	54,0	32,0	59,2
2.7 - Acção Integrada de Base T. do Pinhal Interior (FEOGA)	40.702.064	24.804.404	178	10.504.502	8.206.319	2.390.500	4.260.869	33,1	17,2	51,9	25,8	10,5	40,6
2.8 - Desenv. dos recursos humanos e prom. da coesão social	18.940.325	12.057.401	12	3.699.956	2.454.651	384.817	708.481	20,4	5,9	28,9	19,5	3,7	19,1



### **3. Eixo Prioritário III – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas**

#### **3.1. Gestão e acompanhamento**

A gestão e o acompanhamento dos projectos aprovados no âmbito do Eixo III do PO Centro, no decurso de 2003, foram asseguradas pelas várias Estruturas Técnicas sediadas junto dos Coordenadores das Intervenções Sectoriais e pela Estrutura Técnica do Eixo III.

Até ao final do ano foram apreciados favoravelmente, nas 66 reuniões das Unidades de Gestão, 7623 projectos que envolvem um montante 1 047 406 639 Euros de investimento elegível.

Além destes procedimentos técnicos, tiveram ainda lugar um conjunto de actividades, onde se destacam:

1. Gestão do Eixo, onde relevou o apuramento mensal da execução por projecto, medida e eixo, bem como a preparação dos contributos para o Relatório de Execução do PO Centro – 2002;
2. Gestão e Acompanhamento de Projectos, actividade permanente de monitorização da evolução da execução dos projectos aprovados, destacando-se neste âmbito:
  - análise quotidiana dos pedidos de pagamento (FEDER e FSE) e de transferências para as entidades pagadoras (FEDER, FEOGA e IFOP), controlo financeiro e emissão de ordens de pagamento;
  - elaboração, em colaboração com os Coordenadores das Medidas Regionalmente Desconcentradas, no final do semestre, dos indicadores de execução física;

#### **3.2. Execução do Eixo III em 31.12.2003**

A execução do Eixo III registada no final de 2003 (cf. Qd) evidencia dois aspectos fundamentais: o compromisso atinge 90% do programado até final desse ano, com realce para as Medidas FSE com um compromisso de 108%; a execução atinge 63.5 % do programado para esse período.

Os índices de comprometimento e de execução, permitem concluir que as medidas 3.1 (Educação), 3.2 (Ensino Profissional), 3.3 (Emprego e Formação), 3.10 (Desporto) e 3.11(Economia) são as que melhor comportamento evidenciaram.

## PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DO CENTRO

## Eixo III - Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas

Programação, Aprovações, Execução: Situação em 31-12-2003 (Despesa Pública)

Módulo	Programação		Aprovações		Execução		Pagamentos		Taxa Exec. (2000 a 2003)		Taxa Exec. (2000 a 2006)			
	2000-2006	2000 a 2003	Nº proj.	2000-2006	2000 a 2003	2003	Total	Apr./Prog.	Exec./Prog.	Apr./Prog.	Exec./Prog.	Exec./Apr.		
EIXO 3	1.616.930.330	990.765.445	7.623	995.206.267	893.839.444	231.699.358	629.490.168	350.224.933	90,2	63,5	70,4	61,5	38,9	63,3
FEDER	1.100.634.431	709.019.303	665	702.195.550	617.702.198	186.937.356	459.372.673	238.255.011	87,1	64,8	74,4	63,8	41,7	65,4
FSE	271.926.644	138.728.808	279	165.827.926	150.421.791	19.856.142	107.906.268	69.098.093	108,4	77,8	71,7	61,0	39,7	65,1
FEOGA-O	242.272.765	141.586.425	6.667	125.990.939	124.575.769	24.686.782	61.976.127	42.680.424	88,0	43,8	49,7	52,0	25,6	49,2
IFOP	2.096.490	1.430.909	12	1.191.853	1.139.685	219.079	235.100	191.405	79,6	16,4	20,6	56,8	11,2	19,7
3.1 - Educação	93.335.309	77.605.220	109	79.261.925	77.195.844	16.576.912	64.044.488	48.443.400	99,5	82,5	83,0	84,9	68,6	80,8
3.2 - Ensino profissional	115.028.816	44.629.087	78	67.901.054	53.444.691	12.845.531	40.124.915	24.755.086	119,8	89,9	75,1	59,0	34,9	59,1
3.3 - Emprego e Formação (FSE)	145.726.883	87.978.416	195	96.525.684	95.575.913	6.654.199	66.900.201	43.739.346	108,6	76,0	70,0	66,2	45,9	69,3
3.4 - Emprego (FSE)	29.338.550	17.712.599	223	3.247.130	3.247.130	3.247.130	3.247.130	1.948.278	18,3	18,3	100,0	11,1	11,1	100,0
3.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação	7.985.276	5.239.000	1	440.937	440.937	230.266	440.937	220.469	8,4	8,4	100,0	5,5	5,5	100,0
3.6 - Sociedade da Informação	46.393.000	23.338.000	11	11.294.800	9.907.175	911.749	3.891.661	3.033.560	42,5	16,7	39,3	24,3	8,4	34,5
3.7 - Sociedade da Informação (FSE)	6.218.000	3.098.000	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0		0,0	0,0	
3.8 - Saúde	81.889.120	49.929.459	30	38.642.766	36.566.397	10.765.726	30.520.960	23.442.973	73,2	61,1	83,5	47,2	37,3	79,0
3.9 - Cultura	9.881.192	6.155.188	9	4.656.992	3.669.068	349.298	795.523	596.642	59,6	12,9	21,7	47,1	8,1	17,1
3.10 - Desporto	99.305.549	45.970.872	15	83.564.741	83.564.741	37.892.695	54.045.624	17.844.452	181,8	117,6	64,7	84,1	54,4	64,7
3.11 - Economia	251.878.100	169.783.797	35	193.288.591	150.571.611	58.274.115	134.224.807	45.073.271	88,7	79,1	89,1	76,7	53,3	69,4
3.12 - Acessibilidades e Transportes	404.164.710	263.877.447	95	238.362.692	207.569.707	46.769.128	142.732.675	77.258.889	78,7	54,1	68,8	59,0	35,3	59,9
3.13 - Ambiente	48.105.012	31.328.993	115	31.436.237	26.970.851	5.785.999	16.353.298	13.559.391	86,1	52,2	60,6	65,3	34,0	52,0
3.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	237.439.765	138.776.765	6.661	123.426.308	122.011.139	23.771.744	60.559.573	41.272.980	87,9	43,6	49,6	52,0	25,5	49,1
3.15 - Pescas(FEDER)	12.105.444	7.895.000	5	11.644.535	11.644.535	4.362.302	4.820.387	3.608.819	147,5	61,1	41,4	96,2	39,8	41,4
3.16 - Pescas(IFOP)	2.096.490	1.430.909	12	1.191.853	1.139.685	219.079	235.100	191.405	79,6	16,4	20,6	56,8	11,2	19,7
3.17 - Assistência Técnica FEDER	16.253.169	10.183.728	17	6.354.202	6.354.202	1.772.034	4.255.183	3.224.867	62,4	41,8	67,0	39,1	26,2	67,0
3.18- Assistência Técnica FSE	4.952.945	3.023.305	6	1.401.188	1.401.188	356.412	881.153	603.661	46,3	29,1	62,9	28,3	17,8	62,9
3.19 - Assistência Técnica FEOGA	4.833.000	2.809.660	6	2.564.631	2.564.631	915.037	1.416.554	1.407.444	91,3	50,4	55,2	53,1	29,3	55,2

Unidade: euros

**PRAI CENTRO**

No ano de 2003 o PRAI Centro esteve concentrado na execução dos projectos cujo processo de aprovação decorreu essencialmente ao longo de 2002. No ano de 2002 foram aprovados 17 projectos e homologados os respectivos contratos de financiamento, e, no ano de 2003, foi apenas aprovado e homologado mais um, no âmbito da linha de acção 1.3 (novos materiais e novas aplicações), o qual foi: “Síntese por combustão de nitreto de alumínio (AIN) e processamento de substratos de AIN por tape casting em meio aquoso”, promovido pela Universidade de Aveiro.

Significa isto que em 2003 o PRAI Centro atingiu o numero máximo de aprovação de projectos, precisamente 18, o qual correspondeu a um investimento total elegível de 3.630.992 € e a uma comparticipação Feder de 2.904.397 €.

No final de 2003 a taxa de execução global do Programa por sua vez foi de 39,3%, mas sendo já de 50,5% em finais de Fevereiro de 2004.

A fim de podermos ilustrar de forma mais prática as actividades desenvolvidas no âmbito do PRAI Centro ao longo do ano de 2003, juntamos a seguir uma série de documentos anexos relativos aos aspectos mais salientes.

1. Actividades / Resultados em 2003 dos Projectos aprovados.
2. Mapa de execução global do Programa referente a 2003.
3. Reunião do Comité de Direcção nº 6 (de 4 de Fevereiro de 2003). Nesta reunião contamos com a presença do Sr Jean Marie Rousseau, representante da DG Política Regional / Acções Inovadoras.
4. Participação no Seminário que decorreu no Porto em 27 e 28 de Maio de 2003 sobre Inovação e Competitividade Regional. Esta participação contou com a presença da CCRC, que fez uma apresentação sobre o Programa e com a presença do promotor do projecto “X – PROT”, Professor Carlos Faro, que fez igualmente uma apresentação do projecto. Anexam-se apenas algumas fotografias alusivas aquela participação e não as apresentações proferidas e que são já conhecidas.

5. Candidatura ao Prémio Europeu de Inovação Regional. Foi apresentada uma candidatura de um projecto aprovado pelo PRAI Centro que foi o projecto: “Criação de unidade de I&D na área da Biotecnologia Molecular para produção de proteínas recombinantes de interesse para a saúde humana - X-PROT”. Essa candidatura foi muito bem acolhida, tendo o projecto sido objecto de selecção numa “short list” de três projectos no âmbito da sua categoria (Economias regionais baseadas no conhecimento e na inovação tecnológica) ao nível europeu. Apresenta-se em anexo cópia do formulário de candidatura, então remetido, na versão portuguesa.
  
6. Participação no Seminário SAIL - Strengthening Academic and Industrial Links, 20th November 2003, Madrid, Spain. Tratou-se de integrar como observadores a conferência final de uma rede europeia de regiões que privilegiou a inovação como tema de cooperação e acompanhamento de projectos de interesse comum. Espera-se que as ligações estabelecidas ao longo daquelas sessões de trabalho venham a proporcionar a realização de algumas missões científicas e empresarias em 2004 a determinadas regiões europeias.
  
7. Iniciativas da CCDR Centro no acompanhamento dos Projectos e na gestão do Programa. Dentro das iniciativas de acompanhamento dos projectos, destaca-se a realização de algumas visitas aos promotores e respectivos projectos, seja por ocasião da presença na Região Centro de responsáveis da Comissão Europeia, seja por iniciativa da própria CCDR Centro por si só. Neste âmbito foi também elaborado e remetido aos promotores um formulário para efeito de descrição das actividades relativas ao ano de 2003. No capítulo da gestão do Programa destaca-se a actividade de controlo documental e de pagamentos aos promotores, bem como o pedido dirigido à Comissão Europeia para o 2º adiantamento ao PRAI Centro. Anexamos cópia do formulário geral de descrição das actividades e do pedido para 2º adiantamento ao PRAI e de que se aguarda ainda que seja satisfeito.



**Anexo 1**  
(Actividades / Resultados em 2003 dos Projectos aprovados).

---

## INOVAC – Mobilizar a Região Centro para a Inovação

---

Promotor:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR C)

Parceiros:

Não tem

Investimento Total Aprovado:

350.000 €

Objectivos gerais:

Este projecto integra diversas acções que possibilitem a criação de um ambiente favorável à Inovação em toda a Região Centro. Daí que estejam previstos estudos e procedimentos sistemáticos e regulares, não só para auscultação de opiniões e discussão e debate de ideias, mas também para troca de experiências e intercâmbio de conhecimentos, para trabalho conjunto e cooperação interinstitucional. Neste sentido o projecto prevê a criação de um Fórum para a Inovação Regional, a consolidação da estratégia de inovação regional, a realização de estudos multisectoriais e temáticos incidindo sobre dois clusters (saúde e madeiras), o inventário das tecnologias relevantes, auditorias tecnológicas e de inovação a empresas e centros tecnológicos e, por último, a promoção da inovação.

Principais actividades / resultados em 2003:

Ao longo de 2003 realizaram-se diversas reuniões temáticas do Fórum de Inovação Regional, designadamente nos seguintes locais e datas:

Moldes e Plásticos – Centimfe, Marinha Grande 12.03.2003

Cerâmica, Cimentos e Vidro – CTCV, Coimbra 09.04.2003

Saúde – CCDR C, Coimbra 20.05.2003 e 22.10.2003

Florestas, Pasta, Papel e Madeira – Soporcel, Figueira da Foz 30.06.2003

Telecomunicações e Tecnologias de Informação – PT Inovação, Aveiro 24.10.2003 e Viseu Digital 16.01.2004

Foram ainda adjudicados estudos sobre o sector Florestal e o sector da Saúde para auxiliar na condução daqueles debates e sobretudo para preparar novas iniciativas de desenvolvimento regional naqueles domínios.



---

*X-PROT – Criação de unidade de I&D na área da biotecnologia molecular para produção de proteínas recombinantes de interesse para a saúde humana*

---

Promotor:

CENTRO DE NEUROCIÊNCIAS DE COIMBRA

Parceiros:

AIBILI - ASSOCIAÇÃO PARA INVESTIGAÇÃO BIOMÉDICA E INOVAÇÃO EM LUZ  
E IMAGEMBLUEPHARMA, INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, SA.

Investimento Total Aprovado:

500.000 €

Objectivos gerais:

A Unidade de I&D tem como objectivo oferecer um serviço na área de Biotecnologia Molecular para produção de proteínas recombinantes.

Pretende-se com esta iniciativa mobilizar as competências científicas existentes no CNC e na AIBILI. A unidade irá permitir, ainda, uma integração privilegiada com o tecido produtivo, nomeadamente com a BLUEPHARMA, constituindo-se, assim, como centro de transferência de tecnologia e recursos humanos.

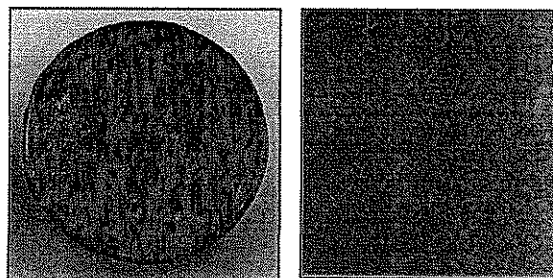
Principais actividades / resultados em 2003:

Durante o ano de 2003 foram produzidas 5 novas proteínas recombinantes e deu-se início ao processo de produção de mais 4 proteínas recombinantes para laboratórios de investigação nacionais e estrangeiros. Paralelamente foi desenvolvido um novo método de produção de proteases em E.coli, e descoberta uma proteína com grande potencial para a terapia do cancro. Relativamente à promoção foi efectuada a concepção e produção de materiais de comunicação do X-PROT (papel ofício, envelopes, cartões, blocos de papel e pasta A4). Foram, ainda, encetados alguns contactos para concepção e produção de mais alguns materiais de comunicação (tela e posters), bem como para a produção de página na internet. O projecto foi seleccionado no âmbito de um concurso europeu que visa premiar acções de inovação e desenvolvimento regional.

**Obtenção e caracterização de blocos isolantes a partir da recuperação de partículas de despoejamento e granulados de argila expandida rejeitados**

Promotor:  
UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Parceiros:  
CENTRO TECNOLÓGICO DE  
CERÂMICA E VIDROLECA  
PORTUGAL SA



Investimento Total Aprovado:  
190.860 €

Objectivos gerais:

1. Desenvolver blocos constituídos por granulados rejeitados de argila expandida e partículas cerâmicas de despoejamento/aspiração e lamas resultantes da lavagem de britas calcárias, conformados por prensagem ou extrusão e cozidos em condições a definir, e que apresentem mais valias funcionais como leveza, isolamento térmico e acústico, aplicação, assentamento de tipo modular e carente de menor quantidade de cimento.
2. Aliar inovação com vantagens ambientais, inerentes à reutilização de rejeitos e subprodutos, numa lógica de privilégio de práticas de desenvolvimento sustentado.
3. Desenvolvimento de novos materiais e aplicações da fileira casa de modo a maximizar a utilização de recursos da região - naturais (argilas) e resíduos industriais.

Principais actividades / resultados em 2003:

*1ª Fase:* Caracterização química e física dos resíduos industriais e materiais naturais envolvidos. Parâmetros analisados: - Teor de Humidade - Distribuição Granulométrica - Plasticidade - Mineralogia - Teor de Flúor - Composição Química por Ensaios Tecnológicos e Eflorescências;

*2ª Fase:* Efectuar diferentes formulações adaptadas para processamento por extrusão ou prensagem. Inicialmente, procedeu-se à incorporação dos resíduos numa matriz de barro vermelho, conformada por extrusão, verificando-se que a incorporação é viável até 7%, comparativamente com os valores normativos, podendo ir mais além consoante as propriedades pretendidas. De seguida, testaram-se algumas composições, no intuito de desenvolver placas isolantes, conformadas por prensagem seca, verificando-se que surgiam eflorescências. Aproveitando a abundância em sais, responsáveis pelas eflorescências, testaram-se novas amostras, agora por extrusão, com o intuito de obter placas semi-densas, com uma porosidade bastante relevante proporcionada pela conjugação dos resíduos ricos em óxido de cálcio e um material de elevada fusibilidade.

*3ª Fase:* Actualmente, pesquisa-se uma possibilidade de testar estas amostras, já relativamente optimizadas, a uma escala semi-industrial com o apoio de uma empresa.

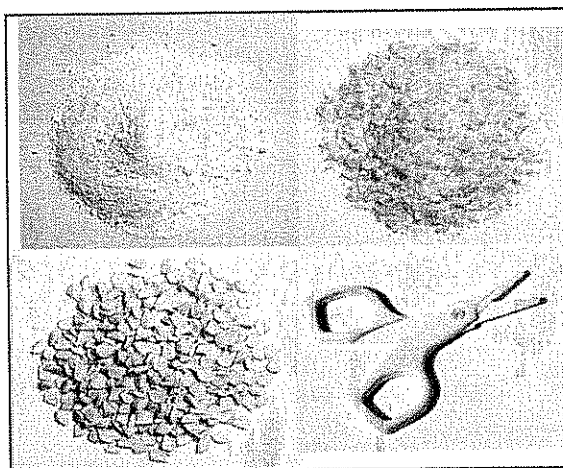
## IPORCENTRO

### *Desenvolvimento da Tecnologia de Injecção de Pós na Região Centro*

Promotor:  
IPN - Instituto Pedro Nunes

Parceiros:  
CTCV - Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro  
CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria dos Moldes e Ferramentas Especiais  
TEandM - Tecnologia e Engenharia de Materiais, S.A.  
GRAMAQ - Tecnologias de Maquinação, Lda.

Investimento Total Aprovado:  
299.508 €



#### Objectivos gerais:

Desenvolver competências próprias dos processos e metodologias associadas à tecnologia PIM, fomentar o aparecimento de empresas interessadas na adopção da tecnologia, identificar a Região como pólo reconhecido de saber em tecnologia PIM, e gerar procura por partes dos sectores utilizadores dos seus produtos finais. Juntar as competências existentes na Região Centro para proceder à implementação de uma tecnologia que, se pretende, venha a ser um factor de diferenciação positivo da indústria desta região, quer pelo seu valor acrescentado, quer pelo índice de desenvolvimento tecnológico que lhe está associado, pois é nesta região que se encontram instaladas as valências necessárias à criação de um “cluster” de injeção destes materiais e das tecnologias que lhe estão associadas.

#### Principais actividades/resultados em 2003:

Sendo o IPORCENTRO um projecto cuja execução se concentrou essencialmente num ano de actividade, as tarefas desenvolvidas seguiram de forma próxima o que se encontrava proposto no plano de trabalhos inicial. Assim, foi seguido o esquema de divisão em seis fases com diferentes tarefas, cujo objectivo foi dar resposta às diferentes especificidades da tecnologia PIM.

#### **Fase 1 – Definição, preparação e caracterização dos componentes da mistura**

Esta fase foi considerada como determinante para o sucesso do projecto, pois a tecnologia PIM depende em larga medida do *know-how* associado à preparação da matéria prima, tendo sido esta fase realizada essencialmente pelo IPN e pelo CTCV.

**Fase 2 - Concepção de moldes teste para feedstock** No âmbito do projecto foi da competência do CENTIMFE e da GRAMAQ, o projecto do molde e a fabricação do mesmo.

#### **Fase 3 – Revestimento do molde e ferramentas**

#### **Fase 4 – Injecção dos componentes**

#### **Fase 5 – Eliminação do ligante (*debinding*)**

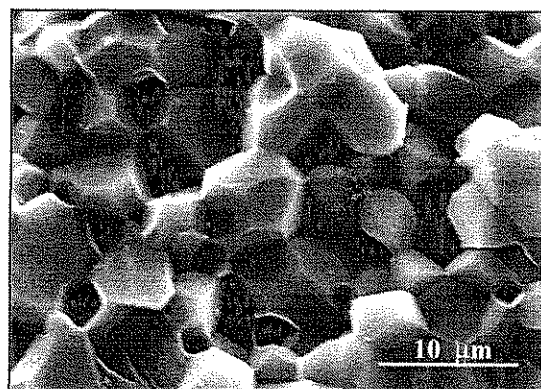
#### **Fase 6 – Sinterização dos componentes**

*Síntese por combustão de nitreto de alumínio (AlN) e processamento de substratos de AlN,  
por tape casting, em meio aquoso*

Promotor:  
Universidade de Aveiro.

Parceiros:  
Não tem.

Investimento Total Aprovado:  
170.000 €



Objectivos gerais:

O projecto visa atingir dois grandes objectivos ambiciosos e inovadores:

1. Síntese por combustão de pós de AlN, de acordo com um método desenvolvido e patenteado pelo responsável deste projecto e seus colaboradores, em quantidades suficientes que viabilizem o seu uso em técnicas de processamento coloidais. Para o efeito, será necessário construir um reactor específico de dimensões adequadas, dotado de sistemas de controlo, registo e aquisição de dados, de acordo com projecto específico já existente.
2. Desenvolvimento de formulações à base de nitreto de alumínio, sinterizáveis a temperaturas relativamente baixas (1600~1700°C), e adequadas para o processamento de substratos por tape casting em meio aquoso, de espessuras e propriedades finais comparáveis às dos substratos de nitreto de alumínio comerciais fabricados a partir de meios orgânicos (até cerca de 1 mm), e estudos dos factores mais relevantes do processo: inibição da hidrólise do AlN e descrição dos mecanismos de inibição; controlo de outros fenómenos interfaciais que conduzam a sistemas dispersos e concentrados; estudo dos efeitos da adição de ligantes e plastificantes na reologia das suspensões e na qualidade das cintas produzidas por tape casting, etc.

Principais actividades/resultados em 2003:

Durante o primeiro ano de vigência do projecto, procedeu-se à aquisição e instalação dos seguinte equipamentos principais: 1. Forno de grafite 1000E (termolab) 2. Lab-scale Freeze Granulator LS/2. Outras fases importantes do projecto respeitaram: Síntese dos pós de AlN por combustão (SHS); Modificação superficial das partículas de AlN; Preparação de suspensões concentradas de AlN; Granulação de pós para a prensagem a seco; Ensaio preliminares de sinterização.

Os resultados até agora alcançados no âmbito deste projecto deixam antever que todos os objectivos propostos serão plenamente atingidos. Obviamente que os estudos precisam de ser ainda muito mais aprofundados quer do ponto de vista científico, quer do ponto de vista tecnológico. Contudo, pode afirmar-se com segurança que o nível dos desenvolvimentos até agora feitos não tem paralelo em todo no Mundo. Nem os países mais desenvolvidos na área dos cerâmicos avançados (Japão, Estados Unidos da América) possuem o domínio da tecnologia até agora alcançado no Departamento de Engenharia Cerâmica e do Vidro da Universidade de Aveiro.

Os resultados até agora obtidos foram relatados em detalhe numa Patente Portuguesa.

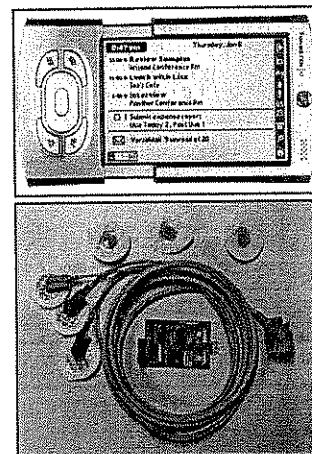
## SIMOD

### *Sistema Inteligente de Monitorização Domiciliária de Variáveis Fisiológicas e Psicosociais*

Promotor:  
Universidade de Aveiro.

Parceiros:  
Instituto Engenharia Electrónica e Telemática de Aveiro, Hospital Infante D. Pedro Aveiro, Hospital de S. Sebastião S. M. Feira e GrupUNAVE

Investimento Total Aprovado:  
206.000 €



#### Objectivos gerais:

Criação de uma infra-estrutura que suporte um sistema integrado de cuidados médicos, disponibilizando ao utilizador e ao profissional de saúde, os meios tecnológicos de que necessita, para monitorar uma série de variáveis fisiológicas (ex: ECG, concentração de oxigénio, pressão arterial, temperatura, etc.) bem como diversos indicadores psicosociais (ex: mobilidade, registo de tomas de medicamentos, ansiedade, fadiga, etc.), que permita acompanhar o doente em sua casa.

Neste contexto integrador e inovador será possível conseguir uma maior mobilidade, qualidade e eficácia na prestação dos cuidados de saúde diminuindo ao mesmo tempo os custos dos mesmos.

#### Principais actividades/resultados em 2003:

Levantamento dos diferentes cenários de aplicação, do qual surgiu um o documento, o Deliverable R1.2. Especificação da arquitectura do sistema, do qual surgiu o Deliverable R1.1. Concepção da arquitectura de hardware e software. Desenvolvimento de módulos de Hardware Implementação de rotinas de software de comunicação de dados, nomeadamente comunicação CAN bus e via porta série RS232. Primeiros testes do hardware e software de aquisição de variáveis vitais.

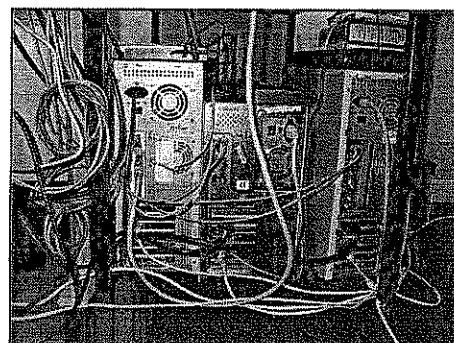
Como consequência de diversos contactos e de interesses comuns e complementares foi estabelecida uma parceria com o CITEVE – Centro Tecnológico das Industrias Têxtil e do Vestuário de Portugal, visando a colaboração no desenvolvimento das tecnologias de sensores, computação e electrónica, com a finalidade de tornar exequível a sua integração em materiais têxteis e os processos necessários de transformação em vestuário.

## DEFENSE NET APPLIANCES

Promotor:  
CENTIMFE.

Parceiros:  
HES

Investimento Total Aprovado:  
185.265 €



Objectivos gerais:

O projecto *DefenseNet Appliances* visa a criação de soluções modulares e incrementais, baseadas em software Open Source, utilizáveis em equipamentos de recursos reduzidos e especialmente adaptadas à utilização em equipamentos de rede e com uma preocupação acrescida em termos da sua segurança intrínseca, da facilidade de utilização e administração. Será possível a sua configuração através de interface com o utilizador intuitivo, local e remotamente, através de um aplicativo desenvolvido para o efeito, que servirá para a comunicação e configuração das diversas aplicações disponibilizadas. A interface com o utilizador deverá ser multilingue, concretamente em português e inglês, prevendo-se a sua extensão para espanhol, francês e, eventualmente, alemão. É também parte essencial do projecto a constituição de um website de apoio, promocional e de manutenção dos produtos. Os produtos a desenvolver inserem-se nas categorias: Routers, Firewalls e Soluções integradas com capacidade de routing, firewalling e demais componentes associáveis a equipamentos modernos dedicados, de interface com a Internet, incluindo zona DMZ para servidores próprios.

Principais actividades/resultados em 2003:

Desenvolvimento da RC1, RC2, RC3 e subsequente recolha de bugs, cujas principais características são:

Firewall com Router. Nat (Network address Translation). Detecção de intrusão. Site de configuração da firewall, Router. Visualização de logs no site.

Testes efectuados em diversos equipamentos:

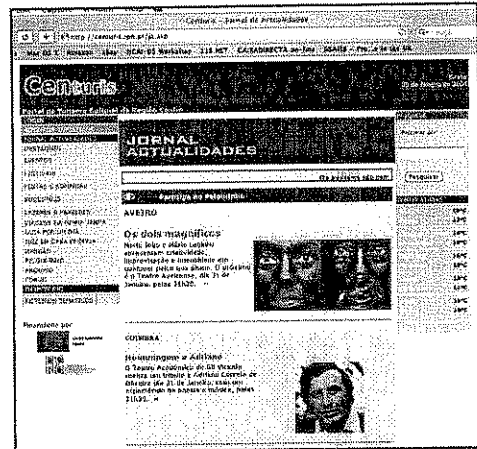
PC, appliances baseados em mini-ITX, appliances baseado em processador 486. Construção de um portal de divulgação do Projecto: [www.defensenetlabs.org](http://www.defensenetlabs.org). Contactos comerciais com fabricantes de equipamentos. Criação de CD de instalação facilitada em PCs. Criação de documentação técnica; utilizador e de programador. Implementação da RC2 em appliance usando memória flash. Apresentações do Projecto: Colóquio -“ O cluster Horizontal de Produtos e o Investimento Estrangeiro” 19 de Maio – Centimfe; “Salão Internacional de Manutenção Industrial e Tecnologia –NMA/Mantec” 5 a 8 de Novembro – FIL (Feira Internacional de Lisboa)

## CENTURIS – Portal de Turismo Cultural da Região Centro

Promotor:  
INSTITUTO PEDRO NUNES –  
Associação para a Inovação e  
Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia

Parceiros:  
ADIV - Associação para a Investigação e  
Desenvolvimento de Viseu

Investimento Total Aprovado:  
123.905 €



Objectivos gerais:

O projecto destina-se a contribuir para uma melhor exploração das potencialidades turísticas da Região Centro pelo recurso a tecnologias da informação e comunicação. Em concreto, pretende-se desenvolver uma plataforma de suporte à organização e gestão de um repositório de conteúdos digitais sobre temáticas do Turismo, bem de um Portal que permita o acesso a esta informação através da internet. A Região Centro, encontra-se claramente subaproveitada em termos da exploração turística sendo necessário formas de dinamização que apostem na divulgação do seu património com recurso às mais recentes formas de comunicação, pretendendo o Portal ilustrar a utilidade do projecto e constituir, em si mesmo, um meio de divulgação do Turismo da Região Centro e do próprio projecto.

Principais actividades / resultados em 2003:

- Organização de Roteiros Temáticos A equipa responsável por esta vertente realizou trabalho de campo, antecedido de estudos preparatórios, que lhe permitiu recolher a informação considerada necessária. Seguiu-se um trabalho de estruturação e organização da informação, complementado pela recolha de material adicional. No final de 2003, a equipa encontrava-se já a inserir conteúdos na Plataforma, tendo já dado por concluído o Roteiro “Caminhos de D. Inês de Castro”. Os restantes dois roteiros (“Castelos Medievais Portugueses” e “Museus da Região Centro”) encontram-se em estado avançado, encontrando-se já parte da informação disponível no Portal.
- Criação de conteúdos para um Jornal de Actualidades Numa fase inicial, foi definida a estrutura editorial do Jornal de Actualidades. Em seguida, e até à presente data, esta equipa tem trabalhado continuamente na produção de conteúdos para o Portal, que actualiza numa base diária. O Jornal de Actualidades dispõe de diversas secções noticiosas, bem como secções de opinião, crónica e discussão.
- Desenvolvimento de uma Plataforma de Gestão de Conteúdos. Após realização de uma análise de requisitos, foi estabelecida a especificação funcional da Plataforma, que foi sofrendo evoluções de acordo com as necessidades levantadas pelas restantes equipas. O Portal foi lançado publicamente em Conferência de Imprensa no dia 4 de Junho de 2003, tendo-se mantido em funcionamento contínuo de então a esta parte.
- Desenvolvimento de suporte para distribuição de conteúdos multicanal (SMS/WAP) Esta equipa começou por realizar uma análise de requisitos e uma especificação técnica, após o que realizou um estudo com vista à escolha de uma plataforma de base para os serviços a prestar. Seguiu-se uma fase de desenvolvimento e teste. Estes serviços encontram-se operacionais.

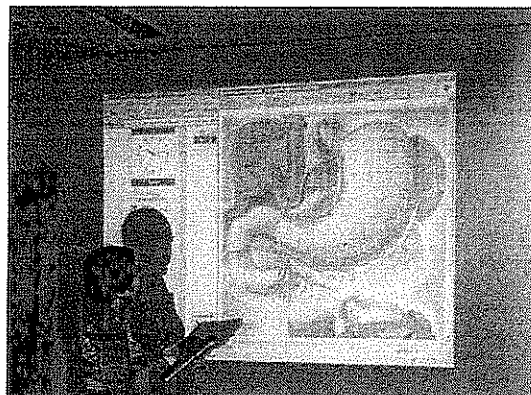
**SAMURAI**

**Serviços e aplicações multimédia em ambiente hospitalar, universitário e urbano**

Promotor:  
UBI – Universidade da Beira Interior

Parceiros:  
PT Inovação e CHCB – Centro Hospitalar  
Cova da Beira

Investimento Total Aprovado:  
288.389 €



Objectivos gerais:

Criar e desenvolver aplicações multimédia móveis e sem fios que sirvam para a realização de tele-trabalho, e-learning e tele-medicina, em ambiente universitário e hospitalar.

Utilizar aspectos ergonómicos para o aperfeiçoamento de conceitos, aplicações e da sua utilização.

Extrair parâmetros reais de caracterização das aplicações (por ex. tráfego) para utilizar no processo de planeamento da rede sem fios.

Pretende-se partir de algumas aplicações a operar nas redes fixas já disponíveis para a sua migração para redes sem fios. Pretende-se ainda investigar os impactos associados à migração das aplicações de uma rede sem fios para as redes móveis de terceira geração.

Principais actividades / resultados em 2003:

Do ponto de vista do funcionamento interno o projecto subdivide-se em várias tarefas principais:

- a) Caracterização e classificação e de aplicações multimédia 3G e 3.5Gb) Investigação em design ergonómico e técnicas e métodos auxiliares no desenvolvimento das aplicações
- c) Desenvolvimento de aplicação multimédia em ambiente hospitalar
- d) Desenvolvimento de aplicação multimédia em ambiente universitário



---

**SITE**

---

Promotor:  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR C)

Parceiros:  
Universidade de Aveiro (UA)

Investimento Total Aprovado:  
199.488 €

Objectivos gerais:

O projecto disponibilizará um produto e um conjunto de serviços. O produto é um protótipo de um “site” internet partilhado em rede pelas instituições do sistema científico da região centro (Universidades, Institutos, Centros Tecnológicos, etc) e acessível por todos os agentes do tecido económico (empresas, organizações, administração pública e cidadãos). Os serviços estão associados à implantação de uma Bolsa de Inovação, a qual se deverá caracterizar pelas seguintes actividades: a) inventariação e sistematização dos desafios e carências tecnológicas com que o tecido empresarial se vê confrontado, b) disponibilização de produção científica gerada na região (artigos, comunicações, dissertações, teses, estudos, patentes, etc), e c) disponibilização de uma Bolsa de Cooperação em IDTI (procura de parceiros por parte das empresas e centros de IDT para desenvolver projectos inovadores conjuntos), uma Bolsa de Emprego em IDTI (pedidos de contratação de técnicos especializados) e de uma Bolsa de Ideias (de projectos inovadores).

Principais actividades / resultados em 2003:

As principais actividades ao longo de 2003 estiveram sobretudo a cargo do parceiro (UA) que desenvolveu trabalhos no sentido da construção / adaptação de uma ferramenta tecnológica (sistema ABC – Arquivo Bibliográfico para a Produção Científica) que foi concebida a partir da necessidade de as instituições do ensino superior “prestarem contas” à Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT).

A informação já armazenada pelo SITE está disponível para ser “consumida” pela comunidade universitária, sendo agora preciso adaptar essa informação de base para fornecer possíveis actividades de “brokerage”.

---

## VALORCENTRO – Valorização anaeróbia de resíduos de natureza orgânica

---

Promotor:  
Universidade de Aveiro.

Parceiros:  
Não tem.

Investimento Total Aprovado:  
119.126 €



### Objectivos gerais:

O objectivo principal do projecto consiste na definição de um Sistema Integrado de Gestão de resíduos de natureza orgânica, para a zona de Angeja, dotando assim esta região de “know-how” específico para a solução local de um problema que assume importância crescente face à legislação comunitária e nacional. Como objectivo secundário, pretende-se estudar a viabilidade da co-digestão anaeróbia no tratamento destes resíduos, como processo e técnica alternativa às existentes.

### Principais actividades / resultados em 2003:

Aquisição de material de vidro, reagentes e pequeno equipamento (bombas, medidores redes degás e agitadores) necessários para a realização do trabalho experimental.

Elaboração do planeamento do trabalho experimental, com identificação dos resíduos orgânicos (fracção orgânica de resíduos sólidos urbanos, FORSU, lamas industriais provenientes do tratamento biológico, e lamas provenientes de uma exploração pecuária, vacaria) e dos locais de recolha desses resíduos na zona a estudar (Tarefa 1). Identificação dos locais de produção dos resíduos de natureza orgânica na zona de Angeja, e caracterização baseada nos parâmetros que servem de referência para as tarefas posteriores do projecto (Tarefa 2). Realização de testes descontínuos de biodegradabilidade anaeróbia (Tarefa 3). As condições já estudadas foram as seguintes: processo por via húmida (5% de sólidos totais); temperatura de operação de 35°C; adição de nutrientes; e diferentes misturas de cada um dos três resíduos orgânicos. Foram já realizadas 50% das baterias planeadas, tendo-se observado que as baterias com maior proporção de lamas industriais apresentaram menores produções de metano e de remoção de sólidos. Iniciou-se a operação de um reactor anaeróbio (Tarefa 4).

O arranque efectuou-se sem ocorrerem fenómenos de instabilidade, e neste momento procede-se a um aumento gradual da carga aplicada.

---

*Caracterização e reciclagem de lamas derivadas do corte de rochas naturais e ornamentais*

---

Promotor:  
Universidade de Aveiro.

Parceiros:  
Eurogranitos. Outras parcerias informais têm vindo a ser estabelecidas com outras empresas da região, quer produtoras de lamas (Incoveca – Viseu), quer potenciais utilizadoras, Ceralfa, Fábrica Campos, Keratec.

Investimento Total Aprovado:



Objectivos gerais:

Propor metodologias para a quantificação, selecção, triagem e caracterização de lamas resultantes do corte de rochas naturais (granito, mármore, etc.) de indústrias localizadas na Região Centro;

Estudar a incorporação de lamas de granito em produtos cerâmicos tradicionais actualmente em fabrico, em substituição de matérias primas naturais, nomeadamente em produtos de barro vermelho como a telha e o tijolo;

Desenvolver novos produtos cerâmicos vermelhos gresificados do tipo “grés porcelanato” à base de lamas de granito, e de formulações para decoração superficial de outros produtos cerâmicos.

Principais actividades / resultados em 2003:

Diferentes tipos de lamas estudadas (caracterizadas e valorizadas) Ensaio de caracterização realizados:

• Análise granulométrica • Difracção de raios X • Análises térmicas • Determinação da densidade pelo método do picnómetro • Ensaio Tecnológicos Preliminares • Ensaio tecnológicos

Entre os resultados alcançados destacam-se:

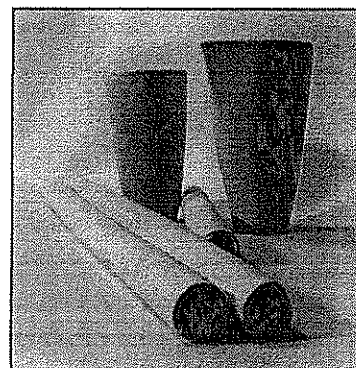
- Resultados de caracterização de matérias primas;
- Resultados dos ensaios tecnológicos preliminares;
- Estudar a incorporação de lamas derivadas do corte de mármore em revestimentos cerâmicos e louças de faiança, em substituição do carbonato de cálcio comercial.

## Reutilização de lamas de estações de tratamento de efluentes industriais

Promotor:  
Universidade de Aveiro.

Parceiros:  
Extrusal, SA

Investimento Total Aprovado:  
137.325 €



### Objectivos gerais:

Neste projecto, propõe-se a uma metodologia para produção de materiais refractários reciclados de alumina e/ou mulite, constituídos à base de lamas provenientes do tratamento de aparas residuais de lacagem, anodização e limpeza de matrizes de perfis de alumínio.

O principal objectivo do projecto é testar a viabilidade tecnológica da reutilização de lamas provenientes do tratamento de aparas residuais de lacagem, anodização e limpeza de matrizes de perfis de alumínio, na fabricação de material refractário de tipo aluminoso-multítico, por mistura com outros resíduos ou matérias-primas de base siliciosa ou utilizada isoladamente. O novo produto reciclado será testado em aplicações eléctricas, mecânicas ou como substrato ou pó refractário.

### Principais actividades / resultados em 2003:

Incorporação em pastas cerâmicas tradicionais

Estudaram-se as potencialidades de incorporação numa matriz cerâmica de produtos tradicionais (p.e., tijolo ou ladrilho), com as seguintes etapas:

Tarefa A. Caracterização das lamas e adaptabilidade para reutilização;

Tarefa B. Optimização das condições de incorporação;

Tarefa C. Caracterização dos produtos;

Tarefa D. Optimização de formulações e processos;

Tarefa E. Adaptabilidade Industrial. Como se previa, o trabalho está concluído, com razoável sucesso, até à tarefa D.

O programa proposto visa cumprir os estudos de valorização directa das lamas, explorando e optimizando diferentes condições de processamento que favoreçam a obtenção de corpos à base dos resíduos, de forma a assegurar propriedades finais compatíveis com a sua utilização e garantam soluções alternativas de produção e comercialização.

São três os tipos de produtos a explorar: (i) refractários de base aluminosa; (ii) isoladores ou condutores eléctricos; (iii) pigmentos corantes. Para isso, as etapas fundamentais envolvem:

Tarefa A. Estudo do comportamento reológico e térmico;

Tarefa B. Mistura com diferentes materiais e processamento;

Tarefa C. Avaliação de propriedades;

Tarefa D. Optimização de formulações e processos;

Tarefa E. Adaptabilidade industrial.

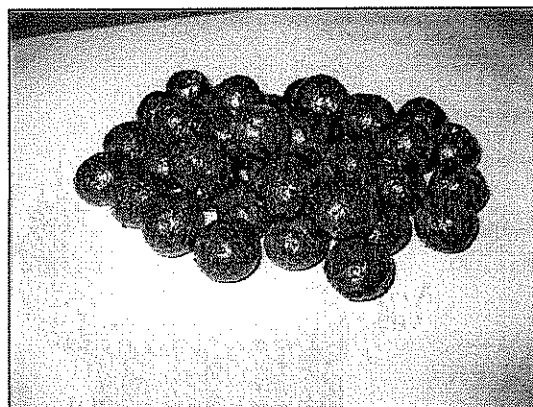
Como se previa, o trabalho está concluído, com razoável sucesso, até à tarefa C.

## Valorização de resíduos da fileira florestal para produção de agregados leves

Promotor:  
Universidade de Aveiro (UA).

Parceiros:  
LECA Portugal, AS; RAIZ – Instituto de Investigação da Floresta e Papel; Centro Tecnológico de Cerâmica e Vidro (CTCV)

Investimento Total Aprovado:  
121.221 €



Objectivos gerais:

Este projecto pretende estudar e promover a aplicação industrial de resíduos da indústria da celulose no processo de produção de agregados leves de argila expandida (Leca®). O impacto no plano económico e ambiental deste projecto é evidente tendo em consideração a dimensão industrial da indústria de celulose e da indústria de produção de agregados leves. As vantagens do projecto em termos da redução da poluição ambiental e preservação dos recursos naturais é também clara. O projecto reúne assim uma parceria entre a LECA Portugal, empresa líder no sector dos agregados leves, e empresas como a PORTUCEL e SOPORCEL, aqui representadas pelo Instituto de Investigação da Floresta e Papel (RAIZ) e, ainda, a UA e o CTCV, instituições de referência na área da ciência e engenharia de materiais. A transferência de tecnologia é imediata dada a presença na equipa do projecto do produtor de agregados leves (Leca®), com canais comerciais instalados.

Principais actividades / resultados em 2003:

Tarefa A. Caracterização dos subprodutos da indústria de pasta e das matérias primas do sector dos agregados leves: Análise mineralógica (DRX); Análise granulométrica; Análise térmica (ATD/ATG); Para a componente Argila efectuou-se ainda: Análise química (FRX) e Caracterização tecnológica.

Tarefa B. Estudo da incorporação dos subprodutos no fabrico de agregados de argila expandida: Esta tarefa envolve:

- B1) Definição das composições em desenvolvimento.
- B2) Estudo de incorporação no processo dos diferentes subprodutos (lamas, *dregs* e *grits*). Ensaios efectuados aos agregados leves produzidos: Caracterização Mineralógica; Caracterização Química (FRX); Caracterização Granulométrica; Caracterização Tecnológica (Humidade; Densidade; Perda de peso; microestrutura).
- B3) Estudo da nova aplicação dos resíduos denominados *grits*.
- B4) Estudo do efeito da secagem das lamas para adaptabilidade industrial: - Avaliado o comportamento de secagem das lamas (ao ar e em microondas); - Efeito da introdução das lamas secas na produção de agregados leves.

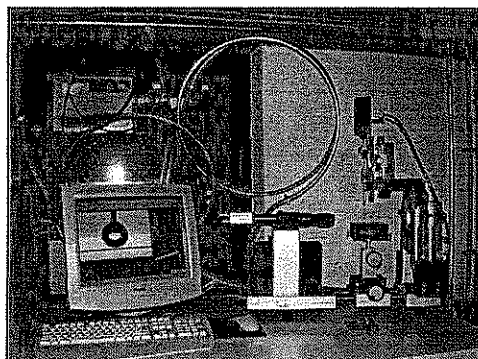
Tarefa C+D. Ensaios industriais + Caracterização final dos produtos: Arranque do primeiro lote de ensaios industriais com controle das seguintes componentes: Caracterização Química (FRX); Caracterização da inertização (ensaio de lixiviação); Caracterização Tecnológica; Caracterização dos efluentes gasosos durante a produção regular e durante os ensaios industriais com incorporação de resíduos. Foi ainda organizada uma reunião interna, entre parceiros, no fim do 1º ano do projecto para discussão dos resultados obtidos e adequação das acções futuras ao plano do projecto.

## Rede de excelência do papel

Promotor:  
RAÍZ

Parceiros:  
FCTUC; Un. Aveiro; Un. Beira Interior

Investimento Total Aprovado:  
282.494 €



### Objectivos gerais:

A indústria de transformação da madeira em pasta e papel constitui um importante vector numa estratégia de desenvolvimento da fileira florestal da Região Centro. As Universidades de Aveiro, Beira Interior e Coimbra dispõem de um conjunto significativo de competências no domínio da investigação da madeira para a produção de pastas papeleira, integrando, em conjunto com o RAIZ uma rede de cooperação com a indústria que tem vindo a contribuir decisivamente para o reforço da competitividade do sector.

O presente Projecto tem como objectivo o estabelecimento de uma Rede de Excelência do Papel, através do alargamento e reforço destas competências nas áreas específicas da produção de papel, o complemento das capacidades já disponíveis em cada um dos pólos e o desenvolvimento de sinergias entre as várias instituições, alicerçados na experiência e no nível de cooperação já alcançados.

### Principais actividades / resultados em 2003:

A execução do projecto iniciou-se com o processo de aquisição, por cada uma das instituições parceiras, das capacidades complementares que tinham sido identificadas como imprescindíveis para o estabelecimento da Rede e o desenvolvimento e optimização das técnicas associadas.

Destacam-se um pirolisador para acoplagem a um cromatógrafo GC-MS (ferramenta poderosas na caracterização de amostras complexas, provenientes da fase húmida do fabrico do papel), um reómetro para o estudo de caracterização das cargas e pigmentos minerais, um aparelho de medição do potencial zeta das suspensões fibrosas e equipamentos de medição de ângulos de contacto para caracterização da superfície do papel e imprimabilidade..

Na sequência desta fase do Projecto e , desenvolveram-se diversos trabalhos de caracterização sistemática de aditivos utilizados no fabrico do papel a partir de pasta kraft branqueada de *Eucalyptus globulus*, numa fábrica da Região Centro.

Foi realizado o estudo da interacção entre cargas e pigmentos minerais e polímeros à base de carboximetil celulose.

Foi ainda estudada a influência da refinação na carga de superfície das suspensões fibrosas.

---

*Gestão dos recursos florestais na perspectiva do protocolo de kyoto*

---



Promotor:  
Universidade de Aveiro.

Parceiros:  
Não tem.

Investimento Total Aprovado:  
76.509 €

Objectivos gerais:

- O objectivo principal deste projecto consiste na avaliação da capacidade do solo florestal como reservatório e sumidouro do carbono atmosférico. Pretende-se obter dados de base para uma quantificação dos valores de carbono sequestrados por povoamentos florestais de espécies de rápido crescimento e com uma área de cultivo representativa da realidade florestal da Região Centro do País. O produto final do projecto é a elaboração de um modelo para a quantificação do sequestro de carbono no solo adequado às florestas portuguesas de rápido crescimento, como um instrumento de valorização económica e ferramenta para uma gestão sustentável dos recursos florestais.

Principais actividades / resultados em 2003:

Obtenção e análise crítica dos dados de base necessários para estimar o balanço de carbono na floresta de eucalipto, tais como áreas de ocupação, existências, quantidades de madeira cortada, densidade da madeira, razão de expansão e teores de carbono na biomassa.

Quantificação do balanço de carbono na floresta de eucalipto para a totalidade do país e para a Região Centro. Revisão bibliográfica exaustiva a nível mundial sobre o carbono armazenado nos solos florestais. Elaboração do plano de trabalho, com a selecção dos métodos de campo e laboratoriais. Requisição do material e reagentes químicos necessários à execução das tarefas propostas. Implementação das técnicas analíticas de ensaios laboratoriais como técnicas de rotina. Levantamento, selecção e reconhecimento das áreas de estudo para os ensaios experimentais de campo. Instalação da experiência de estudo da decomposição do *litter* florestal nos diferentes locais dos ensaios de campo. Caracterização físico-química da situação de referência para os diferentes locais dos ensaios experimentais de campo.

---

*Optimização das operações de exploração florestal, recolha, acondicionamento, transporte e transformação primária dos resíduos para produção de energia*

---

Promotor:  
Centro de Biomassa para a Energia (CBE).

Parceiros:  
Não tem.

Investimento Total Aprovado:  
117.942 €



Objectivos gerais:

Este estudo pretende desenvolver acções de acompanhamento técnico, com o objectivo de otimizar as operações de aproveitamento dos resíduos florestais, integradas com a actividade florestal. Os objectivos gerais deste projecto são: realização das operações florestais integrando meios humanos e materiais de forma racional, e de acordo com as condições ambientais e físicas, de forma a atingir níveis elevados de eficiência; promover e valorizar as potencialidades dos resíduos florestais, no contexto da gestão sustentável da floresta; apoio a actividades inovadoras produtivas e criação de emprego nos meios rurais.

Principais actividades / resultados em 2003:

A área de intervenção deste projecto abrange os concelhos de Mortágua, Águeda, Penacova, Miranda do Corvo, Góis, Pedrógão Grande, Vila de Rei, Proença-a-Nova e Sertã.

Acção 1 – Planificação dos Trabalhos a Realizar e Aconselhamento (desenvolvida em 2002)

Acção 2 – Identificação da Área de Estudo Nesta acção foram propostas as seguintes tarefas: caracterização da ocupação do solo, estimativa dos valores relativos às variáveis explicativas da produtividade e condicionantes da exploração da biomassa residual e a quantificação dos resíduos existentes (produção e a disponibilidade).

Já se efectuaram os levantamentos das informações propostas nas parcelas instaladas no terreno, nas quais se realizou o acompanhamento técnico das operações florestais.

Acção 3 – Acompanhamento Técnico das Operações Florestais Nesta acção foi proposto o acompanhamento permanente das operações levadas a cabo nas áreas florestais abrangidas pelo projecto, com o objectivo de estudar o rendimento das equipas e dos equipamentos, permitindo obter custos e proveitos inerentes às operações. Tal como se propôs nesta acção, foram já efectuados trabalhos de acompanhamento de operações florestais, desde o abate e extracção do material lenhoso até à recolha, processamento e transporte dos resíduos florestais, com o objectivo de estudar o rendimento das equipas e dos diversos tipos de equipamento, visando diminuir custos e determinar a rendibilidade inerente a essas operações.



---

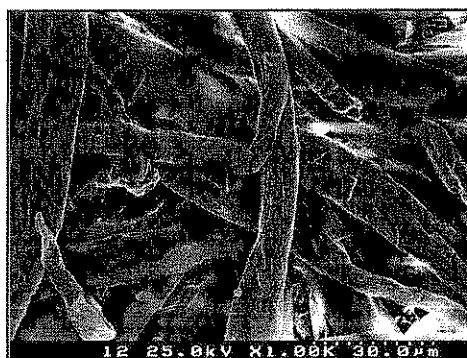
## Novos materiais com base em fibras de celulose

---

Promotor:  
RAÍZ.

Parceiros:  
UN Aveiro; Un Coimbra; CTCV; CENTIMFE.

Investimento Total Aprovado:  
150.460 €



Objectivos gerais:

O principal objectivo do Projecto é o desenvolvimento de compósitos biodegradáveis com base em fibras de celulose que possam substituir, com vantagens funcional e ambiental, materiais tradicionalmente utilizados para isolamento térmico e acústico, em embalagens de protecção e em peças moldada, nomeadamente na indústria automóvel.

De acordo com trabalhos previamente desenvolvidos na Universidade de Aveiro e na FCTUC, identificou-se um elevado potencial de desenvolvimento de compósitos com fibras de celulose e alcóxidos de silício e com fibras de celulose e resinas biodegradáveis, respectivamente.

No âmbito do projecto serão exploradas estas oportunidades, desenvolvendo, caracterizando e otimizando novos produtos para as aplicações identificadas.

Principais actividades / resultados em 2003:

Os trabalhos do Projecto desenvolveram-se nas duas vertentes previstas: compósitos de fibras de celulose com alcóxidos de silício e com resinas biodegradáveis.

Foram realizadas reacções de síntese de compósitos sílica/fibras de celulose com o objectivo de maximizar o teor de sílica incorporada no material final.

Os compósitos obtidos foram estruturalmente caracterizados, prevendo-se a obtenção de materiais com propriedades mecânicas, térmicas e acústicas muito interessantes.

Foram preparados provetes e iniciou-se a realização de ensaios de avaliação da aplicabilidade destes materiais para a preparação de painéis de isolamento térmico e acústico.

Na segunda vertente, desenvolveram-se formulações de resinas biodegradáveis e prepararam-se compósitos destas resinas com fibras de celulose.

Os materiais obtidos foram estruturalmente caracterizadas e as suas propriedades mecânicas foram avaliadas..

Alguns compósitos evidenciaram boas características de resistência mecânica e de hidrofobicidade, permitindo antever aplicações possíveis no domínio dos materiais de construção. Foram preparados provetes e iniciados os ensaios de avaliação das características relevantes para as várias oportunidades de aplicação identificadas.

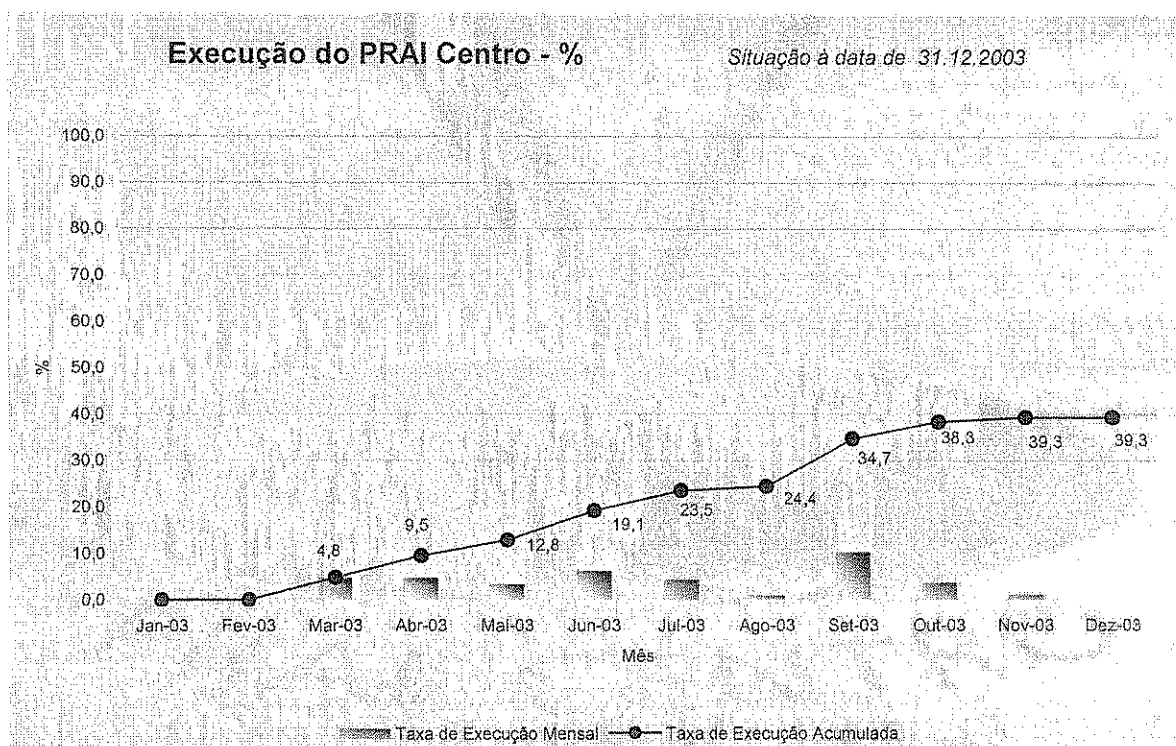


**Anexo 2**

(Mapa de execução global do Programa referente a 2003).

PROGRAMA	Desp. Eleg. Programada	FEDER Associado	Desp. Eleg. Executada	FEDER Pago	TX de Execução
<b>PROGRAMA</b>	<b>3.718.000,00</b>	<b>2.974.000,00</b>	<b>1.460.550,72</b>	<b>1.168.295,30</b>	<b>39,3</b>
<b>Tema I</b>	<b>1.400.000,00</b>	<b>1.120.000,00</b>	<b>707.533,54</b>	<b>565.956,09</b>	<b>50,5</b>
LA I.1	300.000,00	240.000,00	35.343,00	28.270,87	11,8
LA I.2	500.000,00	400.000,00	330.496,17	264.363,90	66,1
LA I.3	600.000,00	480.000,00	341.694,37	273.321,32	56,9
<b>Tema II</b>	<b>900.000,00</b>	<b>720.000,00</b>	<b>236.274,88</b>	<b>188.997,08</b>	<b>26,3</b>
LA II.1	700.000,00	560.000,00	205.108,75	164.066,49	29,3
LA II.2	200.000,00	160.000,00	31.166,13	24.930,59	15,6
<b>Tema III</b>	<b>1.200.000,00</b>	<b>960.000,00</b>	<b>420.546,52</b>	<b>336.395,13</b>	<b>35,0</b>
LA III.1	600.000,00	480.000,00	197.018,81	157.595,31	32,8
LA III.2	600.000,00	480.000,00	223.527,71	178.799,82	37,3
<b>Tema IV</b>	<b>100.000,00</b>	<b>80.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0</b>
LA IV.1	100.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,0
<b>Assist. Técnica</b>	<b>118.000,00</b>	<b>94.000,00</b>	<b>96.195,78</b>	<b>76.947,00</b>	<b>81,5</b>

Situação a 31.12.2003



**Anexo 3**  
(Candidatura ao Prémio Europeu de Inovação Regional).

Coimbra, 27 de Outubro de 2003

Caro Senhor Jean-Pierre BERG  
Chefe da Unidade B3 da  
Comissão Europeia  
Direcção Geral da Política Regional

É com imenso gosto que lhe remeto a documentação relativa à nossa candidatura para o Prémio europeu de inovação regional.

Para além dos dois exemplares em português do formulário de candidatura segue também junto um formulário de candidatura em inglês.

Agradecendo antecipadamente a melhor atenção a este assunto subscrevo-me com os meus mais respeitosos cumprimentos,

O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

(Dr. Paulo Pereira Coelho)

## DESCRIÇÃO DO PROJECTO

### Descrição sumária do projecto

O projecto consiste na criação de uma unidade de I&D na área da Biotecnologia Molecular para a produção de proteínas recombinantes de interesse para a saúde humana. Designada X- PROT, tem como objectivo oferecer um serviço de I&D mobilizando competências científicas existentes no CNC – Centro de Neurociências e Biologia Celular da Universidade de Coimbra e na AIBILI – Associação para Investigação Biomédica e Inovação em Luz e Imagem, contribuindo, dessa forma, para reforçar uma vantagem competitiva assinalável da região centro e que já encontra, aliás, alguma expressão, nos projectos de colaboração que envolvem o Laboratório de Biotecnologia Molecular do CNC e determinadas empresas, como a Bial, SA. e Bluepharma – Indústria Farmacêutica, SA., esta última, constituindo um parceiro privilegiado para o desenvolvimento do X-PROT.

A produção de proteínas recombinantes parte da utilização de um microorganismo vulgar (E.coli) e envolve diversas fases de que se destacam: clonagem da proteína, transformação das células hospedeiras e produção de biomassa recombinante, isolamento de corpos de inclusão, purificação da proteína e confirmação da sua identidade e análise funcional. Por outro lado, o projecto refere que as proteínas recombinantes são normalmente utilizadas para determinação da estrutura tridimensional, produção de anticorpos e rastreio de novos fármacos.

### Principais objectivos

A criação da unidade de I&D para produção de proteínas recombinantes tem grande actualidade no mercado internacional pela elevada procura daquelas proteínas para determinação da estrutura tridimensional, para produção de anticorpos e para o rastreio de novas drogas com valor terapêutico. O trabalho desenvolvido no X – PROT terá como destinatários laboratórios de investigação básica e de empresas farmacêuticas, biotecnologia e agro-química.

Aquela unidade de I&D virá a ser transferida para um parque tecnológico na região centro dentro de 1 ano.

O projecto apresenta, ainda, linhas de estratégia para promoção da unidade e dos seus resultados de trabalho, bem como sobre a estrutura de gestão e indicadores de realização física.

### **Esses objectivos foram atingidos**

Os objectivos do projecto X-PROT foram atingidos na totalidade com o sucesso desejado. Aliás, os resultados excederam o que se encontrava previsto nos indicadores: o número previsto de proteínas recombinantes a produzir era de 5, e deverá ser entre 8 a 10. A relação comercial estável e contínua com laboratório deverá ser ampliada para novas iniciativas empresariais.

De facto, foi estabelecida a unidade de I&D para a produção de proteínas recombinantes que tem funcionado em articulação com empresas (Bluepharma e Actelion) e laboratórios de investigação nacionais (ITQB – Instituto de Tecnologia Química e Biológica, IBMC – Instituto Biologia Molecular e Celular e IPATIMUP – Instituto de Patologia e Imunologia da Universidade do Porto) e internacionais (University of Edinburgh, Columbia University e Escola Paulista de Medicina).

Para além dos objectivos específicos enumerados na proposta inicial, o projecto atingiu a fase de maturação ideal para a geração de um “spin-off”. Está actualmente em curso o processo de formação da empresa X-PROT por parte de alguns dos investigadores associados ao projecto.

### **Carácter inovador do projecto (e da abordagem do projecto na sua concepção e implementação)**

O carácter inovador do projecto prende-se quer com as suas características científicas quer com a organização montada para a sua execução.

No que respeita às características técnico-científicas do projecto deve destacar-se o facto de que ele constitui uma estrutura fundamental de biotecnologia para o desenvolvimento de diversas áreas científicas na Biomedicina. Por outro lado, o projecto apresenta uma abordagem completa de diversos passos de produção, purificação e caracterização de proteínas recombinantes. Utiliza para isso técnicas no “estado de arte” de uma forma complementar. Por tudo isso o projecto contribuirá, decisivamente, para criar novo conhecimento nas áreas da Biomedicina e Biotecnologia.

No que respeita à orgânica executiva do projecto, deve salientar-se que resulta de uma parceria entre 3 entidades, públicas e privadas: o promotor é o Centro de Neurociências e Biologia Celular da Universidade de Coimbra, sendo parceiros a AIBILI (Associação para a Investigação Biomédica e Inovação em Luz e Imagem) e a empresa Bluepharma, Indústria Farmacêutica SA.



## **Cobertura geográfica do projecto**

Áreas do Objectivo 1: Região Centro de Portugal.

### **Etapas de implementação (fases, objectivos e resultados em cada etapa)**

As etapas de implementação dizem respeito à aquisição e implementação do equipamento, produção e promoção.

Do ponto de vista científico, a produção de proteínas recombinantes envolve os seguintes passos sequenciais:

1. clonagem do cDNA codificador da proteína de interesse no vector de expressão
2. transformação das células hospedeiras e produção de biomassa recombinante
3. isolamento de corpos de inclusão e indução do enrolamento tridimensional
4. purificação da proteínas recombinante
5. confirmação da identidade e análise funcional da proteína recombinante.

A execução do projecto não registou dificuldades dignas de serem mencionadas, o que se fica a dever, fundamentalmente, à solidez da estrutura de parceria montada desde início. Neste sentido, é convicção do promotor que nada seria feito de forma diferente se o projecto recomeçasse hoje.

Deve ser no entanto salientada a convicção dos promotores de que, no caso de se verificarem “spin-offs” empresariais neste tipo de projectos inovadores, como o que se verifica, os mesmos necessitam de uma especial atenção por forma a garantirem-se os pressupostos necessários à transição do projecto acompanhado para a futura empresa.

### **Grupos alvo e / ou implicados na concepção e implementação do projecto**

O grupo alvo ou implicados na concepção e implementação do projecto é maioritariamente constituído por doutores (4) e mestres (3) da área da Biotecnologia Molecular (50% do sexo feminino) e ainda técnicos de elevada formação (1) nas empresas, dado que a unidade de I&D estabelece uma interacção privilegiada com o tecido produtivo.

### **Critérios indicativos de selecção utilizados na identificação do projecto (tal como descritos na medida relevante do programa regional de acções inovadoras)**

O projecto X PROT foi aprovado no quadro da acção 1.2. “Sistema de inovação centrado na saúde”, incluída no tema 1 “Economia regional baseada no conhecimento e na inovação tecnológica” do PRAI Centro, que constituiu uma acção fechada.

A descrição daquela acção refere que se pretende “criar uma unidade de I&D na área da Biotecnologia Molecular para produção de proteínas recombinantes de interesse para a Saúde Humana, aproveitando as competências existentes em instituições de I&D da Região e a procura, no mercado internacional, de proteínas recombinantes para determinação da estrutura tridimensional, produção de anticorpos, e para o rastreio de novas drogas com valor terapêutico.”

Mais se refere ainda que “esta unidade que será instalada, numa primeira fase, no edifício do AIBILI já existente, com o apoio, em termos de *know-how* e de formação de recursos humanos, do laboratório de Biotecnologia Molecular do CNC, tem como objectivos a promoção de transferência de tecnologia e o desenvolvimento de protocolos de expressão e purificação de 3-5 proteínas recombinantes de interesse. Tem como mercado e alvos preferenciais, laboratórios de investigação de empresas farmacêuticas, biotecnologia e agro-química e laboratórios de instituições académicas, particularmente de grupos que desenvolvem investigação na era pós-genómica.”

#### **Perspectivas para o futuro, incluindo a capacidade de transferência para os programas *mainstream* e para outras regiões**

O X-PROT não configurou somente um modelo de sucesso em termos de produção de proteínas recombinantes. O modelo de funcionamento adoptado desde o início do projecto envolvendo um centro de investigação de excelência, uma associação com larga experiência em transferência de tecnologia na área da Saúde e uma industria farmacêutica, revelou-se o mais adequado ao desenvolvimento do projecto e por esse facto é natural e desejável que seja transferido para iniciativas afins.

Neste âmbito o X-PROT está na base da criação de um Centro de I&D em Biotecnologia - BIOCANT já criado através de uma associação entre o Centro de Neurociências de Coimbra, a Câmara Municipal de Cantanhede e a ABAP – Associação Beira Atlântico Parque, e que irá disponibilizar, na região, espaço e funcionalidades para que novas empresas se desenvolvam.

**Indicadores de impacto utilizados para avaliar o projecto**

Os critérios, os subcritérios (com as respectivas ponderações) e os indicadores utilizados no âmbito do PRAI Centro para avaliar o projecto, foram utilizados por uma equipa de avaliadores que contou com elementos externos à CCRC, os quais prestaram serviço no quadro de uma consultoria adquirida para esse efeito.

Esse painel de avaliação foi o seguinte:

Critérios	Subcritérios	Indicadores
Qualidade técnica	Relevância da investigação (30%)	a1) Contributo para o PRAI; a2) Dimensão europeia; a3) Mérito técnico;
	Grau de inovação (40%)	b1) Avanço IDT; b2) Características Inovadoras; b3) Criação de novo conhecimento;
	Adequação (30%)	c1) Método; c2) Plano de Trabalhos;
Valor acrescentado	Integração inovação no tecido produtivo (30%)	d1) Capacidade absorção; d2) Impacto;
	Transmissão de resultados (40%)	e1) Dinâmica; e2) Obstáculos;
	Reforço Competências IDT e oferta tecnológica (30%)	f1) Oferta Novas Tecnologias; f2) reforço de competências de IDT;
Coesão económica e social	Intervenção FEDER (30%)	g1) Complementaridade; g2) Exemplificação/ Boas Práticas;
	Melhoria (40%)	h1) Produtividade; h2) Nível técnico do emprego;
	Preservação ambiente (30%)	i1) Desenvolvimento Recursos Naturais; i2) Sustentabilidade;

Desenvolvimento económico regional	Utilidade e exploração resultados (30%)	j1) Aplicações; j2) Exploração de resultados IDT;
	Interesse estratégico do projecto (40%)	k1) Interesse para grupos-alvo a que se destina; k2) Interesse geral;
	Melhoria da competitividade (30%)	l1) Reforço da articulação dos sectores industriais; l2) Aumento da competitividade no sector;
Qualidade das parcerias e da gestão	Parcerias (25%)	m1) Complementaridade; m2) Estrutura da Relação;
	Cooperação público privado (50%)	n1) Empresas/unidades de IDT; n2) Uni IDT/ Adm. Pública;
	Gestão (25%)	o1) Consistência; o2) Clareza; o3) Eficiência

Numa escala de 0 a 100 o projecto recolheu a pontuação de 86,56 pontos.

## RESUMO DOS RESULTADOS DO PROJECTO

### **1. Carácter e qualidade inovadoras da proposta**

O projecto X-PROT foi concebido e desenvolvido com base num modelo de funcionamento assente nas competências de 3 parceiros vindos de áreas de intervenção complementares e que, no seu conjunto, asseguram o sucesso do projecto de I&D e a sua respectiva transferência de competências dos laboratórios de investigação da Universidade para as empresas da área da Saúde.

O promotor e os parceiros estabeleceram entre si um acordo de parceria, na fase de candidatura, definindo desde logo as responsabilidades técnicas, científicas e financeiras de cada um.

Uma boa parte do sucesso do X-PROT deve-se a esta organização do projecto, a qual permitiu gerar sinergias consideráveis e garantir execução plena das actividades.

Do ponto de vista científico o projecto explorou e desenvolveu uma tecnologia de produção de proteína recombinante a partir de corpos de inclusão, uma estratégia pouco adoptada em termos comerciais devido a dificuldades técnicas inerentes à fase de solubilização e purificação da proteína recombinante.

O protocolo utilizado e desenvolvido no âmbito do X-PROT revelou-se extremamente eficaz e bastante competitivo em termos do custo do produto final. Dada a originalidade do protocolo e devido ao seu potencial valor comercial está, actualmente, em curso o respectivo pedido de patente.

Deve ser destacado, por fim, que um “spin-off” empresarial está já a ser gerado e que irá dar continuidade ao projecto X-PROT já a partir de Março de 2004, altura em que termina (como previsto) a execução do projecto acompanhado pelo PRAI-Centro.

### **2. Impacto potencial na economia regional e nas competências regionais e possibilidades de alargar o âmbito das acções empreendidas ao abrigo do programa regional de acções inovadoras?**

O impacto do projecto na economia regional revestiu-se do maior significado. Por um lado, pela cooperação exemplar e pelos resultados alcançados. Por outro lado, é razoável admitir que o projecto tem dado um contributo notável para a consolidação de um parque biotecnológico em Cantanhede, designado BIOCANT, que deverá estar operacional a partir de Outubro de 2004, bem como para a criação de um parque de Ciências da Vida no concelho de Coimbra, o que constitui um

dos aspectos mais sensíveis do êxito que o projecto está a revelar junto da comunidade dos eleitos locais na região de Coimbra. Disso é aliás exemplo a repercussão de algumas notícias na imprensa local, bem como a solicitação que múltiplas outras entidades públicas da administração local e de outras universidades vem dirigindo à equipa de promotores do X-PROT.

Por tudo isso é de crer que novos projectos possam vir a ocorrer no âmbito de outros programas de apoio empresarial e à cooperação de empresas com centros de transferência tecnológica, ou até num eventual nova geração PRAI.

### **3. Sustentabilidade expectável do projecto**

O projecto X-PROT continuará depois de terminada a fase de financiamento pela UE, dando origem à empresa X-PROT. Esta empresa terá como fontes de financiamento os proveitos gerados pela comercialização das proteínas recombinantes e prestação de serviços congéneres. Uma outra fonte de financiamento resulta da participação do X-PROT num projecto europeu candidato ao 6º Programa Quadro da União Europeia, no tema prioritário “Life Sciences, Genomics and Biotechnology for Health”.

### **4. Resultados do projecto em termos de aumento de parcerias**

O projecto X-PROT foi eficaz na mobilização de agentes regionais tendo envolvido o principal centro de investigação da Região Centro, o único Instituto de Novas Tecnologias da área da Saúde e uma das principais indústrias farmacêuticas do país. Estes parceiros participam de um modo activo e permanente no projecto, gerando a sinergia adequada ao seu bom desenvolvimento.

Com efeito, o CNC representa uma unidade de investigação científica fundamental e aplicada, que promove o desenvolvimento experimental sobre vários aspectos das neurociências, ocupando cerca de 6 dezenas de doutorados e 7 dezenas de doutorandos, registando uma média anual de 120 artigos publicados em revistas internacionais da especialidade.

Associado ao CNC neste projecto está a AIBILI que aqui assume, essencialmente, um papel de centro de transferência de conhecimento e tecnologia para as empresas e, ainda, a Bluepharma que confirma o interesse privado no desenvolvimento dos seus resultados do X-PROT.

Não estando envolvidas mais entidades (externas) no projecto, consideramos que este foi útil para o despertar do que poderá vir a ser possível de replicar na área da Biotecnologia e em outras áreas do conhecimento.

### **5. Capacidade de transferência**

A abordagem e modo de funcionamento do X-PROT configuraram-se como casos modelo e é desejável que sejam utilizados noutras regiões de Portugal, em particular na área da Saúde. Aliás o investigador responsável pelo projecto foi já convidado pela Universidade do Minho e de Aveiro para apresentar o projecto e expor as vantagens da associação criada para o seu desenvolvimento.

Para além disso, a experiência adquirida com este projecto tem-se revelado extremamente útil para a fase de concepção e instalação do BIOCANT, o centro de I&D em Biotecnologia entretanto criado na Região Centro.





**Anexo 4**  
(Acompanhamento dos Projectos e gestão do Programa).

**Declaração de despesas por tema, acção e por zona do objectivo nº 1, do objectivo nº 2 ou não abrangida por qualquer objectivo**

Número de referência na Comissão: CCI 2001 PT 16 0 PP 123

Nome do Programa Regional de Acções Inovadoras:

Período de elegibilidade: 01/01/2002 a 31/12/2004

**PRAI CENTRO**

Data inicial: 01/01/2002

Nome da região: Centro (Portugal)

Data final: 31/12/2003

Base para o cálculo da contribuição do FEDER: custo elegível total\*

Temas estratégicos	Despesas totais	Despesas públicas totais	Despesas públicas (em €)		Despesas privadas (em €)	
			Total	Obj. nº 1	Total	Obj. nº 1
	1=3+5	2=3	3=4	4	5=6	6
<b>1) Economia regional baseada no conhecimento e na inovação tecnológica</b>	<b>707.533,54</b>	<b>638.589,27</b>	<b>638.589,27</b>	<b>638.589,27</b>	<b>68.944,27</b>	<b>68.944,27</b>
Acção 1.1: Mobilizar a região para a Inovação	35.343,00	35.343,00	35.343,00	35.343,00	0,00	0,00
Acção 1.2: Sistema de Inovação centrado na Saúde	330.496,17	291.054,38	291.054,38	291.054,38	39.441,79	39.441,79
Acção 1.3: Novos materiais e novas aplicações	341.694,37	312.191,89	312.191,89	312.191,89	29.502,48	29.502,48
<b>2) e-EuropeRegio: a sociedade da informação ao serviço do desenvolvimento regional</b>	<b>223.294,46</b>	<b>223.294,46</b>	<b>223.294,46</b>	<b>223.294,46</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Acção 2.1: Novas tecnologias de informação / comunicação	194.487,03	194.487,03	194.487,03	194.487,03	0,00	0,00
Acção 2.2: Bolsa de Inovação	28.807,43	28.807,43	28.807,43	28.807,43	0,00	0,00
<b>3) Identidade regional e desenvolvimento sustentável</b>	<b>420.546,52</b>	<b>409.896,42</b>	<b>409.896,42</b>	<b>409.896,42</b>	<b>10.650,10</b>	<b>10.650,10</b>
Acção 3.1: Valorização de resíduos industriais banais	197.018,81	186.368,71	186.368,71	186.368,71	10.650,10	10.650,10
Acção 3.2: Valorização / Gestão de recursos florestais	223.527,71	223.527,71	223.527,71	223.527,71	0,00	0,00
<b>4) Medidas de acompanhamento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Acção 4.1: Participação em redes de Inovação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5) Assistência Técnica</b>	<b>96.195,78</b>	<b>96.195,78</b>	<b>96.195,78</b>	<b>96.195,78</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.447.570,30</b>	<b>1.367.975,93</b>	<b>1.367.975,93</b>	<b>1.367.975,93</b>	<b>79.594,37</b>	<b>79.594,37</b>

\*: Ver nota de pé-de-página do plano de financiamento, anexo 1 da Decisão da Comissão.

\*\*: Se o cálculo da contribuição do FEDER for feito com base nas despesas públicas, relativamente às eventuais despesas privadas devem ser declarados apenas montantes indicativos.

**RIME**

**Carlos Curto**

⇒ Recursos Humanos:

Afectos: Dada a inexistência de estrutura orgânica não é possível falar em meios afectos. A componente administrativa tem vindo a ser acompanhada de forma constante pela D. Maria Emília Lamas. Na componente técnica de forma muito pontual verificaram-se participações da Dra. Teresa Santos (conclusão de projectos), Dr. Adelino Castro (pareceres técnico-jurídicos) e Dra Isabel Maranha (execuções fiscais).

⇒ Actividades desenvolvidas no domínio das funções, etc.:

A Estrutura de Apoio Técnico do RIME foi desactivada em 31/12/2002, após conclusão da fase de execução do sistema de incentivos, sendo que as competências da CCDRC de gestão a nível regional têm vindo a ser satisfeitas sem integração em estrutura orgânica formal. Nessas enquadram-se:

- 1) Manutenção e gestão do sistema de informação; 2) Apreciação e decisão de propostas de rescisão de contratos de concessão de incentivos; 3) Análise de alterações e cessões de posição contratual;
- 2) 4) Promoção de homologação ministerial de rescisões de contrato e cessões de posição contratual; 5) Participação em contencioso e preparação de processos de cobrança coerciva; 6) Gestão das reposições de incentivos resultantes de rescisões, resoluções e alterações e transferências para as entidades financiadoras dos montantes repostos (DGDR, IEF, IGFSE); 7) Elaboração de Relatórios de Saldo e devolução de verbas em saldo; 8) Acompanhamento e registo das acções de fiscalização dos Centros de Emprego; 9) Participação em acções de controlo quer nacionais quer comunitárias (FSE / PPDR); 10) Envio para Arquivo da CCR dos processos concluídos.

Assim, no decurso de 2003:

- 1) Procedeu-se à gestão e manutenção do sistema de informação interna (utilizando BD Fox e File Maker) e registos no SID-REG (4D), relativos aos projectos co-financiados pelo FSE;
- 2) Foram efectuadas reposições de incentivos (28) no montante total de 148.612,60€. No final do ano encontravam-se em aberto 105 projectos em fase de reposição voluntária ou coerciva.
- 3) Foram dados por concluídos 140 projectos, após verificação da conformidade dos registos (Projectos com data de conclusão a 31/12/2002 – 140 Processo de registo e encerramento efectuado em 2003).

- 4) Foram desencadeados 17 processos de rescisão de contrato de concessão de incentivos (mais 7 em Dezembro 2002 não contabilizados no relatório anterior). Foram homologadas pela tutela 46 rescisões de contrato com o correspondente processo de informação e notificação aos promotores;
- 5) Foram propostos para cobrança coerciva (execução fiscal) 62 processos;
- 6) Na sequência da auditoria da IGF para certificação da despesa do FSE foi prestado apoio à DGDR (Março) e ao IEF, inclusivé num novo processo de amostragem (Abril-Agosto).
- 7) Foram analisadas e registados 133 relatórios de fiscalização e acompanhamento dos Centros de Emprego relativos a 2003 e cerca de uma centena relativos a anos anteriores.
- 8) Foi elaborado a pedido da DGDR (organismo coordenador a nível nacional) um ponto de situação final (Outubro);
- 9) Foram elaboradas informações relativas a alteração e conclusão de projectos, reclamações e/ou recursos hierárquicos e foi prestada informação aos promotores e entidades protocoladas.

Na sequência das antigas competências da DEESC, foi efectuado o acompanhamento das rescisões de contrato no âmbito do Sistema de Incentivos Regionais (SIR) e emitidos pareceres relativos a projectos candidatos às Iniciativas Locais de Emprego (Portaria 196/A/2001) –335 pareceres sumários.

No âmbito do apoio aos Sistemas de Incentivos à Iniciativa Privada integrantes das AIBT do Eixo II (PO Centro) foram concebidos os procedimentos de recepção e análise das candidaturas bem como os suportes de apoio à decisão. Foram recepcionados/analísados projectos candidatos à AIBT “Aldeias Históricas” e à AIBT “Vale do Côa” (total de 6)

Gestão correio e arquivo dos documentos: Foram remetidos 601 documentos com registo de correio (média: 2,7 registos/dia), excluindo circulares e faxes.



## ÍNDICE





**Índice**

Nota Introdutória	1
Departamento Regional de Prospectiva e Planeamento	5
Departamento Regional de Gestão de Programas e Projectos	13
Departamento de Promoção do Desenvolvimento Regional e da Cooperação	19
Departamento de Gestão Administrativa e Financeira	37
Direcção Regional de Administração Local	59
Centro de Documentação e Informação	89
Gabinete de Tecnologias de Informação e Estatística	93
Outras actividades	107
Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros	111
Direcção de Serviços de Gestão Ambiental	135
Direcção de Serviços de Gestão Territorial	157
Direcção de Serviços do Litoral, da Conservação da Natureza e de Infra-Estruturas	205
Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental	243
Gabinete Jurídico	285
Gabinete de Informação, Documentação e Comunicação	295
Unidade de Planeamento	315
PO Centro	339
PRAI Centro	353
RIME	393

